



# INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA TRAVESSIAS TRAVESSIAS

# EPIS TEMO LÓGIC AS

Danielly Oliveira Inomata  
Renan Albuquerque  
Célia Regina Simonetti Barbalho  
Cristiane Barbosa de Lima  
(ORGS.)

Organização:  
Danielly Oliveira Inomata  
Renan Albuquerque  
Célia Regina Simonetti Barbalho  
Cristiane Barbosa de Lima

# INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA

## Travessias Epistemológicas

A presente obra foi financiada pela



Realização:



Organização:  
Danielly Oliveira Inomata  
Renan Albuquerque  
Célia Regina Simonetti Barbalho  
Cristiane Barbosa de Lima

**INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA  
AMAZÔNIA**  
**Travessias Epistemológicas**



**ALEXA**  
Embu das Artes - SP  
2025

**EDUA**  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

# COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Ananguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Ananguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM)  
Tharcísio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **Comitê editorial da EDUA**

Louis Marmoz - Université de Versailles  
Antônio Cattani - UFRGS  
Alfredo Bosi - USP  
Arminda Mourão Botelho - Ufam  
Spartacus Astolfi - Ufam  
Boaventura Sousa Santos - Universidade de Coimbra  
Bernard Emery - Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira - UFC  
Conceição Almeida - UFRN  
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP  
Gabriel Conh - USP  
Gerusa Ferreira - PUC/SP  
José Vicente Tavares - UFRGS  
José Paulo Netto - UFRJ  
Paulo Emílio - FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos - Unicamp  
Renan Freitas Pinto - Ufam  
Renato Ortiz - Unicamp  
Rosa Ester Rossini - USP  
Renato Tribuzy - Ufam

### **Diretor da Edua**

Sérgio Augusto Freire de Souza

### **Vice-Reitora**

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

### **Reitor**

Sylvio Puga

© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

Renan Albuquerque

**Revisão da Língua Portuguesa**

????????????????????????????

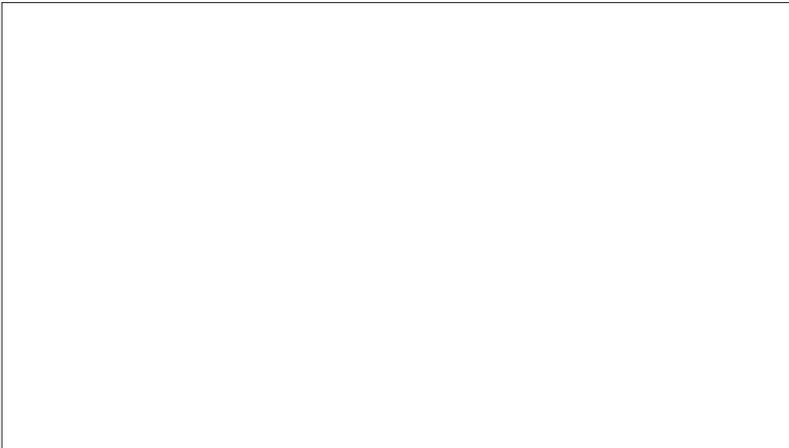
**Revisão Técnica**

Renan Albuquerque

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização do organizador e/ou editora

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alexa@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

**A informação e a comunicação na Amazônia:  
percursos teórico-epistemológicos de pesquisas  
em andamento no PPGIC/Ufam**

João Arlindo dos Santos Neto

*Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará*

A “informação”, considerada como elemento intangível e dependente da relação com a pessoa que dela se apropria, é entendida — ao mesmo tempo — como um bem intangível no âmbito das organizações. De outro modo, compreende-se que a informação precisa ser apreendida por alguém para que ela passe a “existir”. Talvez, seja aceitável a ideia de que a “informação” está em “todo lugar”, mas ela, informação, está nesse “lugar” potencial, ou seja, que ainda não se fez ser compreendida e apropriada, está esperando que alguém se relacione com e atribua significado a ela. Afinal, nem sempre aquilo que se denomina como “informação” será de fato informação para alguém.

Por outro lado, a “informação” é considerada como algo valorativo, ou seja, que apresenta um valor determinado para as organizações. Nesse contexto, a “informação” pode ser valorada de diferentes maneiras, tanto por quem a detém quanto por quem a almeja. Mas, novamente, se recai na compreensão de que é a pessoa que se relaciona com a informação que é capaz de lhe atribuir esse “valor”, uma vez que é ela quem vai ler, compreender, se apropriar e usar ou não essa “informação”.

Assim, a “informação” para ser lida e apropriada é dependente do processo da “comunicação”, seja este através da escrita (não só a palavra escrita, mas aquilo que está registrado de alguma forma), do gestual, da oralidade. Para que a relação entre sujeito-informação ocorra, a “comunicação” é condição *sine qua non*. A comunicação pode se dar de distintas maneiras, seja a partir de um texto escrito, de uma imagem, de um filme, de uma música, de uma expressão corporal, de uma manifestação cultural etc.

A comunicação, assim como a informação, carrega consigo uma intencionalidade. Primeiro, há a intenção de quem gerou a informação. Segundo, há também a intenção de quem vai comunicar. Em ambos os casos, há uma linha tênue entre informar/comunicar e manipular. Talvez esse seja um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade nos últimos anos, isto é, identificar essa relação de coexistência e saber discernir o que é ou não manipulação.

Nesse contexto, incidem duas áreas do conhecimento que, a partir de perspectivas distintas, mas complementares, investigam os fenômenos informacionais e comunicacionais, à saber: Informação e Comunicação.

A presente obra reúne reflexões suscitadas por discentes e pesquisadores amazônidas oriundos e/ou vinculados a essas áreas. Os capítulos aqui presentes referem-se às pesquisas em andamento no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Vale mencionar, que o PPGIC/Ufam é o primeiro Programa na área da Região Amazônica com esta constituição e identidade.

Os capítulos estão vinculados às Linhas de Pesquisa do Programa, que são: “Gestão da Informação e Comunicação”, que se propõe a investigar os fenômenos da comunicação e da informação em seus aspectos materiais, simbólicos e seus desdobramentos na gestão dos processos informacionais e comunicacionais nos ambientes organizacionais e as conexões com seus públicos; e “Comunicação, Informação e Cultura” que se propõe a investigar as inter-relações entre as ciências da comunicação e da informação com as experiências culturais da Amazônia (PPGIC/Ufam, 2025).

Os textos apresentam os percursos teórico-epistemológicos das pesquisas em andamento do PPGIC/Ufam, produzidas pelas e pelos discentes em coautoria com suas orientadoras e seus orientadores.

Os capítulos vinculados à Linha “Gestão da Informação e Comunicação” versam sobre a práxis da comunicação na gestão em bibliotecas universitárias, gestão da informação e memória, documentos arquivísticos digitais, comunicação digital e científica, desinformação sobre mudanças climáticas, produção de jogos eletrônicos, preservação digital e transparência. Já os textos vinculados à

Linha “Comunicação, Informação e Cultura” compreendem debates sobre cinema e construção do imaginário, expressões culturais na era digital, convergência midiática, discursos políticos e midiáticos, educação formal indígena, estudos de gênero na ciência, construção de identidade cultural e filosofia da comunicação.

Quando se pensa nas investigações teórico-empíricas no contexto amazônico, muita das vezes tais pesquisas carregam elementos regionais e culturais dessa região. É o que acontece em grande parte desta obra, que apresenta pesquisas em andamento que investigam os fenômenos informacionais e comunicacionais no território amazônico. Isso evidencia um caráter diferenciado e inovador em relação às demais investigações deflagradas nas demais regiões do Brasil no âmbito da Informação e Comunicação.

Assim, a obra não apenas dá visibilidade às pesquisas empreendidas pelas e pelos discentes do PPGIC/Ufam, mas configura-se como produto de projeto intitulado “Fortalecimento e Sustentabilidade do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Ufam”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e como um produto que expressa a natureza, a identidade e a vocação do Programa. Desse modo, a obra marca o início de uma trajetória que se pretende emergente, radicada na Região Norte do país, ainda que haja vivências e desafios ocasionados pela assimetria (em suas mais variadas formas) quando comparados aos demais PPGs das outras regiões.

Belém, 20 de fevereiro de 2025.

# Sumário





## **Estudos epistemológicos como base para entender a realidade**

Prof. Dr. Ulysses Varela  
Faculdade de Informação e Comunicação  
Universidade Federal do Amazonas

É com satisfação que apresentamos o livro *Informação e comunicação na Amazônia: travessias epistemológicas*, primeira publicação lançada pelo recém-criado Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Universidade Federal do Amazonas.

O PPGIC é um Programa Acadêmico vinculado à área de Comunicação e Informação e Museologia e almeja explorar processos interdisciplinares relacionados a dimensões teórico-metodológicas que compreendem temáticas inerentes à gestão, cultura e Amazônia. Dessa forma, busca promover o desenvolvimento de profissionais de diferentes segmentos do conhecimento dentro do espectro das Relações Públicas, da Biblioteconomia, da Arquivologia e do Jornalismo.

O PPGIC fomenta ambientes plurais que visam promover o desenvolvimento coletivo das referidas especialidades e com isso contribuir para a promoção de habilidades para a execução de estudos e produções relacionadas às linhas de pesquisa ofertadas. O Programa se destaca por ser atualmente o único dentro de sua especificidade do Amazonas. Ele foi criado para atender a demandas reprimidas há anos e para isso reúne profissionais com relevância na produção científica do Estado.

Com a coletânea, o Programa busca ganhar capilaridade e contribuir para a efetivação da inserção social e democrática do conhecimento. Esta obra pioneira marca um momento de relevância ímpar na ciência brasileira, especialmente na área de Comunicação e Informação e Museologia na região Norte do Brasil, uma área que

enfrenta desafios significativos quanto ao acesso à ciência e suas descobertas.

O principal objetivo de *Informação e comunicação na Amazônia: travessias epistemológicas* é oferecer compreensão aprofundada sobre a construção epistemológica das pesquisas em andamento no cerne da primeira turma de mestrado do PPGIC. Vale salientar que o livro é um dos produtos do projeto “Fortalecimento e sustentabilidade do PPGIC”, liderado pela professora Danielly Inomata, que conta com o apoio e recursos financeiros da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

A obra está organizada em dois eixos que refletem as linhas de pesquisa do PPGIC, sendo 16 capítulos divididos igualmente entre as duas linhas de pesquisa. Cada capítulo reflete a diversidade e a profundidade de estudos conduzidos, de modo que os saberes compartilhados são essenciais para efetivar o desenvolvimento da sociedade amazônica e contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo e informativo. Cada capítulo conta com a autoria de um discente com seu respectivo orientador.

No primeiro eixo, orientado pela Linha 1 do Programa, intitulada “Gestão da Informação e Comunicação”, os trabalhos investigam fenômenos da comunicação e da informação em seus aspectos materiais e simbólicos, além de desdobramentos na gestão de processos informacionais e comunicacionais em ambientes organizacionais. A linha busca compreender deslocamentos sociais, culturais, políticos, científicos, tecnológicos, econômicos e legais nas organizações imersas em ambientes amazônicos plurais. No eixo, é possível conhecer trabalhos como *Para além das tecnologias de informação e comunicação: a práxis da comunicação na gestão em bibliotecas universitárias*, de Danielly Oliveira Inomata e Kelen Suely de Alencar Leão Cunha; *A gestão da informação e memória: perspectivas a partir do acervo da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas*, de Phamela Lima Torres e Guilhermina de Melo Terra; *Documentos arquivísticos digitais: considerações iniciais sobre as iniciativas do governo de Estado do Amazonas*, de Glenda Silva Rodrigues e Alexandre de Souza Costa. Também temos o capítulo *Comunicação digital e científica na Amazônia Legal: reflexões teóricas e metodológicas sobre o caso da Rede RHI-*

SA, de Ana Maria Costa Azevedo e Israel de Jesus Rocha; *Tramas das redes na internet: a questão da desinformação sobre mudanças climáticas*, de Rayanne Azevedo de Souza e Danielly Oliveira Inomata; *A etnografia de laboratório como recurso metodológico para pensar a produção de jogos eletrônicos na Amazônia*, de Matheus Diógenes Leão e Israel de Jesus Rocha; *Preservação digital: em busca de uma base teórico-metodológica para o registro mercantil do Amazonas*, de Karlison Reginaldo de Sa Ferreira, Rodolfo Almeida de Azevedo e Alexandre de Souza Costa; e, por fim, *Reflexões epistemológicas sobre transparência*, de Renan Dantas de Oliveira e Guilhermina de Melo Terra.

Os oito capítulos do segundo eixo, que abordam a Linha 2 do PPGIC, intitulada “Comunicação, Informação e Cultura”, propõem-se a investigar interrelações entre comunicação, informação e experiências culturais da Amazônia. A linha estuda fluxos, processos comunicacionais e informacionais e suas relações com modos de vida, narrativas, políticas, acesso à informação, linguagens, imaginário, identidades, ciência, educação, meio ambiente, produção e consumo de informações, estéticas imagéticas, redes, mídias e preservação da memória nas sociedades amazônicas. No eixo, é possível encontrar os capítulos *Cinema e construção do imaginário amazônico a partir de ‘Amazonas, o maior rio do mundo’ e ‘Alexandrina, um relâmpago’*, de Caio Pimenta e Renan Albuquerque; *Tiktok e arte na Amazônia: expressões culturais na era digital*, de Julhia Moura Alcantara e Ítala Clay de Oliveira Freitas; *Convergência midiática e a reconfiguração dos veículos de comunicação tradicionais na Amazônia*, de Lunna Farias Rocha e Rafael Sbeghen Hoff; *Infraestrutura e sustentabilidade na Amazônia: a BR-319 e os discursos divergentes entre governo, CPI e mídia*, de Cristiane de Lima Barbosa Couto e Marcos Maurício Costa da Silva; *O processo de iniciação do Novo Ensino Médio Indígena na Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana*, de Sabrina Albuquerque, Renan Albuquerque e Sarah Pinheiro Barbosa; *Amor, racismo e ciência: reflexões sobre as vivências femininas negras na Amazônia*, de Adriano Barbosa Silva e Ítala Clay de Oliveira Freitas; *Identidade em movimento: o ser amazônico na pós-modernidade*, de Lucas Matheus Silva dos Santos e Allan Rodrigues; e por fim *A noção de verdade em Santo Tomás de Aquino e suas contribuições à filosofia da comunicação*, de Paulo

Victor Cordeiro e Renan Albuquerque.

Esperamos que esta publicação alcance seu objetivo de levar à sociedade o que está sendo produzido por pesquisadoras e pesquisadores da área de Comunicação e Informação e Museologia em nossa região, e em especial a partir da Universidade Federal do Amazonas.

Ótima leitura.



# **Gestão da Informação e Comunicação**

# Para além das tecnologias de informação e comunicação: a práxis da comunicação na gestão em bibliotecas universitárias

Danielly Oliveira Inomata

Kelen Suely de Alencar Leão Cunha

## RESUMO

Reflete sobre a práxis da comunicação no contexto da gestão em bibliotecas universitárias, buscando compreender se a comunicação está sendo valorizada e integrada, para além da dimensão instrumental, enquanto dimensão estratégica e humana na gestão das bibliotecas universitárias, a partir de pesquisa bibliográfica sistemática nas bases de dados: Scopus; Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (LISTA) via EBSCO; ProQuest™ Dissertations & Theses Citation Index (via Web of Science); Open Access Theses and Dissertations (OATD); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); Scielo; Google Acadêmico e Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). A comunicação organizacional no contexto da gestão das bibliotecas universitárias é analisada de acordo com a correspondência das dimensões da comunicação organizacional e tipos de comunicação, aspectos abordados por Kunsch. Observa-se que, no escopo da proposta do estudo, de maneira geral, há uma distribuição de estudos com foco nas três dimensões da comunicação, onde há reconhecimento por parte das bibliotecas universitárias da dimensão estratégica e humana e confirmação de estudos com foco na dimensão instrumental, com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da disseminação da informação aos usuários, através de mídias digitais.

**Palavras-chave:** Comunicação organizacional. Bibliotecas universitárias. Gestão da comunicação. Gestão em bibliotecas universitárias.

## ABSTRACT

*It reflects on the praxis of communication in the context of management in university libraries, seeking to understand whether communication is being valued and integrated, beyond the instrumental dimension, as a strategic and human dimension in the management of university libraries, based on systematic bibliographic research in the databases data: Scopus; Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (LISTA) via EBSCO; ProQuest™ Dissertations & Theses Citation Index (via Web of Science); Open Access Theses and Dissertations (OATD); Digital Li-*

*brary of Theses and Dissertations (BDTD); Information Science Database (BRAPCI); Scielo; Google Scholar and Brazilian Portal of Publications and Scientific Data in Open Access (Oasisbr). Organizational communication in the context of university library management is analyzed according to the correspondence of the dimensions of organizational communication, types of communication and, integrated, aspects addressed by Kunsch. It is observed that, within the scope of the study proposal, in general, there is a distribution of studies focusing on the three dimensions of communication, where there is recognition by university libraries of the strategic and human dimension and confirmation of studies focusing on instrumental dimension, with the use of Information and Communication Technology in the scope of disseminating information to users, through digital media.*

**Keywords:** *Organizational communication. University libraries. Communication management. Management in university libraries.*

## **Introdução**

A influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas organizações tem impactado mudanças rápidas nos processos organizacionais e, com as bibliotecas universitárias, organizações que estão inseridas em contexto complexo, as universidades, não tem sido diferente. Gerenciar atividades administrativas junto aos seus públicos, (internos e externos) algo no que concerne à gestão da informação com vista principal à disseminação da informação, é função básica das bibliotecas universitárias. Entretanto, em tempos de imediatismo da sociedade contemporânea, as novas TICs têm obtido um protagonismo em todos os contextos da sociedade, nas organizações, como as bibliotecas universitárias, principalmente, devido ao foco em fornecimento de produtos e serviços de informação, as TICs estão atuando de forma consolidada enquanto suportes e ferramentas da informação, em detrimento, por exemplo, da valorização das pessoas que fazem a organização funcionar.

Aliado a isto, há a realidade em que instituições responsáveis pela guarda e disseminação da informação, como arquivos, bibliotecas e museus, principalmente, as subordinadas aos Estado, orientam-se, basicamente, pela experimentação prática, tendo a técnica e empiria como foco, deixando de recorrer às teorias das experiências ou das Ciências Sociais e, esta tradição perpassa a relação da comunicação e informação, onde é necessário mitigá-la enxergando

a necessidade das comunicações interna e externa, pois ambas são relevantes, assim como esforços de todos dentro do ambiente de trabalho. (Lopes, 2003). Este desequilíbrio de forças tem sido uma ameaça à oportunidade de ofertar atividades que visem o cumprimento dos objetivos estratégicos com eficácia e eficiência. Ademais, a pouca disponibilidade de publicações sobre comunicação em bibliotecas universitárias, de acordo com Silva e Nogueira (2016), é um reflexo deste contexto.

Desta forma, a comunicação na gestão das bibliotecas, ou seja, a comunicação organizacional, está envolta neste contexto dicotômico entre o tradicional, instrumental, tanto nas práticas de gestão supracitadas, como nos canais, ferramentas de comunicação e o moderno, nas novas mídias digitais, em um contexto onde pessoas fazem a comunicação acontecer, também. E, a comunicação organizacional, sob visão sistêmica, estratégica e integrada, conforme preceitos de Kunsch (2003), é primordial para uma gestão eficaz, visto que a comunicação precisa ser valorizada para ser estratégica em todos os processos de gestão. O desprezo com as variáveis envolvidas da comunicação podem prejudicar a administração (Ordovás e Grants, 2019).

Portanto, neste contexto da comunicação em bibliotecas universitárias, partindo do pressuposto que pode estar havendo ênfase da comunicação no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para atividades-fim, na satisfação das necessidades informacionais do usuário, em detrimento da valorização da comunicação como fator de integração, principalmente, da humanização e super convergência entre departamentos, setores e públicos e fortalecimento das atividades para cumprimento dos objetivos institucionais nos processos de gestão, enquanto organização, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a práxis da comunicação na gestão de bibliotecas universitárias através de pesquisas empíricas em relação às suas dinâmicas comunicacionais, nas dimensões e tipos de comunicação, abordados pela autora Margarida Kunsch. Assim, aspectos epistemológicos da comunicação organizacional em bibliotecas universitárias são revelados, bem como o foco dos estudos, para refletir sobre a práxis da comunicação em bibliotecas universitárias e assim compreender o conceito da comunicação neste contexto.

Através de pesquisa bibliográfica sistemática nas seguintes bases de dados do escopo do tema, que foram: Scopus; Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (LISTA) via EBSCO; ProQuest™ Dissertations & Theses Citation Index (via Web of Science); Open Access Theses and Dissertations (OATD); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); Scielo; Google Acadêmico e Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), foram levantadas pesquisas sobre comunicação organizacional e bibliotecas universitárias, a partir dos descritores: “comunicação organizacional”, “gestão da comunicação” com cruzamento, utilizando operador booleano AND com “bibliotecas universitárias”, definidos pelo Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (Pinheiro; Ferrez, 2014), publicado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), além de termos livres em suas variantes em singular/ plural, assim como nos descritores.

### **Aspectos epistemológicos da comunicação organizacional sob abordagem de Kunsch**

O caráter instrumental da comunicação sempre esteve presente como fator para um funcionamento creditável e aceitável. Discutir para além do caráter instrumental, acompanhado pelo avanço das TICs, faz-se um posicionamento maior para uma atuação integrada e valorizada, pois questões estratégicas e humanas, também, fazem parte desta integração. Para tanto, faz-se necessário a definição de comunicação organizacional, conforme Margarida Kunsch (2003, p. 150), destaque nos estudos sobre comunicação organizacional no Brasil, define o tema como:

[...] a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos.

Segundo Kunsch (2012), a caracterização dos significados das dimensões instrumental, estratégica e humana da comunicação

organizacional estão, para a comunicação instrumental, a forma linear, funcional e técnica da comunicação, sendo a predominante nas organizações, ignorando outros aspectos subjetivos. Acrescido a estes aspectos, há a dimensão estratégica, caracterizando-se como um fator que agrega valor à organização, através de planejamento e gestão estrategicamente alinhados aos objetivos e princípios da organização, reforçando a relação com missão, visão e valores. Neste contexto, considerando que as organizações são feitas de pessoas, a dimensão humana engloba as perspectivas deste ato comunicativo no interior nas organizações, considerando a necessidade de serem valorizadas no ato comunicativo diário, sem serem pressionadas ou minimizadas pela comunicação técnica e instrumental, no âmago de obtenção de resultados da organização.

A configuração diante das diferentes atividades comunicacionais em uma organização, Kunsch (2003) aborda sobre uma comunicação integrada, constituída por um *mix* de um composto da comunicação organizacional que aceita o relacionamento da organização com seus públicos e com a sociedade, a saber: a comunicação administrativa, comunicação interna, comunicação mercadológica e comunicação institucional. Em uma perspectiva sistêmica, pode-se entender, de forma geral e pontual, a comunicação interna, por se constituir a valorização, interação e comunicação entre o público interno, dentro da dimensão humana. A comunicação mercadológica, por promover os produtos e serviços e, a administrativa, que já faz parte naturalmente da organização, dentro da dimensão instrumental. E, a comunicação institucional, que constrói a imagem e identidade organizacional, com aspectos comuns sob algum contexto, está na dimensão estratégica da comunicação, não havendo limites definidos, pois a comunicação acontece nas dimensões e atividades ao mesmo tempo e precisam acontecer de forma igualitária em cobertura para ser integrada.

Portanto, a comunicação integrada, do *mix* composto e suas dimensões, contextualiza que em uma organização uma política global e evidente de comunicação com os diferentes públicos é por ela viabilizada, permitindo que variados setores operem de forma conjunta, objetivando o cumprimento dos objetivos e estratégias da organização e observando os objetivos de cada público envolvido.

## **Comunicação organizacional na gestão das bibliotecas universitárias**

Considerando a biblioteca como organização, inserida em uma organização para apoio, como as bibliotecas universitárias, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa própria (Maciel e Mendonça, 2006) e a atividades inerentes ao planejamento, execução, controle e avaliação, no âmbito da gestão da informação, é necessário que a comunicação seja parte inerente do planejamento estratégico, e de forma integrada com a instituição que a sustenta.

A comunicação na gestão das bibliotecas, assim como outros temas, pode ser considerada uma consequência dos desafios a serem mitigados em longo prazo e há pouca disponibilidade de publicações sobre comunicação em bibliotecas universitárias e, de acordo com Silva e Nogueira (2016), é um reflexo deste contexto e, o desprezo com as variáveis envolvidas da comunicação podem prejudicar a administração (Ordovás e Grants, 2019). Ademais, a gestão envolve a cultura organizacional e, neste contexto complexo, as bibliotecas universitárias já possuem o tecnicismo envolvido em suas práticas e com as novas mídias sociais, isto pode ter se tornado mais consolidado, tanto para o processamento da informação como na disseminação da informação ao usuário.

Portanto, abordar a comunicação organizacional na gestão das bibliotecas universitárias, devido sua grande estrutura organizacional, com seus fluxos, redes, canais, e planejamento estratégico para alcance dos objetivos diretos para a difusão e acesso à informação ao usuário, deve ser real e constante, para a eficiência e eficácia das suas atividades, visando cumprimento integral do planejamento estratégico, na dimensão humana ou comunicação interna e dimensão estratégica. O menosprezo em relação à gestão da comunicação nas bibliotecas universitárias pode acarretar desde funcionários desmotivados a usuários insatisfeitos e perda da identidade da própria biblioteca e possivelmente, da organização a qual está subordinada.

Os estudos encontrados na pesquisa bibliográfica sistemática foram categorizados, após interpretação, de acordo com as dimensões da comunicação, conforme definido por Kunsch (2012), para uma análise sobre o foco da abordagem da comunicação em seus estudos.

## Dimensão estratégica da comunicação

A gestão da comunicação com foco em indicadores que permitam uma percepção sistêmica para Bibliotecas Universitárias foi proposta no estudo de Dornelles e Prado (2024), utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica, exploratória, aplicação de questionário e entrevista enquanto instrumento de coleta de dados. A validação dos indicadores ocorreu por meio do método Delphi. Os resultados apontaram para inexistência de estudos sobre a temática no campo da Ciência da Informação e ausência de indicadores de comunicação nos instrumentos de avaliação de desempenho já publicados e a pesquisa teve como produto dez indicadores de gestão de comunicação para bibliotecas universitárias e evidencia a importância deste estudo e aplicação desse instrumento.

Herrera-Morillas (2021), ao estudar a comunicação no âmbito do planejamento estratégico de 47 (quarenta e sete) bibliotecas universitárias espanholas públicas, contextualiza a comunicação como fator estratégico da comunicação de forma integrada, justificando a necessidade de análise das estratégias de comunicação, devido à inexistência de trabalhos específicos em detrimento de estudos mais gerais como o planejamento ou avaliação. Verificou-se que 28 utilizavam planos estratégicos, sendo que 85,7% abordavam aspectos da comunicação, destacando as prioridades que apresentam, por exemplo as relacionadas com planos de divulgação e marketing, as melhorias na comunicação interna do pessoal da biblioteca ou comunicação com usuários.

Neste sentido, a pesquisa evidencia que a gestão da comunicação nas bibliotecas universitárias é imprescindível, como em qualquer organização, e enfatiza sobre o comprometimento das bibliotecas analisadas com a gestão da comunicação, sabendo que o não gerenciamento acarretará em problemas internos e externos e impactará nos produtos e serviços.

A comunicação organizacional da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina foi diagnosticada por Ordovás e Grants (2019) através da aplicação de um questionário elaborado pela Comissão de Comunicação e Marketing. O diagnóstico oferece alternativas facilitadoras para a administração da instituição,

especialmente, no que tange ao planejamento estratégico da comunicação desta unidade de informação, respondendo assim, com um serviço eficiente e eficaz para a sociedade, que é a sua provedora e a principal beneficiária. Pontuam que as organizações precisam rever sua comunicação interna e externa para acompanhar as mudanças ocorridas com a rapidez da disponibilidade da informação e a com a necessidade de maior participação da sociedade. Dentre as questões analisadas estavam sobre a frequência de uso das ferramentas de comunicação oferecidas pela BU/UFSC, como um e-mail institucional, o portal da biblioteca universitária e o informativo denominado “Quais são as novas” (informativo interno disponibilizado semanalmente via e-mail institucional); avaliação da comunicação na BU e houve oportunidade dos funcionários sugerirem melhorias

É importante destacar que o relato de experiência foi o resultado da aplicação de um questionário elaborado pela Comissão de Comunicação e Marketing (CCM), ou seja, há uma equipe dedicada às funções da comunicação que está vinculada à direção da Biblioteca Universitária da UFSC, sendo desenvolvidas ações como esta para otimizar a gestão do processo de comunicação dos servidores lotados na instituição. Evidencia-se, também, a preocupação das pesquisadoras com a comunicação interna da biblioteca analisada, trazendo contribuição ímpar para iniciativas do tema em bibliotecas universitárias.

Sob o acréscimo de olhar para a cultura, Silva (2015) iniciou, através de sua dissertação, série de estudos refletindo sobre o modelo de comunicação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (SiBi/UFG) através de entrevistas com colaboradores da Biblioteca Central e usuários. Foi observado que o SiBi/UFG possui um modelo de comunicação próprio que é baseado em sua cultura organizacional, bem como em seus valores, missão, visão e filosofia. Da mesma forma, em participação em outro estudo Silva e Nogueira (2016; 2021) realizaram estudo de caso: a comunicação no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás sob o mesmo escopo, porém com o diário de campo e a pesquisa institucional ou administrativa e consideraram que os meios utilizados estavam adequados e suficientes ao processo de comunicação no Sibi/UFG. Em um terceiro estudo, Silva e Nogueira (2016a) fizeram retrospectiva da pesquisa anterior, salientando que na busca por novos modelos

de assessoria de comunicação para bibliotecas e não foi visto resultado satisfatório na época. Por acaso, em evento do SNBU, tiveram conhecimento do trabalho deste tema realizado no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas e realizaram entrevista com a responsável pelo DICOM da unidade central do Sistema de Bibliotecas da UFMG, havendo intersecção entre as experiências para adaptar à realidade e de forma centralizada, a partir do conhecimento deste modelo.

Em uma perspectiva do tipo de comunicação, percebe-se que estes estudos, de forma geral, são da Comunicação Integrada, segundo Kunsch (2003) pois citam sobre gestão da comunicação de forma integrada, sistêmica e estratégica, onde ressaltam o fator estratégico da comunicação dentro do planejamento estratégico, refletidos no contexto dos objetivos, missão e/ou ações, como plano estratégico das bibliotecas universitárias, como visto nos estudos. Portanto, estas bibliotecas universitárias elaboram seu planejamento com vista a uma atuação estratégica sob um foco específico, garantindo um avanço nas práticas da comunicação nessas organizações.

## **Dimensão humana da comunicação**

Gould e Mezick (2021) exploraram a comunicação interna nas bibliotecas da Universidade do Tennessee, através da comunicação horizontal e informal, entre dois departamentos compostos por bibliotecários com funções diferentes. A pesquisa analisou, a partir do convite para participação de grupos focais e acompanhamento de experiências, percepções e opiniões relacionadas às suas responsabilidades. Os temas analisados foram relacionados à treinamento e expectativas para responsabilidades e o impacto da comunicação, principalmente após mudanças, que geraram algum caos, confusão, mal-entendidos e oportunidades necessárias para mudança de alocação de recursos humanos entre os departamentos, alterando suas responsabilidades significativamente. Os autores trazem uma rica fundamentação teórica sobre estudos da comunicação interna envolvendo as barreiras e avaliações. Ademais, o estudo mostrou que a falta de expectativas expressas, treinamento e orientação informal de colegas para estabelecer e orientar responsabilidades causou sen-

timentos de incerteza e concluíram que esclarecer expectativas e comunicação já ajudou os dois departamentos a melhorar seu relacionamento de trabalho.

Na pesquisa exploratória de Wakimoto (2022) em que reuniu informações, através de entrevistas, sobre práticas e sentimentos acerca da comunicação interna dentro de bibliotecas acadêmicas dos Estados Unidos, considerando que esta comunicação recebeu muito menos atenção do que a comunicação externa/mercadológica (promoção e divulgação) através do levantamento da literatura e citou assuntos referentes sobre os canais de comunicação, suas preferências e otimização, atrelado ao engajamento e senso de comunidade, enfatizando que nos últimos anos tem ocorrido um desinteresse para a comunicação interna, esta baseada em relações interpessoais na organização, em detrimento da utilização da tecnologia utilizada. Os resultados apontaram que mídia tradicional, como e-mail, reuniões e atas, ainda era vista como relevante para uma comunicação interna eficaz e sugerem auditoria de comunicação como uma ferramenta útil se as pessoas não se sentirem confortáveis em se expressar ou quando não houver compreensão do estado atual da comunicação na biblioteca. Desta forma, melhorar a comunicação interna deve ser uma prioridade apoiada no engajamento entre colegas e não na esperança de que alguma nova tecnologia resolva o problema, e com comprometimento da liderança para uma atuação eficaz da comunicação.

O artigo de Marcus e Turnbull (2018) explora a importância da comunicação organizacional de qualidade por meio de uma revisão da literatura e um estudo de caso em uma biblioteca acadêmica (Hunter Library da Western Carolina University). Os autores pontuam sobre a comunicação interna e cultura organizacional, onde é importante o papel dos gerentes na facilitação da comunicação eficaz, atuando de forma interativa e transparente na comunicação para mitigar problemas na comunicação interna assimétrica e informal, a “fofoca”, principalmente, no contexto do fenômeno da sobrecarga de informações e “escassez de atenção”. Ademais, auditoria de comunicação foi sugerida como estratégia para melhorar a comunicação, pois avalia a eficácia do compartilhamento de informações. Após a pesquisa on-line para avaliar o estado percebido da comunicação, houve momento de promoção de comunicação efi-

caz através de eventos, como workshop e oficinas, e sugeriram que os funcionários notaram e apreciaram os esforços de melhoria da comunicação e que esses esforços produziram pequenas mudanças positivas em ambas as unidades. Por fim, os autores verificaram que a avaliação da comunicação interdepartamental exige anos de observação estratégica e implementação e embora a comunicação dos serviços públicos pode estar longe da perfeição, reconhecer áreas para melhoria e introduzir as mudanças ao longo do tempo, traz uma experiência da biblioteca acadêmica mais rica para os usuários da biblioteca e pessoal.

Keach (2016) propôs que o papel das redes e da proximidade para a satisfação da comunicação em uma biblioteca acadêmica, a partir de pesquisa online com 47 funcionários. Os resultados incluem o valor de estudos de métodos mistos para estudar o tópico, bem como a importância de apoiar ações de proximidade dentro da organização. O estudo, também, sugere novas pesquisas para explorar comportamentos de alto impacto que apoiam a satisfação com a comunicação organizacional entre departamentos.

Neste sentido, estes estudos exploram a Comunicação Interna, através da comunicação entre departamentos dentro da biblioteca universitária, através de grupos focais; funcionários que completaram a pesquisa contando suas experiências, percepções e opiniões; análise da satisfação dos funcionários formada pela rede de comunicação informal, estudando os laços existentes entre os pares de indivíduos dentro do contexto das redes de comunicação, proximidade e ações de proximidade; a qualidade da informação sendo enfatizada sobre a importância das unidades se comunicarem bem para não prejudicar os usuários e a reputação da biblioteca, citando os efeitos da comunicação deficiente e apresentam estratégias práticas de melhoria, como auditorias de comunicação e, temas comuns e possíveis maneiras de melhorar a comunicação interna da biblioteca, revelando a preocupação e valorização dos funcionários, segundo preceitos de Kunsch (2012).

## **Dimensão instrumental da comunicação**

Rodríguez e Angelozzi (2024) analisaram a gestão da comunicação externa digital dos sites das unidades de informação e en-

trevistas, através de questionário, com os bibliotecários responsáveis por cada biblioteca da Rede de Bibliotecas das Universidades Católicas e Orientação Católica, a partir de suas políticas e planos de comunicação estratégica. Ademais, justificam que no cenário de mudanças advindas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é necessário capacitação dos bibliotecários e outros colaboradores para gerir a comunicação organizacional neste ambiente e enfatizam o foco da gestão da comunicação organizacional externa digital acerca do relacionamento com os usuários e na otimização da imagem institucional. Portanto, concluíram que há pouco desenvolvimento de documentos de gestão para comunicação organizacional e que a formação dos colaboradores se concentra em maior medida na gestão de mídias sociais e marketing digital.

A análise da comunicação no twitter das bibliotecas universitárias espanholas diante da Covid-19, a partir do estudo de Martínez-Cardama e Pacios (2020), comunicando esta nova forma de prestar os seus serviços através do Twitter durante as primeiras semanas do estado de alarme, através da análise de um total de 11.867 tweets e retweets de 56 bibliotecas. As autoras concluíram o papel das bibliotecas em uma emergência sanitária e a transformação e divulgação desta nova forma de trabalhar, além de servir como importante ponto de informação para manter atualizados a situação atual da pandemia.

Vallefin (2021) analisou a gestão da comunicação digital das bibliotecas do sistema da UNL para obter uma visão integral, incluindo modos de organização, competências, desafios e potencialidades, através de pesquisa exploratória-descritiva com abordagem mista e técnicas, como: enquetes; entrevistas semiestruturadas e observação virtualizada. A autora pontuou que As bibliotecárias cumprem um papel essencial na criação de conteúdo, sendo a comunicação considerada um fator estratégico, embora tenha um lugar estruturalmente secundário, apesar das mídias e plataformas digitais são gerenciadas dia a dia, não há planos expressos ou são incipiente e desatualizados.

Percebe-se que os estudos supracitados deste item o tipo pertence à Comunicação Mercadológica, pois os estudos se concentraram na comunicação digital externa visando marketing e prestação

de serviços ao usuários; gestão da comunicação digital externa, na gestão mídias sociais e marketing digital, com uso de plataformas, sendo um dos estudos citando a observação do logotipo e divulgação de missão e objetivos em seus sites incipientes, afetando a identidade organizacional. Portanto, neste aspecto, as bibliotecas universitárias estão preocupadas com a dimensão instrumental da comunicação, neste contexto específico, pois ao promoverem o marketing dos seus produtos e serviços, através da mediação das TICs, há forte influência do técnico. Porém, importa refletir que os estudos propuseram planejamento, o que pode ser uma ideia de valorização neste contexto com os usuários, praticando uma comunicação estratégica neste aspecto.

### **Considerações finais**

No escopo da proposta deste estudo reflexivo, observa-se, de maneira geral, que há uma distribuição de estudos com foco conceitual da comunicação organizacional nas três dimensões da comunicação, onde há reconhecimento por parte das bibliotecas universitárias, da dimensão estratégica e humana e confirmação de estudos com foco na dimensão instrumental, com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da disseminação da informação aos usuários.

Ademais, na dimensão estratégica há destaque para a elaboração de planejamento através de documentos ou análise deste contexto, como setor próprio de comunicação na estrutura organizacional, mesmo que de modo inicial e discreto em atividades integradas, evidenciando a preocupação no fator estratégico da comunicação dentro do planejamento estratégico, garantindo um avanço nas práticas da comunicação nessas organizações.

Da mesma forma, o conceito da dimensão humana da comunicação organizacional foi explorada nos estudos internacionais, caracterizando as percepções e opiniões dos colaboradores através de pesquisas de satisfação, estratégias para melhorias, como auditorias, formas para mitigar a comunicação deficiente, revelando a importância deste público interno nos processos de gestão das bibliotecas universitárias, pois a comunicação interna influencia diretamente aos usuários e a reputação da biblioteca universitária.

A dimensão instrumental, mais evidenciada a partir da comunicação com os usuários, através do uso de TICs, foi comprovada. Os estudos se concentraram nas mídias digitais para comunicação externa. Ademais, houve evidências de planejamento estratégico dentro deste contexto e indicação de capacitação para os bibliotecários, o que mostra a preocupação e responsabilidades dos gestores que assim se dispuseram no planejamento deste tipo de comunicação.

Neste sentido, os conceitos da comunicação organizacional na gestão das bibliotecas universitárias revelam as tendências de estudo distribuídos nas dimensões citadas, bem como, os mesmos podem servir como ações e experiências práticas para bibliotecas universitárias que queiram otimizar a gestão da comunicação organizacional. Não obstante, futuros estudos são sugeridos para mais reflexões e debates em torno do assunto, devido aos poucos estudos na literatura.

## Referências

DORNELLES, D.; PRADO, J. Indicadores de Gestão da Comunicação para Bibliotecas Universitárias. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, Marília, SP, v. 18, p. e024015, 2024. DOI: 10.36311/1981-1640.2024.v18.e024015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15517>. Acesso em: 16 dez. 2024.

GOULD, E. M.; MEZICK, J. A. Communication between Technical Services and Subject Librarians: An Exploratory Study. *Technical Services Quarterly*, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 341–366, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07317131.2021.1973794>. Acesso em: 16 dez. 2024.

HERRERA-MORILLAS, J. L. La comunicación en los planes estratégicos de bibliotecas universitarias españolas. *Palabra Clave (La Plata)*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e127, 2021. DOI: 10.24215/18539912e127. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe127>. Acesso em: 16 dez. 2024.

KEACH, J. A. Exploring the role of networks and proximity for

communication satisfaction in an academic library. [s. l.], 2016. Masters Theses. 112. Disponível em: <https://commons.lib.jmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1092&context=master201019>. Acesso em 17 dez. 2024.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo : Summus, 2003.

KUNSCH, M. M. K. As dimensões humana, instrumental e estratégica da Comunicação Organizacional: recorte de um estudo aplicado no segmento corporativo. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 35, n. 2, 2012. DOI: 10.1590/rbcc.v35i2.1454. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1454>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LOPES, L. C. Comunicação e informação em arquivos, bibliotecas e museus. *Conexão - Comunicação e Cultura*, [S. l.: s. n.], v. 1, n. 02, 2003.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. Bibliotecas como organizações. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MARCUS, E.; TURNBULL, M. On the same page: Improving the connection between public services units in academic libraries. *College and Undergraduate Libraries*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 101–109, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10691316.2018.1457896>. Acesso: 17 dez. 2024.

MARTÍNEZ-CARDAMA, S.; PACIOS, A. R. Twitter communication of university libraries in the face of covid-19. *Profesional de la Informacion*, [s. l.], v. 29, n. 6, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.nov.18>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ORDOVÁS, G. B. J.; GRANTS, A. F. L. A comunicação organizacional da biblioteca universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -FEBAB, 2019. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2261>. Acesso em 17 dez. 2024.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de In-

formação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

RODRÍGUEZ, M.; ANGELOZZI, S. La gestión de la comunicación externa digital en bibliotecas universitarias. El caso de las bibliotecas pertenecientes a la Red de Bibliotecas de Universidades Católicas y de Orientación Católica en Argentina. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v47n2e353152>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, R. M. Comunicação, cultura e biblioteca: uma reflexão sobre o modelo de comunicação do Sistema de Bibliotecas da UFG. 2015. 312 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/637e382d-afa1-4587-ace0-4d8ac5ecb4b6>. Acesso em 16 dez. 2024.

SILVA, R. M.; NOGUEIRA, M. F. M. A comunicação nas bibliotecas universitárias: a busca por novos modelos. *Revista Panorama-Revista de Comunicação Social*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 93–95, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5512>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, R. M.; NOGUEIRA, M. F. M. Comunicação na biblioteca: uma reflexão sobre o modelo de comunicação do Sistema de Bibliotecas da UFG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2014. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6697>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, R. M.; NOGUEIRA, M. F. M. Estudo de caso: a comunicação no Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal de Goiás (UFG). *Temas da diversidade: experiências e práticas de pesquisa*. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.editora-cientifica.com.br/books/chapter/estudo-de-caso-a-comunicacao-no-sistema-de-bibliotecas-sibi-da-universidade-federal-de-goias-ufg>. Acesso em: 16 dez. 2024. E-BOOK.

VALLEFIN, C. La gestión de la comunicación digital en bibliotecas universitarias: El sistema de la UNLP y la construcción de espacios de innovación. In: JORNADAS DE INTERCAMBIO Y REFLE-

XIÓN ACERCA DE LA INVESTIGACION EN BIBLIOTECOLOGIA, 2021. Anais [...]. La Plata, Argentina. [S. l.]: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la ..., 2021. Disponível em: [https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.14284/ev.14284.pdf](https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.14284/ev.14284.pdf). Acesso em: 17 dez. 2024.

WAKIMOTO, D. K. Internal communication in academic libraries: Challenges and opportunities. *College and Undergraduate Libraries*, [s. l.], v. 29, n. 3–4, p. 190–205, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10691316.2022.2151542>. Acesso em: 17 dez. 2024.

# **Gestão da informação e memória: perspectivas a partir do acervo da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas**

Phamela Lima Torres  
Guilhermina de Melo Terra

## **RESUMO**

A relação entre os conceitos de memória e informação tem permeado os estudos da Ciência da Informação, um campo do conhecimento caracterizado pelo seu caráter interdisciplinar e que se preocupa com questões relacionadas aos fenômenos informacionais. Este artigo objetivou apontar como a relação entre os conceitos de memória e informação têm sido abordados na Ciência da Informação nos últimos anos a partir da análise do perfil do acervo da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. O estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa utilizando os métodos de pesquisa bibliográfica dos autores que abordam o tema da memória e informação, bem como o levantamento de informações sobre o acervo da biblioteca do Instituto. Os resultados obtidos demonstraram que os conceitos de memória e informação utilizados pelos autores da Ciência da Informação são oriundos de outras áreas do conhecimento e são complementados pela perspectiva do próprio campo. Concluiu-se que a instituição pesquisada mantém diretrizes de preservação do acervo da biblioteca focadas na preservação da memória local e institucional.

Palavras-chave: Gestão da Informação. Memória. Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas.

## **ABSTRACT**

*The relationship between the concepts of memory and information has permeated the studies of Information Science, a field of knowledge characterized by its interdisciplinary character and which is concerned with issues related to informational phenomena. This article aimed to point out how the relationship between the concepts of memory and information have been approached in Information Science in recent years based on the analysis of the profile of the library collection of the Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. The study was developed through a qualitative approach using the authors' bibliographic research methods that address the topic of memory and information, as well as collecting information about the Institute's library collection. The results obtained demonstrated that the concepts of memory and information used by Information Science*

*authors come from other areas of knowledge and are complemented by the perspective of the field itself. It was concluded that the researched institution maintains guidelines for preserving the library's collection focused on preserving local and institutional memory.*

**Keywords:** *Information Management. Memory. Historical and Geographic Institute of Amazonas.*

## **Introdução**

O artigo aborda a relação entre informação e memória sob a perspectiva de autores ligados à Ciência da Informação (CI) e busca apresentar um panorama dos principais conceitos utilizados nas publicações sobre o assunto, bem como os autores secundários que ajudaram na construção epistemológica de tais conceitos, traçando reflexões sobre a temática a partir da análise do perfil do acervo da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA). Terá como foco responder à seguinte questão norteadora: Como os conceitos de memória e informação têm sido abordados na Ciência da Informação nos últimos anos?

Para melhor compreensão e desenvolvimento do referencial teórico foram selecionados os autores Oliveira e Rodrigues (2009), Loureiro (2015), Costa (2020) e Teixeira (2021), por sua relevância nas pesquisas feitas previamente na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) em estudos que abordam de forma combinada os termos “memória” e “Ciência da Informação”, vinculados ao estudo da CI e em um contexto de interdisciplinaridade. Também contribuíram para o estudo os autores Falcão (2019) e Braga (2024) trazendo informações relevantes sobre os institutos históricos e geográficos no Brasil e na Amazônia, bem como sobre o acervo da biblioteca do IGHA.

O levantamento objetivou apontar como conceitos de memória têm sido abordados na Ciência da Informação nos últimos anos, tendo por objetivos específicos: levantar o quantitativo de estudos que englobam os termos “memória” e “Ciência da Informação” recuperados na Brapci, selecionar quatro autores mais relevantes nas pesquisas voltadas ao tema, identificar o arcabouço teórico e os conceitos de memória defendidos por esses autores e analisar a gestão da informação voltada à memória a partir do acervo da biblioteca do IGHA.

Partindo da hipótese de que esse é um tema em potencial crescimento dentro da área, tal questionamento justifica-se por sua relevância e atualidade dentro da CI, tendo em vista a criação nos últimos anos de linhas de pesquisa que envolvem o estudo da memória e do patrimônio em programas de pós-graduação na área, como a linha “Memória social, patrimônio e produção do conhecimento”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criada em 2016, após a reformulação do mesmo; a linha “Memória, Mediação e Organização do Conhecimento”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a linha “Memória, representação e informação”, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e até mesmo o Grupo de Trabalho “Informação e Memória”, GT 10 do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib).

Todas as iniciativas por parte das instituições de ensino em CI demonstram que a temática da memória tem sido cada vez mais vinculada a estudos da área, que em sua fundamentação já é assinalada pela interdisciplinaridade. Sendo assim, este estudo pretende ampliar a visão sobre memória voltada à CI, indo além das áreas onde essa temática já está consolidada, como no campo da História e da Antropologia.

Da mesma forma, relacionar o estudo dos conceitos de memória dentro da área à gestão da informação, sob a perspectiva do acervo da biblioteca de um instituto histórico, traz maior clareza ao tema, devido o valor histórico, cultural e informacional dos acervos mantidos por estas instituições e que demandam uma aplicação da relação memória/ informação em sua gestão, além de fazer parte da construção epistemológica do objeto da pesquisa de mestrado em andamento pelas autoras deste estudo.

## **Metodologia e procedimentos operacionais**

O estudo foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa visando análise aprofundada a respeito do tema, caracterizando-se como um artigo de revisão. Quanto aos meios, configura-se como bibliográfico e documental, e quanto aos fins, descritivo.

O universo da pesquisa concentra-se nos artigos científicos publicados na área da CI e listados na Brapci que tiveram como tema a relação entre “memória” e “Ciência da Informação”. Para tal, delimitou-se a busca em uma amostra contendo esses termos apenas no título, nas palavras-chave, ou no resumo do trabalho:

Figura 1: Tela inicial de pesquisa da BRAPCI.



Fonte: BRAPCI (2024).

Conforme demonstrado na Figura 1, a técnica utilizada para a coleta de dados foi o levantamento bibliográfico na Brapci e a leitura dos resumos dos artigos. Em seguida, foram contabilizados resultados obtidos com a utilização de operadores booleanos para a seguinte combinação de pesquisa na base: “memória AND Ciência da Informação”. Os resultados obtidos totalizaram 986 registros recuperados. Posteriormente, foram selecionados os quatro artigos mais relevantes dentro da temática, tendo como critério de avaliação da relevância a quantidade de citações deles por outros autores, bem como o referencial teórico utilizado no desenvolvimento do artigo. Foram eles:

- 1 - “As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica” de Oliveira e Rodrigues (2009);
- 2 - “Informação, Memória e Patrimônio: breves considerações” de Loureiro (2015);

3 - “Interações disciplinares na pesquisa sobre memória e patrimônio no contexto da Ciência da Informação no Brasil” de Costa (2020);

4- “Informação, memória e patrimônio cultural: bases articuladas como apoio para reflexões sobre o tema” de Teixeira (2021).

O levantamento bibliográfico de informações sobre o acervo da biblioteca do IGHA concentrou-se nas informações obtidas mediante a consulta da tese de doutorado de Falcão (2019) intitulada *O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários de construção de um campo intelectual em Manaus/AM*, e do artigo de periódico em meio eletrônico *Guardando memórias, construindo histórias: o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA - origens, acervo e balanço histórico*, de Braga (2024).

Quanto às limitações dos métodos utilizados, ressalta-se ainda que o levantamento bibliográfico na Brapci recuperou trabalhos apresentados em eventos, teses, dissertações e outros materiais que não foram analisados neste estudo. No que diz respeito ao levantamento do acervo da biblioteca do IGHA, a pesquisa limitou-se ao levantamento bibliográfico de informações disponibilizadas na Internet, não tendo sido realizada visita técnica às dependências da biblioteca em tempo hábil.

## **Revisão de literatura**

Visando contextualizar o cenário da pesquisa em memória sob a perspectiva dos pesquisadores da CI, esta seção apresenta conceitos trabalhados pelos mesmos nos últimos anos, além de trazer bases conceituais e autores mais citados nos artigos recuperados na pesquisa. Também trazemos informações sobre a atuação do IGHA na preservação da memória amazônica por meio do acervo de sua biblioteca, e as devidas implicações no tema aqui apresentado.

## **Ciência da Informação**

Surgida em um contexto pós Segunda Guerra Mundial ainda no século XX, a Ciência da Informação estuda fenômenos informa-

cionais e é considerada campo interdisciplinar que tem como disciplinas norteadoras a documentação e a recuperação da informação (Souza; Crippa, 2010, p. 3). No caso da primeira, o foco seria o registro do conhecimento produzido, enquanto a segunda preocupa-se mais com os sistemas de informação e como esta é processada.

Os processos informacionais estudados pela CI envolvem conceitos e variáveis diversos, que se comunicam com outras áreas do conhecimento, pois pensar informação requer também pensar quem produz essa informação, como ela é reproduzida, e o que é considerado relevante a ponto de ser registrado e compartilhado ao longo do tempo. Nesse contexto, as práticas culturais “apresentam-se como práticas informacionais num processo que deve considerar o caráter dinâmico próprio da cultura ao observar o movimento de transmissão, assimilação ou rejeição das informações pelos sujeitos sociais” (Teixeira, 2021, p. 17).

Tais práticas culturais citadas por Teixeira (2021) demandam um olhar aprofundado sob a perspectiva da CI, adentrando, portanto, em conceitos oriundos de outras áreas do conhecimento. Neste ponto da discussão, faz-se necessária a observação dos conceitos de memória e patrimônio histórico para um maior aprofundamento do assunto.

## **Memória**

O conceito de memória transita por diferentes áreas do conhecimento e pode variar de acordo com o contexto em que é empregado. “Enquanto objeto de estudo, a memória pode ser abordada pela Neurociência, pela Filosofia, pela Psicologia, pela Educação ou pela História, dentre outras possibilidades, conforme o aspecto que se quer estudar” (Oliveira; Rodrigues, 2009, p. 217).

De forma geral, a memória pode ser analisada em perspectiva individual e cognitiva do sujeito, ou em uma visão mais coletiva e social, conforme apontam Oliveira e Rodrigues (2009): “além de fenômeno individual e psicológico, a memória pode ser, também, analisada enquanto fenômeno social, produto das relações sociais estabelecidas pelos homens” (Id., *op. cit.*, p. 221). Essa diferenciação é importante quando o tema memória é discutido a partir da perspectiva da CI, pois influencia diretamente na discussão:

Convém ressaltar, ainda, a característica interdisciplinar da CI - presente desde os primeiros momentos de sua constituição como área do conhecimento - que amplia as possibilidades de uso do conceito de memória. É possível, portanto, pressupor que, na CI, são utilizadas diferentes concepções de memória, conforme o contexto no qual ocorrem os processos informacionais, os problemas a resolver, ou a abordagem que se pretende utilizar para solucioná-los. Um aspecto crucial para esta pesquisa é a mudança de paradigma característico da CI, cujo foco deixa de ser o documento, objeto característico da Documentação, para ser o seu conteúdo [...] (Oliveira; Rodrigues, 2009, p. 218).

Oliveira e Rodrigues nos mostram acima que os processos informacionais serão sempre o foco da análise do relacionamento entre memória e CI, ainda que as abordagens mudem de acordo com o conceito em que o termo é empregado. Essa memória “se apresenta, como o repositório das informações que por algum motivo foram detectadas como importantes para um determinado grupo ou comunidade” (Teixeira, 2021 p. 20), e ao investigá-la como um conjunto de informações a ser registrado e difundido, é preciso entendê-la em um contexto mais amplo, o que a CI possibilita de forma satisfatória.

Refletir sobre a memória no contexto da informação traz ainda outra variável passível de análise, o papel dos agentes de processamento e difusão dessa memória. Instituições privadas, órgãos públicos e suas unidades de informação relacionam-se diretamente com esse fenômeno e combinam processos informacionais e de preservação da memória coletiva e institucional. É o caso dos museus, bibliotecas e arquivos, tão abordados na produção científica da área. Diante disso, Oliveira e Rodrigues (2009) expõem que:

Nesse sentido, Pierre Nora (1993) apresenta o conceito de “lugares da memória” como uma estratégia, inventada pelas sociedades contemporâneas, para o problema da perda de identidade dos grupos sociais e da ausência de rituais mnemônicos. Além dos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação também são lugares da memória socialmente instituídos e legitimados para a preservação dos materiais da memória nacional, “chaves” da memória coletiva dos povos. (Oliveira; Rodrigues, 2009, p. 223)

Esses chamados lugares de memória apresentados por Nora (1993) e citados por Oliveira e Rodrigues (2009) demonstram a importância social da conservação de acervos informacionais dedicados à preservação da memória de um determinado grupo, entendendo o contexto informacional como também de salvaguarda do patrimônio cultural local e nacional.

## **Memória, patrimônio cultural e Ciência da Informação**

A CI relaciona-se com diversas áreas do conhecimento, utilizando conceitos que têm por base autores de outros campos. Em geral, estudos publicados na área trazem como arcabouço teórico fontes que vão além da própria CI. Essa é uma característica importante que traz para o cenário uma riqueza teórica com diferentes pontos de vista, muitas vezes até contrários, mas que se complementam, enriquecendo a discussão e proporcionando a construção de novos conhecimentos. Sendo assim, “a relação entre informação, memória e patrimônio, dessa forma, pode ser encarada sob diferentes perspectivas disciplinares no âmbito da Ciência da Informação [...], os campos da informação, memória e patrimônio, apesar das evidentes autonomias, têm cumplicidades [...] fundamentais” (Costa, 2020, p. 2).

Conceitos de memória e patrimônio cultural têm se mostrado presentes nas pesquisas da CI, ainda que de forma discreta, o que pode ser constatado nesta pesquisa pela observação do corpo de autores utilizados nos artigos selecionados como amostra. Tais conceitos em sua grande maioria abordaram uma relação com o fenômeno da informação, sua preservação e armazenamento, não se limitando, porém a esse único aspecto:

É fato que a informação, memória e patrimônio, seja em sua relação ou de modo particular, está presente na pesquisa e na produção científica da área da Ciência da Informação. [...] Apesar da riqueza conceitual advinda de anos de pesquisa dos estudiosos citados e muitos outros, a prefaciadora do livro *Informação, patrimônio: diálogos interdisciplinares* assevera a existência de uma “fragilidade conceitual” sobre a pesquisa dedicada à informação, à memória e ao patrimônio, chegando a afirmar que os referidos conceitos têm destaque no âmbito de várias áreas do

conhecimento [...] Dessa forma, os estudos sobre memória tem como protagonistas autores de áreas principalmente da Antropologia e da História (Costa, 2020, p. 4-5).

De acordo com o que foi afirmado por Costa (2020), na atualidade, considera-se que na CI não existem conceitos únicos ou totalmente consolidados sobre a questão da memória e do patrimônio cultural, assim como, a atuação deles no processo informacional segue em discussão, emprestando definições de outras áreas do conhecimento. A tabela abaixo possibilita a visualização dos principais autores utilizados pelos pesquisadores nessa análise:

Quadro 2: Autores da CI que publicaram sobre memória.

<b>Autor</b>	<b>Título da publicação</b>	<b>Principais autores que embasaram o estudo</b>	<b>Ano</b>
Oliveira; Rodrigues	“As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica”	Borko (1968), Le Coadic (1996), Saracevic (1992), Wersing (1975), Ondar; Dobedei (2005), Santos (2003), Paul Otlet (1934), Pinheiro (2005), Ribeiro (2005), Barrenechea (2005), Le Goff (2003), Aristóteles tradução de HETT (2000), Halbwachs (2004), Pierre Nora (1993), Bush (1945), Saracevic (1996), Capurro (2005), Wersing; Neveling (1975), Odone; Gomes (2000), Stein (1995), Abecker (1997), Ackerman (1994), Heijst (1997).	2009
Loureiro	“Informação, Memória e Patrimônio: breves considerações”	Gillis (1996), Duarte (2005), Hobsbawn (1984), Catell; Climo (2002), Susannah Radstone (2000), Olick; Robbins (1998), Smith (1995), Crumley (2000), Archibald (1999), Rodrigues (2014), Farias (2010).	2015

Costa	“Interações disciplinares na pesquisa sobre memória e patrimônio no contexto da Ciência da Informação no Brasil”	Abbagnano (2007), Japiassú; Marcondes (1996), Bachelard (1996), Castoriadis (1982), Bruno (2015), Silva (2003), Barreto (2002), Carneiro (2019), Azevedo Netto (2015), Dodebei (2010), Loureiro (2015), Lima (2015), Halbwachs (2013), Pollak (1992), Candau (2018), Nora (1984), Ricoeur (1989), Le Goff (2003), Casalegno (2006), Narloch; Scheiner; Lima (2018), Neves; Cruz (2001), Pombo (1994), Wersig (1992), Saracevic (1995), Bicalho (2011).	2020
Teixeira	“Informação, memória e patrimônio cultural: bases articuladas como apoio para reflexões sobre o tema”	Aranha; Martins (2003), Laraia (2002), Marteleto (1995), Castells (2002), Burke (2005), Capurro; Hjørland (2007), Reis (2007), Bosi (1994), Krenak (1991), Halbwachs (1990), Silva e Silva (2009), Le Goff (2003), Poulot (2009).	2021

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como demonstrado pelo Quadro 2, os artigos selecionados no estudo apresentaram referencial teórico semelhante, composto por obras de autores da própria CI para embasar os conceitos relacionados à informação e de outros campos do conhecimento visando discutir as questões ligadas à memória e ao patrimônio cultural.

Dentre autores mais utilizados na fundamentação desses artigos, Paul Otlet (1996), Le Goff (2003), Dobedei (2005), Halbwachs (1990), Smith (1993) e Saracevic (1996) foram os recorrentes com alta citados pelos pesquisadores da CI, repetindo-se em mais de um estudo, o que reflete mais uma vez a característica de interdisciplinaridade do campo.

Ainda considerando o contexto atual da relação entre memória e informação presente nos artigos produzidos na CI, faz-se interessante observar a contribuição de Loureiro (2015) sobre o assunto:

[...] Apesar de todos esses esforços dirigidos à homogeneização da memória social e do patrimônio ampliam-se progressivamente nos dias de hoje os embates travados por inúmeros grupos sociais na construção de suas próprias narrativas. [...] Memória social e patrimônio cultural refletem, especificamente aqui no caso brasileiro, as dissonâncias de uma nação inventada e construída sob o prisma da desigualdade. Nesse caso, o fenômeno informação pode e deve tornar-se um instrumento por excelência na ativação das transformações soberanamente desejadas pelos grupos sociais (Loureiro, 2015, p. 104).

Conforme exposto pelo autor, o fenômeno informacional relaciona-se diretamente com a construção da memória no país e com a preservação do patrimônio cultural nacional, configurando-se inclusive como um instrumento de transformação social. Desta forma, as discussões sobre o tema ultrapassam as questões técnicas e conceituais da academia, demonstrando o potencial do assunto para pesquisas futuras.

## **Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas**

A criação do IGHA data de 1917, no início do Século XX, e tornou-se um importante marco para a construção e preservação do patrimônio cultural de Manaus. Essa instituição de caráter científico e cultural foi pensada por um grupo de intelectuais da região, quando o fim do grande ciclo da borracha havia deixado cidade em um estado de desânimo e incerteza, revelando a necessidade de novos rumos a serem tomados em todos os setores da sociedade:

O cenário de possibilidades profissionais disponíveis à intelectualidade manauara estava restrito, sobretudo à imprensa, ao magistério ou a própria participação no mundo da política, coisa, aliás, que muitos dos intelectuais ligados ao IGHA vivenciaram. Neste sentido, fazer parte e atuar nas fileiras do Instituto, uma instituição capaz de valorizar o potencial individual de cada membro para o diagnóstico da realidade, seria uma forma de garantir mais um espaço por onde transitar, tendo à disposição até mesmo uma revista trimestral que publicaria trabalhos dos sócios (Falcão, 2019, p. 75).

## **Biblioteca Ramayana de Chevalier**

Dentre as contribuições do Instituto para a sociedade amazônica destaca-se a criação de uma biblioteca especializada dentro de sua sede, a biblioteca de tipologia especializada Ramayana de Chevalier, que possui obras importantes sobre a história do Estado, cultura amazônica e temas relacionados.

Em suas coleções bibliográficas encontram-se obras raras como manuscritos do século XIX, jornais publicados no início do século XX, um acervo fotográfico dos séculos XIX e XX, publicações de viajantes naturalistas, leis, regulamentos, mensagens, relatórios dentre outros materiais que relatam a memória da cidade e região:

A Biblioteca denominada Ramayana Chevalier, funciona nos Salões João Rebello Corrêa e Manoel Anísio Jobim, e encontra-se atualmente em fase de reestruturação. Seu acervo inclui assuntos variados e obras raras, abrangendo desde História e Geografia Geral e do Brasil, Literatura Brasileira e Estrangeira, Direito, Belas Artes, Fotografia, Desportos, Filologia, Música, Ciências Aplicadas, Medicina, Tecnologia, Geologia, Biologia, Filosofia, Religião, Enciclopédias, Publicações periódicas, entre outras (Braga, 2024, p. 21).

O acervo mantido pela biblioteca do IGHA demonstra a preocupação da instituição em preservar tanto sua própria memória institucional e da produção intelectual de seus membros quanto a memória coletiva da Região Amazônica, objetivo traçado desde a ata de criação do Instituto, no ano de 2017, cuja descrição cita os objetivos de “reunir, concatenar, publicar e arquivar documentos e trabalhos concernentes ao Brasil e especialmente ao Estado do Amazonas” (Braga, 2024, p. 5).

Atualmente a biblioteca conta com um acervo de aproximadamente 16 mil itens e pode ser visitada pelo público externo mediante agendamento prévio pelo e-mail da instituição, estando localizada na sede do Instituto, na rua Frei José dos Inocentes, casa 131, Centro Histórico de Manaus.

Figura 2: Biblioteca Ramayana de Chevalier



Fonte: Roumen Koynov, (2021). *In*: Braga (2024).

Tanto a Biblioteca Ramayana de Chevalier quanto o Museu Etnográfico Crisanto Jobim, do instituto, constituem valioso patrimônio histórico e cultural para a cidade, para o Estado e para a Amazônia, mas a contribuição do IGHA para a construção e divulgação de uma memória local vai além, passando pela realização de eventos, a recepção de estudantes de graduação e pós-graduação para pesquisas e consultas ao acervo e de pesquisadores nacionais e de outras nacionalidades, e culminando na publicação de sua Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas.

### **Considerações finais**

O cenário atual da pesquisa dos conceitos de memória na CI tem mostrado um crescimento ao longo dos últimos anos, tendendo para a apresentação de trabalhos voltados ao estudo da memória organizacional. Em segundo lugar, aparecem os estudos sobre a relação entre informação e memória social (Oliveira; Rodrigues, 2009, p. 234-235).

Entendendo a característica primordial da CI pautada na interdisciplinaridade mostra-se relevante a pesquisa da temática da memória para a área, o que tem sido evidenciado também pelo crescente número de linhas e grupos de pesquisas que abordam o tema em programas de pós-graduação dela.

Sendo assim, dados levantados na Brapci bem como a sistematização dos conceitos apresentados pelos autores que embasaram este estudo possibilitaram responder em parte o seu questionamento inicial e apontar como os conceitos de memória e seu relacionamento com o conceito de informação têm sido abordados na CI nos últimos anos, ficando limitado, porém à amostra de artigos utilizados na análise dos dados, não fornecendo dessa forma um panorama mais amplo sobre o assunto.

Da mesma forma, este estudo demonstrou que os institutos históricos são uma rica fonte de materiais bibliográficos e documentais, e que são produtores de pesquisas sobre a cultura de uma determinada localidade. Alguns deles, em épocas e cidades onde não havia esforços organizados para a construção e preservação da história local, foram as primeiras instituições a se preocupar com tal empreitada, fazendo dos mesmos expoentes da cultura local e na salvaguarda de acervos históricos, se dispondo a contribuir para a construção e difusão de uma memória coletiva, destacando-se o caso do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas com sua biblioteca especializada, sendo a segunda instituição mais antiga dessa tipologia na Região Norte do país.

Por último, ressalta-se que o tema proposto ainda está em fase de construção de uma base sólida dentro da Ciência da Informação, sendo assim, pensar a memória sob a perspectiva da área é uma questão atual e relevante, sobretudo para pesquisadores e pós-graduandos. Sugere-se, portanto, o desenvolvimento de pesquisas futuras, inclusive o aprofundamento desta, para uma maior compreensão ou atualização do tema.

## **Referências**

BRAGA, Bruno; XAVIER DOS ANJOS, José Gerando. Guardando memórias, construindo histórias: o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA - origens, acervo e balanço histórico. *Mneme - Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 1–28, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/37876>. Acesso em: 27 dez. 2024.

COSTA, Luciana Ferreira da. Interações disciplinares na pesquisa sobre memória e patrimônio no contexto da Ciência da Informação no Brasil. RACIn, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2020. Disponível em: [https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v8\\_n1/racin\\_v8\\_n1\\_artigo01.pdf](https://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v8_n1/racin_v8_n1_artigo01.pdf). Acesso em: 16 dez. 2024.

GRUPOS de trabalho. Disponível em: <https://ancib.org/sites/enancib2024/index.php/gts/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

LINHAS de pesquisa. Disponível em: <https://ppgci.eci.ufmg.br/linhas-de-pesquisa-2/>. Acesso em: 7 nov. 2024. LINHAS de pesquisa. Disponível em: <https://pgcin.ufsc.br/areas-de-pesquisa/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Informação, memória e patrimônio: breves considerações. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: [https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/texto-4\\_-informac3a7c3a3o-patrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf](https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/texto-4_-informac3a7c3a3o-patrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf). Acesso em: 16 dez. 2024.

MEMÓRIA, representação e informação. Disponível em: <https://cienciainformacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/detalhes-da-linha-de-pesquisa?id=164>. Acesso em: 16 dez. 2024.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009. Disponível em: Acesso em: 16 dez. 2024.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., ISSN 1518 - 2924, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.1-23, 2010. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/11557>. Acesso em 16 dez. 2024.

TEIXEIRA, Clotildes Avellar. Bases articuladas como apoio para reflexões sobre o tema. MESCLA - Revista Eletrônica, v. 2 n. 1, p. 14-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/mescla/issue/download/302/INFORMA%C3%87%C3%83O%2C%2>

0MEM%C3%93RIA%20E%20PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL%3A%20BASES%20ARTICULADAS%20COMO%20APOIO%20PARA%20REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20O%20TEMA1. Acesso em: 16 dez. 2024.

FALCÃO, Charles Maciel. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários de construção de um campo intelectual em Manaus - AM. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) 2019. 262 f. Orientador: Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7511>. Acesso em: 16 dez. 2024.

# **Documentos arquivísticos digitais: considerações iniciais sobre as iniciativas do go- verno de Estado do Amazonas**

Glenda Silva Rodrigues  
Alexandre de Souza Costa

## **RESUMO**

Este trabalho inicial versa sobre a pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do PPGIC-FIC-UFAM para entender como os documentos arquivísticos digitais vêm sendo tratados pela esfera estadual do Amazonas. Para isso, esta pesquisa levantou quais as iniciativas do governo do estado no que se refere ao documento arquivístico digital, realizou-se um levantamento das estruturadas e tentativas de inserção tecnológica proposta pelo estado, analisando onde os documentos digitais estão sendo inseridos, o que possibilita uma boa gestão pública de documentos, além de verificar os órgãos competentes designados para tais iniciativas. E para isso, realizamos um estudo básico, sendo uma pesquisa exploratória para identificar as características desse fenômeno de forma descritiva, em uma perspectiva qualitativa. Os resultados em fase inicial obtidos, demonstra que a esfera estadual necessita de aprofundamentos sobre o objeto proposto na pesquisa. Sendo assim, por se tratar de um trabalho em desenvolvimento, a pesquisa futuramente podera responder com maior precisão as reflexões obtidas neste trabalho.

Palavras-chave: documento arquivístico digital. governo de estado do Amazonas. inserção tecnológica

## **ABSTRACT**

*This initial work deals with the research we are developing within the scope of PPGIC-FIC-UFAM to understand how digital archival documents are being treated at the state level in Amazonas. To this end, this research surveyed the state government's initiatives with regard to digital archival documents, a survey of the structured and technological insertion attempt proposed by the state was carried out, analyzing where digital documents are being inserted, which makes it possible good public document management, in addition to verifying the competent bodies designated for such initiatives. And for this, we carried out a basic study, being an exploratory research to identify the characteristics of this phenomenon in a descriptive way, from a qualitative perspective. The results obtained in the initial phase demonstrate that the state level needs further elaboration on the ob-*

*ject proposed in the research. Therefore, as it is a work in progress, future research will be able to respond with greater precision to the reflections obtained in this work.*

**Keywords:** *digital archival document. state government of Amazonas. Technological insertion*

## **Introdução**

Na metade do século XX houve aumento significativo no desenvolvimento de novas tecnologias. O paradigma a priori trouxe desafios e foco maior em pesquisas para se entender o fenômeno. No período de guerra e pós, revoluções anteriores e posteriores iniciaram mudanças no comportamento mercadológico de tecnologia, com modelos e formatos sendo adicionados em sequência. Com isso, durante a terceira revolução industrial temos a contribuição de empresas, governos e estudiosos debruçando-se em trazer avanços tecnológicos que antes não eram vistos. A exemplo disso temos a idealização da robótica e outras tecnologias de ponta.

No final da década de 1990, percebe-se uma maior produção dessas tecnologias, onde transmissão e distribuição da informação passaram a ser instantâneas. A realidade foi possível através de redes de computadores, *internet*, televisão e outros meios de comunicação e informação. A partir disso, empresas privadas e públicas precisaram adaptar-se a essas tecnologias, corroborando para a necessidade de melhores formas de tratamento a esses sistemas complexos.

Esses sistemas complexos podem ser vistos em diferentes cenários e áreas do conhecimento, destacando um maior envolvimento de profissionais e pesquisadores para entender as causas e efeitos dessas tecnologias. Com novos formatos e adventos, destacamos o “documento digital” e o “documento arquivístico digital”, pilares de três principais mudanças: a linguagem computacional passou a ter **significados**, o que determinou a necessidade de **tratamento específico e interpretação**. Nesse contexto é importante frisar que sociedade, empresas e instituições públicas ganharam novas formas com a inserção dessas tecnologias, o que permitiu estruturar melhorias nas demandas de cada setor, sendo caracterizado pelas atividades finalísticas exercidas em cada um desses locais.

No Amazonas, temos realidade importante a ser analisada, tanto porque iniciativas do governo de Estado são vistas a passos vagarosos. Claro que a realidade é bem diferente das grandes capitais, quando falamos de estrutura organizacional e devidas clarezas no que concerne à gestão documental, tanto física quando digital no Amazonas. O que se destaca é o fato de o Estado somente ter adotado sistema de gerenciamento de documentos eletrônicos em 2020, reutilizado da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz) e adotado como obrigatoriedade pelo executivo estadual, conforme o decreto nº 42.727/2020.

Portanto, a presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre as iniciativas do governo do Amazonas no que se refere ao documento arquivístico digital, analisando pautas do executivo estadual do Amazonas. O trabalho está sendo estruturado com base em um levantamento bibliográfico realizado de forma inicial. O objeto será aprofundado na dissertação de mestrado de comunicação e informação. Os resultados até aqui são parciais, para fins de exploração da temática. Futuramente espera-se que a dissertação possa ser base para maiores discussões da situação do executivo estadual no que se refere ao documento arquivístico digital.

## **Metodologia**

A pesquisa é exploratória, pois “permite maior familiaridade entre pesquisador e tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado.” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 127). Em relação aos objetivos, optou-se por abordagem descritiva, para “se identificar características de determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos” (Braga, 2007, p. 25). A pesquisa é de caráter qualitativa, posto que enseja “[...] procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 187)

Quanto ao universo da pesquisa, o trabalho pretende levantar iniciativas do executivo estadual do Amazonas em relação ao documento arquivístico digital. A pesquisa se deu a partir da legislação vigente sobre o objeto, concernente a dados de domínio público sobre as licitações, estrutura governamental e suas delegações,

bem como, *releases* divulgados pelas assessorias de comunicação de órgãos que compõe o governo. Dados foram anexados em planilhas para se observar quais se tratavam de documentos arquivísticos digitais. O tratamento se deu a partir da análise de conteúdo.

## **Documento digital e documento arquivístico digital: em busca de definições**

Em um olhar inicial sobre documento digital e digital arquivístico, no que concerne a sua estrutura, é necessário pontuar a complexidade terminológica revisitada tanto na Ciência da Informação como na Arquivologia. Nessa perspectiva, o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2016, p. 21) define o documento digital como “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. Na descrição, entendem-se diferenças de formato e suporte entre documentos físicos e digitais.

As diferenças a princípio são quanto ao formato, porque na definição geral de documento visualizado na literatura especializada têm-se as informações registradas independente do suporte ou o formato. O documento digital é codificado em dígitos binários, sistema matemático utilizado por computadores para registrar e criar informações. Diferenças essas denotam necessidade de tratamentos específicos, e algo importante a ser frisado é que na maioria dos trabalhos que retratam o documento digital há um paralelo com o documento eletrônico em um olhar mais arquivístico da temática.

Em relação às especificidades concernentes à estrutura do documento digital, podem ser verificadas a existência de níveis de abstração, e para isso, de acordo com Ferreira (2006), existem quatro níveis de abstração, dentre elas são: o objeto físico (*hardware*), o objeto lógico (*software*), o objeto conceitual e o objeto experimentado (humano). Cada nível se faz necessário por seus diferentes aspectos, além de delimitarem funções dentro do conjunto computacional. Os níveis de abstração fazem referência a outro objeto de análise da pesquisa. O documento arquivístico digital pode ser compreendido e visualizado a partir dessa estrutura de abstração.

O documento arquivístico digital pressupõe a necessidade de tratamentos específicos, sendo caracterizado por informação registrada, natureza da produção, suporte e organicidade. Tudo ressaltado pelo campo arquivístico. De acordo com o Inter<sup>1</sup>Pares 2, documento arquivístico é qualquer documento produzido (isto é, elaborado ou recebido e salvo para ações futuras ou referência) por pessoa física ou jurídica no curso de atividade prática como instrumento e subproduto de tal atividade (Interpares, 2006). A definição do InterPares corrobora com a definição visualizada no art. 2 da lei 8.159/1991, que define o documento arquivístico como:

[...]conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991. art. 2).

Tem-se a questão da organicidade em torno da sua conceituação geral, princípio necessário para a caracterização do documento arquivístico e que implica na sua especificidade de aplicação. Duranti (1994) reforça características tais como: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Esses princípios retomam a discussão acerca de itens específicos do ambiente digital, estes por sua vez são fundamentais no que se refere a relação entre os conjuntos documentais em ambientes complexos.

Santos e Duranti (2005) exemplifica diferenças entre o documento tradicional e o eletrônico, sendo com isso possível identificar cinco singularidades, que são: i) consignação e utilização de símbolos, ii) relação entre o conteúdo e o suporte, iii) características das estruturas materiais e lógicas, iv) metadados e identificação dos documentos, v) conservação dos documentos.

O documento arquivístico digital parte da ideia de que o ambiente digital respeite todas as especificidades citadas por Santos e Duranti (Id., *op. cit.*), o que requer um olhar mais aprofundado na literatura para se estruturar um referencial com as atualizações sobre a temática.

---

1A International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

## Estrutura do Governo do Estado: identificando Sead e Prodam

O Amazonas é composto por 62 municípios, sendo o maior Estado em extensão territorial do Brasil. Possui estrutura do executivo estadual complexa, sendo capaz de abranger em sua capital os principais órgãos da gestão pública para fins de demandas administrativas.

Na figura abaixo visualiza-se a estrutura organizacional.

Figura 1- Estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual



Fonte: Portal da transparência do governo do Amazonas (elaborado pelo autor)

Os órgãos são divididos em pastas administrativas, demandas essas especificadas pela complexidade da extensão territorial. As informações são disponibilizadas de forma individualizada em seus respectivos sites institucionais. Para esta pesquisa, analisa-se de forma geral suas funções. No entanto, buscou-se visualizar dois órgãos da estrutura, a Secretaria de Administração e Gestão (Sead) e a de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam), responsáveis pela parametrização e a gestão documental tanto física e digital dos órgãos do executivo estadual.

No tópico seguinte, buscamos visualizar as iniciativas do executivo estadual sobre o documento arquivístico digital, sendo uma pauta importante frente à realidade das tecnologias de informação e comunicação, o que ocasionou verificar e levantar os principais pontos de discussão e utilização de sistemas trazendo assim um olhar mais direcionado sobre o objeto da pesquisa.

## **Um levantamento das iniciativas do governo frente ao documento arquivístico digital**

O Amazonas passou a se adequar e oficializar os sistemas de gestão de documentos digitais no executivo estadual no ano de 2020, conforme postagem realizada pela Casa Civil em 14 de setembro de 2020<sup>2</sup>. O olhar desta pesquisa visa trazer a conhecimento as iniciativas desde então em diferentes frentes do estado sobre a temática em discussão.

O executivo estadual adotou o sistema até então utilizado pela Sefaz, estendendo às secretarias de Estado para oficializar e dar suporte para a gestão de documentos digitais. A demanda institucionalizou o sistema de gestão eletrônica de documentos (Sigid), este por sua vez oficializado pelo decreto nº 42.727/2020<sup>3</sup>, objetivando a autuação, produção, tramitação e consulta de processos administrativos eletrônicos. No parágrafo primeiro do mesmo decreto supracitado, o sistema passou a ser obrigatório para os órgãos e entidades do sistema governamental. A atribuição de implementação foi destinada a Sead, Prodam e Sefaz.

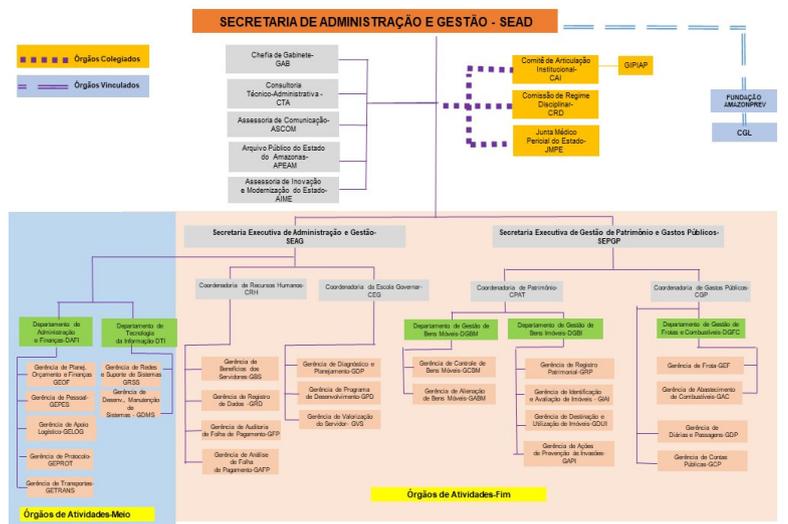
É importante frisar o papel de cada órgão dentro da estrutura organizacional. Para isso, a Sead tem sua estrutura organizacional regulamentada pelo Decreto lei nº 38.880, de 16 de abril de 2018, conforme o organograma do Estado. A secretaria está vinculada diretamente ao gabinete do governador, tendo papel de destaque no cenário da administração do executivo estadual. Em 1960, quando criada, passou por inúmeras reformulações administrativas, de forma interna. Atualmente, conta com as principais definições e é regulada pelo decreto citado no parágrafo anterior. Essas reformulações da estrutura podem ser vistas no organograma da secretaria, veja abaixo:

---

2 <https://www.casacivil.am.gov.br/sistema-de-gestao-de-documentos-e-oficializado-para-tornar-mais-eficiente-transparente-e-economica-a-comunicacao-entre-orgaos-estaduais/>

3 <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=401217>

Figura 1- Organograma SEAD.



Fonte: Site institucional da Sead

A missão da secretaria tem como foco formular e estabelecer políticas de gestão de recursos humanos, de documentos, bens patrimoniais e de gastos públicos no âmbito estadual no que se refere aos serviços de modernização e prestação de serviços à sociedade. As atualizações mais recentes estão direcionadas ao decreto nº 33.743, de 16 de abril de 2018, no qual são estabelecidos cargos e funções de cada instituição atuante na estrutura da Sead.

O destaque a ser realizado é o papel do Arquivo Público do Estado do Amazonas (Apeam) na estrutura organizacional da Sead e do executivo estadual como um todo, sobremaneira no que se refere a políticas de gestão documental física e digital. A ação da Apeam diante nas atividades administrativas do Estado é de coleta, organização, armazenamento e recuperação de documentos oriundos de órgãos e entidades da administração pública estadual, fazendo ainda a manutenção de um sistema atualizado de consulta à documentação administrativa e histórica do Estado.

Até o momento, atividades de gestão da documentação histórica estão sendo realizadas visando uma melhor conservação e

acesso desses documentos na sede do arquivo público. No que se refere ao documento digital, a legislação vigente é o decreto citado anteriormente, estabelecendo a obrigatoriedade do Siged em todos os órgãos do Estado. No presente, não se tem informações sobre atos e/ou políticas públicas para a estruturação de sistemáticas de trabalho na área, principalmente no que se refere ao tratamento de documentos arquivísticos digitais, pelo menos não de forma aberta ou acessível nas páginas institucionais.

A Prodam é um dos órgãos responsáveis pela parametrização do sistema utilizado para a gestão eletrônica dos documentos do Siged. A Prodam, todavia, é sociedade de economia mista, de capital fechado, com controle acionário do Governo do Estado, e isso significa dizer que o órgão presta atendimento ao setor público e privado no Amazonas. Sua principal função é oferecer soluções, modernização e informatização por meio de sistemas tecnológicos de fácil acesso.

Conforme levantamento inicial, a Prodam abriu em 2024 pregão eletrônico para contratação de serviços técnicos auxiliares de Arquivologia, no contexto da realização de diagnóstico situacional, classificação, organização, digitalização, armazenamento e guarda digital de documentos permanentes, além dos serviços de fornecimento de sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (GED) a serem agregados ao portfólio de serviços comercializados aos seus clientes (Pregão eletrônico 03/2024). Mas após análise de dispositivos legais, o pregão encontra-se suspenso.

A licitação pode ser consultada no site de compra do governo federal sob o código: 927131. Inúmeros questionamentos foram realizados, visto os itens contidos na licitação. Por isso, a mesma encontra-se suspensa e não houve movimentação desde abril do ano passado. No futuro, a dissertação fará aprofundamentos maiores sobre a questão, enfatizando a necessidade de legislação e estrutura maior para que documentos arquivísticos do Estado sejam preservados e de fato estejam dentro de parâmetros jurídicos e requisitos em nível nacional.

## **Considerações finais**

O objeto dessa pesquisa é fruto da dissertação ainda em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Informação e

Comunicação (PPGIC). Por isso, buscou-se trazer um levantamento das iniciativas do executivo estadual do Amazonas sobre o documento arquivístico digital em âmbito estadual, compondo portanto reflexões em fase inicial, com necessidade de aprofundamentos.

Em âmbito estadual, a primeira demanda é a de modernização na gestão da documentação eletrônica produzida, pois o decreto nº 42.727/2020 determina a adoção do sistema Siged, utilizado pela Sefaz, e passa a ser implementado em todos os órgãos do estado para fins de igualdade de tecnologias de informação e comunicação. O sistema tem por função ser ferramenta de facilitação de acesso e tramitação de documentos eletrônicos entre órgãos. A priori, o sistema satisfaz o que decreto descreve. Porém, a pesquisa está em andamento. Futuramente, poderemos ter resultados melhores e detalhados sobre a situação do Estado em relação ao documento arquivístico digital.

## Referências

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Métodos para pesquisa em Ciência da Informação. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. p. 17-38.0

CTDE; Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Glossário. 6ª versão. 2014. INTERPARES. Projeto InterPARES 2. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Diretrizes\\_producutor.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_producutor.pdf)>. Acesso em: 23 de dez. 2024

FERREIRA, Miguel. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Guimarães, Portugal, 2006.

INTERPARES. Projeto InterPARES 2. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Diretrizes\\_producutor.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_producutor.pdf)>. Acesso em: 23 de dez. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 160 p.

SANTOS, Vanderlei B. dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. 2ª edição. Brasília; ABRAQ, 2005.

# Comunicação digital e científica na Amazônia Legal: reflexões teóricas e metodológicas sobre o caso da Rede RHISA

Ana Maria Costa Azevedo

Israel de Jesus Rocha

## RESUMO

Este capítulo tem como objetivo desenvolver uma reflexão teórica-metodológica sobre o uso da comunicação digital voltada para a comunidade científica, com um estudo de caso centrado na Rede de Recursos Humanos e Inteligência para Sustentabilidade da Amazônia (RHISA). Neste sentido, o artigo procura desenvolver as noções de comunicação digital, comunicação da ciência e redes de colaboração como fundamentos centrais para pensar o fortalecimento da interação e a disseminação da produção científica entre os membros da comunidade científica na Amazônia Legal. Os resultados esperados desta reflexão incluem uma análise sobre as estratégias e as ferramentas de comunicação digital que auxiliam a interação e a colaboração entre os integrantes desta comunidade, contribuindo assim para o pensamento crítico e a teorização sobre a temática.

**Palavras-chave:** Comunicação Digital. Comunidade Científica. Redes de Colaboração. Colaboração Científica.

## ABSTRACT

This chapter aims to develop a theoretical-methodological reflection on the use of digital communication tailored to the scientific community, with a case study focused on the Human Resources and Intelligence Network for Sustainability in the Amazon (RHISA). In this context, the chapter seeks to advance the notions of digital communication, science communication, and collaboration networks as central foundations for strengthening interaction and disseminating scientific production among members of the scientific community in the Amazon region. The expected outcomes of this reflection include an analysis of digital communication strategies and tools that support interaction and collaboration within this community, thus contributing to critical thinking and theorization on the subject.

**Keywords:** Digital Communication. Scientific Community. Collaboration Networks. Scientific Collaboration.

## Introdução

A comunicação é habilidade fundamental para o desenvolvimento humano e a interação social, desempenhando papel essencial na troca de ideias, na disseminação de conhecimento e na construção de relações interpessoais.

No contexto contemporâneo, a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs) transformou profundamente a maneira como nos conectamos e transmitimos informações, marcando a transição para uma era digital. Conforme Takahashi (2000), TICs contemplam um conjunto amplo de tecnologias voltadas ao tratamento, à organização e à disseminação de informações.

Nesse cenário, a comunicação digital emerge como mecanismo indispensável para ampliar o alcance de mensagens e democratizar o acesso ao conhecimento, especialmente no campo científico. Além de promover a interação entre pesquisadores, instituições e sociedade, a comunicação digital facilita a criação de redes colaborativas que impulsionam a produção científica e a inovação tecnológica.

De forma direta, podemos dizer que hoje as TICs equivalem a *killer application* que produz serviços e produtos de comunicação específicos para a ambiência digital, com os quais o comunicador tem que criar, planejar e implementar estes novos serviços e produtos para que o seu trabalho alcance os resultados esperados (Corrêa, 2005, p. 99).

Este texto busca explorar a relevância da comunicação e suas aplicações digitais, com foco na divulgação científica e no fortalecimento de redes de colaboração. Como estudo de caso, apresenta-se a Rede de Recursos Humanos e Inteligência para Sustentabilidade da Amazônia (RHISA), iniciativa pioneira na Amazônia Legal, que alia tecnologia e cooperação para promover a ciência e a sustentabilidade na região.

Para fins metodológicos, o capítulo tem o objetivo de refletir teoricamente sobre a temática, além de somar para o arcabouço teórico da pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, cujo objetivo geral é analisar a plataforma digital RHISA e seus usos pela

comunidade científica da Amazônia Legal, bem como relacionar a comunicação digital como instrumento da comunicação científica.

## **Comunicação**

A comunicação é uma das funções básicas do ser humano, para partilhar ideias, trocar opiniões e podendo ocorrer de forma verbal ou não verbal, além de diversos meios. Diversos autores estabelecem o conceito básico de comunicação e entram em consenso em suas definições. Como apresentam os autores Sutterley, Donnely (1973) e Mortensen (1980) a comunicação é considerada como um dos processos básicos do ser humano ao longo de sua trajetória vital, com a mais complexa e elevada conquista da humanidade.

O processo comunicativo é inerente à existência, ao crescimento, ao comportamento de todos os seres vivos. Assim, explica Thayer (1972), pode ser compreendido como função indispensável de pessoas e organizações, através da qual organização ou organismo se relacionam com o meio ambiente, com outros e com suas próprias partes, mediante processos internos.

Podemos dizer que toda a comunicação humana tem alguma fonte, uma pessoa ou um grupo de pessoas com um objetivo, uma razão para empenhar-se em comunicação. Estabelecida uma origem, com ideias, necessidades, intenções, informações e um objetivo a comunicar, torna-se necessário o segundo ingrediente. O objetivo da fonte tem de ser expresso em forma de mensagem (Berlo, 1972, p. 16).

O processo comunicativo é parte integrante do dia a dia em qualquer meio, seja institucional, organizacional ou humano. Para Weaver (1980), a comunicação assume papel facilitador e abrange diversos meios para transmitir ideias: pela palavra falada, por expressões corporais, por meio impresso, pelo rádio, por televisão, e, na contemporaneidade, pela internet, com a comunicação digital.

## **Comunicação digital como mecanismo de divulgação científica**

A comunicação digital, em termos gerais, é o processo de se conectar de maneira instantânea a meios de tecnologias digitais,

como a internet e os dispositivos eletrônicos, para transmitir informações, mensagens e conteúdo, independentemente da localização geográfica. A digitalização no mundo contemporâneo é fato. Ou seja, a comunicação digital acontece de maneira natural e inerente ao dia a dia de qualquer indivíduo.

A Era Digital ocasionou transformações expressivas à sociedade. De acordo com Kohn e Moraes (2007), esta Era diminuiu distâncias, mudou conceitos, trouxe mobilidade, facilitou o acesso às informações e mudanças no comportamento humano como, o modo de ser, agir, e se relacionar socialmente. Para Weaver (1980), a comunicação assume papel facilitador e abrange diversos meios para transmitir ideias: pela palavra falada, por expressões corporais, por meio impresso, pelo rádio, por televisão, e, na contemporaneidade, pela internet, com a comunicação digital.

O processo comunicativo, na atualidade, é marcado pela tecnologia, que está em constante evolução. Esta área da comunicação envolve trocas de informações. Segundo Corrêa (2005), a comunicação digital nada mais é que o uso das TICs. Com objetivo de dinamizar o processo comunicativo, a comunicação digital utiliza de escolhas tecnológicas e inovadoras mais adequadas para o público de interesse.

A globalização provocada pelas novas formas de comunicação, implicadas com a linguagem digital, é a grande transformação que se faz imanente no processo de produção da existência. A Tecnologia de Comunicação Digital altera os atuais conceitos de tempo e espaço, rompendo os vínculos sociais já estabelecidos entre pessoas, grupos e nações. O Ciberespaço abriga não só uma infraestrutura material de comunicação digital, abriga também o universo de informações e de seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Catapan, 2002, *web*).

Assim como a comunicação off-line, a digital também necessita de estudos, estratégias e planejamento para fluir de maneira eficaz. A popularização digital tem gerado impactos relevantes na vida de cidadãos, grupos, organizações, governos e, assim, adicionando novos ingredientes nas práticas sociais.

Do ponto de vista terminológico, quando se menciona a expressão “comunicação digital” significa falar simultaneamente em um conjunto de quatro elementos fundamentais: (1) a Internet, que diz respeito à rede de computadores conectados e capazes de se comunicar; (2) a World Wide Web, que não é a internet em si, mas uma parte desta, ou seja, trata da dimensão lógica mais visível, especificamente o conjunto de páginas com interface gráfica que funciona neste maquinário digital; (3) os dispositivos móveis e outros gadgets baseados em bits (com câmeras digitais, scanners, filmadoras etc.); (4) a interação entre diversos atores através dessa estrutura (Vieira, 2016, *web*).

A comunicação digital aparece como método e ferramenta que se aplica aos dispositivos móveis e à *web* como redes sociais, aplicativos, plataformas e sites. Somando-se a este contexto, também são encontradas as redes/plataformas colaborativas que são um exemplo contemporâneo da utilização das novas tecnologias e auxiliam a comunidade científica na interação com a divulgação científica, além de facilitar a disseminação de informações científicas para a sociedade.

## **Comunicação científica**

Pode-se entender a comunicação científica, ou comunicação pública da ciência, como uma função de popularizar a ciência, democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a alfabetização científica. Além disso, a comunicação entre os atores da comunidade científica, também denominada comunicação científica, assume dois papéis: o formal e o informal.

A comunicação entre pesquisadores se dá de diversas maneiras, e seus estudiosos costumam classificá-la em dois grandes grupos: comunicação informal e comunicação formal. Antes do advento e banalização da comunicação eletrônica, a distinção era bem clara: “comunicação informal” incluía conversas pessoais face a face, por telefone ou carta, aulas e palestras, e circulação de *preprints* (manuscritos ainda não publicados sobre uma pesquisa), trabalhos apresentados em reuniões profissionais e científicas mais restritas e outras atividades semelhantes nas quais a informalidade da comunicação predomina. A categoria “comunicação formal”, por outro lado, incluía os artigos publicados

em revistas científicas, a edição de livros, teses e dissertações e trabalhos publicados em anais de grandes reuniões científicas, entre outros. Com o advento da tecnologia de comunicação, essa divisão talvez já não seja tão clara, como, por exemplo, para materiais que são divulgados em repositórios (que veremos mais adiante), mas permanece válida para os casos mais evidentes (Muller, 2000, p.130).

Esta comunicação desempenha o papel facilitador para o público em massa. No cenário da produção científica, aparece com a função de interligar a comunidade científica em prol do fortalecimento da produção da ciência, com objetivos em comum. Existe grande importância da comunicação como forma de divulgação científica entre atores da comunidade científica, por meio das redes colaborativas, evidenciando a Rede de Recursos Humanos e Inteligência para a Sustentabilidade da Amazônia como principal mecanismo para o intercâmbio de informação.

## **Redes colaborativas na produção científica**

As redes estão cada vez mais presentes nas mais diversas áreas. O conceito de rede é, segundo a Antropologia, construído nas relações do cotidiano. Para Amaral (2004), se pensarmos no nosso cotidiano com o foco nas relações que sustentam nossas toxinas, veremos emergir um conjunto de redes. Latour (1997) afirma que a rede se constitui de elementos da natureza e da sociedade, intelectuais e políticos, materiais e institucionais.

Na definição de Wellman e Berkowitz (1988), redes são arranjos relacionais estruturados de transações entre membros de um sistema social. Para Nooteboom (2004), redes pressupõem ajustes mútuos, alocações de recursos complementares, disputas de poder e reputação, relações de confiança, além de combinarem o consenso e o conflito, a colaboração e a competição.

No ambiente digital, não é diferente. Assim, surge a sociedade digital, formada por redes, a qual abre oportunidade para conexões, inovações e tecnologias. As novas tecnologias da informação e comunicação abriram portas para novas possibilidades para a análise de redes sociais, bem como de redes de colaboração e ciência, tecno-

logia e inovação. Castells (1999) considera uma nova configuração para a sociedade a partir do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação:

[...] dentro de uma determinada rede os fluxos não têm nenhuma distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede). A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossa sociedade”.

No que cerne as redes de colaboração científica, Balancier *et al.* (2005) enfatiza que a colaboração científica oferece uma fonte de apoio para melhorar o resultado e maximizar o potencial da produção científica. As redes de colaboração científica surgem como o papel semelhante às redes sociais, cujo objetivo é a interatividade, a conectividade e os indivíduos. Este exercício de cooperação e interação entre pesquisadores para a produção de novos conhecimentos que ocorre no âmbito da ciência é denominado colaboração científica, como explica Sonnenwald (2008).

A colaboração científica tem sido apresentada como um conjunto de cientistas trabalhando juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando seus recursos intelectuais, financeiros, materiais etc. Segundo Katz e Martin (1997), esta colaboração pode ser definida como o trabalho conjunto de pesquisadores para atingir um objetivo comum de produzir novos conhecimentos científicos.

### **Rede RHISA: a junção do digital e do científico e as redes colaborativas**

A Rede de Recursos Humanos e Inteligência para Sustentabilidade da Amazônia (RHISA) é um projeto idealizado pelo Instituto Acariquara, desde 2020, em parceria com Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a com a Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (Seducti). Seu objetivo consiste em promover o engajamento da comunidade

científica, governos locais e entidades do terceiro setor, em prol do fortalecimento do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na Amazônia Legal. Em termos práticos, a RHISA conta com uma plataforma colaborativa para que pesquisadores e entidades divulguem projetos e soluções no campo da ciência e da tecnologia.

A Amazônia Legal compreende uma área rica em biodiversidade e importância para o equilíbrio ambiental global, que tem atraído a atenção de muitos estudiosos que buscam apresentar soluções para a região, em conformidade ao conceito expresso pela Fundação Amazônia Sustentável.

A criação da região ocorreu no ano de 1953, decorrente da Lei no. 1.806 de 06/01/1953, que especificou as motivações políticas. Segundo o entendimento do Governo Federal à época, a nova divisão seria essencial para o desenvolvimento da região, conforme um estudo da Embrapa (2011). O objetivo principal da segmentação era criar técnicas que permitissem o avanço sustentável dos recursos naturais e ainda assim proteger a riqueza ambiental, as comunidades e povos originários.

Artigo publicado pela Fundação Amazonas Sustentável (2018) aborda sobre a magnitude da Amazônia Legal. A região tem dimensões continentais e abriga diversidade de ecossistemas e culturas. Para além de limites geográficos da floresta, engloba uma série de Estados brasileiros, bem como parte de outros países. Esta criação aconteceu para buscar o equilíbrio entre a preservação ambiental e crescimento econômico. Administrativamente, a área também segue critérios políticos e de planejamento regional. Esta possui uma área de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup>, constituída por 59% do total do território brasileiro, segundo dados do IBGE (2021).

Como principal foco do processo de degradação e exploração muitos pesquisadores voltam olhares à área abundante em matéria prima e estudam como desenvolver e aplicar os recursos que a região oferece de maneira benéfica para a sociedade. Com isso, os coordenadores do projeto RHISA percorreram o território da Amazônia Legal para realizar mobilizações e apresentar a Rede, incentivar a comunidade a valorizar a produção científica, além de articular diversos setores, seja com as comunidades de base, o terceiro setor,

diversas esferas de governo, setor privado e os bancos de investimento.

Adotando estratégias de comunicação e informação para facilitar o diálogo na comunidade científica, em 2021, a plataforma alcançou a marca de 100 mil pesquisadores e instituições cadastrados no digital. Até o ano de 2023, a Rede visitou diversas capitais da Amazônia Legal, de acordo com dados retirados do site da própria Rede. No âmbito digital, a RHISA surge como uma rede colaborativa, na esfera da comunicação digital, para o intercâmbio de informações e junção de competências de grupos de pesquisadores e entidades da comunidade científica, como explica Sonnenwald (2008).

A comunicação digital aparece como um método e ferramenta que se aplica aos dispositivos móveis e à *web* como redes sociais, aplicativos, plataformas e sites. Somando-se a este contexto, também são encontradas as redes/plataformas colaborativas que são um exemplo contemporâneo da utilização das novas tecnologias e auxiliam a comunidade científica na interação com a divulgação científica. Lordêlo e Porto (2012) consideram a divulgação científica um meio mais eficiente para disseminar o conhecimento sobre CT&I. De acordo com Castells (1999), estas redes são sistemas que reúnem indivíduos e instituições em torno de interesses comuns e, assim, surgem os trabalhos de forma colaborativa e participativa.

Desse modo, a RHISA assume este papel para a comunidade científica local, oferecendo a plataforma com o intuito de criar uma comunicação pública da ciência entre estes atores, para que possam colaborar mutuamente em suas pesquisas

## **Considerações finais**

A comunicação, em suas diferentes formas e meios, é imprescindível para a interação humana e para o avanço da sociedade, especialmente no contexto científico. A evolução tecnológica e a digitalização têm ampliado as possibilidades de comunicação, tornando-a mais rápida, acessível e globalizada. Nesse cenário, a comunicação digital surge como um mecanismo para a disseminação do conhecimento, facilitando o acesso à informação científica e fortalecendo a interação entre pesquisadores e instituições.

No contexto das redes colaborativas, como a Rede RHISA, evidencia-se o potencial das tecnologias digitais para conectar atores diversos, superar barreiras geográficas e promover a cooperação científica. O papel dessa rede é particularmente relevante na Amazônia Legal, uma região de extrema importância ambiental e estratégica.

A RHISA exemplifica como a junção de estratégias digitais e colaborativas pode não apenas impulsionar a produção científica, mas também fomentar o diálogo entre comunidades, governos e entidades de pesquisa. Por meio de sua plataforma digital, a RHISA cria espaço onde conhecimento e inovação convergem, fortalecendo a sustentabilidade e promovendo soluções para desafios locais e globais.

Conclui-se, portanto, que a comunicação científica digital, aliada às redes colaborativas, é uma área essencial para democratizar o acesso ao conhecimento, ampliar a alfabetização científica e fortalecer a produção científica em regiões estratégicas como a Amazônia Legal.

## Referências

AMARAL, S. A. do. Gestão da informação e do conhecimento nas organizações e a orientação de marketing. *Informação & Informação*, Londrina, v. 13, Número Especial, p. 52-70, 2004.

BALANCIERI, R. Análise de redes de pesquisa em uma plataforma de gestão em ciência e tecnologia: uma aplicação à Plataforma Lattes. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/Resumo.asp?5621>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BARKSDALE, J. Communications Technology in Dynamic Organizational Communities. In: HESSELBEIN, F.; GOLDSMITH, M. (Eds.). *The Community of the Future*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

BERLO, D. K. *O processo da comunicação*. 4. ed. Rio de Janeiro:

GB, 1972.

CASA CIVIL DO AMAZONAS. Plataforma voltada à sustentabilidade na Amazônia vai mobilizar comunidade científica dos municípios do AM. Manaus, 2021. Disponível em: <https://www.casacivil.am.gov.br/plataforma-voltada-a-sustentabilidade-na-amazonia-vai-mobilizar-comunidade-cientifica-dos-municipios-do-am/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CATAPAN, A. H. Pedagogia e tecnologia: a comunicação digital no processo pedagógico. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2003/docs/anais/TC46.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CORRÊA, E. S. A comunicação digital nas organizações: tendências e transformações. Disponível em: [www.revistas.usp.br/organicom/article/download/139020/134368/](http://www.revistas.usp.br/organicom/article/download/139020/134368/). Acesso em: 19 mar. 2024.

CORRÊA, E. S. Comunicação digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos. *Organicom*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 94–111, 2005. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2005.138900. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/138900>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FAS. Amazônia Legal: o que é e quais estados fazem parte. Manaus, 2018. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/amazonia-legal-o-que-e-e-quais-estados-fazem-parte/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KATZ, J.; MARTIN, B. R. What is Research Collaboration? *Research Policy*, v. 26, p. 1-18, 1997.

KUHN, T. Reconsiderações acerca dos paradigmas. In: *A Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 353-382.

IBGE. IBGE atualiza limites de municípios no Mapa da Amazônia Legal. Carlos Alberto Guimarães, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 10 mar. 2024.

INSTITUTO ACARIQUARA. Rede RHISA lançou uma plataforma colaborativa e inclusiva que visa divulgar e promover projetos.

Manaus, 2022. Disponível em: <https://www.institutoacariquara.org/post/a-rederhisa-lan%C3%A7ou-uma-plataforma-colaborativa-e-inclusiva-que-visa-divulgar-e-promover-projetos>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MARTHA JÚNIOR, G.; B.; CONTINI, E.; NAVARRO, Z. Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo. Brasília, DF: Embrapa Estudos e Capacitação, 2011. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48150/1/GBMJ-EstudoAMZ-DA1-vISSN.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MORTENSEN, C. D. Teoria da comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.

MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). Para entender a ciência da informação. Salvador: EDUFBA, 2007. (Saladeaula; 5). p. 125-144.

NOOTEBOOM, B. Inter-firm collaboration, learning and networks: an integrated approach. London: Routledge, 2004.

THAYER, L. Princípios de comunicação administrativa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1972.

VIEIRA, V. P. P. Os efeitos da comunicação digital na dinâmica do ativismo transnacional contemporâneo: um estudo sobre Al-Qaeda, Wikileaks e Primavera Árabe. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20904>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SONNENWALD, D. H. Scientific Collaboration. Annual Review of Information Science and Technology, New York, v. 42, n. 1, p. 643-681, 2008.

SCHWARTZMAN, S. Universidades em São Paulo e na Federação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 33-36, out./dez. 1988.

SCHWARTZMAN, S. Um Espaço para a Ciência: a formação da

comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001.

SUTTERLEY, D. C.; DONNELLY, G. F. Perspectives in human development: nursing throughout the life cycle. Philadelphia: L. B. Lippincott, 1973.

ROZA, R. H. O papel das tecnologias da informação e comunicação na atual sociedade. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 49, n. 1, p. 67-75, jan./abr. 2020.

WEAVER, W. A matemática da comunicação. In: MORTENSEN, C. D. (Org.). *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 39-51.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. *Social structures: a network approach*. New York: Cambridge University Press, 1988.

ZIMAN, J. *Conhecimento Público*. Tradução de Regina R. Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Italiana; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

# **Tramas das redes na internet: a questão da desinformação sobre mudanças climáticas**

Rayanne Azevedo de Souza  
Danielly Oliveira Inomata

## **RESUMO**

Discute a gênese e a dinâmica das redes sociais na internet. Este capítulo tem como objetivo promover uma reflexão sobre o fluxo de desinformação no contexto das mudanças climáticas nas redes sociais como uma anomalia constituída a partir de fenômenos informacionais complexos. Estes apontamentos abrem espaço para discutir a epistemologia teórico-conceitual para um objeto de pesquisa em mutação. O percurso metodológico é construído a partir de encontros para o debate sobre considerações quanto (i) ao uso de teorias e métodos no ambiente das redes na internet e (ii) a estrutura das relações ao longo do tempo. Do exposto, espera-se construir um arcabouço teórico-conceitual para desenvolver a pesquisa de dissertação “Formação de Meta-redes sobre Mudanças Climáticas na Amazônia: estudo netnográfico do efeito dos fenômenos informacionais”.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas. internet. redes. desinformação.

## **ABSTRACT**

Discusses the genesis and dynamics of social networks on the internet. This chapter aims to promote a reflection on the flow of disinformation in the context of climate change on social networks as an anomaly formed from complex informational phenomena. These notes open space to discuss the theoretical-conceptual epistemology for a changing research object. The methodological path is built from meetings to debate considerations regarding (i) the use of theories and methods in the environment of networks on the internet and (ii) the structure of relationships over time. From the above, it is expected to build a theoretical-conceptual framework to develop the dissertation research “Formation of Meta-networks on Climate Change in the Amazon: netnographic study of the effect of informational phenomena”.

**Keywords:** Climate change. internet. networks. misinformation.

## **Introdução**

Este capítulo tem como objetivo promover uma reflexão sobre o fluxo de desinformação no contexto das mudanças climáticas

nas redes sociais como anomalia constituída a partir de fenômenos informacionais complexos.

Como ponto de partida, é necessário compreender o que são as redes. Conforme a ideia de Castells (1999, p. 498), as redes são “um conjunto de nós interconectados”, ou seja, os nós são os atores presentes que estabelecem comunicação com outros. Redes são ainda formas flexíveis e adaptáveis, formas evolutivas de desenvolvimento orgânico de ação social humana (Castells, 1999), o que Capra (1996) chamou de o padrão da vida, das quais novas estruturas e comportamentos podem emergir espontaneamente. Ademais, na busca de uma base fundamentalista, neste estudo são mencionadas abordagens clássicas, como de Albert-László Barabási (abordagem formalista) e de Mark S. Granovetter (abordagem estruturalista).

Marteletto (2001, p. 72) salienta o impacto das relações dentro e fora da rede: “Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas”, ou seja, a repercussão informacional que as comunidades causam dentro das redes em mídias sociais também suscitará fora delas, como as questões da desinformação no âmbito das mudanças climáticas.

Ensaiai uma reflexão sobre as tramas das redes no âmbito das redes sociais, considerando a gravidade do contexto das mudanças climáticas, é desafiador, porque esbarra em complexas e sensíveis questões que colocam a vida na terra ameaçada, haja vista ser fenômeno real e crescente, apontado por muitas evidências (como alertado pelos relatórios do IPCC de 2018 e 2023), que afeta diretamente vários setores: agricultura, economia, saúde. Cenário ainda mais alarmado pelo negacionismo científico e climático. É neste arranjo complexo que a desinformação, outro fenômeno — o infocomunicacional —, que vem crescendo no ambiente da internet e das mídias sociais em rede, nos ameaça de forma igualmente perigosa.

## **Metodologia**

Quanto ao objetivo, a pesquisa é de caráter exploratório e reflexivo. Os procedimentos metodológicos utilizados partiram de

encontros de trabalho para debater sobre (i) o uso de teorias e métodos no ambiente das redes na internet e (ii) a estrutura das relações ao longo do tempo. Os encontros ocorreram nos dias 10/12/2024 e 07/01/2025. Para cada reunião foi atribuída uma tarefa, em que se propôs a leitura antecipada de textos científicos que pudessem direcionar o diálogo, com duração de aproximadamente 120 minutos cada. Os textos inicialmente escolhidos foram as obras de Manuel Castells, “A Sociedade em Rede”, e Albert-László Barabási, “Linked (conectado): a nova ciência das networks.”, sendo incorporadas leituras adicionais (como citados na fundamentação teórica conceitual deste trabalho). Ao final de cada encontro foi elaborada uma estrutura conceitual sobre o assunto debatido.

Além do debate, para a construção da fundamentação teórica, a pesquisa adentrou em autores especializados nos campos da Ciência da Informação, comunicação e também na física, com a finalidade de compreender as tramas da rede, a informação no ambiente online e as anomalias informacionais.

## **Dinâmica das redes em ambientes da internet**

O espaço online tem tomado formas cada vez mais próximas da tecnologia e cada vez menos humanas, conforme Lévy (2008, p. 157) trata: “[...] a bioesfera é hoje como será no futuro, cada vez mais uma tecnobioesfera”. A afirmativa da tecnobioesfera de Lévy ganha sustentação ao refletir sobre o uso frequente da inteligência artificial no cotidiano. Franganillo (2023) descreve a ferramenta como uma maneira de produzir conteúdo de forma rápida, contudo alerta sobre a perda de originalidade, qualidade e que permite facilitar a manipulação do público.

Ao refletir sobre o público e a qualidade informacional, é necessário compreender essas interações a partir da formação das redes desde a sua gênese e também quais são suas principais tipologias e teorias. Barabási (2009) elencou a linha do tempo das teorias de redes, sobretudo o autor estudou complexas redes reais, as *scale-free* ou redes livres de escala, o qual partiu de dois pressupostos básicos: (i) o crescimento da rede e a (ii) conexão preferencial entre os nós. O modelo reproduz um comportamento característico de muitos siste-

mas reais: a distribuição das conexões segundo uma lei de potência (Barabási, 2009).

Redes são um compilado de indivíduos ou assuntos que traçam conexões entre si (Watts, 2004). Barabási (2009) esclarece como a rede é formada por teias em que os atores (nós) interagem e criam conexões ou *links*. Contextualizando a gênese das redes, no final da década de 1950 Erdős e Rényi, ao basearam-se na **teoria dos grafos** de Euler, criaram o que seria o modelo de rede randômica, ou o modelo Erdős-Rényi. A teoria dá-se de forma democrática onde os matemáticos acreditavam que as conexões (links) eram criadas de forma aleatória, onde todos os nós, ou grafos, tinham a mesma chance em estabelecer links (Barabási, 2009).

O autor esclarece que Erdős e Rényi ao trabalharem com o princípio randômico não estavam preocupados em criar uma teoria universal sobre a formação das redes sociais, mas explicar que a sua topografia era como loteria, todos tinham a mesma probabilidade, pois os comportamentos eram irregulares (Barabási 2009). Barabási (2009, p.25) relata que em 1967 Milgram inicia seus estudos a partir do seguinte questionamento: “quantos conhecidos são necessários para conectar dois indivíduos selecionados ao acaso?”, e assim, surge o que mais tarde ficaria conhecida como a **teoria dos seis graus de separação**. Para o experimento de Milgram, o pesquisador quis traçar uma conexão entre duas pessoas dos Estados Unidos, de Boston até Nebraska, onde ao distribuir cartas Milgram buscou verificar quantas pessoas precisaram se conectar de uma ponta à outra (Watts, 2004).

Milgram constatou que, ao contrário do que muitos pensavam, as conexões não levariam milhares de indivíduos, mas somente até seis para estabelecer contato entre um ou outro, contudo Barabási (2009) cita o trabalho de Kleinfeld onde é necessário fazer um recorte social, pois “classes e raças” influenciam no estabelecimento de conexões (Barabási, 2009, p. 205). Se “o poder da web está nas conexões [...]” (Barabási, 2009, p.28), é pontual inferir que essas conexões acontecem de em pequenos agrupamentos de acordo com os interesses dos indivíduos, esse fenômeno é conhecido como o mundo pequeno de Granovetter (Watts, 2004).

Os laços tornam-se irrelevantes quando todos os atores de uma rede se conhecem (Watts, 2004), logo, os “[...] vínculos fracos

desempenham papel crucial em nossa capacidade de nos comunicar com o mundo exterior” (Barabási, 2009, p. 38), pois são nesses *links* que novas redes serão criadas. Barabási (2009) menciona que ainda na **teoria do mundo pequeno** apareceram os hubs, sendo autoridades das redes, os nós mais conectados e visualizados com maior facilidade, pois “quanto mais *links* captam, mais fácil é encontrá-los na web” (Barabási, 2009, p. 77). Observação que o autor faz é que a idade da rede pode interferir na qualidade de autoridade desses hubs. A afirmação dos hubs ultrapassa a **teoria randômica** de Erdős e Rényi, que viam redes sociais de forma totalmente igualitária. Em grau de comparação sobre teorias de rede, enquanto a teoria randômica tinha como característica a equivalência na rede, a teoria de Watts (2004) tem como atributo a lei da potência, utilizando os estudos de Zipf onde a frequência dita a classificação.

No que tange o formato online, Lévy (1999, p. 16), pensou a rede no contexto da internet, via “[...] ciberespaço (que também chamarei de “rede”), que é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores”. Para o autor a rede transiciona entre a estrutura, mas também o objeto informacional. A informação perpassa por fluxos informacionais que ditam a trajetória e a ação (Valentim, 2010), sobre esses fluxos informacionais Valentim (2010, p. 17) comenta que: “[...] trafegam com dados e informação, de modo a subsidiar a construção de conhecimento nos indivíduos”.

A web é uma rede fragmentada, pois atua em comunidades distintas. Barabási (2009) enxerga que é difícil localizar as comunidades que não são de nicho, pois os assuntos acabam sendo indexados de diversas maneiras, abarcando uma série de outros temas o que já não acontece com comunidades restritas. Essa fragmentação advém da web 2.0, conforme Mazzocato (2009, p. 22) expõe. Ocorre em “[...] casos em que sujeitos experienciam a dispersão de informações sobre suas ações devido à proliferação dos serviços e de suas finalidades”.

Acerca de ponderação sobre redes sociais no ambiente online, abre-se a possibilidade de refletir sobre o comportamento dos clusters e sua formação em comunidades. Sobre as comunidades, Jenkins (2009, p. 54) alerta sobre o conhecimento compartilhado entre os membros, visto que “[...] as comunidades devem realizar

um atento escrutínio de qualquer informação que fará parte de seu conhecimento compartilhado, já que informações errôneas podem levar a concepções cada vez mais errôneas”, em consequência cria-se a desinformação e o negacionismo, por exemplo.

## **Conceito e estrutura de desinformação sobre mudanças climáticas**

O volume informacional que os indivíduos recebem atualmente deixam lacunas para uma interpretação, conforme a visão de Ripoll e Matos (2017, p. 2336): “[...] produz constantemente uma grande quantidade de informações, de forma que o próprio indivíduo parece não dar conta de interpretar e refletir”, dessa maneira abrem espaços para as anomalias informacionais como a desinformação e o negacionismo. Para Brisola e Bezerra (2019), ao conceituar a desinformação autores sublinham que envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde.

A desinformação nesse sentido não é necessariamente falsa, pois muitas vezes trata-se de distorções ou partes de verdades (Brisola e Bezerra, 2019). Ela é a raiz do problema das *fake news*, sendo a competência crítica em informação uma ferramenta consistente para resistir ao problema (Brisola e Doyle, 2019). Além dos conceitos, é válido trazer em questão mecanismos da desinformação, como destacado por Brisola e Doyle (2019) e Brisola (2021), que se fundamentam em textos de Allcott e Gentzkow (2017), Chomsky (2014), Serrano (2010) e Volkoff (1999). Tendo como respaldo que:

Desinformação, com todos seus mecanismos, somada às características do nosso tempo (sociedade da informação/desinformação), ao costume enraizado da propaganda política e aos interesses hegemônicos, encontrando no meio digital espaço aberto para interferências mascaradas e, até certo ponto, sem muito rastreamento, geraram uma prole profícua – fake news, firehosing, boatos, e a çaçula até este momento, deepfake. Alguns destes fenômenos são antigos e foram apenas potencializados pelas TIC e redes sociais digitais – boatos, fake news, teorias

da conspiração. Outros dependem das novas tecnologias para existir – firehosing e deepfake (Brisola, 2021, p. 93).

Brisola (2021) também pondera a distinção que deve ser feita do que não é *fake news*, como: erros de comunicação não intencionais; boatos e rumores; teorias da conspiração; sátiras; declarações e promessas falsas de políticos; e relatórios inclinados ou enganosos. A desinformação está atrelada ao negacionismo, sendo adotado por Matos e Jacintho (2022, p. 223) como: “[...] aquele agente que adota técnicas de desinformação para propor a negação da ciência, em algum assunto de seu interesse”, ou seja, o negacionismo age para confundir e descredibilizar a ciência. Ao pensar na “sociedade da desinformação” (Brisola, 2021), em face à anomalia do negacionismo, o trabalho de Matos e Jacintho (2022), menciona as tipologias que Dunning (2019) compila como FLICC.

Para Dunning (2019), é necessário que pesquisadores e “defensores da ciência” identifiquem articulações do negacionismo. Em português, conforme o trabalho de Matos e Jacintho (2022, p. 224), FLICC significa: F: falsos especialistas, L: falácias lógicas, I: expectativas irreais, C: Seleção a dedo ou “catação de piolho” e C: Teorias da conspiração. Cook, Lewandowsky e Ecker (2017, p. 2), trabalham com desinformação na forma da teoria da inoculação, onde é necessário expor pessoas a esse fenômeno sob a finalidade de que, ao submeter os indivíduos à essas falácias lógicas, fique mais fácil que elas identifiquem e compreendam que estão diante da desinformação, assim rejeitando determinado discurso.

Tanto o trabalho de Brisola (2021) quanto o de Matos e Jacintho (2022) expõem que anomalias informacionais não são resultadas da era contemporânea, mas acontecem há tempos conforme os exemplos dos autores, “As falácias são formas corrompidas de raciocínio já identificadas e estudadas desde a antiguidade” (Matos e Jacintho, 2022, p. 225), “O caso da fruta cordeiro surgiu no séc. XIV e durou até o séc. XVII como *fake news* que virou desinformação [...]” (Brisola, 2021, p. 12). Santini e Barros (2022) alertam sobre a falta de estudos acerca da desinformação no contexto das mudanças climáticas, e acerca das práticas regionais sobre negacionismo climático.

América Latina e Caribe tratam a desinformação de forma particular, visto que são territórios que passaram por ditaduras e nos últimos anos viram a ascensão da extrema direita no poder político. Parte de sua população ainda vive sem acesso à internet (Valente *et al.*, 2022). Ao tratar das mudanças climáticas, Matos e Jacintho (2022, p. 222) abordam como “esta forma de negacionismo é particularmente interessante, pois ocorre motivada por fortíssimos interesses econômicos e industriais”. Autores expressam que a anomalia trabalha com estratégias onde o valor monetário atua para ser mais relevante que os problemas ambientais. Aguiar, Monteiro e Batista (2022, p. 60), justificam a complexidade da temática que cerca os campos da desinformação, negacionismo e mudanças climáticas: “[...] o debate é complexo e envolve diferentes atores com interesses e perspectivas divergentes sobre o tema, sejam posições econômicas, políticas, ambientais ou mesmo de ordem ético-moral”.

Ao refletir sobre as práticas, para Cook, Lewandowsky e Ecker (2017) falsos especialistas ajudam a agravar dúvidas sobre as mudanças climáticas, diminuindo assim consenso e aceitação de que o planeta está sofrendo com as ações provocadas por grandes indústrias. A desinformação sobre as mudanças climáticas também adentra o campo das emoções, conforme o trabalho de Segado-Boj, Díaz-Campo e Navarro-Sierra (2020), as emoções como o medo e raiva contribuem para os indivíduos ou se aproximarem de atitudes pró-ambientais ou evitarem o assunto. Hornsey *et al.* (2016) fizeram estudo de meta-análise e notaram 27 variáveis, através da síntese de 25 pesquisas e 171 estudos em 56 países, para saber se pessoas acreditam nas descobertas sobre mudanças climáticas. Resultados apontam que muitas não acreditam. O que mais exerce influência sobre a descrença são valores ideológicos partidários; cultura individualista, hierárquica e defesa do livre mercado; só para citar alguns aspetos.

Em 2023 foi publicado, através do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, organização proveniente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), entrevista com 1.931 pessoas acima de 16 anos, que foram ouvidas sobre diversos temas nas regiões do Brasil (CGEE, 2023). No que diz respeito às mudanças climáticas, 95% dos brasileiros entrevistados acreditam nas mudanças climáticas, no entanto o número cai ao analisar que 78% reconhece que as mudanças climáticas são causadas por ações humanas e apenas

60% dos entrevistados acreditam que é algo grave (CGEE, 2023). Com isso, apesar de a maioria presumir que as mudanças climáticas estão acontecendo, causas e gravidade são lacunas para discussão.

Adicional a este contexto, vale colocar sempre em evidência que o Brasil sofre efeito das mudanças climáticas a partir de eventos extremos independente da quantidade de desinformação, mas, sem dúvidas, a situação tende a ser muito mais agravada com o intenso fluxo de desinformação.

## **Considerações finais**

As mudanças climáticas afetam o ambiente e os mecanismos informacionais, provocando anomalias como desinformação e negacionismo climático. No espaço das redes online, as anomalias ganham forças ao serem divulgadas em comunidades por falsos especialistas, direcionadas a gente sem competência para identificar falácias lógicas, por exemplo.

Instrumentos simples, como o envio de mensagens, até ferramentas mais tecnológicas e difíceis de discernir da realidade, como *deep fake*, se plantadas em uma área onde as pessoas não estão familiarizadas com checagem de fontes e uso de inteligência artificial, acabam sendo alvo da desinformação.

Assim, o ambiente das redes sociais na internet torna-se propício para estimular, via práticas da desinformação e emoções como medo e raiva, a disseminação de conteúdo impreciso sobre alterações ambientais globais, dessa forma tirando de foco a responsabilidade das indústrias e suas ações que corrompem o planeta.

Por fim, cabe a profissionais que trabalham em ambientes informacionais e midiáticos cumprir com a divulgação correta e didática sobre o tema, de maneira que atraia cada vez mais a população a acreditar na ciência e formar redes e ligações confiáveis acerca do tema.

## **Referências**

AGUIAR, C. G. B.; MONTEIRO, P. O.; BATISTA, A. J. Negacionismo e mudanças climáticas. Revista Ciências Humanas, [S. l.], v.

15, n. 3, 2022. DOI: 10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a922. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/922>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BARABÁSI. A. L. *Linked a nova ciência dos networks: como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para negócios, relações sociais e ciências*. São Paulo: Leopardo, 2009.

BRISOLA. A. C. *Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas*. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA\\_ANNA\\_TESE\\_A%20CCI%20como%20Resist%c3%aancia.pdf](https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%c3%aancia.pdf). Acesso em: 12 jan. 2025.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPRA, F. *The Web Of Life: A New Synthesis Of Mind And Matter*. Harper Collins, 1996.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS- CGEE. *Percepção pública da C&T no Brasil - 2023*. Resumo Executivo. Brasília, DF: CGEE, 2024. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/4686075/CGEE\\_OCTI\\_Resumo\\_Executivo-Perc\\_Pub\\_CT\\_Br\\_2023.pdf/02c40801-8a7c-4822-a77e-2859c-0c53334?version=1.8](https://www.cgee.org.br/documents/10195/4686075/CGEE_OCTI_Resumo_Executivo-Perc_Pub_CT_Br_2023.pdf/02c40801-8a7c-4822-a77e-2859c-0c53334?version=1.8). Acesso em: 13 jan. 2025.

COOK, J.; LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K. H. Neutralizing misinformation through inoculation: exposing misleading argumentation techniques reduces their influence. *PLoS ONE*, v. 12, n. 5, e0175799, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0175799>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DUNNING, B. FLICC: 5 Techniques of science denial. *Skeptoid Podcast, Skeptoid Media*, 3 set. 2019. Disponível em: <https://skeptoid.com/episodes/4691>. Acesso em: 13 jan. 2025.

FRANGANILLO, J. *La inteligencia artificial generativa y su impacto en la creación de contenidos mediáticos*. *methaodos.revista*

de ciencias sociales, v. 11, n. 2. 2023. Disponível em: <https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/view/710>. Acesso em: 5 jan. 2025.

HORNSEY, M. J. et al. Meta-analyses of the determinants and outcomes of belief in climate change. *Nature Climate Change*, v. 6, June 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nclimate2943>. Acesso em: 5 jan. 2025.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (org.). *A geneologia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. 2.ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. p. 157- 170.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/940>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MATOS, J. C. M.; JACINTHO, E. M. S. B. Informação, negacionismo e sustentabilidade: uma análise das publicações do Instituto Questão de Ciência (IQC) e de artigos no campo da Ciência da Informação no Brasil. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, Brasil, v. 13, n. 1, p. 216–235, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/184881>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MAZZOCATO, S. B. O uso da rede social fragmentada como fonte de referências na prática de lifestreaming. *Em Questão*, v. 15, n. 2, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/11075>. Acesso em: 5 jan. 2025.

RIPOLL, L.; MATOS, J. C. M. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S. l.], v. 13, p. 2334–2349, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5948, maio 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5948/5602>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SEGADO-BOJ, F.; DÍAZ-CAMPO, J.; NAVARRO-SIERRA, N. Emociones y difusión de noticias sobre el cambio climático en redes sociales. Influencia de hábitos, actitudes previas y usos y gratificaciones en universitarios. *Revista Latina de Comunicación Social*, Espanha, n. 75, p. 245–269, 2020. DOI: 10.4185/RLCS-2020-1425. Disponível em: <https://nuevaepoca.revistalatinacs.org/index.php/revista/article/view/29>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VALENTE, J. et al. Latin American and the Caribbean. In: WAS-SERMAN, H. (org.). *Meeting the challenges of information disorder in the global south*. Cape Town: University of Cape Town, 2022. p. 78- 137. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10625/60954>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VALENTIM, M. L. P (org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

WATTS, D. J. *Six degrees: The science of a connected age*. New York: WW Norton & Company, 2004.

WEGNER, D.; DURAYSKI, J.; VERSCHOORE FILHO, J. R. de S. Governança e Eficácia de Redes Interorganizacionais: Comparação entre iniciativas brasileiras de redes de cooperação. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 15, n. 41, p. 275–302, 2017. DOI: 10.21527/2237-6453.2017.41.275-302. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5832>. Acesso em: 5 jan. 2025.

WOLTON, D. Pensar a internet. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (org.). *A geneologia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. 2.ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. p. 149-156.

# A etnografia de laboratório como recurso metodológico para pensar a produção de jogos eletrônicos na Amazônia

Matheus Diógenes Leão

Israel de Jesus Rocha

## RESUMO

Este capítulo tem o objetivo debater os aspectos metodológicos do uso da etnografia de laboratório para pensar a produção de jogos eletrônicos em um laboratório na Região Norte do Brasil. Tendo em vista que pesquisas sobre games (Fortim *et al.*, 2023; Fragoso, 2017) destacam a Região Norte como a menor produtividade no mercado de games e de pesquisas sobre, verificou-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os modos e práticas como os jogos são produzidos em laboratórios locais. Diante disso, procura-se aqui desdobrar a partir dos Estudos Sociais sobre Ciência e Tecnologia e da Teoria Ator-Rede, os jogos como um conjunto de práticas situadas impregnadas pelos desafios da realidade regional amazônica. Espera-se encontrar nesta reflexão teórica, debates apresentando diferentes possibilidades a respeito das metodologias que podem ser oportunizadas pela etnografia de laboratório, e como estas podem se adequar e desvelar características e problemáticas mediante o cenário nortista brasileiro da produção de games e pesquisa, como questões de mercado e as condições que os desenvolvedores e pesquisadores perpassam no desenvolvimento.

**Palavras-chave:** *Game Studies*. Jogos eletrônicos. Teoria Ator-Rede (TAR). Etnografia de laboratório.

## ABSTRACT

*This chapter aims to discuss the methodological aspects of using laboratory ethnography to think about the production of electronic games in a laboratory in the Northern Region of Brazil. Considering that research on games (Fortim et al., 2023; Fragoso, 2017) highlights the Northern Region as having the lowest productivity in the games market and research on games, there was a need for more in-depth studies on the ways and practices in which games are produced in local laboratories. In view of this, we seek to unfold games as a set of situated practices imbued with the challenges of the regional reality of Amazonas, based on Social Studies on Science and Technology and Actor-Network Theory. We hope to find in this theoretical reflection, debates presenting different possibilities regarding the methodologies that can be made possible by laboratory ethnography,*

*and how these can adapt and reveal characteristics and problems within the northern Brazilian scenario of game production and research, such as market issues and the conditions that developers and researchers go through in development.*

*Keywords: Game Studies. Electronic Games. Actor-Network Theory (ANT). Laboratory Ethnography.*

## **Introdução**

Jogos sempre estiveram presentes no decorrer da história como método de interação, competição, treinamento e ensino, sendo principalmente forma de entretenimento e passatempo. Sua importância para a sociedade é tamanha que não se pode necessariamente pensar em jogos sem relacioná-los com a humanidade. Como destaca Huizinga (2019, p. 1) “o jogo é mais antigo do que a cultura, pois mesmo em suas definições menos rigorosas o conceito de cultura sempre pressupõe a sociedade humana”.

De tal modo, também podemos considerar os jogos como atividade que se mantém em movimento, que se atualiza e se modifica na medida em que se expandem a criatividade de seus jogadores e as capacidades possibilitadas pelos artefatos necessários para a sua realização. Martino corrobora com tal ideia quando afirma que

À medida que os processadores centrais dos games e computadores se tornam mais potentes, as narrativas também ganham em interesse e complexidade, oferecendo aos jogadores uma considerável autonomia para tomar decisões e influenciar os rumos da história (Martino, 2015, p. 153).

De forma definitiva, esses desdobramentos refletem o mercado de games, no qual grandes empresas lançam anualmente novos produtos conforme surgem novas tecnologias. Se tornou costumeiro notarmos em matérias e notícias, os lucros e investimentos, ambos proporcionalmente e exponencialmente abundantes ao redor do mundo. Ao se tratar dos aspectos nacionais, a realidade não se apresenta muito diferente, de acordo com a matéria de Assumpção (2023) o mercado brasileiro está entre os dez maiores do planeta, gerando receita total de US\$ 2,6 bilhões no ano (cerca de R\$ 12,66 bilhões)”.

Porém, no âmbito nacional do conhecimento, Fragoso (2017) relata dificuldades de estabelecimento do campo, uma vez que tal período de emergência, por volta de meados da década de 1980 e começo dos 1990, é marcado pela reserva de mercado, que proibia a importação de eletrônicos e ocasionava altos impostos para as versões nacionais advindas de parcerias com as empresas do exterior. O cenário afastou a maior parte dos brasileiros do contato com os consoles, devido a realidade financeira da população, o que após tal época se transformou em uma herança de altas cargas tributárias para esse tipo de produto em específico.

Em um cenário de contradições a respeito do desenvolvimento de games tanto mercadologicamente quanto cientificamente no Brasil, esse capítulo tem por objetivo apresentar metodologias que possam desvelar aspectos característicos regionais nortistas sobre o desenvolvimento de games dentro do Laboratório de Tecnologia, Inovação e Economia Criativa da Universidade do Estado do Amazonas (Ludus/UEA), por meio de metodologias como Etnografia de Laboratório e Teoria Ator-Rede (TAR), como formas de demonstrar como se dá tal construção não apenas técnica como também social, e como estas se influenciam. Além de apresentar alguns pontos históricos que justifiquem tal realidade.

## ***Game studies* e desenvolvimento da academia e mercado no Brasil**

*Game studies* é o nome dado para o campo científico que tem como objeto estudo jogos de modo geral, sendo analógicos, eletrônicos ou em qualquer outro formato, e que analisa tanto eles em si, suas características estruturais, sua construção quanto suas finalidades, impactos e influências quando estes são aplicados em algum método.

Torna-se importante destacar nesse momento inicial de discussão que com a popularização e os benefícios dos jogos, metodologias próximas e/ou aproximadas de suas atividades se difundiram, e originaram o que é conhecido atualmente por gamificação, que para fins de esclarecimento, sua principal divergência para os jogos é baseada na finalidade para com a qual está sendo praticada. Jogos

buscam o bel-prazer por jogar, o entretenimento, já a gamificação possui o seu viés voltado para usufruto das metodologias e mecânicas dos jogos para fins os quais levam a algum objetivo que não seja para o jogo em si, mas para resultados, produtividade, dentre outras métricas que se espalham entre múltiplos espectros e métodos tendo o mercadológico em especial. Entretanto, por ainda fazer uso de elementos dos jogos, este além de ser considerado vertente de estudos dos jogos, é um campo de pesquisa dos mais férteis dos *game studies*, com aplicações e investigações em muitas áreas, em especial para as de educação e indústria.

Apesar dos empecilhos relatados anteriormente, pesquisas brasileiras no campo dos *game studies* existem e não são tão recentes e unidirecionais quanto aparentam. Alves (2011, p. 233) comenta que

A década de 1990 marca então o início das investigações dentro das universidades, abrindo a caixa de Pandora. Os jogos passam a se constituir em um novo objeto de investigação que sinalizam tanto leituras apocalípticas, integradas e finalmente críticas, na medida em que não reduzem o objeto a apenas um ponto de vista.

Atualmente o campo se apresenta em processo de fortalecimento. Pesquisas sobre jogos se difundiram entre múltiplos setores do conhecimento no decorrer dos anos. O Intercom apresenta grupo de pesquisa dedicado a games desde 2016. O SBGames, considerado o maior evento sobre pesquisa de jogos no Brasil, apresenta uma variedade de trilhas temáticas (grupos temáticos de pesquisa), atualmente divididas em: Artes e Design; Computação; Educação; Indústria; Saúde; e Cultura. Sendo este último um amplo espaço para demais pesquisas sobre games e em que há maior variabilidade temática. Além dos eventos, destacam-se canais de divulgação científica dedicados à publicação dos estudos de jogos, como a pioneira e internacional *Game Studies*, considerada a mais antiga revista revisada por pares; a *Digital Games Research Association*, que reúne filiais de contribuição internacional de pesquisa sobre jogos em diversos países; a Revista de Estudos Lúdicos, pertencente ao grupo da Rede Brasileira de Estudos Lúdicos; a Mais Dados, com

foco em jogos analógicos, em especial os de RPG de mesa, cartas, de tabuleiro e encenação, e as revistas que possuem um espaço dedicado, porém não exclusivo, para a publicação, como o caso da Revista Temática (UFPB) e sua seção “Games, Gamificação e Jogos Pedagógicos”.

Um dos fatos os quais nos desperta interesse pela realização da pesquisa, se dá em relação a participação do Norte na produção científica sobre os games. Fragoso (2017), ao incluir em sua pesquisa dados de Programas de Pós-Graduação nacionais, faz análises que apresentam índices de progressão e percentuais de teses e dissertações, separando as de comunicação das demais, que tenham em comum *games* como tema no Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Ambas apontam a região Norte como a última dentre todas do país. Além disso, há um peso substancial de pesquisas localizadas no Sudeste e Sul que respectivamente figuram nas primeiras posições, bem como o interesse crescente do campo da comunicação pelos games como objeto de pesquisa.

Trabalho de Alves (2011) sobre os quantitativos de pesquisas sobre *games* no Banco de Teses e Dissertações da Capes reforça os resultados de Fragoso (2017) em relação à localização geográfica a respeito dos maiores focos de produção, no Sul e Sudeste. O levantamento considera que o destaque dessas regiões e o começo do crescimento do Nordeste são justificados, pois

Tais dados podem estar vinculados as questões do mercado e formação inicial de mão de obra, isto é, a região sudeste concentra um percentual significativo de empresas e cursos de graduação (bacharelados e tecnológicos) na área de games. O mesmo pode ser dito para a região sul que além de cursos nessa área, abriga hoje [naquela época] o maior Polo de Games do Brasil em Santa Catarina. Já Pernambuco apresenta também um polo de desenvolvimento [...] (Alves, 2011, p. 234)

Fica claro que é vantajoso para ambas as partes, tanto academia quanto mercado de trabalho possuírem relação de proximidade, as pesquisas citadas certificam isso. Mas o que leva a nossa região a apresentar um baixo rendimento? Pesquisa de Fortim *et al.* (2023),

que tem um enfoque mais voltado para os aspectos mercadológicos e do ecossistema dos games no âmbito nacional nos últimos anos, aponta que o Norte tem o menor número de desenvolvedoras de jogos e, de modo geral, há dificuldade ao se tratar da captação de recursos e de encontrar mão de obra qualificada.

A principal queixa refere-se ao financiamento dos projetos e à captação de recursos, ambos diretamente ligados à percepção de que, em âmbito nacional, há uma falta de apoio financeiro e de visibilidade da indústria de jogos. Alguns respondentes relatam, inclusive, uma falta de compreensão pública sobre o que é o mercado de jogos digitais. [...] os cursos em nível de livre oferta (como cursos fornecidos *online* ou cursos sem pré-requisitos para o ingresso) oferecem conhecimentos insuficientes para a atuação no mercado. Em relação ao ensino técnico e superior, as respostas apontam que há um descompasso entre o tipo de formação oferecido e as necessidades do mercado, o que se reflete em uma dificuldade de captar mão de obra qualificada (Fortim *et al.*, 2023, p. 233–234).

Tais dados relevam que, por mais que a produção de jogos eletrônicos no Brasil tenha perpassado por diferentes adversidades no decorrer de sua história, o cenário nacional tem se mostrado empenhado, e evoluindo de forma progressiva, mesmo não sendo a passos tão largos, mas ainda conquistando méritos com limitações.

## **Ludus Lab – laboratório regional de games**

Em meio a tantas adversidades e obstáculos apresentados para os contextos nacionais, especialmente os mais direcionados para a realidade da região Norte, com ênfase nos impasses na relação mercado e academia, é onde está localizado o nosso objeto de pesquisa. Instalado na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na Escola Superior de Tecnologia (EST), o Ludus Lab existe a mais de uma década e tem foco na formação de jovens estudantes interessados em criar e desenvolver produtos e novas tecnologias. Na descrição do laboratório em seu site institucional, temos que:

Ao longo desse período, o Ludus atua com a missão de contribuir para a criação de um polo de empreendedorismo digital por

meio da formação de pessoas e desenvolvimento de tecnologias. Consolidado por sua excelência na formação de jovens estudantes e no desenvolvimento de soluções em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), trabalhamos para identificar e concretizar oportunidades de inovar e transformar a vida das pessoas e das instituições. Neste momento, o Ludus Lab renova seu compromisso com a formação de pessoas e em desenvolver ainda mais a ciência, tecnologia e inovação, com muita ousadia e compromisso com a Amazônia e a sustentabilidade do planeta. (Ludus Lab, [s. d.] )

O laboratório atua com a participação de acadêmicos na universidade pública e opera na criação de produtos incluindo os games como um dos principais. Com as pesquisas de estado da arte sobre a produção acadêmica do Norte e as de mercado, ambas apontando para um cenário enfraquecido e inoportuno para produção de jogos, o Ludus Lab surge com a proposta de formar profissionais tendo a universidade como sua base de experiência profissional, sem perder suas características acadêmicas e desenvolvendo profissionais aptos para o mercado com participação e contribuição com as pesquisas e instituições científicas.

### **Metodologia: etnografias e estudos sobre ciência e tecnologia**

A partir do momento que os *game studies* apresentam poucos trabalhos interessados nas práticas laboratoriais de produção de games, cabe neste projeto enquadrar teoricamente nosso interesse em investigar atividades em um laboratório como o Ludus. Estudos sobre desenvolvimento, análise e práticas científicas ganharam relevância no final dos anos 1970 com inúmeras etnografias de laboratório (Latour; Woolgar, 1997; Knorr-Cetina, 2005). A premissa básica desses estudos seguiu o princípio de simetria (Bloor, 2010), em que tanto os acertos como erros da ciência precisavam ser estudados do ponto de vista social. Não caberia apenas às ciências sociais estudarem os erros para achar as causas sociais do infortúnio, mas estudar igualmente a produção do conhecimento. Este princípio de Bloor gerou uma série de estudos posteriores interessados em analisar a produção do conhecimento em seus locais privilegiados, os laboratórios de pesquisa, e entender como os fatos científicos são construídos socialmente a partir de espaços situados.

A partir dessa premissa o propósito passa a ser não apenas analisar a ciência exclusivamente pela ciência, mas contemplar os aspectos sociais que nelas se cruzam, desenvolvem e se transformam.

Para dar independência às análises da ciência, é necessário, pois, não se basear unicamente no que os pesquisadores e descobridores dizem de si mesmos. Eles devem tornar-se o que os antropólogos chamam de “informantes”, certamente informantes privilegiados, mas sempre informantes de quem se duvida. Foi nessa linha que, com o nome de sociologia ou de psico-sociologia da ciência, desenvolveu-se uma literatura cada vez mais importante sobre as instituições científicas, sobre a concorrência entre pesquisadores (Latour; Woolgar, 1997, p. 19–20).

Nessa linha de estudos e pesquisas voltados para a influência e aspectos sociais no cerne científico é que se desenvolveram múltiplas correntes de pesquisas e linhas de análise. Entre elas destaca-se a Teoria Ator-Rede (TAR), interessada nas constituições das redes de humanos e não humanos que sustentam a produção científica no tempo e espaço.

A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar” dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de não-humanos. (Latour, 2012, p. 109)

Da TAR teremos não apenas um suporte teórico a partir da ideia de que o laboratório é um espaço de construção da ciência e do social, mas metodológico a partir do uso de conceitos úteis para descrevermos a fabricação dos jogos no Ludus. Um dos principais conceitos que será mobilizado neste processo é o de ontologia. Durante a segunda metade do século XX as pesquisas sobre ontologia ganharam novos contornos com o avanço dos Estudos da Ciência e Tecnologia (ESCTS). Segundo Iara,

A virada ontológica nos estudos de ciência e tecnologia, bem como na teoria antropológica [...], envolve uma rejeição à

abordagem epistemológica, à hegemonia da representação e à concepção de ciência como uma esfera bem delimitada, autônoma, dotada de coerência interna que se relacionaria com outras esferas situadas em seu exterior, como a política. Além disso, ela também envolve uma compreensão de mundo povoado por múltiplas e diferenciadas formas de agência que não se restringem à ação humana (Souza, 2015, p. 54).

Considerando que a finalidade da pesquisa é verificar as relações dos diversos actantes presentes na produção de jogos, o método escolhido para tal análise será a etnografia, uma vez que ela implica em

Longe de ser um método que restrinja o alcance da análise, a etnografia sugere formas de reflexão que ampliam o alcance dos ESCT [...] ressaltando suas vantagens e tornando mais claras as formas pelas quais as especificidades desse método permitem análises da tecnociência que não são desenvolvidas por outras abordagens (Monteiro, 2012, p. 140).

Assim, o estudo etnográfico tem por objetivo ampliar as percepções pela qual a ciência é desenvolvida dentro dos laboratórios de jogos eletrônicos, especialmente considerando os cenários acadêmicos e mercadológicos de games na região Norte.

Martino aborda na etnografia que

No trabalho etnográfico, o objetivo é conhecer em profundidade um determinado grupo, a partir do acompanhamento sistemático de suas atividades. Isso significa que nem todo trabalho de campo é uma “etnografia” [...] A ideia é um mergulho no cotidiano de um outro grupo, conhecer o que fazem e tentar compreender as razões, emoções e sentimentos em circulação. Na etnografia, o ponto é entender a cultura do outro em seu sentido amplo, incluindo sua vida material, atividades comuns e a vida simbólica que as fundamenta (Martino, 2018, p. 129).

Porém, por se tratar de uma etnografia de laboratório, Latour e Woolgar complementam, apontando diferenças no percurso da variação deste método para etnografia tradicional.

Nossa pesquisa tem por finalidade abrir um caminho diferente: aproximar-se da ciência, contornar o discurso dos cientistas, familiarizar-se com a produção dos fatos e depois voltar-se sobre si mesma, explicando o que fazem os pesquisadores, com uma

metalinguagem que não deixe nada a dever à linguagem com que se quer analisar. Em resumo, trata-se de fazer o que fazem todos os etnógrafos, e de aplicar a ciência a deontologia habitual às ciências humanas: familiarizar-se com um campo, permanecendo independente dele e à distância (Latour; Woolgar, 1997, p. 26)

Nosso interesse no Ludus se dá em decorrência de estar localizado dentro de uma universidade pública, que os participantes em sua total ou grande maioria são estudantes orientados por professores que os auxiliam no desenvolvimento de jogos (analógico e/ou digital) e a variabilidade praticamente infinita de gêneros existentes que se multiplicam a cada dia e profundamente alteram suas metodologias de desenvolvimento junto dos procedimentos, diretrizes e parâmetros aplicados para a sua produção. Por isso concordamos que

Analisar a produção do conhecimento científico sob a perspectiva de práticas informacionais amplia o foco dos estudos de laboratórios basilares, direcionando-o também para o coletivo heterogêneo de elementos humanos e não-humanos que integram os espaços sociointerativos dos laboratórios e grupos de pesquisa (Rocha; Paula, 2019, p. 10).

Tais metas se tornam mais ambiciosas quando lembramos, como já foi repassado no texto, das adversidades em relação a produção de jogos e de sua ciência em específico no Brasil, apresentar os piores indicativos de produtividade e desenvolvimento em nossa região referente a mercado e produção de pesquisa.

Realizar a etnografia nesse determinado laboratório é ir até a fonte de um grande ambiente heterogêneo de controvérsias em que se misturam a interdisciplinaridade de saberes necessários para a criação de jogos, somado ao complexo e variado arsenal de instrumentos, softwares dentre outros componentes não-humanos.

## **Considerações finais**

A importância dos jogos de modo geral para a sociedade é tamanha, e sem precedentes ao longo da história da humanidade. De

forma atemporal e praticamente onipresente em todas as culturas, sua relevância até os dias atuais permanece em estado de renovação, conforme continuamos não apenas desenvolvendo novas tecnologias e métodos, mas também, mantendo o hábito de jogar ainda vivo e atraindo de forma cíclica milhões de jogadores cada vez mais assíduos.

A necessidade de se desenvolver pesquisas a respeito sobre jogos eletrônicos no Brasil, ainda permanece, uma vez que nem todas as regiões compartilham das mesmas condições socioeconômicas que assegurem o ensino e a capacidade de desenvolvimento tanto de produtos quanto de ciência.

Analisar os aspectos regionais do desenvolvimento de jogos eletrônicos dentro de um laboratório universitário de *games* no Norte do Brasil é testemunhar a capacidade das universidades públicas, de inovar, junto de parcerias com instituições privadas, a fim de garantir o desenvolvimento de produção e educação superior de qualidade.

## Referências

ALVES, L. Games studies: mapeando as pesquisas na área de games no Brasil. In: TECNOLOGIA PRA QUÊ?: OS DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS DE COMUNICAÇÃO E SEU IMPACTO NO COTIDIANO. [S. l.]: Armazém Digital, 2011. Disponível em: <http://repositoriosenaiba.fieb.org.br/handle/fieb/700>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BLOOR, D. Conhecimento e imaginário social. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FORTIM, I. et al. Pesquisa Indústria Brasileira de Games 2022. In: PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS BRASILEIROS : TIC CULTURA 2022. 1ºed. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR., 2023. p. 285. Disponível em: <https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-equipamentos-culturais-brasileiros-tic-cultura-2022>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FRAGOSO, S. Desafios da pesquisa em games no Brasil. In: FALCÃO, Thiago; MARQUES, Daniel (org.). *Metagame - Panoramas dos Game Studies no Brasil*. São Paulo: Intercom, 2017. p. 15–41.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: O jogo como elemento da cultura*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KNORR-CETINA, K. *La Fabricacion del Conocimiento: Un Ensayo Sobre el Caracter Constructivista y Contextual de la Ciencia*. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

LATOUR, B. *Reagregando o Social. Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A Vida De Laboratorio: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LUDUS LAB. Ludus Lab. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.luduslab.org/#timeline>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARTINO, L. M. S. *Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas*. 1aed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes, redes*. 2aed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2015.

MONTEIRO, M. S. A. Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia: tecnociência na prática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 27, p. 139–151, 2012.

ROCHA, J. A. P.; PAULA, C. P. A. de. PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO FAZER CIENTÍFICO. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [s. l.], v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/499>. Acesso em: 9 fev. 2024.

SOUZA, I. M. de A. A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. *Ilha Revista de Antropologia*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 049–073, 2015.

# Preservação digital: em busca de uma base teórico-metodológica para o registro mercantil do Amazonas

Karlison Reginaldo de Sa Ferreira

Rodolfo Almeida de Azevedo

Alexandre de Souza Costa

## RESUMO:

Este estudo investiga a base teórico-metodológica acerca da preservação de documentos arquivísticos digitais em busca de diretrizes e requisitos para sua aplicação no registro mercantil do Amazonas. A partir de uma análise dos fundamentos da preservação digital, onde se busca compreender como o conhecimento é validado nesse contexto específico. São explorados os seguintes aspectos: a natureza dos documentos digitais e suas especificidades; as normativas e instrumentos utilizados para a preservação e seus impactos na integridade, autenticidade e validade jurídica dos documentos digitais bem como as implicações da preservação digital para a memória institucional e para o acesso à informação pública. Tal pesquisa evidencia a importância de uma abordagem interdisciplinar para a preservação digital, que contemple aspectos técnicos, jurídicos e sociais. Também é destacada a necessidade de um contínuo investimento em pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras para garantir a longevidade e a acessibilidade dos documentos digitais. Ao final, o artigo ressalta a necessidade de aprimoramento contínuo nas práticas de preservação digital no registro mercantil do Amazonas com vistas a contribuir para a construção de um acervo digital mais acessível e confiável, visto ainda a pouca abordagem da temática nas normativas publicadas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

**Palavras-chave:** Preservação digital. Documentos digitais. Registro mercantil.

## ABSTRACT:

*This study investigates the theoretical-methodological basis regarding the preservation of digital archival documents in search of guidelines and requirements for their application in the Amazonas mercantile registry. Based on an analysis of the fundamentals of digital preservation, we seek to understand how knowledge is validated in this specific context. The following aspects are explored: the nature of digital documents and their specificities; the regulations and instruments used for preservation and their impacts on*

*the integrity, authenticity and legal validity of digital documents as well as the implications of digital preservation for institutional memory and access to public information. This research highlights the importance of an interdisciplinary approach to digital preservation, which encompasses technical, legal and social aspects. The need for continued investment in research and development of innovative solutions to ensure the longevity and accessibility of digital documents is also highlighted. In the end, the article highlights the need for continuous improvement in digital preservation practices in the Amazonas mercantile registry with a view to contributing to the construction of a more accessible and reliable digital collection, given the lack of approach to the topic in the regulations published by the National Department. of Business Registration and Integration.*

**Keywords:** *Digital preservation. Digital documents. Commercial registration.*

## **Introdução**

Com o atual panorama de presença cada vez mais constante do documento digital no registro das atividades humanas, e esta presença também se estendendo às instituições públicas e privadas, reflexões acerca de mudanças na área se apresentam constantes. Nesse contexto, ferramentas e tecnologias da informação se tornaram tão intrínsecas à nossa sociedade que se apresenta a difícil tarefa imaginar uma nova realidade sem elas (Santos, 2015). Além de diversos ganhos em termos de celeridade no acesso e difusão, o documento digital também traz consigo questões com considerável pertinência de abordagem, visto especificidades demandadas pelo ambiente digital.

Dessa forma, se torna indispensável o debate em torno desse novo elemento, o qual traz consigo diversas peculiaridades em sua gestão, a partir das quais podemos destacar a abordagem acerca de sua preservação, sendo necessário um arcabouço teórico-metodológico para manutenção de sua autenticidade e confiabilidade. Tais atributos só podem ser mantidos a partir de diretrizes e requisitos aplicados no ambiente em que estes registros são gerenciados, para que assim cumpram sua missão de prova e possam ser acessados a médio e longo prazo sem que se percam suas características e conteúdo.

A abordagem da preservação digital no que tange a documentos públicos se torna cada vez mais pertinente devido seu potencial

valor à sociedade. Além disso, o próprio direito de acesso à informação é afetado nesse cenário. Na produção de conhecimento e diretrizes para sua produção, bem como a conscientização da necessidade de princípios arquivísticos no tocante à utilização desses registros em meio digital à médio e longo prazo, o conhecimento produzido pelo meio acadêmico passa por revisão teórica e interdisciplinar com outras áreas do conhecimento (Lacombe, 2016).

Diante de tais premissas, tornam-se necessárias pesquisas exploratórias acerca de como a preservação digital tem sido aplicada nos mais diversos órgãos da administração pública, visto o grande número de registros produzidos e recebidos por instituições no decorrer de atividades diárias. No âmbito do registro mercantil, esses registros trazem em seu conteúdo informações preciosas acerca da atividade do comércio nos entes federativos do país, assim configurando-se um importante patrimônio documental a ser preservado. Como citado anteriormente, o ambiente digital está entrelaçado às atividades das instituições, e no caso do registro mercantil temos a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), criada em 2007 para que o cidadão pudesse abrir e regularizar seu negócio de forma rápida.

A Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea), atendendo à Instrução Normativa nº 52, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) adotou o formato 100% digital em seu atendimento ao cidadão em 2019. Diante disso, geram-se questões a serem abordadas, dentre elas a questão de como a consolidação do conhecimento, conceitos e instrumentos relacionados à preservação de documentos digitais tem sido apresentada nos atos normativos do registro mercantil.

A partir de todo o arcabouço teórico-metodológico identificado através da pesquisa dos conhecimentos acerca da preservação digital apresentado em normativas e diretrizes existentes, torna-se possível o subsidiar a adequação e aprimoramento nas práticas de preservação dos registros digitais no registro mercantil do Amazonas. Trata-se de uma construção inicial do referencial teórico a ser utilizado na dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), intitulada *Preservação digital no registro mer-*

*cantil: os desdobramentos nos Sistemas de Gestão da Informação Arquivística digital na Junta Comercial do Estado do Amazonas, tratando-se assim de um trabalho inicial acerca da temática proposta.*

## **Metodologia**

Para esta pesquisa, a qual se classifica como aplicada pela investigação da aplicação dos conceitos de preservação digital no registro mercantil e na afirmação de Gil (2008, p. 27). O autor diferencia pesquisa pura e aplicada. A segunda “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos”. Quanto aos objetivos, é classificada como exploratória, a qual normalmente tem como características o levantamento bibliográfico e análise de documentos, bem como se relaciona a estudos de caso (GIL, 2008).

Foi adota abordagem qualitativa, apoiada em Oliveira (2011, p. 25). O autor afirma que o uso se justifica quando “o interesse do pesquisador ao estudar determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. Dados os pressupostos, será feita revisão bibliográfica acerca da temática dos documentos digitais e preservação de registros com base em autores referência, buscando identificar conceitos principais, instrumentos e normativas consolidadas na abordagem da preservação de documentos digitais.

## **Documentos Digitais e Preservação digital**

### **Revisão de alguns conceitos**

Para melhor entendimento acerca da preservação digital no contexto da Arquivologia, cabe-nos breve revisão acerca de conceitos basilares, refletindo a própria construção epistemológica da área. Tais fundamentos dão subsídios teórico circundante ao documento digital e sua preservação, perpassando pelos principais modelos e normativas atualmente consolidadas em tal temática, assim possibilitando um melhor entendimento e análise nas normativas do Drei e seus desdobramentos na Jucea.

A Arquivologia, disciplina científica definida por Marques (2017, p. 14) como “um conjunto de métodos e técnicas utilizados para a compreensão (identificação), organização, preservação e recuperação dos documentos de arquivo”, traz consigo trajetória de construção de conhecimento em torno de seu objeto de estudo. Com a definição anteriormente citada, podemos notar a partir dela a delimitação da abordagem acerca do arquivo e do documento arquivístico. Nesse ínterim, temos a figura do arquivo, como definido na Lei 8.159 de 1991, a chamada “Lei de Arquivos”, como conjunto de documentos produzidos ou recebidos por entidade de direito público ou privada, pessoa ou família fruto de suas atividades, independentemente do suporte registrado (Arquivo Nacional, 2005). Nesse primeiro perpasso, apresentam-se delimitações pertinentes ao nosso objeto de estudo: o documento.

A partir do entendimento do documento como elemento de registro de informações, independentemente do suporte ou formato (Arquivo Nacional, 2005), é necessário entender como pode ser conceituado como documento arquivístico, que, segundo Durante (2005, p. 7), é “qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por pessoa física ou jurídica ao longo de atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade”. Percebe-se na definição da autora características orgânicas específicas que o ligam ao produtor e ao conjunto de documentos pertencente. Dentro desta visão, corrobora Bellotto (2002) ao afirmar que:

A verdade é que o documento de arquivo, graças a seus elementos substanciais, fortemente ancorados nos princípios da proveniência, da organicidade, da unicidade e da indivisibilidade (que serão analisados mais adiante), e, indubitavelmente, prova do exercício das funções/atividades da entidade produtora/acumuladora do documento. E este pertence a uma cadeia orgânica formada por outros documentos, isto é, outras provas (Bellotto, 2002, p. 7).

Como diversas outras áreas do conhecimento, a Arquivologia necessitou adequar-se às mudanças na sociedade porque essas mudanças se refletiram na produção do conhecimento. Com a perspectiva, adentramos na questão das novas tecnologias da informação

e comunicação (TICs) e no ambiente digital no que concerne aos registros de atividades humanas. A evolução tecnológica trouxe impactos que alteraram a realidade dos arquivos bem como do ciclo de vida dos documentos, isso associado ao fenômeno da explosão documental (Araújo, 2013). Nesse contexto, surge o documento digital e com tal elemento emerge a necessidade de sua abordagem e entendimento, considerando uma quebra paradigmática decorrente de suas peculiaridades. Com visível abrangência na sociedade, tanto no campo civil como nas instituições, foram desenvolvidos projetos e iniciativas que promovessem esse melhor entendimento e uma produção de conhecimento que gerassem diretrizes e requisitos para seu gerenciamento adequado.

Cabe-nos uma breve diferenciação entre o documento eletrônico e o documento digital. Enquanto o documento eletrônico caracteriza-se pela necessidade para seu acesso a equipamentos eletrônicos, como disquetes, microfichas e o próprio documento digital, este segundo caracteriza-se documento sistematizado em dígitos binários, sendo acessado por sistema computacional (Arquivo Nacional, 2005). Dessa forma, podemos deduzir que ao delimitar o documento digital a um sistema computacional todo documento digital pode ser considerado eletrônico, porém a recíproca não é a mesma. Ainda nesse contexto, como definido pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão colegiado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), vinculado ao Arquivo Nacional, tendo como função a definição da política nacional de arquivos públicos e privados, temos o documento arquivístico digital como “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (Conarq, 2022, p. 208).

Com a consolidação do documento digital nos processos, gerou-se a necessidade da abordagem quanto às atividades relacionadas à sua produção, uso e destinação e, por conseguinte, sua preservação, visto a necessidade destes registros se manterem acessíveis ao longo do tempo não apenas para se atender a necessidades administrativas, mas também sociais. Notamos, a partir desse ponto, a abordagem, primeiramente, da conceituação acerca da preservação digital e essa, segundo o Conarq (Id., p. 215), é definida como “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e in-

interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário”.

Segundo Santos e Flores (2015, p. 203), a preservação digital “é composta por procedimentos de manutenção que podem ser denominados estruturais e por procedimentos de preservação dos componentes, os quais podem ser denominados operacionais”. Nessas definições, percebe-se, primordialmente, o cuidado com a necessidade de ações e instrumentos norteadores para a manutenção do acesso a estes registros, visto que em suas peculiaridades existem questões referentes ao avanço tecnológico refletidas em obsolescência de suportes e interoperabilidade entre sistemas, dentre outros fatores que influenciam não apenas em acesso à longo prazo, mas na manutenção de sua autenticidade e confiabilidade.

Diante de tais fundamentações, tem-se explícita uma consolidação no conhecimento arquivístico relacionada à temática da preservação digital. A partir de conhecimentos e conceitos estabelecidos, é possível a produção científica acerca de diretrizes norteadoras para sua implementação. Outro ponto a destacar é que, devido à necessidade de preservação, documentos digitais exigem por parte das instituições a implementação de políticas de preservação (Innarelli, 2012). Correlacionando tais perspectivas, a evolução teórico-metodológica é refletida nas próprias ações e iniciativas que se desenvolveram no decorrer do tempo, materializando-se em normativas e instrumentos a serem adotados pelas instituições produtoras/custodiadoras de documentos em ambiente digital, instrumentos que serão apresentados no tópico a seguir.

### **Preservação digital: abordagem, instrumentos e normativas**

Quanto à iniciativas relacionadas à abordagem do documento arquivístico digital, estas são de extrema importância para o tratamento deste, onde os estudos e produções acadêmicas se mostram de extrema importância, aliadas a um conhecimento interdisciplinar nessa produção, trazendo novas perspectivas ao Arquivista. Ao contrário do que se temia, esse profissional não foi substituído, pois todas as atividades de gerir e tornar acessível a informação seja de valor primário (jurídico e administrativo) seja secundário (científico e

cultural) permanece necessária, e tais usos, unidos com as vantagens da era digital em termos de celeridade nos processos, sem afastar princípios característicos dos arquivos, podem trazer contribuições ao laboral deste profissional (Bellotto, 2002).

Acerca da preservação de documentos digitais, sua temática tem sido constante alvo de discussão entre profissionais da informação desde meados de 1990, podendo ser citado o projeto de pesquisa *The presevation of integrity of eletronic records*, também conhecido como Projeto de UBC (University of British Columbia), Projeto InterPARES, MoReq e Open Archival Information System-OAIS.

A abordagem do Projeto InterPARES, desde seu início, já trazia o objetivo da construção de conhecimento teórico-metodológico para a manutenção da confiabilidade e preservação a longo prazo de documentos eletrônicos (Duranti, 2005), que viriam a ser utilizadas como base teórica em manuais de requisitos para a área e assunto aqui destacado. Nas duas primeiras fases, InterPARES já ressalta em sua metodologia a importância da visão multidisciplinar quanto à elaboração de diretrizes de preservação digital. Nas duas fases, o projeto contou com participação de arquivistas, cientistas da computação, advogados, produtores de documentos arquivísticos e demais especialistas da área da tecnologia (Duranti, 2005).

O projeto trouxe conceitos abordados em ações anteriores importantes a serem trabalhados, como fidedignidade, autenticidade e precisão, todos relacionados a atributos de documentos arquivísticos, além de definir a descrição arquivística com função importante na preservação digital. Valendo o destaque à questão da autenticidade, a qual caracteriza o documento como fonte de prova de determinada atividade, também relacionada, no campo diplomático, à confiabilidade, que se refere à manutenção do documento da mesma forma no momento em que foi produzido, sem alterações (Lacombe; Rondinelli, 2015).

Ainda sobre o projeto InterPARES, outro aspecto a se destacar é a inserção mais aprofundada da descrição arquivística, a qual segundo Duranti (2005, p. 14) tem a função de “fornecer uma visão histórica dos documentos e de seu devenir enquanto os apresenta como uma universalidade na qual a individualidade de cada membro está sujeita a um destino e proveniência comuns”, dessa forma

trazendo algumas das primeiras diretrizes da temática, ainda se desenvolvendo questões acerca da fixidez e estabilidade da forma do documento.

Com finalidade de desenvolver recomendações práticas sobre a preservação digital, em 1999, foi publicada a primeira versão do *Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS)*, resultado da cooperação entre o *Consultative Comitee for Space Data Systems (CCSDS)* e a *International Organization for Standardization (ISO)* (Flores *et al.*, 2017). Após trabalho de revisão, em 2002 foi criada a ISO 14721:2003. Em âmbito nacional, a referida ISO foi adaptada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), publicando a NBR 15472:2007 com o título de Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI).

O modelo OAIS fornece uma estrutura de conceitos com finalidade de se manterem as informações em meio digital acessíveis em longo prazo, tendo em vista mudanças tecnológicas. Além disso, aborda arquitetura e operações, técnicas de preservação e provém bases para a elaboração de padrões relacionados ao próprio OAIS (CCSDS, 2012). Com isso, é criado um ambiente de preservação, definindo-se dentro deste ambiente diversos agentes e descrição da cadeia de acontecimentos relativos aos registros digitais desde sua produção, passando pela preservação e chegando ao acesso.

Flores *et al.* (Ib.), em trabalho intitulado *Análise do conhecimento teórico-metodológico da preservação digital sob a ótica da OAIS, SAAI, ISO 14721 e NBR 15472*, traz aprofundamento teórico-metodológico do modelo OAIS na ISO 14721 e NBR 15472, bem como reflexão acerca da preservação em ambientes digitais. Tal obra, além de detalhar acerca do modelo OAIS, sua criação e principais diretrizes, traz desdobramentos em normativas e assinala como o modelo se estende em termos de normativas e requisitos em âmbito nacional. Com o ambiente de preservação criado pelo OAIS, tem-se a Resolução nº 51, de 25 de agosto de 2023, a qual apresenta a atualização das diretrizes de repositórios arquivísticos digitais confiáveis-RDC-Arq. Este repositório digital, deve contemplar requisitos arquivísticos como arranjo, descrição e acesso, mantendo relação orgânica e autenticidade (Flores, 2017). Segundo a resolução anteriormente citada, estes repositórios devem:

- aceitar, em nome de seus depositantes, a responsabilidade pela manutenção dos materiais digitais;
- dispor de uma estrutura organizacional que apoie não somente a viabilidade de longo prazo dos próprios repositórios, mas também dos materiais digitais sob sua responsabilidade;
- demonstrar sustentabilidade econômica e transparência administrativa;
- projetar seus sistemas de acordo com convenções e padrões comumente aceitos, no sentido de assegurar, de forma contínua, a gestão, o acesso e a segurança dos materiais depositados;
- estabelecer metodologias para avaliação dos sistemas que considerem as expectativas de confiabilidade esperadas pela comunidade;
- considerar, para desempenhar suas responsabilidades de longo prazo, os depositários e os usuários de forma aberta e explícita;
- dispor de políticas, práticas e desempenho que possam ser auditáveis e mensuráveis; e
- observar os seguintes fatores relativos às responsabilidades organizacionais e de curadoria dos repositórios: escopo dos materiais depositados, gerenciamento do ciclo de vida e preservação, atuação junto a uma ampla gama de parceiros, questões legais relacionadas com a propriedade dos materiais armazenados e implicações financeiras (Conarq, 2023, p. 13).

Além da abordagem acerca de objetos digitais nos sistemas e softwares das instituições, o debate sobre documentos arquivísticos em ambiente digital tem passado a se estender à novas dinâmicas do ambiente tecnológico. Nessa perspectiva, websites e redes sociais tem sido considerado nessas reflexões e debates, tendo em vista a disponibilização de informações por parte de diversas instituições público e privadas. Esse sistema informacional das páginas da web adquire, armazena e preserva conteúdos publicados na internet, consolidando tais ambientes para a salvaguarda de informações de uma época (Melo *et al.*, 2019).

Quanto à preservação de websites, existem algumas pesquisas com vistas à tal perspectiva, desatacando-se em âmbito internacional o *Internet Archive*. Melo, Nunes e Rockembach, em trabalho publicado em 2019, analisa em um recorte entre os anos de 2013 e 2018 as publicações científicas internacionais sobre a produção da web em sites governamentais. De 147 artigos encontrados, foram analisados 12 destes, percebendo-se uma escassez de produção sobre o tema, porém existindo material substancial. Observou-se a necessidade de maior abordagem da temática em solo brasileiro.

Quanto ao referido anterior, em âmbito nacional, têm-se as *Recomendações para a elaboração de políticas de preservação digital*, publicada no ano de 2019 pelo Arquivo Nacional, trazendo um auxílio aos órgãos da administração pública federal quanto à elaboração de suas políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais. Outra base são as Resoluções do Conarq nº 52, de 25 de agosto de 2023, que institui a Política de Preservação de Websites e Mídias Sociais no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e nº 53, de 25 de agosto de 2023, a qual define requisitos mínimos para cumprimento da Política.

O Conarq publicou, em 2023, obra *Requisitos mínimos de preservação para websites e mídias sociais* com finalidade a partir de diretrizes ao arquivamento de websites e mídias sociais, visto estas como portadoras de complexidades e valor histórico. Neste documento são apresentadas etapas da preservação digital, definindo-se critérios para a preservação, definições operacionais, conhecimento dos usuários, atendimento às condições de arquivabilidade dos sites, além de análise de elementos, definição de metadados, recolha e controle de qualidade e, por fim, seu armazenamento e acesso (Conarq, 2023). Tais etapas e demais informações apresentadas neste documento dão base ao arquivamento do conteúdo da web diante de tantas variáveis e desafios dos mais diversos que circundam a temática.

Com os fundamentos estabelecidos, percebe-se a consolidação de conhecimentos conscrita em normativas e conceituações que abordam a preservação de documentos digitais, resultado de estudos e modelos produzidos e adaptados em âmbito nacional e internacional. Tais diretrizes buscam sanar, como o visto, o ambiente digital e

suas especificidades e possíveis vulnerabilidades, estas que podem comprometer aspectos de autenticidade e confiabilidade dos registros digitais, tais bases de incontestável importância para manter sua preservação e acesso em longo prazo.

## **Considerações finais**

Apesar de o ambiente digital ainda se apresentar como fonte a ser amplamente explorada e debatida, dada a dinâmica e as peculiaridades apresentadas, tem-se um referencial robusto e consolidado para fins de aplicação de ações que visem a preservação de documentos digitais. Podemos assim afirmar que o objetivo do levantamento destas diretrizes foi alcançado, o qual fornecerá uma base teórico-metodológica para o trabalho final já citado na introdução da presente pesquisa.

Com estas normativas emitidas por órgãos e entidades competentes, será possível a análise dos atos normativos e das práticas de preservação dos documentos digitais no âmbito do registro mercantil, este que adotou o ambiente digital como utilitário na melhoria da prestação de serviços, visando a eficiência no serviço público. Na perspectiva, temos a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), criada pela Lei 11.598, de 3 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), que “estabelece diretrizes e procedimentos para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas”. Com isso, tem-se os objetivos de integralização e aumentar a agilidade no processo de abertura e registro de empresas no Brasil, através dos sistemas informatizados, são conectadas todas as etapas e órgãos envolvidos nestes processos, como abertura, alteração ou mesmo o fechamento de um negócio.

A utilização do ambiente virtual para os serviços relacionados ao registro mercantil, que vão desde a orientação até o pagamento por tais serviços é reforçada no Artigo 11 da lei supracitada. A importância da presente pesquisa é reforçada pela Instrução normativa nº12, de 5 de dezembro de 2013, normativa publicada pelo Drei, que em seu Artigo 3, Inciso IV, parágrafo 3º afirma que:

O emprego da tecnologia eletrônica de que trata a presente Instrução Normativa, consiste na adoção, pelos órgãos integrantes do SINREM e por seus usuários, nas situações cabíveis, de procedimentos e operações técnicas pertinentes à produção, transmissão, recepção, tramitação, despachos, manifestações, deliberações, procedimentos revisionais, arquivamento, publicação, armazenamento e adequada preservação por meio eletrônico, de atos pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins (Drei, 2013, p. 2).

Além desta, também se percebe em instrução normativa do Drei N° 81, de 10 de junho de 2020, o cuidado referente à adoção da preservação dos registros digitais, configurando-se a necessidade do levantamento aqui feito e a necessidade de sua abordagem no registro mercantil brasileiro, bem como na Jucea, panorama a ser mostrado na futura pesquisa da dissertação aqui já mencionada.

Por fim, ressalta-se a importância da abordagem da preservação digital nos órgãos e entidades brasileiras, não apenas no campo de vista da construção teórico-metodológica acerca desta temática, mas como este conhecimento tem sido aplicado nestas instituições. A cooperação de todo este arcabouço teórico foi explicitada nos instrumentos e normativas publicados por diversos projetos em âmbito internacional, os quais serviram de base para as legislações e instrumentos publicados no Brasil, dessa forma trazendo para o debate futuras questões, já citadas, para reflexão e debate.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic\\_term\\_arq.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf). Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Departamento de Registro Empresarial e Integração. Instrução Normativa DREI nº 12, de 5 de dezembro de 2013. Dispõe sobre os procedimentos de registro e arquivamento digital dos atos que competem, nos termos da legislação pertinente, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências. [Local de Publicação Desconhecido], 5 dez. 2013. Disponível em:

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/drei/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas-revogadas/instrucoes-normativas-revogadas-drei/INDREI122013alteradapelaIN3220151.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm). Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 dez. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111598.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111598.htm). Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-ARQ Brasil). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 50, de 6 de maio de 2022. Dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, Versão 2. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacaoarquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-50-de-06-de-maio-de-2022>. Acesso em: 22 dez. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq). [recurso eletrônico] / Câmara Técnica Consultiva – Certificação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis. 2.

versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 649 KB). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2023. Formato: PDF. Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-7009-024-9. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/Diretrizes\\_certificacao\\_rdc\\_arq\\_2023\\_12\\_12.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/Diretrizes_certificacao_rdc_arq_2023_12_12.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Requisitos mínimos de preservação para websites e mídias sociais. [recurso eletrônico]. / Conselho Nacional de Arquivos – Dados eletrônicos (1 arquivo : 233 kb). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. (Resolução Conarq nº 53, de 25 de agosto de 2023). Formato: PDF. Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-7009-023-2. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/Requisitos\\_minimos\\_preservacao\\_websites\\_midia\\_sociais\\_2023081712DEZ2023.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/Requisitos_minimos_preservacao_websites_midia_sociais_2023081712DEZ2023.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

CONSULTIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS (CCSDS) (2012). Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS). // CCSDS 650.0-M-2. Magenta Book, Recommended Practice, Issue 2, 2012. Disponível em: <https://public.ccsds.org/Pubs/650x0m3.pdf> . Acesso em: 22 dez. 2024.

DURANTI, L. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. Revista Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/5c793666-1dbb-42ca-aa56-842a98eb0142/content> . Acesso em: 25 dez. 2024.

FLORES, D. et al. Análise do conhecimento teórico-metodológico da preservação digital sob a ótica da oais, saai, iso 14721 e nbr 15472. Brazilian Journal of Information Science, v. 11, n., 2017.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

INNARELLI, H. C. Preservação digital: a gestão e a preservação do conhecimento explícito digital em instituições arquivísticas. <b>INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação</b>, v. 3

n. 2, n. 2, 2012.

LACOMBE, C.; SILVA, M. da. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 113-124, 2007.

MARQUES, A. A. C. Arquivologia e ciência da informação: submissão ou interlocução?. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 11 No 4, n. 4, 2017.

MELO, J. F.; NUNES, L. A. N. O.; ROCKEMBACH, M. Preservação de websites governamentais a partir do arquivamento da web: abordagens e metodologias. In: *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Ciência Da Informação, 20., 2019. Anais [...]* XX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/123000>. Acesso em: 25 dez. 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira*. -- Catalão: UFG, 2011.

ROCHA, C. L.; RONDINELLI, R. C. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisitando alguns dos conceitos que as precedem. *Acervo*, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 61–73, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/709>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 4, 2015.

# Reflexões epistemológicas sobre transparência

Renan Dantas de Oliveira  
Guilhermina de Melo Terra

## RESUMO:

A transparência, enquanto princípio estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), assegura que as informações públicas sejam acessíveis a qualquer cidadão ou interessado, com o objetivo de garantir visibilidade às ações governamentais e fortalecer a democracia por meio do controle social. A referida lei regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, obrigando os órgãos públicos a adotarem práticas de transparência ativa, aquelas de divulgação espontânea, e transparência passiva, atendendo solicitações de informações realizadas pelos cidadãos. Na sociedade contemporânea, a transparência consolidou-se como um conceito central e um princípio democrático fundamental, que visa garantir que as instituições públicas atuem de forma transparente e responsável perante a sociedade. Apesar de sua relevância prática, ainda persiste a necessidade de compreender a transparência em uma perspectiva epistemológica, o que motiva o problema central deste capítulo: Como a transparência pode ser compreendida epistemologicamente? Tem-se como objetivo investigar as bases epistemológicas da transparência, explorando os fundamentos teóricos que sustentam sua conceituação e aplicação. Para isso, será adotada uma abordagem qualitativa, com uma revisão de literatura que aborda teorias relacionadas à epistemologia da transparência.

**Palavras-chave:** Transparência. Epistemologia. Informação. Acesso.

## ABSTRACT:

*Transparency, as a principle established by the Access to Information Law (Law No. 12,527/2011), ensures that public information is accessible to any citizen or interested party, with the aim of guaranteeing visibility to government actions and strengthening democracy through social control. The aforementioned law regulates the constitutional right of access to information, obliging public bodies to adopt practices of active transparency, those of spontaneous disclosure, and passive transparency, responding to requests for information made by citizens. In contemporary society, transparency has consolidated itself as a central concept and a fundamental democratic principle, which aims to ensure that public institutions act transparently and responsibly towards society. Despite its practical relevance, there is still a need to understand transparency from an epistemological perspective, which motivates the central problem of this chapter: How can transparency be understood epistemologically? The objective is to inves-*

*tigate the epistemological bases of transparency, exploring the theoretical foundations that support its conceptualization and application. To this end, a qualitative approach will be adopted, with a literature review that addresses theories related to the epistemology of transparency.*

**Keywords:** *Transparency. Epistemology. Information. Access.*

## **Introdução**

A transparência é um dos fundamentos essenciais para a democracia nos dias de hoje, pois seu significado está mais ligado à política ao considerar que a clareza favorece o desenvolvimento da democracia do Estado. A transparência atua como um instrumento de monitoramento social, e também serve como um modo de validar as ações governamentais, possibilitando que a sociedade possa analisar e, acima de tudo, engajar-se ativamente nas escolhas que impactam a comunidade e a vida dos cidadãos.

Nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei Federal n.º 12.527/2011) surge como uma conquista bastante significativa no Estado Brasileiro, uma vez que regulamenta um dispositivo constitucional do Art.5º, inciso XXXIII do direito de acesso à informação no qual dispõe que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (Brasil,1988).

Ademais, essa Lei também estabelece diretrizes em seu artigo 3º, inciso IV, para práticas de transparência por todos os Entes Federativos no qual prever o “fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública” (Brasil, 2011).

Apesar dos avanços que a LAI proporcionou após sua promulgação, principalmente com a cultura de o acesso e de transparência ser a regra e o sigilo ser os casos de exceção legalmente previsto na lei, o conceito de transparência é frequentemente tratado de forma limitada às práticas administrativas para divulgação proativa de informações e às obrigações legais impostas de publicação para efeitos legais e de princípio de publicidade.

No entanto, ao olhar para a transparência sob uma perspectiva mais ampla, ela se revela como um fenômeno que ultrapassa

questões meramente operacionais e administrativas das instituições, a transparência alcança, por exemplo, questões éticas, políticas e, em especial, epistemológicas, objeto desse capítulo.

Dessa forma, surge a seguinte questão para este capítulo: Como a transparência pode ser compreendida epistemologicamente? Este questionamento busca explorar as bases teóricas que sustentam a transparência como conceito, investigando suas raízes epistemológicas.

Assim, a pergunta que se coloca neste capítulo é: Como a transparência pode ser compreendida epistemologicamente? Essa indagação visa analisar os fundamentos teóricos que embasam a transparência enquanto ideia conceitual, examinando suas origens epistemológicas.

Para alcançar esse objetivo, este capítulo adota uma abordagem qualitativa baseada em revisão de literatura, explorando teorias que abordam a epistemologia da transparência. Busca-se compreender como a transparência, através do acesso à informação, contribui para a construção de instituições mais transparentes e democráticas.

## **Metodologia**

A abordagem deste capítulo adotará uma metodologia qualitativa, focando na revisão da literatura, que possibilitará a exploração e a análise dos princípios teóricos da transparência sob uma ótica epistemológica. Essa escolha metodológica foi feita devido à sua capacidade de proporcionar uma análise interpretativa das fontes teóricas e de viabilizar a articulação de conceitos.

A revisão da literatura se dará por meio da seleção de livros *online* e artigos acadêmicos, especialmente na base digital de dados em Ciência da Informação - BRAPCI, que tratem do conceito de transparência. Conforme GIL (2002, p.44), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Em seguida, as teorias epistemológicas que possam esclarecer o fenômeno da transparência, incluindo seus fundamentos, serão investigadas.

Esse método permitirá explorar as relações entre a transparência e a epistemologia. A abordagem qualitativa se empenhará em

descrever os princípios teóricos e construir uma estrutura teórica que ajude a aprofundar a compreensão do tema.

O objetivo é examinar as diferentes definições do conceito de transparência, mirando nas bases epistemológicas que apoiam esse fenômeno. Isso propiciará uma análise do conceito com vistas a oferecer uma base para examinar a transparência em contextos institucionais.

## **Transparência**

### **Origens e conceitos**

A transparência é considerada um princípio essencial para fortalecer a democracia, promovendo a participação das pessoas e permitindo a supervisão da sociedade sobre as ações dos governantes. Esta é a perspectiva contemporânea em uma democracia representativa, nas quais há maneiras de participação nas políticas públicas e nas iniciativas governamentais voltadas à população.

No século XIX, o sentido de transparência era usado de forma parcial ao sentido que se tem hoje, pois já nesse período se identificava o termo transparência para designar que o governo deveria agir de acordo com as regras e se comunicar com a sociedade (Teixeira; Zuccolotto, 2019).

O termo transparência, desde então, tem se desenvolvido significativamente, acrescentando e assimilando diversos significados de acordo com o campo de estudo em que é aplicada. Ela é mais comumente empregada no setor público, que tem se tornado mais evidenciado por parte das instituições governamentais em busca de uma democracia que seja inclusiva e representativa.

Na democracia representativa, nas palavras de Cruz e Zuccolotto (2021, p. 161), é “um direito do povo saber como os poderes que foram entregues ao governo estão sendo utilizados, sendo esse um contrato implícito entre os governados e seus representantes”.

Portanto, a democracia representativa é um direito do povo. Esses precisam saber o quê e como seus representantes estão concretizando as ações de governo para o benefício da sociedade e o

seu bem-estar, além de possibilitar a participação dos cidadãos o engajamento nas políticas públicas governamentais

Já no século XX, o significado de transparência tornou-se mais proeminente devido às relações internacionais entre os países, o como eles deveriam se relacionar, de forma transparente, não se utilizando mais de acordos secretos ou através de procedimentos secretos, era necessário promover tanto a estabilidade entre os países quanto um princípio de paz, a chamada “Nova Diplomacia”.

Para o século XXI, o advento de novas tecnologias de informação e comunicação permitiu o aumento significativo da transparência em todos os ramos, em especial para o setor público. Com isso, a transparência também permitiu que a responsabilidade e a prestação de contas das organizações e governos fossem mais efetivas uma vez que houve a melhora significativa desses meios de informação e comunicação com a sociedade.

Nesse sentido, argumentam Teixeira e Zuccolotto que:

No sentido conceitual, o século XXI não trouxe consigo grandes inovações para o termo transparência. No entanto, no que se refere à questão de informação e *compliance*, as formas de comunicação e as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) trouxeram grandes possibilidades para o aumento da transparência e, por consequência, da *accountability*. (Teixeira e Zuccolotto, 2019, p. 35).

As mudanças ocorridas com as novas tecnologias da informação e comunicação, portanto, foram bastante significativas para a transparência pública, inclusive para a própria *accountability*, pois a transparência é uma ferramenta essencial para se garantir as prestações de contas dos governos assim como sua responsabilidade perante a sociedade moderna.

Frisa-se que a *accountability* não é sinônimo de transparência, porém, a transparência garante a implicação da *accountability*, sem o fenômeno da transparência na Administração Pública, de fato, não seria possível a responsabilização dos agentes e governantes. Para Teixeira e Zuccolotto (2019) “a transparência das informações públicas é uma das etapas da *accountability*, assim como a prestação de contas e a responsabilização dos governantes.”.

Ainda sobre isso, Cruz e Zuccolotto (2021) destacam que:

*A accountability é um mecanismo que apresenta um amplo leque de definições teóricas, que em geral estão associadas à responsabilidade que os governantes devem assumir perante a sociedade e à capacidade de responsabilização desses por suas condutas inadequadas. (Cruz e Zuccolotto, 2021, p. 162).*

Percebe-se, dessa forma, que transparência e *accountability* estão intimamente ligadas, uma vez que se faz necessário haver a transparência para que ocorra conseqüentemente a *accountability* a fim de responsabilização daqueles que assumiram como governantes perante o povo e daqueles detentores de cargos públicos.

### **A transparência na lei e decreto**

A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, estabelece diretrizes para a transparência e o acesso à informação pública. Embora a legislação apresente definições de algumas expressões para uma compreensão mais clara tanto no âmbito jurídico quanto no social, no Art. 4º, não é feita referência específica à transparência no contexto legal.

Entretanto, os procedimentos a fim de garantir o acesso à informação devem ser executados com os princípios da administração pública, em especial o da publicidade, e com as diretrizes previstas no Art. 3º da LAI, dentre elas destaca-se o do inciso IV que prevê o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

A transparência na LAI se manifesta de duas formas: a primeira, chamada ativa, ocorre quando instituições e órgãos públicos divulgam dados e informações de maneira espontânea, proativa, dispensando solicitações; a segunda, chamada passiva, diz respeito à resposta de informações solicitadas pelo interessado, que não estão dispostas nos portais de transparência.

Para a autora Salino, transparência ativa e passiva ocorrem:

Na transparência ativa ocorre conforme dispõe o inciso II, do art.3º da LAI e a divulgação das informações de interesse coletivo ou geral ocorre de forma espontânea, proativa, organizada, geralmente no portal de transparência do órgão público, independente de solicitações e requerimentos de quaisquer pessoas. Por outro lado, na transparência passiva a divulgação de informações acontece por intermédio de ato de solicitação e realiza o atendimento da sociedade, salvo exceções quando previstas. (Salino, 2016, p.47).

A transparência ativa, portanto, independem de solicitações, devendo ser divulgadas, obrigatoriamente, nos portais de transparência dos órgãos e entidades públicas a fim de que qualquer cidadão possa tomar conhecimento de informações sobre programas e serviços, gastos públicos, recursos humanos, licitações e contratos, receita e despesa, informações institucionais, participação social, dentre outras informações. Para Zuccolotto *et al.* (2015, p. 148) “a transparência ativa consiste na difusão periódica e sistematizada de informações sobre a gestão estatal”.

Já a transparência passiva depende de solicitações, devendo órgãos e entidades emitirem resposta dentro do prazo legal não superior a 20 dias. Entretanto, esse prazo poderá ser prorrogado por mais 10 dias, e para que isso aconteça o órgão que recebeu a solicitação deverá justificar de forma expressa o motivo pelo qual comunica a dilatação do prazo, e também terá o dever de cientificar o requerente dessa prorrogação.

Acerca da transparência passiva, Zuccolotto *et al.* comentam:

A Transparência passiva, por sua vez, refere-se à obrigação do Estado em conceder a todos os cidadãos que o requeiram o acesso tempestivo aos documentos oficiais, salvo aqueles que estiverem legalmente protegidos por motivo de segurança nacional, investigação pública, direito de terceiros, etc. (Zuccolotto *et al.*, 2015, p. 148).

A Lei de Acesso à Informação foi publicada em 2011 trazendo normais gerais acerca do direito de acesso à informação, porém foi necessário regulamentar seus dispositivos legais por meio do Decreto nº 7.724/2012, o qual foi promulgado exatamente no mesmo dia

em que a LAI entrou em vigor, conforme mencionado no Art. 47: esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação (Brasil, 2011).

O referido decreto traz em seu Capítulo III os dispositivos normativos específicos para regulamentar a transparência ativa. O rol de informações que devem ser divulgadas, independente de requerimento, na internet, nos portais de transparência dos órgãos e entidades, está disposto nos incisos do §3º do Art. 7º. (Brasil, 2012). Frisa-se que este rol de informações é de interesse coletivo ou geral que devem está transparentes, entretanto os órgãos e entidades poderão divulgar outras informações que analisarem ser relevantes para a sociedade.

Já em seu Capítulo III, o decreto trata acerca da transparência passiva, sendo este capítulo mais extenso tendo em vista que, para esse tipo de acesso à informação, foi necessário regulamentar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, o qual funciona como uma unidade para atender e orientar o interessado quanto ao acesso à informação assim como para receber e registrar os pedidos dos interessados. (Brasil, 2012).

Têm-se também nesse capítulo as regulamentações quanto ao pedido de acesso à informação, o qual dispõe que não somente a pessoa física tenha o direito de acesso à informação como também a pessoa jurídica tenha direito; ao procedimento de acesso à informação, o qual prever que o acesso será realizado de forma imediata, isso quanto a informação estiver disponível, pois quanto não estiver o órgão ou entidade terá até 20 (vinte) dias de prazo para responder conforme o regramento estabelecido nos cinco incisos do §1º do Art. 15. e; aos recursos, nos casos de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso conforme o Art. 21.

Essas normas legais são fundamentais para disciplinar o direito de acesso à informação e consequentemente a transparência pública no âmbito institucional. Sua relação epistemológica colabora para a construção de uma sociedade com um nível de transparência com mais efetividade e com uma participação cidadã mais qualificada.

## Considerações finais

A transparência, como um princípio da democracia, abrange muito mais do que uma diretriz legal ou uma exigência prevista na Lei de Acesso à Informação para instituições e entidades governamentais. De fato, ela representa, acima de tudo, uma ferramenta que fortalece o controle social, incentiva a responsabilidade (*accountability*) e contribui para estabelecer um laço de confiança entre os cidadãos e o governo.

Como discutido neste capítulo, compreender essa questão demanda uma análise mais aprofundada que leve em conta suas bases epistemológicas. A pesquisa realizada neste estudo teve como objetivo investigar as interações entre transparência e epistemologia, enfatizando que a transparência se revela em várias áreas do conhecimento humano, especialmente no âmbito político.

Para que a transparência seja efetiva, é crucial que os métodos de comunicação e as informações estejam alicerçados em princípios e diretrizes. Isso significa que simplesmente compartilhar dados não é suficiente, é fundamental garantir que as informações sejam publicadas de forma clara e que também sejam confiáveis para os cidadãos, de modo que possam utilizá-las para fomentar uma participação social mais ativa em relação ao governo.

A discussão teórica apresentada aqui também traz à tona os desafios que incidem sobre a implementação de práticas transparentes. Neste mundo atual marcado pela explosão das informações e, conseqüentemente, pela disseminação de desinformação e *fake news*, a construção da transparência requer bem mais do que as normas e as regulamentações institucionais, exige-se uma análise crítica que possa reconhecer as limitações do conceito e que proponha mecanismos para superá-las, conectando práticas administrativas e operacionais aos fundamentos epistemológicos já consolidados.

Espera-se que as conclusões deste capítulo contribuam de maneira significativa para o aprofundamento das discussões acadêmicas sobre a transparência. Ademais, que a análise das bases epistemológicas da transparência ofereça um referencial teórico que fortaleça a compreensão sobre o impacto da Lei de Acesso à Informação na promoção da transparência nos órgãos e instituições.

Conclui-se que a transparência é uma questão que requer uma abordagem que abranja várias áreas do conhecimento humano e uma reflexão teórica constante. Investigando a epistemologia da transparência, buscou-se contribuir para o debate sobre esse tema, destacando a importância de entender a transparência como um fenômeno ligado tanto à informação quanto à comunicação. É essencial que mais estudos investiguem esse tema, estimulando outras reflexões e propondo soluções para construir uma sociedade que seja aberta e democrática.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm). Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Lei n 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 3 jan. 2025.

CRUZ, G. J. L. da, & ZUCCOLOTTO, R. (2021). Transparência passiva no judiciário: uma análise da aplicação da lei de acesso à informação nos Tribunais de Justiça estaduais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 40(3), 159-177. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i3.50355>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SALINO, Deila Batista. Lei de Acesso à Informação no contexto dos Tribunais de Contas: a pragmática da transparência a partir da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein. - Rio de Janeiro, 2016.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro. 1 ed. Brasília - DF: ENAP, 2019. v. 1, p. 72. <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/4161>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ZUCCOLOTTO, R., TEIXEIRA, M. A. C., & RICCIO, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 12(25), 137-158. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>. Acesso em: 10 jan. 2025.

## **Comunicação, Informação e Cultura**



# Cinema e construção do imaginário amazônico a partir de *Amazonas, o maior rio do mundo* e *Alexandrina, um relâmpago*

Caio Pimenta

Renan Albuquerque

## RESUMO

O artigo apresenta mudanças trazidas pelo cinema no imaginário e representação social da Amazônia traçando paralelo entre dois filmes exibidos no Teatro Amazonas no segundo semestre de 2023: *Amazonas, o maior rio do mundo*, dirigido pelo português Silvino Santos entre 1918 e 1920, e *Alexandrina - um relâmpago*, da cineasta amazonense negra Keila Sankofa lançado em 2022. A partir da análise, e considerando bibliografia relacionada a i) relações de poder inerentes ao cinema, ii) ampliação e simplificação dos acessos tecnológicos no audiovisual nas últimas décadas e iii) conceitos da construção da visão hegemônica sobre a região, percebemos como os filmes são retratos de seus tempos nas formas de se apresentar a Amazônia, discutindo a construção de visão hegemônica, clichês e mitos em relação à região.

**Palavras-chave:** Amazônia; Cinema; Representação social.

## Introdução

Símbolo do auge econômico de Manaus em época que ficou conhecida como “Belle Époque”, instada no ciclo da borracha, o Teatro Amazonas foi palco no segundo semestre de 2023 da exibição de duas obras cinematográficas que versam sobre a construção da sociedade local. Na noite de 23 de agosto, dentro da programação da 5ª edição do Festival de Cinema da Amazônia - Olhar do Norte, foi exibido o curta *Alexandrina - um relâmpago*. Foram pouco mais de 11 minutos, mas nesse espaço de tempo se retirou do manto da invisibilidade a jovem negra que serviu como criada e acabou sendo ajudante no trabalho pela Amazônia do casal suíço naturalista Louiz e Elizabeth Agassiz, entre 1865-1866. Com um cabelo considerado “indomável” pelos volumosos cachos, Alexandrina foi a primeira mulher preta a ser retratada em desenho na história da então Província

cia do Amazonas — este feito por William James. O filme de 2023 traz na direção Keila Sankofa, cineasta e artista visual. Ao lado dela, uma equipe técnica composta majoritariamente por pessoas negras.

Já em 29 de dezembro, em duas sessões lotadas no mesmo Teatro Amazonas, a atração foi *Amazonas, o maior rio do mundo*. A obra retornou a Manaus após mais de cem anos. Gravado entre 1918 e 1920, o longa foi dado como desaparecido desde meados dos anos 1930 após a comercialização indevida na Europa. O filme foi fruto de um trabalho de três anos de Silvino Santos, cineasta português e pioneiro no audiovisual na região amazônica, a partir da produtora Amazônia Cine Film, pertencente à Almeida Mendes & Companhia (Stoco, 2019), dos empresários Evaristo José de Almeida, José Armando Mendes e Manoel Joaquim Gonçalves, envolvidos com a Associação Comercial do Amazonas (1918). O documentário traz imagens do rio Amazonas, afluentes, confluente, sua flora, fauna e habitantes, incluindo imagens pioneiras históricas do povo indígena Wítoto. Há sequências longas mostrando indústrias extrativas da região: borracha, castanha-da-Amazônia, madeira, pesca e penas.

A partir de *Alexandrina...* e *Amazonas, o maior rio do mundo*, gravadas no Amazonas com diferença de quase um século, o artigo traça paralelo sobre a construção do olhar e do imaginário sobre a Amazônia a partir do cinema. Para fundamentar o estudo, usam-se conceitos de Bernardet (1985), Morin (1987) e Charney e Schwartz (2010) sobre relações de poder inerentes ao cinema, enquanto pensa-se a Sétima Arte em uma nova era a partir da ampliação e simplificação dos acessos tecnológicos em autores como Cavenacci (1990), Santaella (2003) e Ferrari (2016). Abordamos a formação da visão hegemônica sobre a Amazônia a partir de Santos (2006), Gondim (1994), Benchimol (1999), Lobo e Costa (2003), Souza (2003), Pinto (2006) e Gonçalves (2011).

Foi realizada análise qualitativa dos dois filmes, ambos disponíveis na internet. *Amazonas...* está no Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira; *Alexandrina...* está no YouTube. As produções foram avaliadas tendo em vista identificação i) de linguagem narrativa, ii) de montagem, iii) uso de intertítulos e iv) roteiro, além das próprias imagens que compõem o discurso fílmico. A pesquisa envolveu revisão bibliográfica que dialogasse com

teorias de cinema e representações sociais da Amazônia, permitindo contextualização dentro do cenário cultural e econômico da região.

## **A construção de imaginários e o papel do cinema**

Paraíso na Terra. Inferno verde. O imaginário sobre a Amazônia passa em grande parte por estas duas visões construídas por colonizadores (comerciantes, missionários, peregrinos) via cartas e relatos sobre a suposta descoberta do novo mundo. Gondim (2014) afirma que as construções não foram inéditas sobre a região, trazendo muito da experiência do europeu em além-mares, nas Índias, por exemplo, onde o choque com natureza e sociedade diferentes daquilo que conheciam alimentaram fantasias e idealizações sobre um lugar divino na Terra. “Buscava-se o paraíso, o sonho perseguido de viver eternamente, longe de pestes e fome, sem necessidade de trabalhar, pois aquele lugar prodigioso, com uma só estação perdurando o ano inteiro, tinha árvores que produziam e eram banhadas por rios perenes (Gondim, 1994, p. 18).

A experiência do colonizador com o colonizado e sua terra carregavam a essência da classificação de Santos (2006). O Oriente, onde a Amazônia se encaixa, era local distante, desconhecido, misterioso. Tal aspecto contribuía para o forte grau de exotismo que a região carregava e ainda carrega no imaginário público do Ocidente, especialmente por apresentar contrapontos fundamentais aos modos de vida, valores e sistemas caros a colonizadores e que constituíam a vida europeia naquele período. Logo, quem vivia sob este modelo de sociedade era encarado como estando um passo atrás da suposta civilização moderna. Todos que não se encaixavam no modelo ideal eram selvagens, propensos a serem dominados e conquistados. No imaginário, eram bárbaros sem valor e organização.

Quanto à natureza, leva-se em conta toda uma região apenas pelos seus recursos naturais e de que modo podiam servir ao intuito de supremacistas. Isso, claro, ignorando toda a população que ali já vivia com seus saberes acerca da terra e das melhores práticas para plantio, colheita, pesca etc. Tratava-se de um espaço a ser dominado. Logo, êxitos obtidos na conquista do território e a abundância advinda dele seriam considerados a concretização dos sonhos.

Essas alteridades, cifradas pelo panorama da nudez, dos prazeres ansiosos, das belezas lascivas, da não-mercantilidade, acabaram por produzir uma revolução sem precedentes no imaginário ocidental, abalando o suposto reinado civilizatório e a arrogância de seus súditos e mandatários, ainda que sua historicidade fosse entendida como um discurso negativo, um somatório de ausências, que as colocava fora da própria história. Em virtude dessa negatividade, foi difícil ao Ocidente entendê-las como manifestações culturais plenas. Talvez, por isso, tornou-se obsessiva a compulsão de domá-las, escravizá-las, contaminá-las, domesticá-las, sob a ideologização de que eram inferiores, estranhas, estrangeiras, mantendo-as no patamar de uma não-cidadania cultural, sempre espúria e subalterna (Carvalho, 2002, p. 124).

A partir dessa construção histórica, a Amazônia passa a desempenhar “papel de especial relevância para a manutenção de uma mitologia baseada em alternativas potencialmente ambíguas, de trânsito simbólico entre o real e o maravilhoso” (Amâncio, 2000, p. 83). Em forte grau de exotismo o disposto se fez presente e o cinema contribuiu para esse tipo de imaginário sobre a região, difundindo na população a representação social (Gonçalves, 2009) da Amazônia como local marcado por cobras grandes, monstros de tempos jurássicos e da imensidão verde da floresta, deixando em segundo plano toda a riqueza sociocultural e de cosmovisão dos povos da região.

Surgido em 28 de dezembro de 1895 com a primeira exibição pública feita pelos irmãos Lumière em Paris, na França, o cinema advém de um período de avanços técnicos de uma sociedade fabril, capitalista e concentrada em cidades. Era arte essencialmente burguesa e, sendo assim, refletia interesses elitistas em obras filmicas — pelo menos entre grandes estúdios e produtoras (Bernardet, 1985). Filmes refletiam ideais e valores de classe. A produção cinematográfica, inserida na lógica capitalista, contribuiu para massificar a cultura burguesa e homogeneizar pensamentos e ideais, espalhando-os ao redor do planeta (Morin, 1987). O cinema torna-se, no fim do século XIX, catalisador de atributos da mesma modernidade que colocou preceitos e organizações sociais de vida dos povos originários amazônicos em segundo plano, subjugando-os (Charney; Schwartz, 2010).

O discurso exotizante e mítico de exploradores e colonizadores ganha canal de difusão eficiente.

É no processo de constituição e desenvolvimento daquilo que compreendemos e imaginamos como Ocidente, civilização europeia, tempos modernos, que as ideias de exótico e de exotização vem ampliando e matizando suas significações e se faz presente no discurso da ciência, da literatura, das artes, como na linguagem comum (Pinto, 2006, p. 77).

### **A trajetória de *Amazonas, o maior rio do mundo***

Gravado entre 1918 e 1920, *Amazonas, o maior rio do mundo* apresenta uma narrativa pitoresca da burguesia para a construção de suposta realidade inerente à Amazônia. A obra foi dirigida por Silvino Santos, português que chegou à região no início do século XX e se tornou o pioneiro do cinema na Amazônia. Silvino percorre extensa área, passando por Baixo, Médio e Alto Rio Amazonas, além do vale do rio Madeira e oriente peruano (Stoco, 2019). O trânsito do cineasta pelas regiões chamava atenção da imprensa local, que retratava a expedição filmica como uma produção para fazer a Amazônia circular ao redor do mundo, inclusive com os intertítulos sendo traduzidos para inglês, francês e alemão (Id., *op. cit.*).

Toda a ambição, entretanto, acabou virando uma enorme decepção e prejuízo. Com o filme pronto, em mãos, Propércio de Mello Saraiva teve a missão de negociar a obra na Europa. Propércio era professor de técnicas de escrita em três das escolas mais tradicionais de Manaus na época e noivo da filha do secretário da Associação Comercial do Amazonas, Avelino Cardoso, também estava envolvido na produção do filme. No Velho Continente, ele teria se apropriado do filme e informando ser o autor, vindo a negociar o documentário já com outro título (*As maravilhas do Amazonas*) com a tradicional distribuidora francesa Gaumont. Os últimos relatos sobre a obra são de 1930. Depois, acabou desaparecida.

Somente em 2023 uma cópia do longa-metragem de 65 minutos foi encontrada no Národní Filmový Archiv (Arquivo Nacional de Cinema da República Tcheca), em Praga (Malleret, 2023). Com apoio do pesquisador Sávio Stoco e da Cinemateca Brasileira, a obra retornou para o Brasil no segundo semestre de 2023 e rodou o país em uma série de exibições, entre elas a realizada no Teatro Amazonas em 29 de dezembro.

## Uma visão da burguesia sobre a Amazônia

ntes de partir para as principais marcas de *Amazonas, o maior rio do mundo*, interessa entender o contexto social em que surge a obra. O fim da segunda década do século passado (1910 a 1919) representava os últimos suspiros do auge da exploração da borracha na Amazônia e, conseqüentemente, da *Belle Époque*, responsável, dentre outras coisas, pela construção do Teatro Amazonas, maior espaço cultural de Manaus até hoje e onde, aliás, aconteceu a primeira projeção de cinematógrafo na cidade, em abril de 1897 (Costa, 1997). Nesse período, a economia amazonense era dominada por portugueses, gestores de casas aviadoras. O período ficou conhecido como “Era dos Jotas” por causa da prevalência da letra nas iniciais das firmas de imigrantes do país.

Firmas portuguesas estabelecidas em Belém e Manaus transformaram as cidades em entrepostos comerciais e estabeleceram linhas logísticas de suprimento rio acima, de mercadorias à base de crédito pessoal com os seringalistas e seringueiros cearenses e nordestinos, recebendo, em contrapartida, rio abaixo, mediante conta de venda, gêneros e produtos extrativos destinados à exportação (Benchimol, 1999, p. 81).

Nesse cenário socioeconômico surge *Amazonas, o maior rio do mundo*. O documentário foi financiado por Amazônia Cine-Film, primeira produtora audiovisual local, pertencente a Almeida Mendes & Companhia, dos referidos empresários Evaristo, José e Manoel, todos de origem portuguesa e envolvidos com Associação Comercial do Amazonas. Todavia, o extravio do controle do documentário na Europa resultou no fechamento da Amazônia Cine-Film e Silvino Santos acabou encontrando em JG Araújo, o maior empresário português na região, um novo financiador para seus projetos audiovisuais. Com ele, realizou, em 1922, *No paiz das Amazonas*. O cinema continuou sob o controle econômico da burguesia.

*Amazonas...* trouxe dois pontos como característica: i) reforçava o caráter grandioso da Amazônia, com vastas paisagens entre florestas e rios aliadas a uma fauna da mais variadas, ii) mostrava como a região estava sendo gradualmente conquistada em um suposto processo civilizatório via diversidade econômica provenien-

te de características locais. No primeiro intertítulo, o documentário enfatiza as dimensões grandiosas do rio Amazonas. “O Amazonas, rio mais poderoso do mundo, atravessa a América do Sul do oceano Pacífico ao Atlântico. Com quase 6.000 km de extensão, sua foz chega a ter 52 quilômetros de largura”. Em seguida, as primeiras imagens são sucessões de *takes* do longo rio cercado nas laterais de grandes árvores. Pessoas são apenas detalhes em cena, aparecendo distantes no quadro, sejam em canoas que cruzam o rio ou em casas ribeirinhas. A exceção é quando surge em tela por 13 segundos em *take* único um grupo de seis indivíduos, filmados em plano aberto, cruzando área de igapó.

Sequências semelhantes mostrando a grandiosidade de rios, florestas, registros antigos nas pedras, corredeiras, pássaros, animais como onças, jacarés e caranguejos, com direito a alerta de aberração por conta de tomada com uma tartaruga de duas cabeças, alternam-se durante 66 minutos e 50 segundos. É o retrato do Oriente misterioso, desconhecido e idílico (Boaventura, 2006), que fascinava o mundo ocidental. Antes dos filmes de Silvino Santos a Amazônia já era foco de “aventureiros [que] deslocaram-se para diferentes lugares do mundo buscando ‘vistas’ exóticas para serem mostradas ao público europeu, sedento por conhecer povos e paisagens” (Costa; Lobo, 2005, p. 295).

Com 6 minutos e 36 segundos, um intertítulo fundamental para compreender *Amazonas, o maior rio do mundo* surge na tela. Lê-se “O território é rico em recursos naturais. Há uma grande quantidade de borracha para a extração”. As cenas seguintes são dedicadas a todo esse processo, passando desde o seringueiro adentrando a floresta e extraíndo o látex, até chegar à defumação da borracha e ao teste da qualidade até o embarque nos grandes navios rumo à Europa.

A borracha é o primeiro item de uma série de potenciais econômicos apresentados ao longo dos 66 minutos de *Amazonas, o maior rio do mundo*. A pesca do peixe-boi e dos peixes em geral, a castanha, a cana de açúcar, a exploração de madeiras como o mogno e a pele das aves e dos animais para a alta costura, além do plantio de algodão e da mandioca, incluindo-se do artesanato em cabaças. Estes e outros ativos são destacados, com direito à presença

de intertítulos para apresentar detalhes sobre cada um. Silvino ainda enfatiza guindastes, equipamentos fabris e a presença de grandes navios responsáveis pelo deslocamento das riquezas, salientando a infraestrutura disponível na região, apesar de desafios impostos pela natureza, segundo informa o documentário.

Observa-se ainda, de forma sutil, a partir do posicionamento das pessoas nas cenas, detalhes das hierarquias sociais: na coleta do algodão, por exemplo, mulheres caboclas fazem a juntada do material, enquanto homens brancos, vestidos de ternos, supervisionam a chegada dos volumes de itens. Situação semelhante é notada quando negros e caboclos fazem o serviço braçal ao trabalhar com o teste de qualidade da borracha e das madeiras, enquanto homens brancos estão focados na organização de atividades burocráticas.

A visão exotizante sobre a Amazônia se completa ao tratar povos originários como selvagens. Isso é dito literalmente aos 59 minutos e 34 segundos no seguinte intertítulo: “Nós continuamos nossa jornada. Aqui, vivem tribos selvagens que há apenas 50 anos decoravam suas ocas com os crânios de seus inimigos”. Exatos 35 segundos depois, um novo intertítulo de sentido semelhante: “Como todos os selvagens, eles decoram seus narizes e orelhas”. O documentário ilustra tal mensagem na cena subsequente ao trazer um indígena girando em 180 graus, da esquerda para a direita, em plano médio e, depois, em plano fechado, destacando suas vestimentas e acessórios. Em nenhum momento, *Amazonas...* referencia etnia ou região daquele homem, muito menos contexto sociocultural em que se inseria.

Em contraposição, ao apresentar a cidade de Santarém, o então centro da produção de cacau da região, o intertítulo aos 36 minutos e 25 segundos inicia com os dizeres: “Aqui, a terra se torna mais civilizada” e mostra cena de dezenas de pessoas na área portuária do município paraense, sendo a maioria homens com calças e camisas longas e muitos com chapéus. No choque de contrastes, o documentário deixa implícito conceitos do que era considerado moderno, civilizado e aquilo que era bárbaro do ponto de vista de evolução de uma sociedade sobre a outra. Era o cinema contribuindo para a construção simbólica de toda uma região e seus povos a partir de imagens e montagens de processo fílmico financiado e executado do ponto de vista da burguesia da época.

## Novas possibilidades 100 anos depois

Silvino Santos marcou o primeiro ciclo do cinema amazonense (Lobo, 1994). O fim do auge do período da borracha cessou o financiamento das obras do diretor de origem portuguesa, que caiu em esquecimento. A produção estadual ficou estagnada. O resgate da importância e do trabalho do pioneiro do cinema na região aconteceu no segundo ciclo do audiovisual, com a geração cineclubista dos anos 1960, formada por nomes como Cosme Alves Netto, Márcio Souza, Joaquim Marinho, José Gaspar, entre outros. Silvino foi homenageado três meses antes de morrer, durante o 1º Festival Norte de Cinema, em 1969.

Mesmo com movimentos como o Grupo de Estudos Cinematográficas (GEC), importante cineclubista da época, o I Festival de Cinema Amador do Amazonas, em 1966, e o próprio Festival Norte de Cinema, três anos depois, além da produção de alguns curtas-metragens e da Revista Cinéfilo, a cena de audiovisual não se sustentou com a mesma intensidade nas décadas seguintes, sobrevivendo com iniciativas isoladas como os longas-metragens *A selva*, de 1972, dirigido por Márcio Souza, e *O começo antes do começo*, de 1974, dirigido por Márcio Souza e Roberto Kahané, além da série *Documentos da Amazônia*, da TV Educativa do Amazonas (Gonçalves, 2011). A interrupção caracteriza a descontinuidade como símbolo da produção cinematográfica no Amazonas, marcada por períodos de grande produção ante outros de paralisia quase absoluta (Lobo, 1994).

Atualmente, o cinema amazonense passa por momento inédito de uma cena local ativa há, pelo menos, 20 anos, concretizada a partir da realização de eventos como Amazonas Film Festival (2004-2013), Mostra do Cinema Amazonense (2015-2017), Olhar do Norte (a partir de 2018) e Matapi - Mercado Audiovisual do Norte (a partir de 2018). Houve o surgimento de uma geração de diretoras e diretores de curtas e longas-metragens, a saber: Sérgio Andrade, Aldemar Matias, Diego Bauer, Rafael Ramos, Bernardo Ale Abinader, Keila Sankofa, Dheik Praia, Christiane Garcia e Jimmy Christian, entre demais.

Além de produções autorais, vem sendo observada a formação de um curso para o setor na Universidade do Estado do Amazonas,

assim como são apresentados editais públicos para o audiovisual em âmbitos federal, estadual e municipal. A transformação tecnológica alcançada pelo audiovisual desde o início do século XXI, incitando facilidade de acesso a equipamentos digitais, tanto de filmagem quanto de edição, foi um fator decisivo para o novo momento do cinema amazonense (Bouças Júnior, 2023).

O processo ilustra a sociedade cibercultural em que qualquer pessoa pode se tornar um produtor e difusor das próprias criações (Santaella, 2003). Como resultados, observamos a democratização do audiovisual via criação e produção pelo cidadão comum (Nogueira, 2008). Diante disso, abrem-se portas para um cinema distante de ideologias dominantes, favorecendo “autodireção que seja diversificada com relação aos modelos hegemônicos” (Canevacci, 1990, p. 174).

### **Alexandrina, um relâmpago e o olhar para um povo invisibilizado na Amazônia**

Para uma região estigmatizada pelo rótulo do pitoresco e da visão secular de estar entre o inferno e o paraíso, o novo momento do cinema permite estabelecer relações como a proposta por Pinto (2006), que ressalta discursos saídos da Amazônia capazes de tensionar a representação exógena, do Ocidente, em face de culturas consideradas subalternas, colocando em debate e até desafiando estereótipos e reducionismos históricos. Desta forma, seria ultrapassar aquilo que Souza (2003, p. 20) destaca:

O Amazonas tem sido incapaz de captar uma visão essencial do seu processo, atado ao desconhecimento do caráter social do pensamento e da cultura. É como se o fenômeno social da cultura fosse uma trivial sucessão de realizações individuais, sem consciência da historicidade do ato. Esta ideologia é típica de sociedades marginais e colonizadas.

*Alexandrina - um relâmpago* ilustra a possibilidade de significações e simbolismos variados sobre a Amazônia. O filme de 11 minutos e 24 segundos traz Keila Sankofa como diretora. Ela é uma mulher negra nascida na periferia de Manaus, artista visual e realiza-

dora audiovisual, gestora do grupo coletivo independente Picolé da Massa. Financiada a partir de recursos públicos da Lei Aldir Blanc (edital Feliciano Lana), promovidos pelo Governo do Amazonas em 2020, com equipe formada predominantemente por pessoas negras, a obra faz parte de projeto transmídia de Keila, intitulado “Direito à Memória”, voltado para compreender “a falta de memória e a ausência de uma identidade negra pulsante na cidade de Manaus por conta desse apagamento memorial e cultural” (Aflitos, 2023, pp. 158-159).

O apagamento da trajetória negra na Amazônia, em contraste ante indígenas, portugueses, nordestinos e demais migrantes, é histórico, como aponta Benchimol (1999, p. 117). tanto do ponto de vista social, econômico e cultural. A trajetória de Alexandrina, protagonista do curta-metragem, simboliza em que medida a população negra foi colocada à margem: com um minuto e 47 segundos de duração do filme, um texto contextualiza informando que ela não tinha sobrenome, era filha de negros escravizados, mas nascida livre. Trabalhava como empregada na expedição da americana Elizabeth Agassiz e do suíço Louis Agassiz, naturalistas e “defensores do criacionismo, do poligenismo e adeptos de perversas teorias racistas”.

Durante a viagem, entre 1865 e 1866, Alexandrina chamou atenção como exímia naturalista, porém escritos de Elizabeth destacavam mais os cabelos encaracolados dela. A jovem entrou para a história como a primeira mulher preta a ter imagem desenhada na Província do Amazonas. A base do documentário é um texto narrado pela atriz amazonense Isabela Catão, focado em ser um resgate da memória e resistência da população negra. Logo no início, quando são mostradas seis fotos de mulheres indígenas e negras tiradas durante a expedição do casal Agassiz, a personagem, que no final irá se revelar a própria Alexandrina, cita o desinteresse daqueles que fazem o registro em relação àquelas pessoas.

“É como se cortassem um pedaço da nossa alma para colocar em um papel, no modo deles” (*Alexandrina - um relâmpago*, 2023), enfatiza a narrativa, apontando para o desejo de tomar as rédeas sobre a historicidade e os processos de construção das memórias. “Para mim, só vai ser bom quando eu estiver do outro lado. Só vai ser diferente quando a gente puder contar” (Id., *op. cit.*). Sob

a chama de uma fogueira alta em um fundo preto, seguida de uma imagem da entrada de uma gruta no meio da floresta, a narração de Alexandrina ressalta a necessidade de romper com o silêncio para não apenas forjar a construção das memórias de um povo relegado à invisibilidade. Também se especifica a cura constitutiva a partir de uma dinâmica de auto reconhecimento: “[...] nossos corpos não estão mais no fundo do mar. Alguns estão ensanguentados pelo ódio que se estende, mas nossa memória persiste e não desiste de observar. [...] Somos o presságio da emancipação” (Id., *op. cit.*).

A emancipação chega por meio do saber, das próprias origens, inclusive no contexto da ambiência, como apresenta o filme, ao trazer a diretora inicialmente em espaço fechado, abandonado, de paredes sujas e cruas, de cimento, além de uma televisão e um latão verde amassado. Ao fundo, segurando uma cuia que ilumina o rosto de Keila, transporta-a para a floresta. A sequência é acompanhada da seguinte fala:

O conhecimento é o que tenho de mais caro. Saber de ti, saber de mim é o que me fortalece. Tudo pode ser tirado, negado, roubado, mas, o que me nutre é saber que a gente sempre volta. E volta mais certo. Volta com mais força. Movido de tudo o que já foi vivido (*Alexandrina - Um Relâmpago*, 2023).

O filme traz imagens da força da cachoeira, seguidas de performances de Keila, ora cercada de velas em cuias ora dançando com saia vermelha. Na sequência, ela aparece vestida de branco, segurando um galo com mãos e as unhas pretas, indo ao encontro de oito pessoas negras em um igarapé. No local, eles se abraçam, se tocam nos rostos e cabelos, banham uns aos outros, enquanto a narração realça o que fez a população negra se manter na resistência. “Se resistimos até hoje, é porque nos encontramos. Se estamos vivos, fortalecidos, é porque nos unimos. Nesta guerra, todos lutamos contra a morte da memória” (*Alexandrina - Um Relâmpago*, 2023).

O curta-metragem termina com a releitura do desenho original de Alexandrina, agora digitalizado com cores e realces do cabelo negro, bem como colares com o fundo da imagem remetendo ao marrom da terra e a trilha de batuques remetendo à ancestralidade

africana. A última frase da narração faz, ao mesmo tempo, um convite ao espectador e uma provocação a séculos de desconhecimento e desinteresse do chamado mundo civilizado: “Não sabe? Pergunte” (*Alexandrina - Um Relâmpago*, 2023).

## **Considerações finais**

Separados por quase um século de existência e todas as transformações tecnológicas e sociais envolvidas neste período, *Amazonas, o maior rio do mundo* e *Alexandrina – um relâmpago* são retratos de seus tempos nas formas de se representar a Amazônia e marcam caminhos transcorridos pelo próprio cinema.

Se o primeiro apresenta a região ainda com carga de exotismo e visão salvacionista, vivificando a chegada de europeus ao chamado “novo mundo”, o segundo coloca sob holofote uma parcela da sociedade que teve a trajetória historicamente instada como inferior e, agora, busca resgate ao direito de ter memória por meio do audiovisual.

O novo cinema amazonense feito por artistas locais, apoiado por editais públicos e inserido em contexto tecnológico de facilitação do acesso a equipamentos audiovisuais de filmagem e edição, pode contribuir para a desconstrução de estigmas e invisibilizações tão contínuas ao longo da história amazônica, sendo um contraponto a pressupostos hegemônicos estabelecidos pelo mundo ocidental.

## **Referências**

AFLITOS, L. L. S. Quem ela pensa que é? corpo, performance, memória e a arte afrocentrada de Keila Sankofa. 2023. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9589/5/DISS\\_LucasAflitos\\_PPGS-CA.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9589/5/DISS_LucasAflitos_PPGS-CA.pdf). Acesso em: 18. out. 2024.

ALEXANDRINA - UM RELÂMPAGO. Direção: Keila Sankofa. Produção: Grupo Picolé da Massa - DaVárzea das Artes, 2021. Du-

ração: 11 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wPrADkUCOeo>. Acesso em: 16 out. 2024.

AMÂNCIO, T. O Brasil dos Gringos: imagens no cinema. Niterói: Intertexto, 2000.

AMAZONAS, O MAIOR RIO DO MUNDO. Direção: Silvino Santos. Produção: Amazônia Cine-Film, 1918-1920. Duração: 66 min. Disponível em: <http://www.bcc.org.br/filmes/889414>. Acesso em: 12 out. 2024.

BENCHIMOL, S. Amazônia Formação Social e Cultural. Manaus: Valer, 1999.

BERNARDET, J. C. O que é Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOUÇAS JUNIOR, W. F. O cinema amazonense no século XXI (2000-2020). 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM). Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9522>. Acesso: 14.out.2024.

CANEVACCI, M. Antropologia do cinema: do mito à indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

COSTA, S.; LOBO, N. Cinema no Amazonas. Revista Estudos Avançados, v.19, n. 53. São Paulo: USP, 2005.

FERRARI, P. Comunicação digital na era da participação. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

GONÇALVES, G. S. Território imaginado: imagens da Amazônia no cinema. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2266>. Acesso em: 13.out.2024.

GONDIM, N. A invenção da Amazônia. Manaus: Valer, 1994.

LOBO, N. J. F. A tônica da descontinuidade: cinema e política em Manaus nos anos 60. Manaus: UA, 1994.

MALLERET, C. Lost ‘holy grail’ film of life in Brazil’s Amazon 100 years ago resurfaces. *The Guardian*, Rio de Janeiro, 7 out. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/oct/07/lost-holy-grail-film-of-life-in-brazil-amazon-100-years-ago-resurfaces>. Acesso em: 13.out.2024.

MORIN, E. O cinema ou o homem imaginário. Lisboa: Moraes, 1987.

NOGUEIRA, L. Cinema 2.0: o cinema doméstico na era da Internet. In: *Revista Doc On-line*. N°. 05, p. 4-23. Beira Interior: UBI, 2008.

PINTO, R. F. Viagem das ideias. Manaus: Valer, 2006.

SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, B. S. Parte II - a construção dos Estados pós-coloniais. In: *A gramática do tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, M. A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2003.

STOCO, S. L. O Cinema de Silvino Santos (1918 - 1922) e a representação amazônica: história, arte e sociedade. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Mídia e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-31072019-115319>. Acesso em: 13 out. 2024.

# ***Tiktok* e arte na Amazônia: expressões culturais na era digital**

Julhia Moura Alcantara

Ítala Clay de Oliveira Freitas

## **RESUMO**

O capítulo visa apresentar mapeamento de artistas na plataforma *Tiktok*, em caráter preliminar, com fins de subsídio contextual e teórico à proposta de pesquisa em desenvolvimento no PPGIC/Ufam. A temática envolve conexões entre as áreas de comunicação, arte e cultura Amazônica. Buscamos identificar quais artistas visuais usam o *TikTok* como ferramenta de propagação de suas obras e processos e compreender como a arte amazônica é representada, considerando as características singulares dessa plataforma para a divulgação e promoção de expressões culturais na era digital. Destaca-se a relevância do tema frente às transformações digitais e o papel das redes sociais na difusão de identidades culturais regionais. Estruturalmente o presente texto organiza-se em duas seções, sendo a primeira a apresentação do projeto de pesquisa, ainda em fase de ajustes do delineamento, e a segunda a discussão e reflexões acerca do tema proposto. Em termos de procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória, acompanhada por compilação de notas conceituais que venham auxiliar nas decisões de fundamentação teórica.

**Palavras-chave:** Tik Tok, Arte Amazônica, Cultura Digital.

## **ABSTRACT**

*This chapter aims to present a mapping of artists on the Tiktok platform, on a preliminary basis, with the purpose of contextual and theoretical support for the research proposal under development at PPGIC – UFAM. The theme involves connections between the areas of Communication, Art and Amazonian Culture. This research seeks to identify which visual artists use TikTok as a tool to propagate their works and processes and understand how Amazonian art is represented, considering the unique characteristics of this platform for the dissemination and promotion of cultural expressions in the digital era. The relevance of the topic in the face of digital transformations and the role of social networks in the dissemination of regional cultural identities is highlighted. Structurally, this text is organized into two sections, the first being the presentation of the research project, still in the design adjustment phase, and the second a discussion and reflections on the proposed topic. In terms of methodological procedures, this is an exploratory research, with emphasis on identifying studies carried out*

*in the post-pandemic period, accompanied by the compilation of conceptual notes that will assist in theoretically based decisions.*

**Keywords:** *Tiktok. Amazonic Art, Digital Culture.*

## **Introdução**

O *TikTok* constitui-se como fenômeno global de Comunicação. Desde sua origem em 2014 até sua consolidação em 2019, essa rede social revolucionou a comunicação digital, principalmente entre os jovens. A plataforma, que possibilita a criação de vídeos curtos com música, efeitos visuais e interações criativas (Chies, 2021), redefine constantemente as formas de expressão e interação na Era Digital. Dessa maneira, é necessário refletir sobre as constantes transformações sociais impulsionadas por essas ferramentas da comunicação e como isso conversa com os outros tópicos do desenvolvimento humano.

Essa plataforma, ao reunir milhares de criadores de conteúdo, torna-se uma ferramenta poderosa para a divulgação e o enriquecimento da arte. Este fenômeno não apenas democratiza o acesso à produção artística, mas também amplia as possibilidades de aprendizado e compreensão de diferentes manifestações culturais.

O *Tiktok*, em conjunto com outras mídias sociais, revolucionou a maneira como nos comunicamos, e a arte, enquanto forma de expressão humana, não ficou imune a essa transformação. Piccinini (2004) afirma que a comunicação não acontece exclusivamente por meio da fala, mas também pela articulação com as imagens, gestos, expressões, movimentos, entre outros. Essa combinação oferece aos usuários a capacidade de se comunicar de maneiras dinâmicas e complexas, tornando o *Tiktok* um exemplo claro da evolução da comunicação digital no século XXI.

Essa relação entre arte, comunicação e plataformas digitais tecnológicas nunca foi tão relevante. Uma vez que o mundo está mais interconectado, a arte passou a se expandir além dos limites dos espaços tradicionais, encontrando novas formas de expressão e difusão através da comunicação digital, além da mistura entre diferentes culturas e expressões artísticas. Tudo isso também é articulado com o conceito de “amadorismo calibrado” proposto por Abidin

(2017, p.1) que nada mais é do que compor vídeos que misturam elementos do cotidiano com os recursos virais de áudio, danças e estéticas variadas.

Adequando esses conceitos à Amazônia, pode-se questionar acerca da contribuição do *TikTok* para a visibilidade das artes produzidas na região, principalmente no que diz respeito às artes visuais. Por exemplo, ao buscar na plataforma #arteamazonica é possível encontrar uma série de artistas compartilhando suas obras, como pinturas, esculturas, pintura corporal e outras. De acordo com as menções dessa hashtag, é possível encontrar 91 publicações. Dessa forma, podemos refletir sobre como a presença digital dessas artes impacta na cultura amazônica, na construção de múltiplas expressões e na comunicação e divulgação artística como um todo.

O objetivo do capítulo é mapear artistas visuais que utilizam o *TikTok*, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa de dissertação a ser realizada no PPGIC e complementando sua fundamentação teórica. O capítulo está dividido em duas seções principais: a primeira apresenta o projeto de pesquisa em seus aspectos gerais, destacando os ajustes em curso para seu delineamento; a segunda oferece discussões e reflexões sobre produções relacionadas ao tema da pesquisa, com ênfase em estudos realizados no período pós-pandemia.

Metodologicamente, optou-se por pesquisa exploratória, cuja flexibilidade permite agregar uma variedade de estudos e perspectivas que possam enriquecer a fundamentação teórica da pesquisa. Além disso, foram compiladas notas conceituais a partir das fontes analisadas, com o intuito de auxiliar nas decisões teóricas e metodológicas que serão tomadas nas etapas subsequentes do trabalho.

## **Entendendo o *TikTok*, a comunicação e as artes visuais como objeto de pesquisa no PPGIC**

É importante ressaltar que este projeto está inserido na Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC), denominada “Comunicação, Informação e Cultura”. Tal linha se propõe a investigar as interrelações entre as ciências da comunicação e da informação com as experiências cul-

turais da Amazônia, contemplando aspectos como os fluxos e processos comunicacionais e informacionais em relação aos modos de vida, às políticas, ao imaginário, às estéticas imagéticas, às redes e às mídias, entre outros.

A pesquisa *TikTok e Arte no Amazonas: expressões culturais na era digital* busca alinhar-se a proposta da Linha 2, ao investigar os processos comunicacionais e informacionais mediados pela plataforma, a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar artistas visuais no Amazonas que utilizam o *TikTok* como ferramenta de divulgação de suas obras e processos criativos;
- Analisar as especificidades do *TikTok* enquanto meio de comunicação e sua influência na promoção de expressões culturais regionais;
- Compreender como a arte visual amazônica é representada e ressignificada na era digital.

Buscamos também alinhar-nos com os objetivos gerais da linha de pesquisa, explorando a interação entre comunicação, cultura e identidade, bem como analisando as dinâmicas específicas das redes digitais no contexto amazônico. Essa abordagem enriquece a compreensão dos fenômenos comunicacionais e culturais contemporâneos, além de suas implicações para a preservação e promoção das identidades culturais regionais.

A relevância da pesquisa está fundamentada nas profundas mudanças promovidas pelas redes sociais na produção e circulação de conteúdos culturais, especialmente em regiões marcadas por singularidades culturais como a Amazônia. Além da necessidade de estudos acadêmicos mais aprofundados sobre a importância, o impacto e a utilização dessa rede no âmbito artístico na Amazônia.

## **Breve contextualização da relação entre arte e tecnologia**

A relação entre artes e tecnologia na era digital é marcada pela interseção entre criatividade e inovação tecnológica, transformando profundamente as formas de criação, distribuição e consumo de

arte. A digitalização viabilizou a ampliação dos horizontes artísticos, permitindo que os artistas possam utilizar ferramentas como inteligência artificial, realidade virtual, realidade aumentada, impressão 3D e plataformas digitais para explorar novos meios de expressão.

Além disso, as ferramentas tecnológicas permitiram que a arte alcance voos mais ousados nos estudos de criação e experimentação. Ferramentas digitais como softwares de design gráfico, programas de modelagem 3D e inteligência artificial possibilitam a criação de obras complexas que misturam elementos de diversas disciplinas. Por exemplo, a IA pode gerar música, pintar quadros ou até mesmo criar performances digitais, oferecendo a artistas colaboração única com as máquinas. No entanto, ainda há uma contradição predominante se o que a IA faz é realmente arte, uma vez que apenas recolhe e reproduz conteúdo já existentes na internet, unindo-os em um compilado para “criar” algo que poderíamos denominar de arte, apesar disso pode dizer-se, de um modo geral, que a técnica da reprodução liberta o objeto reproduzido do domínio da tradição (Benjamin, 2017).

Já com o advento da internet e das redes sociais, é possível o acesso a um grande número de informações em tempo real e a criação e compartilhamento de conteúdo autoral em qualquer lugar (Barbosa, 2003). O fenômeno provocou impactos tão significativos na sociedade que foi considerado pelos pesquisadores Pierre Lévy e André Lemos como “um dos maiores acontecimentos dos últimos anos, sendo uma nova maneira de “fazer sociedade” (Lévy; Lemos, 2010). Os artistas têm acesso direto ao público global, eliminando intermediários como galerias ou editoras. Plataformas como *Instagram*, *YouTube*, *TikTok* e *marketplaces de NFTs* (Tokens não fungíveis) oferecem maneiras inovadoras de distribuir, comercializar e interagir com a arte.

Assim, a digitalização facilita a preservação de obras de arte, mas também transforma a maneira como elas são percebidas e consumidas. Arquivos digitais, exposições virtuais e recriações em 3D de peças históricas tornam o acesso à arte universal, mas levantam questões sobre autenticidade e valor cultural. Muitos artistas utilizam essas ferramentas para abordar temas como vigilância, privacidade, globalização, e os limites éticos do uso da tecnologia.

Esse diálogo constante entre arte e tecnologia está reconfigurando o papel do artista e da arte na sociedade, ao mesmo tempo em que desafia o público a repensar as definições tradicionais de criação e estética.

### ***TikTok*, a nova fronteira para a comunicação da arte**

O *TikTok*, lançado em 2016, rapidamente conquistou a audiência global, tornando-se uma das plataformas mais influentes na atualidade. Seu formato dinâmico e de fácil compartilhamento permitiu que pessoas de diferentes idades, origens e culturas se conectassem em torno de conteúdos criativos. Lévy em *Cibercultura* (2013) aborda o conceito de conhecimento coletivo, referindo-se à noção de que a inteligência pode ser distribuída e compartilhada por um grupo de pessoas. Nesse contexto, verifica-se que o *TikTok* se torna uma plataforma onde o conhecimento e a criatividade são compartilhados em larga escala.

Originalmente voltado para a música e dança, a plataforma evoluiu para um espaço de expressão criativa que inclui desde tutoriais artísticos até performances multimodais, como poesia, pintura, escultura e outras formas de arte visual e performática. O algoritmo do *TikTok*, que favorece a viralização de conteúdo, tem papel crucial na democratização da arte. A democratização do conteúdo reforça o papel do *TikTok* como forma de comunicação que transcende o entretenimento (Monteiro, 2020). O autor afirma que o *TikTok* pode ser usado não apenas para diversão, mas também para a distribuição de conteúdo criativo. Diferente de outras redes sociais, que dependem de um grande número de seguidores para aumentar o alcance de uma publicação, o *TikTok* oferece a qualquer criador de conteúdo a possibilidade de viralizar suas obras e alcançar públicos vastos e diversos. Isso faz com que até artistas iniciais ou com poucos seguidores possam ser descobertos, o que gera novas oportunidades para a arte independente.

Além disso, o *TikTok* tem se tornado uma plataforma de aprendizado e troca cultural, permitindo que usuários compartilhem seu conhecimento artístico, suas técnicas e seus processos criativos com uma audiência global. Essa troca constante de saberes pode

gerar não apenas uma maior apreciação pela arte, mas também a capacitação de novos artistas que podem se inspirar nas experiências dos outros. O *TikTok* é, assim, uma poderosa ferramenta para a comunicação da arte na era digital, permitindo que ela chegue a públicos que talvez nunca tivessem tido acesso a esse tipo de conteúdo de outra forma. Para Francastel (1998, p. 194), “o que mudou não foi a natureza do fenômeno estético, mas o facto de se reproduzir uma realidade figurativa, e de se poder submetê-la a um público cada vez maior”.

### **Expressões artísticas da Amazônia e sua relação com os meios de comunicação e plataformas midiáticas**

As expressões artísticas da Amazônia, ricas em diversidade cultural, natural e histórica, encontram nos meios de comunicação e plataformas midiáticas uma potente ferramenta para difusão e valorização. Marcadas por influências indígenas, afrodescendentes e ribeirinhas, essas manifestações refletem a relação íntima dos povos amazônicos com o meio ambiente, os mitos e as tradições locais. De acordo com Herkenhoff (2021, p. 220), “a Amazônia é uma zona experimental da arte”. Na atualidade, essa riqueza cultural ganha novos contornos, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados à globalização e à preservação de suas raízes. O autor ainda coloca que:

A multiplicidade de projetos converte a arte da diversidade da Amazônia num polvo desmesurado: a complexidade linguística, a diversidade e o compósito léxicos incidentes na região elucidam a existência de uma cartografia cultural e do inconsciente amazônico a atravessar a fantasmática coletiva (IB., *op. cit.*).

A música, a dança, a literatura, o artesanato e as festividades populares, como o Festival de Parintins e as celebrações do Círio de Nazaré, são formas de expressão que comunicam as vivências e o imaginário da região. Por meio de vídeos, transmissões ao vivo e redes sociais, essas manifestações ultrapassam as fronteiras locais e ganham visibilidade internacional, conectando a cultura amazônica a públicos diversos.

Plataformas como *YouTube*, *Instagram* e *TikTok* têm sido fundamentais para artistas e comunidades compartilharem suas criações que, por sua vez, acabam mediando nossas relações e nossa autenticidade, sendo essenciais à vida social (Santaella, 2003). Jovens indígenas, a exemplo de Kaê Guajajara, Jugoa e Katú Mirim, utilizam essas ferramentas para produzir conteúdo que combinam tradições orais com linguagens contemporâneas, como vídeos educativos em línguas nativas ou performances artísticas que unem elementos ancestrais à música eletrônica. Essas ações não apenas promovem a cultura dos povos originários amazônicos, mas também servem como uma estratégia de resistência frente às pressões econômicas e ambientais na região.

Apesar das oportunidades, o uso dos meios midiáticos levanta questões importantes sobre a Amazônia: a apropriação cultural, a romantização, a idealização e a transformação das expressões locais em produtos para consumo podem comprometer a autenticidade das tradições. Além disso, a desigualdade no acesso à tecnologia em comunidades isoladas dificulta a participação equitativa dos povos amazônicos no espaço digital. À medida que as plataformas midiáticas se tornam mais acessíveis, as expressões artísticas da Amazônia têm potencial de ocupar um espaço ainda maior no cenário cultural global. O desafio, entretanto, é equilibrar a inovação tecnológica com a preservação da autenticidade e da sustentabilidade cultural. O fortalecimento de redes colaborativas e a valorização da produção local são caminhos promissores para assegurar que a arte amazônica continue a encantar e inspirar o mundo, sem perder suas raízes.

Esse diálogo entre a tradição e a modernidade reafirma a relevância da Amazônia não apenas como um patrimônio ambiental, mas também como uma potência cultural viva e em constante transformação. Oliveira (2000, p. 78) afirma:

Há outro jeito de fazer e outro modo de esperar. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, outra razão e outros sentimentos. Nas pequenas cidades amazônicas, a natureza é importante. Porém, muito mais do que pelo fatalismo de uma vida governada pela determinação da natureza, há a cultura amazônica que se estrutura como lógica e como razão, mas também como sonho, esperança e resistência.

Nesse sentido, é importante compreender que a Amazônia não somente se constitui como ambiente natural de floresta, mas que abriga povos ancestrais com uma ampla diversidade de tipos de artes, transmitidas por gerações e que se mantem sendo parte integrante da identidade desse local. Portanto, os meios de comunicação, principalmente as mídias sociais tem papel fundamental na continuação desses saberes, conhecimentos, expressões e culturas. Sendo assim, é possível conectar nosso histórico ancestral ligado à floresta e aos povos originários com a atualidade dinâmica, com os fenômenos urbanos, com a vida na cidade e com o universo digital, como corrobora Oliveira (2000).

As pequenas cidades amazônicas apresentam essa contradição: são articuladas a relações pretéritas caracterizadas pela inércia e, ao mesmo tempo, articuladas a dinamicidades contemporâneas que as ligam ao mundo, especialmente a partir da biodiversidade e da sociodiversidade.”

Por último, é importante salientar que à medida que culturas são fortemente impactadas por mídias, é natural que ocorram processos de intensas transformações, ocasionados pela globalização. Essas mudanças não são totalmente negativas ou positivas, apenas parte do fenômeno digital. Por isso, é importante que se reflita como esses conteúdos são disponibilizados nas redes, pois é de responsabilidade social o repasse de informações de qualidade e confiáveis.

### **A arte visual da Amazônia representada no *TikTok***

arte amazônica tem encontrado no *TikTok* uma plataforma dinâmica para sua divulgação e valorização. Artistas da região utilizam a rede social para compartilhar suas criações, processos artísticos e elementos culturais, alcançando um público amplo e diversificado.

Por sua vez, as visualidades desempenham um papel central no contexto amazônico, pois são meios poderosos de expressar identidades culturais, narrativas locais e perspectivas regionais. No caso da Amazônia, essas visualidades frequentemente dialogam com a relação intrínseca entre o homem e a floresta, os modos de vida tra-

dicionais e os desafios contemporâneos da urbanização e globalização.

Assim, o *TikTok*, com seu formato visual e dinâmico, potencializa a difusão dessas expressões culturais, permitindo que artistas visuais amazônicos alcancem novos públicos e contribuam para a valorização da diversidade cultural da região. Analisando a arte visual da Amazônia no *TikTok*, é possível observar como a plataforma serve como uma vitrine para o talento local, ao mesmo tempo em que promove a conexão entre culturas tradicionais e linguagens modernas.

Por exemplo, a hashtag *#arteamazonica* reúne conteúdos que destacam a riqueza cultural da Amazônia. Os dados do aplicativo até a data da consulta para a escrita deste capítulo mostravam 91 publicações associadas à essa hashtag. Entre os artistas da Amazônia que a utilizam, destacam-se *@pri.amaralart*, pintora paraense; *@laylahelena1*, pintora acreana que compartilha suas artes visuais com temáticas indígenas; *@liantbardales97*, pintora amazonense; *@vanessasoaresart*, pintora paraense aquarelista; *@talles.mattos*, pintor e professor de Manaus; e *@kasakeka*: escultor do Amapá.

Para esses artistas, a utilização do *TikTok* representa uma oportunidade de destacar a singularidade de suas produções e reforçar identidades culturais em um cenário global. A plataforma permite que narrativas locais dialoguem com o público internacional, fortalecendo o reconhecimento da Amazônia como um celeiro de criatividade e inovação cultural. Ademais, o uso de hashtags como *#arteamazonica* cria um espaço curado dentro da rede social, facilitando o encontro entre criadores e consumidores interessados na cultura amazônica. A presença no *TikTok* também auxilia na desmistificação da arte amazônica, que muitas vezes é reduzida a estereótipos, mostrando sua diversidade e contemporaneidade.

Por fim, ao fomentar a divulgação de suas obras, esses artistas contribuem para a preservação da memória cultural, o fortalecimento de identidades regionais e a geração de novas oportunidades econômicas e criativas. No contexto de transformações digitais, o *TikTok* torna-se, portanto, uma ferramenta estratégica para que a arte visual amazônica conquiste maior visibilidade e promova diálogos globais sobre a riqueza e complexidade cultural da região.

## Considerações finais

Ao usar o *TikTok* pode-se conduzir um vasto e amplo projeto de comunicação artística em prol das expressões artísticas da Amazônia. Além disso, o *TikTok* pode proporcionar uma plataforma para discutir temas relevantes para a região, como a preservação ambiental, a luta pelos direitos dos povos indígenas e o impacto das mudanças climáticas. Isso pode resultar em aumento da percepção e valorização da arte amazônica, não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo.

É de conhecimento popular que a Amazônia possui enorme potencial artístico que, se corretamente divulgado, pode contribuir para a construção de uma imagem mais positiva e rica sobre a região. As plataformas digitais, como o *TikTok*, podem ser vitais para ampliar o alcance dessas expressões artísticas, promovendo um maior intercâmbio cultural e, ao mesmo tempo, educando a população global sobre a importância da Amazônia e das artes que emergem de lá.

A combinação entre arte, comunicação digital e o *TikTok* é um caminho promissor para a expressão criativa na Amazônia. A arte, em suas diversas formas, ganha novos espaços e possibilidades de comunicação, enquanto o *TikTok* se consolidou como uma plataforma inovadora para disseminar a produção artística globalmente. No caso da Amazônia, essa plataforma oferece uma oportunidade única para dar visibilidade às produções artísticas visuais dos artistas através do uso de hashtags e do alcance do público.

A arte amazônica, frequentemente marginalizada e restrita a espaços regionais, pode encontrar no *TikTok* uma oportunidade de alcançar reconhecimento e apreciação em escala global. A plataforma, ao facilitar a expressão artística de maneira acessível e democrática, pode se tornar um meio crucial para promover o diálogo e expandir a visibilidade das temáticas amazônicas. Dessa forma, ser uma ferramenta contribui para a construção de um novo panorama nas artes digitais, onde as expressões culturais da Amazônia ganham espaço e relevância.

A transformação nas formas de comunicação artística pode contribuir para o fortalecimento da cultura local e promover uma nova maneira de vivenciar e entender a arte, mais inclusiva e co-

nectada. O *TikTok*, embora predominantemente uma plataforma de entretenimento, apresenta o potencial de se tornar uma ferramenta significativa de expressão e comunicação artística. No entanto, é importante ressaltar que essa perspectiva ainda precisa ser explorada e analisada mais profundamente, sendo um campo de pesquisa em desenvolvimento para compreender plenamente seu impacto no cenário cultural e artístico contemporâneo.

## Referências

ABIDIN, C. #familygoals: Family influencers, calibrated amateurism, and justifying young digital labor. *Social Media+ Society*, v. 3, n. 2, p. 2056305117707191, 2017.

BARBOSA, E. Jornalistas e público: novas funções no ambiente on-line. *Informação e Comunicação Online*, v. 1, 2003.

BENJAMIN, W. *Estética e sociologia da arte*. N. 1. São Paulo: Rejane Dias, 2017.

CHIES, L.; REBS, R. R. Pandemia e as motivações sociais para a produção de ciberdanças no TikTok. *Revista da FUNDARTE*. Montenegro, ano 21, n. 44, p.01-19, janeiro/março de 2021.

DOMINGUES, D. *A arte no século XXI: a humanização das tecnologias*. Unesp, 1997.

FRANCASTEL, P.; CAETANO, F. *A Imagem, a Visão e a Imaginação: objecto fílmico e objecto plástico*. 1998.

HERKENHOFF, P. *A arte da Amazônia*. No século XXI, v. 22250, p. 213, 2021.

LEMO, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, v. 13, 2010.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Editora 34: Rio de Janeiro, 2013.

MONTEIRO, J. C. da S. *Tiktok como Novo Suporte Midiático para a Aprendizagem Criativa*. *Revista Latino Americana de Estudos*

Científicos, v1, n.2, p.5-20, 2020.

PICCININI, C., MARTINS, I. Comunicação Multimodal na Sala de Aula de Ciências: Construindo sentidos com palavras e gestos, Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências, v.6, n.1, 2004.

SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

# Convergência midiática e a reconfiguração dos veículos de comunicação tradicionais na Amazônia

Lunna Farias Rocha

Rafael Sbeghen Hoff

## RESUMO

A convergência midiática, fenômeno no qual os veículos de comunicação se expandem para diversas plataformas, transformou a maneira como as informações são produzidas, distribuídas e consumidas. Contudo, surge o questionamento de como os meios tradicionais se adaptam a diferentes ambientes digitais e como suas estratégias de comunicação variam conforme as especificidades de cada plataforma, de cada público. O objetivo deste capítulo é debater como a convergência midiática impulsiona a adaptação de estratégias e comportamentos por parte de uma empresa de comunicação amazonense, em diferentes plataformas digitais. O texto apresenta, por meio de análise qualitativa, baseada em revisão bibliográfica sobre convergência midiática e estratégias de adaptação dos veículos de comunicação nas plataformas digitais, uma discussão teórica ilustrada por exemplos midiáticos amazonenses. A análise se concentrará nas mudanças dos formatos de conteúdo e no uso de hipertexto e multimídia. Espera-se que o estudo evidencie como a convergência midiática exige cada vez mais a reconfiguração dos veículos de comunicação, levando-os a adotar comportamentos e linguagens adaptadas às especificidades de cada plataforma, além de evidenciar as mudanças no perfil e atuação dos jornalistas.

**Palavras-chaves:** convergência midiática; mídias sociais digitais; estratégias de comunicação.

## ABSTRACT

*Media convergence, a phenomenon in which communication vehicles expand to different platforms, has transformed the way information is produced, distributed and consumed. However, the question arises of how traditional media adapt to different digital environments and how their communication strategies vary according to the specificities of each platform and each audience. The objective of this chapter is to discuss how media convergence drives the adaptation of strategies and behaviors by an Amazonian communications company, on different digital platforms. The text presents, through qualitative analysis, based on a bibliographical review on media convergence and adaptation strategies of communication*

*vehicles on digital platforms, a theoretical discussion illustrated by media examples from Amazonas. The analysis will focus on changing content formats and the use of hypertext and multimedia. The study is expected to highlight how media convergence increasingly requires the reconfiguration of communication vehicles, leading them to adopt behaviors and languages adapted to the specificities of each platform, in addition to highlighting changes in the profile and performance of journalists.*

**Key-words:** *media convergence; digital social media; communication strategies.*

## **Introdução**

A convergência midiática é um dos fenômenos mais significativos da comunicação contemporânea, marcando a transformação dos processos de produção, distribuição e consumo de informações. Esse conceito, amplamente debatido (Lévy, 1999; Jenkins, 2006; Canavilhas, 2014) na literatura acadêmica, refere-se à integração de diferentes plataformas e linguagens comunicacionais em um único ambiente digital. Para os veículos tradicionais de comunicação, como rádio, televisão e jornais impressos, a necessidade de adaptação tornou-se inevitável, sobretudo frente às mudanças nas expectativas dos públicos e à dinâmica interativa proporcionada pelas tecnologias digitais. Nesse sentido, a convergência midiática transcende a mera adoção de novas ferramentas tecnológicas, exigindo de atores comunicacionais reconfiguração completa de práticas e estratégias para se manterem relevantes no cenário contemporâneo.

O objetivo deste capítulo é discutir como os veículos tradicionais de comunicação da Amazônia têm enfrentado desafios impostos pela convergência midiática. A análise foi conduzida por meio de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica sobre o tema, com intuito de compreender adaptações realizadas por esses veículos em diferentes plataformas, como sites e mídias sociais digitais. Foram explorados aspectos como a transformação dos formatos de conteúdo, a adoção de recursos multimidiáticos e hipertextuais, bem como a reconfiguração de práticas jornalísticas. O estudo busca evidenciar como especificidades culturais e socioeconômicas da região amazônica influenciam essas estratégias, proporcionando panorama das interseções entre globalização tecnológica e peculiaridades locais.

Estudar a adaptação dos veículos tradicionais da Amazônia no contexto da convergência midiática é fundamental para compreender os desafios enfrentados por essas organizações em territórios marcados por limitações estruturais, diversidade cultural e condições socioeconômicas particulares. A Amazônia, apesar de sua importância estratégica e simbólica, frequentemente ocupa uma posição periférica nas discussões sobre mídia e tecnologia no Brasil. Nesse contexto, investigar a atuação dos veículos de comunicação na região permite ampliar a compreensão sobre desdobramentos da convergência midiática em ambientes regionais, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais mais inclusivas e efetivas. O capítulo almejou contribuir para o campo da Comunicação ao articular demandas globais de convergência midiática com especificidades regionais amazônicas, destacando a relevância do tema para o fortalecimento do debate acadêmico e para a ressignificação dos meios tradicionais de comunicação no cenário digital.

### **Transformação dos meios tradicionais e perspectivas amazônicas na era da convergência midiática**

O conceito de convergência midiática, amplamente difundido por Henry Jenkins (2006), refere-se ao processo de integração entre diferentes plataformas, tecnologias e práticas culturais no campo da comunicação. Jenkins destaca que a convergência não se limita ao âmbito tecnológico, mas engloba também mudanças culturais e econômicas, transformando as dinâmicas de produção e consumo de informações. Segundo o autor, vivemos em uma era na qual os conteúdos circulam por múltiplos meios, criando um ambiente comunicacional interconectado e participativo. No panorama atual, a convergência midiática desempenha um papel central na redefinição dos processos comunicacionais e promove novas possibilidades para a interação entre veículos de comunicação e públicos.

Além disso, Levy (1999) destaca que o advento da comunicação digital criou um ecossistema de conhecimento compartilhado, onde a convergência permite que indivíduos se tornem “prosumidores” — produtores e consumidores simultâneos de informação.

Essa dinâmica reforça a importância de compreender a convergência midiática não apenas como um processo técnico, mas como uma transformação social e cultural profunda, que molda a maneira como a sociedade interage com a informação.

Meios de comunicação tradicionais, como jornais impressos, rádios e emissoras de televisão, desempenharam um papel crucial na mediação das informações ao longo do século XX. No entanto, com o advento das tecnologias digitais, esses veículos enfrentam desafios significativos para manter sua relevância e competitividade no ecossistema midiático contemporâneo. Conforme apontado por Fidler (1997), em sua teoria da “mediamorfose”, os meios de comunicação não desaparecem, mas se transformam em resposta a mudanças tecnológicas, culturais e econômicas.

Essa transformação é evidente na relação dos veículos tradicionais com as novas plataformas digitais, como sites e mídias sociais. Para Canavilhas (2014), a migração para o ambiente digital exige que esses meios adotem novas linguagens e formatos, como a utilização de multimídia, hipertexto e interatividade, para atender às demandas de públicos cada vez mais conectados e fragmentados. Apesar dessas mudanças, muitos veículos tradicionais ainda enfrentam dificuldades em alinhar suas práticas jornalísticas com as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais, o que evidencia a complexidade desse processo de transição.

Diante disso, o conceito de adaptação nas estratégias de comunicação é central para compreender a reconfiguração dos meios tradicionais no ambiente digital. Como argumentam Jenkins (2006) e Castells (2009), a convergência midiática não apenas transforma os veículos de comunicação, mas também exige deles uma postura dinâmica e inovadora frente às demandas do público e às possibilidades tecnológicas. Essa adaptação implica a reconfiguração dos formatos de conteúdo, a incorporação de recursos multimídia e o uso de hipertexto, elementos que tornam a comunicação mais interativa e personalizada.

Canavilhas (2014) destaca que a introdução de novos formatos e linguagens é essencial para que os veículos tradicionais se conectem a diferentes públicos, especialmente nas plataformas digitais. Nesse sentido, o uso de vídeos, infográficos, áudios e outros

recursos multimídia não apenas amplia o alcance das mensagens, mas também proporciona uma experiência mais rica e imersiva ao público. A adaptação, portanto, não é apenas técnica, mas também estratégica, envolvendo mudanças na maneira como os veículos se posicionam e dialogam com seus públicos.

No caso da Amazônia, os desafios e oportunidades da convergência midiática são amplificados por suas especificidades regionais. A região, caracterizada por sua vasta extensão territorial, diversidade cultural e desigualdades socioeconômicas, apresenta um cenário único para a análise das práticas comunicacionais. Para exemplificar, Oliveira *et al.* (2015) analisam desafios logísticos enfrentados na Amazônia Legal, destacando questões como infraestrutura precária e acesso limitado em áreas remotas. Apesar dessas dificuldades, o estudo evidencia a adoção de estratégias adaptativas para superar essas barreiras, o que pode inspirar setores, como os veículos de comunicação, a alcançar públicos locais em contextos semelhantes. Além disso, a diversidade sociocultural da Amazônia demanda abordagens comunicacionais que respeitem e valorizem as identidades locais. Nesse contexto, os veículos de comunicação têm explorado mídias sociais e plataformas digitais para ampliar sua presença e engajar diferentes segmentos da população. A análise desse cenário contribui para compreender como a convergência midiática opera em um contexto regional, evidenciando suas potencialidades e limitações em um território marcado por peculiaridades únicas.

### **Desdobramentos da convergência midiática nos veículos tradicionais**

A convergência midiática trouxe uma reconfiguração profunda na produção de conteúdo dos meios tradicionais, especialmente em regiões como a Amazônia, onde os desafios estruturais coexistem com a diversidade cultural. Segundo Jenkins (2006), a convergência envolve não apenas mudanças tecnológicas, mas também transformações nos processos de produção e circulação de informações. Canavilhas (2014) argumenta que a convergência exige a integração de diferentes formatos — texto, áudio, vídeo e imagem — para atender às demandas de um público que consome informação de maneira

dinâmica e fragmentada. Nesse contexto, os veículos tradicionais, como jornais, rádios e televisões, têm incorporado novas linguagens e formatos de conteúdo, ampliando seu alcance e conectividade com os públicos.

Na Amazônia, essa transformação pode ser observada na crescente adoção de recursos multimídia. Emissoras de rádio, por exemplo, passaram a investir na produção de vídeos<sup>1</sup> para as redes sociais, não apenas como forma de divulgação do seu conteúdo, como também uma tentativa de atrair outros públicos consumidores. Essa diversificação de formatos também tem um impacto direto na forma como as histórias são contadas. O uso de recursos visuais, como infográficos e vídeos, não apenas facilita a compreensão de temas complexos, mas também aumenta o engajamento do público. Para os veículos amazônicos, esse aspecto é crucial, dado o desafio de comunicar questões regionais para audiências locais e nacionais de maneira atrativa e acessível.

A convergência midiática alterou a forma como conteúdos são distribuídos e consumidos. Com o avanço das mídias sociais digitais, a distribuição de informações tornou-se mais descentralizada e acessível, rompendo com os modelos lineares tradicionais. Segundo Boyd e Ellison (2007), as mídias sociais digitais podem ser definidas como plataformas baseadas na *web* que permitem a interação, o compartilhamento e a criação de conteúdos por meio de redes interconectadas. Essas plataformas, como *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e *WhatsApp*, tornaram-se canais bônus para os veículos de comunicação construírem uma relação mais íntima com o público que já possuem e, também, cativar uma nova audiência.

Na Amazônia, as mídias sociais desempenham um papel essencial na ampliação do alcance dos veículos tradicionais. Por exemplo, o jornal *O Liberal* utiliza o *WhatsApp* para receber denúncias das comunidades, permitindo que jornalistas apurem as informações e enviem equipes de reportagem para produzir vídeos que são compartilhados no portal, no jornal impresso e nas redes sociais, ampliando a disseminação das notícias e pressionando o poder público para soluções. Além disso, iniciativas como a da *Rádio Varadouro* adaptaram-se à nova realidade de consumo de notícias

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo, a Rádio FM O Dia Manaus: <https://www.instagram.com/p/C9yGyyh-vXPc/>.

pelas populações tradicionais, utilizando o WhatsApp como principal meio de envio e recebimento de informações. Essas estratégias permitem que informações cheguem a comunidades distantes e de difícil acesso, superando barreiras logísticas e geográficas.

Essa prática reflete uma adaptação às necessidades regionais, onde a infraestrutura digital muitas vezes é limitada e as redes sociais oferecem uma alternativa eficaz para a disseminação de informações. Essa mudança na distribuição também afeta o comportamento do público. Conforme argumenta Castells (2009), a sociedade em rede cria novos padrões de consumo de informação, caracterizados pela interatividade e pela segmentação. O público agora assume um papel ativo no processo comunicacional, escolhendo os conteúdos que consome e participando ativamente de debates em plataformas digitais. Esse cenário impõe aos veículos tradicionais o desafio de atender a demandas cada vez mais diversificadas e fragmentadas, ao mesmo tempo em que exploram novas oportunidades de engajamento.

Para sobreviver e prosperar no ambiente digital, veículos tradicionais precisaram adaptar suas estratégias de comunicação, incorporando práticas que aproximam suas marcas dos públicos. Na região amazônica, essa adaptação também está relacionada à valorização das identidades locais. Os veículos tradicionais têm explorado temas regionais e culturais como forma de fortalecer sua conexão com as comunidades. Essa abordagem não apenas diferencia os veículos no mercado digital, mas também contribui para a preservação e divulgação das especificidades culturais da Amazônia em um cenário cada vez mais globalizado.

### **Band News Difusora como exemplo de adaptabilidade**

Pensando no cenário amazônico, exemplo notável da adaptação é a emissora de rádio *Band News Difusora*, tradicional veículo de comunicação no Estado do Amazonas, que tem investido em estratégias para integrar suas operações ao ecossistema digital. Filial da *Rádio Difusora do Amazonas*, grupo que opera há mais de 70 anos na capital amazonense, a emissora, em sua implementação das mídias sociais digitais como estratégia de divulgação de conteúdo,

ilustra como as popularmente chamadas “redes sociais” têm sido utilizadas para ampliar o alcance de notícias. Em um cenário marcado pela transformação dos meios tradicionais, a rádio demonstra capacidade de se reinventar, aproveitando as potencialidades das plataformas digitais para alcançar públicos diversificados e ampliar seu impacto comunicacional.

Entre as práticas adotadas, destaca-se a produção diária de vídeos em formato de *reels*, publicados em seu perfil no *Instagram*. Esses vídeos, curtos e dinâmicos, com a câmera da posição vertical, utilizam linguagem visual e textual que dialoga diretamente com o formato das redes sociais, promovendo um consumo rápido e envolvente. Essa estratégia está alinhada com apontamentos de Jenkins (2006), que enfatiza a importância da interatividade e da integração de multimídia como pilares da convergência midiática. No formato *reels*, a plataforma *Instagram* permite sobrepor ao conteúdo audiovisual enquetes e outras formas de interação, convidando o internauta a uma ação sobre o vídeo. A escolha dos temas também reflete a capacidade da rádio manauara de se conectar com as demandas do público contemporâneo. A emissora aborda assuntos de relevância e atualidades, dos mais variados segmentos, como a polêmica<sup>2</sup> em torno da castanha-do-pará, a visita de Joe Biden a Manaus, o desempenho dos estudantes amazonenses nas redações do Enem 2024 e a seca extrema que afetou o Estado no mesmo ano. Esses temas são apresentados com agilidade e em formatos que favorecem o compartilhamento e o engajamento, características essenciais no ambiente digital.

Além disso, embora esteja localizada na capital do Amazonas, a rádio demonstra que sua atuação vai além das notícias locais. A equipe de jornalismo conecta eventos regionais a questões de interesse nacional e internacional, ampliando o alcance informativo e reforçando a relevância da Amazônia no cenário global. Essa abordagem estratégica não apenas consolida a presença da emissora, mas também posiciona a região como um ponto de destaque no fluxo de informações. Essas iniciativas evidenciam como a *Band News Difusão*

---

2 No ano de 2024, a ex-integrante do reality show exibido pela maior emissora de TV do país iniciou uma discussão nas mídias sociais digitais sobre o nome dado à semente, também chamada de Castanha do Brasil e Castanha da Amazônia. Para saber mais, acesse: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/01/05/castanha-da-amazonia-ou-do-para-ex-bbb-alane-atica-polemica-na-web-e-vira-alvo-de-cancelamento.ghtml>.

*sora* tem reformulado suas estratégias de comunicação para atender às exigências da convergência midiática. Ao adotar formatos inovadores, explorar temas de interesse público e expandir seu escopo geográfico, a rádio reafirma sua relevância no mercado midiático e se adapta às novas dinâmicas de produção e consumo de informação.

## **Desafios e oportunidades**

Os veículos tradicionais da Amazônia enfrentam desafios significativos na adaptação à convergência midiática, muitos dos quais estão diretamente relacionados às características regionais. A infraestrutura tecnológica, por exemplo, continua sendo um obstáculo crítico. Embora o acesso à internet tenha avançado em áreas urbanas, grande parte da população em localidades remotas ainda carece de conectividade adequada. Para Castells (2009), a exclusão digital impede a plena integração de comunidades periféricas na sociedade em rede, limitando o alcance dos meios de comunicação na região. Além da infraestrutura, a diversidade cultural e linguística da Amazônia também apresenta desafios únicos. A região é composta por uma ampla variedade de grupos étnicos, muitos dos quais possuem línguas e práticas culturais próprias, tais como as comunidades indígenas. Para os veículos de comunicação, adaptar conteúdos que respeitem essa diversidade e, ao mesmo tempo, atendam às expectativas de públicos amplos, representa uma tarefa complexa.

Conforme destacado por Cogo (2015), a comunicação em contextos multiculturais requer estratégias que considerem as especificidades locais e a diversidade cultural das comunidades envolvidas. Essa abordagem, essencial para promover uma comunicação efetiva e respeitosa, muitas vezes entra em conflito com os modelos padronizados frequentemente adotados pelas grandes corporações midiáticas, que tendem a ignorar as particularidades regionais em prol de uma lógica homogênea de produção e distribuição de conteúdo. Se por um lado, a convergência midiática permite um jornalismo hiperlocal feito com a interação entre a redação das emissoras e a comunidade onde o fato acontece, por outro há um receio cultural no meio jornalístico que privilegia a centralidade da produ-

ção por parte das equipes diretamente ligadas à empresa, receio de configuração de possíveis vínculos empregatícios (no caso de contribuições comunitárias sucessivas) e/ou “quebra” do padrão de linguagem empregado pela empresa em seus noticiários, só para citar alguns fatores.

A logística para a produção e distribuição de conteúdo na Amazônia é outro desafio considerável. A vastidão territorial e a geografia peculiar, marcada por rios e florestas densas, dificultam a circulação de equipes e equipamentos, além de elevar os custos operacionais de produção. Mesmo no ambiente digital, essas dificuldades se refletem na limitação de acesso a dados e no custo elevado de tecnologia, elementos essenciais para a modernização dos veículos tradicionais. Soma-se a esse contexto alguns elementos de ordem política, como o privilégio de emissoras já consolidadas instalarem repetidoras de seus sinais em municípios onde não há emissoras (fortalecendo o oligopólio comunicacional), ou então a criação de limitações técnicas, como a operação de rádios comunitárias a um raio de abrangência de um quilômetro ao redor do transmissor, insuficiente para dar conta das distâncias no Norte. Para se ter uma ideia, a capital possui aproximadamente 2,5 milhões de habitantes e bairros com a população de municípios de pequeno porte em outras regiões. Essas particularidades exigiriam regimes de excepcionalidade para as políticas de comunicação, o que até a escrita desse texto não eram atendidas.

Porém, apesar dos desafios, a convergência midiática também oferece inúmeras oportunidades para os veículos tradicionais da Amazônia. Uma das mais significativas é a possibilidade de expansão da audiência. Com a integração de plataformas digitais, veículos como rádios, jornais e televisões podem atingir públicos muito além das fronteiras regionais. Segundo Jenkins (2006), a convergência permite que os meios tradicionais se tornem multiplataformas, ampliando sua presença para audiências globais. No caso da região amazônica, essa ampliação também significa a valorização e disseminação de narrativas regionais para outros contextos.

Outra oportunidade relevante está na criação de novas formas de engajamento com a audiência. As plataformas digitais, como as redes sociais, oferecem ferramentas interativas que permitem uma

relação mais próxima e direta com o público. Veículos que investem na produção de conteúdo multimídia e no uso de hipertexto conseguem não apenas captar a atenção de seus usuários, mas também gerar discussões e fortalecer a fidelidade de sua audiência. A capacidade de promover interatividade é um dos principais fatores de sucesso no ambiente digital, especialmente para os meios que enfrentam a concorrência de conteúdos independentes e alternativos (Canavilhas, 2014). Aqui, observamos que a interação com a audiência ainda é marcada por um viés de falta de habilidade no tratamento de críticas e argumentos contrários ao posicionamento de jornalistas e/ou linhas editoriais dos veículos. O resultado é a supressão, o bloqueio ou o abandono dos comentários e sugestões dos internautas a um limbo no ambiente digital, onde raramente essas informações são aproveitadas e/ou creditadas pelos profissionais das redações.

Além disso, a convergência possibilita aos veículos tradicionais explorar novas fontes de receita, como publicidade em plataformas digitais, parcerias com empresas de tecnologia e monetização de conteúdos exclusivos. Para os meios de comunicação da Amazônia, essas oportunidades podem significar a sustentabilidade financeira necessária para superar os desafios logísticos e tecnológicos da região.

Ao abraçar as potencialidades da convergência midiática, os veículos tradicionais da Amazônia não apenas se posicionam como agentes de comunicação adaptados às novas dinâmicas, mas também contribuem para a construção de um espaço midiático mais plural e representativo. Essa transformação, embora repleta de obstáculos, abre caminhos promissores para o fortalecimento da comunicação na região.

## **A reconfiguração do papel do jornalista**

A convergência midiática tem promovido transformações profundas no perfil dos jornalistas, exigindo uma reconfiguração de suas habilidades e práticas profissionais. A integração de plataformas digitais ao ecossistema midiático tornou essencial que os jornalistas adquiram competências técnicas, como a edição de vídeos, o uso de ferramentas analíticas e a gestão de conteúdo multimídia.

Segundo Palacios e Dias (2015), o jornalista contemporâneo deve dominar não apenas os fundamentos da reportagem e da apuração, mas também ferramentas tecnológicas que ampliem a capacidade de produzir e distribuir informações em múltiplos formatos. Essa mudança reflete a necessidade de uma atuação mais dinâmica e flexível, em que o profissional deve ser capaz de transitar entre diferentes mídias, adaptando-se às especificidades de cada plataforma. O perfil do jornalista do século XXI não é mais restrito à especialização em um único meio, mas sim caracterizado pela versatilidade e pela capacidade de compreender o comportamento de audiências digitais em constante mutação.

Além das mudanças no perfil, os jornalistas também têm assumido novos papéis diante da convergência midiática. Um desses papéis é o de curador de conteúdo, no qual o profissional seleciona e organiza informações relevantes em meio à vastidão de dados disponíveis online. Segundo Canavilhas (2014), a curadoria de conteúdo é uma função essencial na era digital, pois ajuda o público a navegar em um ambiente marcado pelo excesso informacional. Outro papel emergente é o de produtor multimídia, em que o jornalista não apenas escreve, mas também grava vídeos, edita áudios e cria narrativas interativas. Essa multifuncionalidade é vista como uma resposta às demandas das plataformas digitais, que privilegiam conteúdos visuais e dinâmicos. Além disso, muitos jornalistas têm atuado como gerenciadores de comunidades digitais, interagindo diretamente com a audiência por meio de redes sociais, promovendo discussões e fortalecendo o engajamento do público.

Essas transformações, embora desafiadoras, abrem novas possibilidades para a prática jornalística. O profissional de comunicação, ao se reconfigurar em suas funções, contribui para a construção de narrativas mais inclusivas e adaptadas às necessidades de uma sociedade em constante evolução tecnológica. No entanto, esse processo exige investimentos em formação contínua e na valorização do trabalho jornalístico, especialmente em contextos regionais, como o da Amazônia, onde as limitações de infraestrutura podem dificultar a plena adoção dessas novas práticas.

A formação contínua deve contemplar, além das habilidades técnicas no manuseio e aproveitamento das ferramentas disponibili-

zadas pelas plataformas digitais, um viés mais crítico e zeloso pelos valores éticos da profissão jornalística. Afinal, são espaços que configuram e limitam a performance de usuários a partir de algoritmos e regras ditadas por empresas gigantes, internacionais, que têm por objetivo o lucro e não a defesa da democracia ou da cidadania. A exemplo desse risco a que as nações estão sujeitas a partir dos interesses privados das chamadas *big techs* podemos citar o recente embate<sup>3</sup> entre a plataforma X, do bilionário Elon Musk, e o ministro Alexandre de Moraes, em que a empresa defende a “liberdade de expressão” dos internautas para não limitar ou punir postagens racistas, homofóbicas e discriminatórias. No entendimento da justiça brasileira, empresas de comunicação são corresponsáveis pelos conteúdos publicados e, portanto, sujeitas às sanções da lei no caso de omissão aos crimes de injúria, calúnia e difamação, por exemplo.

Sem entender os valores, interesses e consequências da desinformação e outras estratégias empregadas pelas empresas de comunicação no ambiente digital, jornalistas e internautas estarão sujeitos às consequências destes processos no cotidiano. Outro exemplo que ilustra esses riscos à economia, política e cidadania no país a partir dos conteúdos em circulação nas mídias sociais digitais é a manifestação, em vídeo, do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) alegando a manipulação do governo na taxação do PIX (movimentação bancária e financeira via dispositivos digitais). O resultado foi uma mudança de atitude do governo, revogando a decisão de aumentar a fiscalização sobre essas transações, fortalecendo indiretamente o discurso e a posição da Direita política no país a partir de um conteúdo rotulado pela própria mídia como fake news<sup>4</sup>.

## Considerações finais

O capítulo buscou discutir desdobramentos da convergência midiática nos veículos de comunicação tradicionais da Amazônia, com foco em suas estratégias de adaptação e reconfiguração diante de um cenário cada vez mais digital e dinâmico. Ao longo da análise

3 Como detalhado na reportagem da BBC Brasil, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdqq88214o>

4 Como pode ser conferido na matéria da CNN Brasil, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/post-de-nikolas-sobre-pix-teve-milhoes-de-visualizacoes-antes-de-revogacao/>

se, foram apresentados os principais desafios enfrentados pelos veículos tradicionais na região, incluindo questões estruturais, culturais e econômicas, bem como as oportunidades proporcionadas pela convergência, como a ampliação da audiência e a diversificação de formatos e conteúdos. A importância de estratégias digitais inovadoras foi ilustrada por meio de exemplos práticos, como a atuação da *Band News Difusora*, emissora de rádio amazonense, que demonstra como a incorporação de novas tecnologias pode transformar a produção e o consumo de informações na Amazônia.

O futuro dos veículos de comunicação na região está intrinsecamente ligado à contínua evolução tecnológica e às tendências de convergência midiática. O avanço da conectividade, a popularização de dispositivos móveis e a ampliação do acesso às redes sociais oferecem um cenário promissor para a comunicação regional. No entanto, a superação das barreiras estruturais e a valorização das especificidades culturais e sociais da Amazônia permanecerão como aspectos centrais para o desenvolvimento de estratégias eficazes. Nesse sentido, espera-se que os veículos tradicionais continuem a expandir suas práticas de curadoria de conteúdo, produção multimídia e interação com o público, fortalecendo seu papel enquanto mediadores de informações em um contexto digitalizado.

A análise apresentada neste estudo reforça a relevância de investigar o contexto amazônico no campo da comunicação, dada a singularidade de seus desafios e a riqueza de suas oportunidades, e contribui para a compreensão dos processos de adaptação dos veículos tradicionais à convergência midiática.

## Referências

- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcmc/article/13/1/210/4583064>. Acesso em: 5 jan. 2025.
- CANAVILHAS, J. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. Covilhã: Livros LabCom, 2014. Disponível em: <https://www.labcom.ubi.pt/livro/116>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em: <https://global.oup.com/academic/product/communication-power-9780199567041>. Acesso em: 5 jan. 2025.

COGO, D. Comunicação e diversidade: cenários e possibilidades da comunicação intercultural em contextos organizacionais. In: COGO, Denise; HUERTAS, Amparo; MOURA, Maria Aparecida (Orgs.). *Comunicação, interculturalidade e organizações*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2015. p. 15-34. Disponível em: <https://www.difusaoeditora.com.br/organizacoes>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FIDLER, R. *Mediamorphosis: Understanding New Media*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997. Disponível em: <https://archive.org/details/mediamorphosisun0000fidl>. Acesso em: 6 jan. 2025.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

O LIBERAL. Redação integrada de O LIBERAL utiliza o WhatsApp para receber denúncias das comunidades. Disponível em: <https://www.oliberal.com/aniversario/redacao-integrada-de-o-liberal-utiliza-o-whatsapp-para-receber-denuncias-das-comunidades-1.751375>. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA, R. R. de; ZATTA, F. N.; BOTH, L. P.; CASTRO, D. S. P. de; ALMEIDA, D. A. de. Desafios logísticos na Amazônia Legal: estudo de caso em uma agroindústria. *Espacios*, v. 36, n. 5, p. 8, 2015. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a15v36n05/a15v36n05p08.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PALACIOS, M.; DIAS, R. C. A. (Orgs.). *Ciberjornalismo: práticas e teorias para a era da convergência*. Salvador: Edufba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15043>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, E. M.; CANAVILHAS, J. *Ciberjornalismo: processos editoriais e produtos convergentes*. Covilhã: Livros LabCom, 2012. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/84>. Acesso em: 11 jan. 2025.

VARADOURO, Rádio. *Diálogos com a Amazônia: adaptando a co-*

municação para atender populações tradicionais. Disponível em: <https://ovaradouro.com.br/dialogos-com-a-amazonia>. Acesso em: 10 jan. 2025.

# Infraestrutura e sustentabilidade na Amazônia: a BR-319 e os discursos divergentes entre Governo, CPI e Mídia

Cristiane de Lima Barbosa Couto  
Marcos Maurício Costa da Silva

## RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar como o discurso da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, Senador Plínio Valério, foram representados e repercutiram em portais de notícias amazonenses e nacionais, bem como na mídia televisiva. Adicionalmente, busca-se como objetivo específico analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), documento técnico fundamental para a obtenção da Licença Prévia da repavimentação do “trecho do meio” da BR-319, destacando as dissonâncias entre as narrativas presentes nesse estudo e as falas da ministra. O estudo se justifica pela importância atual dos debates sobre a repavimentação da rodovia BR-319 (Manaus - Porto Velho), tanto em relação aos impactos ambientais quanto à necessidade de melhorias na infraestrutura de transporte na região amazônica. De cunho qualitativo, a metodologia utilizada no estudo exploratório foi bibliográfica e documental, com base nas teorizações de análise do discurso de Michel Foucault e seus estudiosos. Achados preliminares indicam que o discurso da ministra problematiza a relação entre a reconstrução da rodovia e o combate a ilícitos ambientais, além de questionar a efetividade das políticas sociais que seriam implementadas na região após a obra.

**Palavras-chave:** Amazônia. Meio Ambiente. Repavimentação da BR-319. Discurso.

## ABSTRACT

*The objective of this study is to verify how the speeches of the Minister of Environment and Climate Change, Marina Silva, and of the president of the Parliamentary Commission of Inquiry (CPI) of NGOs, Senator Plínio Valério, were represented and reperussed in Amazonian and national news portals, as well as in the television media. Additionally, the specific objective is to analyze the Environmental Impact Study (EIA), a fundamental technical document for obtaining the Preliminary License for the repaving of the “middle section” of BR-319, highlighting the dissonances between the narratives present in this study and the speeches of the minister. The study is justified by the current importance of the debates on the repaving of the*

*BR-319 highway (Manaus - Porto Velho), both in relation to environmental impacts and the need for improvements in the transportation infrastructure in the Amazon region. The qualitative methodology used in this exploratory study was bibliographical and documentary, based on the theories of discourse analysis by Michel Foucault and his scholars. The preliminary findings indicate that the minister's speech problematizes the relationship between the reconstruction of the highway and the fight against environmental crimes, in addition to questioning the effectiveness of the social policies that would be implemented in the region after the work.*

**Keywords:** Amazon. Environment. Repaving of BR-319. Discourse.

## Introdução

Os debates sobre a repavimentação da rodovia BR-319, especialmente no trecho do meio, entre o km 250,7 e o 656,4, têm gerado intensas discussões, tanto em relação aos impactos ambientais quanto à necessidade de melhorar a infraestrutura de transporte na região amazônica. Estudos anteriores destacam riscos de degradação ambiental e dificuldades de fiscalização, enquanto outros defendem que a obra facilitaria o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação.

A BR-319 é uma rodovia federal diagonal, construída a partir do final da década de 60 e oficialmente inaugurada em 27 de março de 1976, durante o governo do presidente Ernesto Geisel. Com 885 quilômetros de extensão, interliga a capital do Amazonas (Manaus) a capital de Rondônia (Porto Velho). Segundo Oliveira Neto e Nogueira (2024), após a finalização das obras da pavimentação, a BR-319, completamente asfaltada, permitiu a ampliação de atividades econômicas entre as capitais do Amazonas e de Rondônia, como o comércio de produtos agropecuários e o deslocamento de pessoas.

Em 1988, 12 anos após a inauguração, o tráfego interestadual foi interrompido por condições precárias de trafegabilidade ocasionadas pela ausência de contratos de manutenção e conservação, somadas à falta de controle de peso, o que contribuiu para a destruição do trecho central da BR-319, de aproximadamente 405 km.

A agenda da repavimentação da rodovia não é unânime e levanta debates entre os que defendem a recuperação do modal e os que são contra. Em 27 de novembro de 2023, por ocasião do depoi-

mento da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não Governamentais (ONGs), no Senado Federal, ela afirmou que “não se rasga uma floresta nativa de 400 quilômetros apenas para passear de carro, sem que isso esteja associado a um projeto produtivo”. A fala causou controvérsia e acirrou ânimos. Em matéria no Portal Tucumã (2023)<sup>1</sup>, foi reproduzida essa parte da fala da ministra, assim como em outros portais.

Ainda em 2023, uma seca severa atingiu toda a região amazônica, sendo superada em 2024. Nesse cenário, houve divulgação de várias matérias jornalísticas, acompanhadas de registros fotográficos, que davam conta do intenso uso da rodovia por carretas, bitrens e rodotrens, veículos com capacidade para transportar até 74 toneladas, de nove eixos, a evidenciar a viabilidade econômica do empreendimento (Lira, 2024)<sup>2</sup>.

Assim, o objetivo geral do artigo é verificar como o discurso da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, Senador Plínio Valério, foram representados e repercutiram na mídia. Objetivos específicos consistiram em verificar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) como documentos para entender o *corpus* do problema, referenciando a narrativa da ministra Marina Silva, ancorada no discurso do “desmatamento”, que tende a retirar o ser humano do centro das tomadas de decisão.

No estudo, foi pergunta norteadora: como os discursos da ministra Marina Silva e do senador Plínio Valério sobre a repavimentação da BR-319 foram representados na mídia local e nacional? Como hipótese apontamos: a mídia local analisada tende a destacar as demandas sociais e econômicas da população amazônica, promovendo uma narrativa favorável à repavimentação da BR-319, enquanto a mídia nacional e internacional prioriza discursos alinhados à preservação ambiental e às pressões de organizações internacionais, contribuindo para a polarização das opiniões públicas sobre a temática.

---

1 Disponível em: <https://portaltucuma.com.br/video- apenas- para- passear- de- carro- marina- silva- dispara- falas- polemicas- sobre- a- br- 319- me14/>. Acesso em 19.10.2024.

2 Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DA50GX4ulAH/?igsh=MWtpY2E-4bzUwZmk4eQ==>. Acesso em 24.10.2024.

A pesquisa se fundamenta em dois eixos teóricos: a) análise do discurso, de acordo com os entendimentos de Michel Foucault e seus estudiosos; e b) jornalismo ambiental na internet (Carvalho, 2011; Wolf, 1985; Franco; Lemos, 2013; Loose; Lima; Carvalho, 2014). Problematicamos de que maneira o discurso da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, ao questionar a repavimentação da rodovia BR-319, reflete regimes de verdade sobre o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, supondo como esses discursos, veiculados na mídia, moldam narrativas sobre ações estatais voltadas ao combate de ilícitos ambientais e à implementação de políticas sociais na Amazônia.

A contribuição para a comunicação e a informação é que o discurso de uma ministra de Estado do MMA e matérias jornalísticas de portais digitais foram mapeados e abrem espaço, no presente, para ser estudados dentro da linha de pesquisa de comunicação, informação e cultura, contribuindo com a ampliação dos debates a respeito da pavimentação do “trecho do meio” da rodovia.

## **Metodologia**

A pesquisa é de caráter exploratório, com a observação não participante de portais de notícias regionais, como Radar Amazônico e Portal Tucumã, além de Um Só Planeta, de abrangência nacional. A mídia televisiva regional TV A Crítica também foi avaliada por ser um dos grupos de comunicação mais antigos. A escolha dos portais se deu por serem sites midiáticos amazônicos, dois deles com suas sedes no Amazonas. Segundo Lakatos e Marconi (2003), na observação não-participante se toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela. O pesquisador presencia o fato sem se deixar envolver. Faz o papel de espectador. Porém, não quer dizer que a observação não seja consciente e ordenada para fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático.

O enfoque é bibliográfico e documental por analisar componentes do discurso da ministra Marina Silva, do senador amazonense Plínio Valério e dois documentos técnicos, EIA e Rima. Foram extraídos excertos que mostram narrativas das referidas autoridades, documentos e partes ainda de notícias das três mídias digitais e de

uma televisiva. O conteúdo foi agrupado nas categorias “contextualização” e “BR-319”. A premissa da pesquisa consistiu em perceber que o discurso é produtivo naquilo que narra, o que leva o pesquisador a buscar o seu funcionamento e as relações de poder que o impulsiona e o faz produzir significados (Paraíso; Dagmar,2012). Análises partiram de teorias foucaultianas.

## **Fundamentação teórica**

A análise de discurso com base em Michel Foucault “procura evidenciar modos como o poder e a verdade se articulam naquilo que é dito, forjando a realidade dos fatos que são aparentemente narrados de forma neutra (Schuck; Saraiva; Zago, 2021, p.127). Nas teorizações foucaultianas “o poder e o saber formam um par indissociável. Não há exercício de poder sem saberes, e nessa relação, está em jogo a produção da verdade (IB., *op. cit.*).

Foucault (1993) afirma que o discurso é tanto instrumento quanto efeito de poder, funcionando como meio de transmissão de significados e controle social, mas também como ferramenta de resistência. Assim, a fala da ministra Marina Silva sobre a BR-319 não apenas reflete suas posições políticas, mas também ativa regimes de verdade que se contrapõem ao progresso econômico tradicional, ao questionar a necessidade de repavimentação frente a potenciais danos ambientais.

Veiga-Neto (2004) argumenta que discursos definem regimes de verdade quando delimitam o que é considerado verdadeiro ou falso em dado contexto. Ao problematizar a repavimentação da BR-319 a ministra coloca em evidência tensões entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico na Amazônia. As teorizações foucaultianas permitem, portanto, investigar como discursos oficiais e midiáticos influenciam na formação de significados e orientam políticas públicas na região.

## **Jornalismo ambiental na internet**

O jornalismo ambiental na era digital desempenha papel na disseminação de informações sobre questões ecológicas e no enga-

jamento da sociedade com debates sobre sustentabilidade. Mudanças climáticas têm caráter multifacetado, sua natureza é “difusa no espaço e no tempo” (Carvalho, 2011, p. 43). O jornalismo impõe aos fatos características necessárias para torná-los noticiáveis, são os chamados critérios de noticiabilidade (Wolf, 1985). Portais de notícias como Radar Amazônico e Portal Tucumã têm se tornado plataformas de relevância para amplificar discursos sobre a repavimentação da BR-319.

O jornalismo, enquanto prática legitimada histórica e socialmente, responsável por produzir e disseminar informações periódicas sobre questões contemporâneas de interesse público (Schudson, 2011), forma opinião pública em relação àquilo que já é considerado uma crise humanitária no século XXI (ONU, 2015). Enquanto prática social legitimada a informar a sociedade sobre assuntos de interesse público, coopera com a disseminação de algumas mensagens em detrimento de outras, proporcionando que determinadas percepções de risco sejam mais evidentes em dados contextos (Loose; Lima; Carvalho, 2014).

De acordo com Franco e Lemos (2013), a internet permite interatividade e diversidade de vozes, mas também pode polarizar narrativas. O jornalismo ambiental digital nacional, em contraponto ao jornalismo ambiental local, articula uma narrativa crítica em relação a grandes obras de infraestrutura na Amazônia, questionando impactos ecológicos e sociais das iniciativas, conforme é observado em uma reportagem nacional descrita na seção a seguir. Nesse sentido, a cobertura midiática sobre a BR-319 insere-se em um cenário de disputa de narrativas, onde a preservação ambiental é defendida em oposição às melhorias econômicas e sociais da região, e o discurso veiculado pela ministra fortalece essa tensão.

## **Resultados e discussão**

Excertos extraídos foram organizados em duas categorias analíticas: contextualização e BR-319. A seguir, procede-se à contextualização.

## Contextualização

A análise do material inicia com as informações proferidas pelo senador Plínio Valério e pela ministra Marina Silva, no âmbito da Amazônia como um todo, mas que funciona como contexto para as narrativas posteriores que são feitas sobre a BR-319. O vídeo analisado por ocasião do comparecimento da ministra Marina Silva à CPI das ONGs, em 27 de novembro de 2023, veiculado pela TV Senado, inicia com a fala do senador do Amazonas, Plínio Valério, que é o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, explicitando que:

O Brasil é responsável pela emissão de 1% dos 100% de emissão de carbono na atmosfera. Aquilo que eu venho dizendo: longe de ser vilão. Se fosse um filme, nós seríamos o mocinho. Ministra, a senhora tem todo o tempo que quiser, da forma que quiser, para fazer sua exposição (TV Senado, 2023).

A ministra sustentou que:

O que faz o Brasil não está pior [no ranking dos países emissores de CO<sub>2</sub>] pelo fato de termos feito políticas públicas a partir de 2003 que conseguiram debelar o maior vetor de CO<sub>2</sub> no Brasil, que é o desmatamento, a transformação do uso da terra pela agricultura. Sem sombra de dúvida o desmatamento é a maior fonte de emissão (TV Senado, 2023).

Percebe-se que o desmatamento e a consequente emissão de carbono são os indicadores utilizados para conduzir a subjetividade dos presentes na reunião, mas percebidos de forma bem distinta pelos que narram. Enquanto o senador afirma que o Brasil é responsável por apenas 1% das emissões de carbono para a atmosfera, Marina Silva com o mesmo indicador afirma que o Brasil é o sexto lugar na emissão de carbono. O período de 2003 a 2008 citado pela ministra no excerto acima é o período que ela foi ministra do Meio Ambiente. Por meio desta narrativa, pode-se observar como Marina Silva demarca seu lugar naquele discurso. Para Foucault (1995), práticas discursivas estão interligadas nas relações de poder-saber, conforme pode ser constatado na fala da ministra abaixo transcrita:

Bem, hoje eu cancelei algumas reuniões que são importantes. Estamos levando propostas que são importantes para o Brasil e para o mundo e seria um dia intenso de trabalho. Mas como vossas excelências entenderam convocar-me, entendendo o poder da convocação, aqui estou a inteira disposição para o diálogo, o debate (TV Senado, 2023).

Ao longo do pronunciamento da ministra, vários vídeos foram mostrados com falas dos povos da floresta, entre eles indígenas e ribeirinhos, que explicitam as dificuldades vividas em virtude das limitações ambientais exigidas pela legislação brasileira e atuação das ONGs. Um vídeo mostra como as crianças Ianomamis vivem na pobreza e com fome em região das terras indígenas, cujas necessidades deveriam ser providas por ONGs que recebem verbas federais, dentro do Programa Fundo Amazônia, para realizar projetos de melhoria social aos povos originários. Mas a ministra afirma:

O Brasil começou a fazer sua lição de casa não por imposição de quem nos pedia, mas porque temos um compromisso com a proteção da floresta, com a proteção da biodiversidade, com a proteção das populações tradicionais, indígenas e porque temos compromisso com as bases naturais do nosso desenvolvimento (TV Senado, 2023).

Outro vídeo transmitido na referida CPI é o de caminhões de oxigênio que se deslocaram para Manaus através do modal rodoviário via BR-319 no período que o Amazonas ficou sem oxigênio. O senador Plínio Valério afirmou: “Esse oxigênio salvaria centenas de pessoas, mas não salvou” (TV Senado, 2023). Isto porque os caminhões levaram vários dias para chegar a Manaus em virtude da precariedade da rodovia BR-319.

Após este vídeo o senador pergunta a ministra: “Vale a pena salvar a humanidade do futuro condenando esta gente à morte?” (TV Senado, 2023). Ela não respondeu à pergunta e discursou sobre dados estatísticos de desmatamento como pode ser visto a seguir:

[...] Imagina se Martin Luther King tivesse pensado assim? Vale a pena lutar contra a discriminação racial, por que eu não verei o primeiro presidente negro eleito nos EUA? [...] O que nós

estamos fazendo para proteger as florestas não pode ser colocado em oposição a vida dos que estão aqui, agora. Porque a Amazônia em 1975 tinha apenas 0,5% de área desmatada. De repente chegou uma ideologia “integrar para não entregar” que estimulou que se desmatasse para desenvolver a região. E o que aconteceu? Nós diminuimos a pobreza na região? Não diminuimos. Mas o que era apenas 0,5% em 1975, senador, agora é 18% de área desmatada. Isso é o tamanho da Itália e Espanha, juntos. E continuamos tendo pobreza para muitos (TV Senado,2023).

A ministra, ao afirmar que mesmo com o desmatamento a pobreza continuou na região, entendeu que a ideologia de “integrar para não entregar” não contribuiu para melhorias na região. Acreditamos que em sua análise ela desconsiderou todo um conjunto de dificuldades logísticas (sempre existentes) e posteriores ambientais que foram criadas e imputadas à região norte por ela abrigar a floresta amazônica. Entraves ambientais criados, muitos deles, durante o período em que Marina Silva foi ministra do meio ambiente com a justificativa de preservação da floresta amazônica. Um exemplo disto é a necessidade de licenciamento ambiental para a repavimentação do “trecho do meio” da BR-319, quando tal licenciamento é exigido somente para criação de novas rodovias na Amazônia. Mesmo já existindo no mapa rodoviário da região, totalmente asfaltada à época da sua inauguração, na década de 1970, foi exigido licenciamento ambiental para a repavimentação no chamado “Trecho de Meio”, pois assim se entendeu que era necessário.

O licenciamento envolve literalmente poder e saber, cuja prolação incide diretamente sobre a qualidade de vida da população que depende da rodovia. Decorreram 15 anos desde que foi decidido pela necessidade de aprovação de um EIA para repavimentação do “Trecho do Meio” da BR319, até sua aprovação em 2022. Segue uma tabela com as marcas discursivas da ministra Marina Silva e do senador Plínio Valério, baseada no contexto apresentado da CPI, conforme a metodologia de análise do discurso:

Tabela 1: Análise das marcas discursivas dos agentes Marina (Governo) e Plínio (CPI):

Marcas Discursivas	Ministra Marina Silva	Senador Plínio Valério
<b>Foco Temático</b>	Sustentabilidade ambiental, combate ao desmatamento, proteção de populações tradicionais e biodiversidade.	Infraestrutura, desenvolvimento regional e crítica às limitações ambientais impostas pelo governo e ONGs.
<b>Relação com Indicadores de Carbono</b>	Brasil como 6º maior emissor global de carbono, destacando o desmatamento como principal vetor.	Brasil como responsável por 1% das emissões globais, argumentando que o país não deve ser visto como vilão ambiental.
<b>Argumentos de Legitimação</b>	Políticas públicas implementadas a partir de 2003 reduziram emissões; compromisso ético e político com a proteção da floresta e das populações indígenas.	Necessidade de priorizar a qualidade de vida da população local e facilitar a infraestrutura, como evidenciado pela situação crítica da BR-319 durante a crise de oxigênio.
<b>Postura na CPI</b>	Justifica sua presença por convocação e reafirma compromisso com a COP-28; contrapõe críticas com dados históricos e estatísticos.	Assume papel de questionador, colocando em evidência falhas das políticas ambientais e seus impactos na vida da população da Amazônia.
<b>Uso de Exemplos e Imagens</b>	Relatos de povos da floresta sobre dificuldades enfrentadas, como pobreza e restrições ambientais.	Vídeos mostrando dificuldades de transporte e impactos diretos na qualidade de vida devido à precariedade da BR-319.
<b>Narrativa Histórica</b>	Desmatamento como reflexo de uma ideologia de “integrar para não entregar”, que resultou em alta destruição ambiental sem solucionar a pobreza na região.	Crítica à narrativa histórica que prioriza barreiras ambientais, atrasando soluções como a repavimentação da BR-319, fundamental para o desenvolvimento regional.
<b>Relações de Poder-Saber</b>	Demonstra domínio técnico e político sobre licenciamento ambiental e políticas públicas, mas enfrenta críticas sobre os entraves criados em sua gestão.	Argumenta que as restrições ambientais são reflexos de decisões políticas que desconsideram a realidade local e as necessidades de desenvolvimento da população amazônica.
<b>Persuasão e Retórica</b>	Baseia-se em dados, apelos éticos e exemplos históricos para justificar posições; evita responder diretamente a perguntas polêmicas, como a questão da “humanidade futura”.	Usa perguntas retóricas, como “Vale a pena salvar a humanidade do futuro condenando esta gente à morte?”, para provocar reflexões sobre as políticas ambientais vigentes.

Marcas Discursivas	Ministra Marina Silva	Senador Plínio Valério
Conflito Discursivo	Sustenta que proteger a floresta não deve ser contraposto ao direito à vida, mas evita endossar a flexibilização de políticas ambientais para facilitar o desenvolvimento local.	Coloca em oposição as políticas ambientais e as necessidades imediatas da população, criticando a ineficácia das ONGs e dos programas sociais no contexto amazônico.

Fonte: Próprios autores, 2025

A tabela sintetiza estratégias discursivas, temas centrais e embate de perspectivas entre dois agentes políticos, considerando a reverberação na mídia e na CPI.

### Narrativas sobre a BR-319

A segunda categoria é composta por narrativas sobre a BR -319. Os excertos extraídos se fizeram necessários para mostrar a contextualização em que a Rodovia Federal BR-319 foi citada na CPI das ONGs, que causou grande resistência da população do norte do Brasil, principalmente dos Estados que dela dependem para integrar por via rodoviária pavimentada duas capitais brasileiras (Manaus e Boa Vista) ao restante do Brasil. Quanto à repavimentação da BR- 319, a ministra narra:

Tem que ser avaliado do ponto de vista econômico, social e ambiental. A estrada não foi feita porque é uma estrada difícil de provar a viabilidade econômica. A viabilidade social não tenho dúvida que as pessoas queiram o direito de ir e vir. Mas a viabilidade econômica e ambiental a não ser que seja para converter as áreas de mais de 400 km<sup>2</sup> de floresta virgem em outro tipo de atividade não tem viabilidade. Socialmente até a gente entende, *agora ambientalmente e economicamente não se faz uma estrada de 400 km no meio de floresta virgem apenas para passear de carro se não tiver associado a um projeto produtivo* (TV Senado,2023). (grifo nosso).

Neste momento, o presidente da CPI, senador Plínio Valério, fala: “No Amazonas, nós preservamos 97% da nossa floresta” (TV Senado, 2023). Aí ele é questionado pela ministra: “Você sabia que

só de anunciar o asfaltamento da BR-319 o desmatamento aumentou ali 110%?” (TV Senado,2023). E o senador replica:

Onde? No entorno? Quando a senhora fala, parece que a BR 319 vai desmatar (*sic!*). Se derrubar uma árvore no trajeto que já existe, eu largo meu mandato. A estrada está pronta, Brasil. A estrada está pronta. Agora no verão está passando mais de 100 ônibus diariamente lá no Castanho, que é o caminho. Agora, que o verão permite. Então, quanto a derrubar... é o Estado declarando sua incompetência, inoperância. Ah... vai desmatar no entorno (ironia). Quem é responsável por deixar desmatar no entorno? Hoje tem lá um desmatamento no inverno. Ninguém chega lá para coibir uma queimada. Sabe por quê? Por quer não chega. Se houvesse afastado, chegaria carro, aviões pousariam (TV Senado, 2023).

A fala da ministra Marina Silva de que a repavimentação da BR-319 é somente para “passear de carro” é uma fala que privilegia o discurso de combate ao desmatamento em detrimento de demandas por melhorias na vida da população. Veiga-Neto (2004, p. 127) afirma que se um enunciado exclui, é “[...] porque o regime de verdade do qual faz parte esse enunciado se estabeleceu para atender a determinada vontade de verdade que, por sua vez, é a vontade final de um processo que tem, na origem, uma vontade de poder”. A fala da ministra gerou resistência tanto nos presentes na CPI quanto nas mídias televisivas e de meios digitais amazônicos. A resistência nas análises foucaultianas são formas de não aceitar o poder da forma como ele é exercido.

No *site* do Youtube do Jornal televisivo A Crítica, a apresentadora explicou após reproduzir o vídeo da fala da ministra:

Floresta virgem não é a BR-319. A ministra talvez esteja se referindo a outro local. Não pode ser a BR 319 pois ela já existe. A mata virgem já deixou de ser há muito tempo. Toda aquela área já foi desmatada para passar a rodovia. [...] Não é uma mata virgem que será aberta para passar uma rodovia. E quando a ministra diz isso endossa um discurso que acaba se estendendo para outras pessoas, que está fechado e a BR 319 vai surgir do nada. Ela já existe, porém em más condições, e continua sendo utilizada não dá forma como se deveria, mas continua sendo utilizada por pessoas daqui (TV A Crítica, Manhã no Ar, 2023).

Foucault (2000) nos estimula a questionar formas como o entendimento sobre algo é continuamente aceito, compreendendo que tais entendimentos são consequências de construções cujas regras nem sempre são conhecidas. O portal de notícias chamado Radar Amazônico (2023)<sup>3</sup> afirma que “[...] enquanto o Amazonas fica isolado do Brasil, Marina Silva diz que BR-319 é para passear de carro”. Já a matéria veiculada no Portal Tucumã (2023)<sup>4</sup> afirma que a fala de Marina Silva dispara polêmicas sobre a BR-319.

De acordo com a análise foucaultiana, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas (Fisher, 2001). Deve-se perceber a força do poder que o regime de verdade proferido por Marina Silva impõe, e que é ratificado por muitas ONGs que atuam na Amazônia. O regime de verdade proferido por Marina Silva é também aceito na malha social internacional, assim como também demonstra que a resistência à fala da ministra foi tão intensa na mídia e na política local que aproximadamente 45 dias depois do seu pronunciamento, uma matéria referente à repavimentação da BR-319 foi veiculada no site nacional Um Só Planeta (2024), do grupo Globo<sup>5</sup>.

Segundo a reportagem, “Alemanha e Estados Unidos alertam Brasil contra o uso do Fundo Amazônia para pavimentar estradas”, afirmando que isto vai contra as regras do fundo<sup>6</sup>. Ainda segundo a reportagem, um porta-voz do governo da Alemanha disse “que o apoio a um projeto deste tipo não é possível de acordo com as regras do fundo, que foi criado para reduzir a destruição florestal na Amazônia”. Já o governo estadunidense afirmou que “estava confiante de que o fundo utilizará os seus recursos de forma consistente com os seus regulamentos”.

Percebemos como a narrativa da ministra Marina Silva esteve concatenada com o posicionamento de países financiadores do Fundo Amazônia, que têm objetivo de conservar o bioma Amazônico. O fundo foi criado pelo Brasil em 2008 e movimentou cifras bilionárias de doações, principalmente internacionais. De acordo com o *site* do

3 Disponível em: <https://radaramazonico.com.br/enquanto-amazonas-fica-isolado-do-brasil-marina-silva-diz-que-br-319-e-para-passear-de-carro/>. Acesso em 19.10.2024

4 Disponível em: <https://portaltucuma.com.br/video- apenas-para-passear-de-carro-marina-silva-dispara-falas-polemicas-sobre-a-br-319-me14/>. Acesso em 19.10.2024

5 Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2024/01/11/alemanha-e-eua-alertam-brasil-contra-uso-do-fundo-amazonia-para-pavimentar-estradas.ghtml>. Acesso em 20.10.2024

6 Fundo Amazônia.

Fundo Amazônia ([www.fundoamazonia.org.br](http://www.fundoamazonia.org.br)) somente em 2023 foram R\$ 3,5 bilhões de doações recebidas de países estrangeiros para a proteção da floresta amazônica. Entre os maiores doadores ao fundo estão Noruega (89,9%), Alemanha (8,4%), Suíça (0,8%), Brasil/Petrobras (0,5%) e EUA (0,4%).

A partir das falas dos senadores presentes na CPI, percebe-se que o regime de verdade proferido por Marina Silva atende a vários poderes que vão além da necessidade de preservar a floresta Amazônica, que é uma marca mundial e responsável pelos investimentos recebidos pelo Fundo Amazônia. Segundo Fisher (2001), analisar discursos segundo Foucault significa recusar a busca insistente no sentido oculto das coisas. Paralelamente ao vídeo analisado, existe documento técnico que atesta a viabilidade ambiental da repavimentação do trecho do meio da BR-319: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), que é o resumo do EIA.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é responsável por “...implementar a política de infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país” (Rima, 2021, p. 5). O Ibama e o DNIT assinaram termo de acordo e compromisso que exigiu a elaboração do Estudo do Impacto Ambiental para o chamado Trecho do Meio. Com a elaboração do EIA e sua aprovação pelo Ibama, em julho de 2022, o Instituto expediu a Licença Prévia 672 para a repavimentação do trecho do meio.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) avalia os impactos ambientais, positivos e negativos, que podem ocorrer com a implantação de um empreendimento. O estudo é um documento técnico e bem detalhado que é apresentado ao órgão que cuida do licenciamento do empreendimento (Rima, 2021, p. 14).

O relatório afirma que “...não são permitidas construções e ocupações ao longo da faixa de domínio<sup>7</sup> de uma rodovia” (Rima, 2021, p. 7) e detalha ações já implementadas, como a demarcação e a sinalização de 27 unidades de conservação na área de influência

---

<sup>7</sup> Faixa de domínio é a base sobre a qual uma rodovia é construída. “A partir do eixo central da rodovia, a faixa de domínio da BR319 AM se estende em 50 metros para cada um de seus lados” (Rima, 2021, p.7)

da BR-319, assim como a implantação de nove UCs e a elaboração de Estudo do Componente Indígena do Trecho do Meio da BR-319. Aqui podemos perceber outra dispersão discursiva presente no material analisado a respeito do desmatamento. Enquanto Marina Silva afirma que já aumentou o desmatamento em 110% só com a notícia da pavimentação da rodovia, o relatório afirma que a existência de áreas de conservação ao longo do trecho analisado reduz as chances do desmatamento, já que são áreas protegidas.

O Rima descreve programas ambientais que existem na região e como a pavimentação do Trecho do Meio auxiliaria no atingimento em suas finalidades. Ainda afirma:

Para a região do empreendimento, também se encaixa o Plano Amazônia Sustentável(PAS).Este plano tem como objetivos ampliar a presença do Estado(governos federais e estaduais) na Amazônia, para garantir maior sucesso no desenvolvimento e controle sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de orientação socioprodutiva, além de ampliar a infraestrutura regional-energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações- e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes (Rima,2021,p.21).

Ao analisarmos as narrativas da ministra e as do Eia-Rima (2021), é possível perceber também dispersão discursiva quanto a importância da referida rodovia. O relatório enfatiza como a rodovia garante a maior presença do Estado para evitar ilícitos ambientais e para auxiliar no desenvolvimento de programas ambientais já existentes na região, além de sinalizar que as UCs já existentes ao longo do trecho do meio garantem o controle do desmatamento por serem áreas protegidas. Já a narrativa da ministra vai no caminho único do desmatamento. Há muito se estuda na região amazônica o efeito prático aos povos amazônicos de discursos como os da ministra Marina Silva. E uma das premissas das teorizações foucaultianas é desnaturalizar e colocar *sob rasura* os entendimentos generalizantes, sabendo que todo entendimento é uma construção histórica perpassado por relações de poder e saber.

## Considerações finais

As análises mostraram que o discurso da ministra Marina Silva proferido na CPI das ONGs, no dia 27 de novembro de 2023, e veiculado pela TV Senado, reflete regime de verdade indicando que melhorias no transporte rodoviário da região amazônica, em específico na BR-319, geram aumento no desmatamento. É um discurso que privilegia o controle ambiental ao desenvolvimento econômico e social da região, confirmando-se a hipótese formulada na pesquisa, e, via de consequência, retira o sujeito amazônida do centro das tomadas de decisões. O desmatamento é o fio condutor deste discurso, seja para mostrar como o Brasil evitou o desmatamento entre 2003 e 2008, seja usando-o como estratégia na condução das condutas dos sujeitos e das políticas públicas contrárias a repavimentação do “trecho do meio” da BR-319, de 405 quilômetros.

Outro regime de verdade que circula no material analisado é o que defende melhorias à população amazônica de forma sustentável, já que segundo os dois relatórios técnicos analisados a repavimentação do trecho do meio da BR-319 possui viabilidade ambiental. Nesse regime de verdade, a repavimentação do “trecho do meio” da BR -319 é percebida como aliada a políticas públicas ambientais já presentes na região, pois facilita a presença do Estado para coibir ilícitos ambientais. Coaduna com este regime de verdade a demanda política e midiática amazônica. E ao fim, o próprio Ibama que reconheceu em 2022 a viabilidade ambiental do “Trecho do Meio” da BR-319, ao emitir a Licença Prévia nº 672/2022.

Foucault (2000) nos estimula a questionar formas como o entendimento sobre algo é continuamente aceito, compreendendo que tais entendimentos são consequências de construções cujas regras nem sempre são conhecidas. Assim, mesmo não estando de acordo com a materialidade do que é a BR-319, as narrativas citadas por Marina Silva continuam tendo aceitabilidade e sendo naturalizadas. Outrossim, o aumento do desmatamento citado por Marina Silva na área de abrangência da BR-319 “só com a divulgação da pavimentação de parte da rodovia BR-319” (TV Senado, 2023) mostra a falta de políticas públicas voltadas para o combate de ilícitos ambientais. Isto é problematizar a síntese de algo que é dito, mostrando que não se justificam por si mesmas (Foucault, 2000).

O estudo não se esgota aqui. Está em andamento e compõe parte da dissertação de mestrado com elaboração em curso.

## Referências

CARVALHO, A. (Org.). As alterações climáticas, os media e os cidadãos. Coimbra: Grácio. 2011.

DAGMAR, E.; PARAÍSO, M. (orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas Belo Horizonte: Mazza, 2012.

DNIT - EIA. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Rodovias/BR%20319%20AM%20segmento%20entre%20os%20km%20250%20e%20km%20655>. 2021. Acesso em 26/10/24.

DNIT – Rima. 2021.

FISCHER, R. M. B. “Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na Tv. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, UFSC, v.9, n.2, p.586-599, 2001.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal,1993.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Rabinow, Paul; Dreyfus, Hulbert. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRANCO, A. C. F.; LEMOS, C. S. Algumas interrogações sobre o sistema de comunicação no Brasil: mídia e relações de poder, saber e subjetivação. In: Barbaroi, n. 38, Santa Cruz do Sul, jun. 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100005). Acesso em: 24.10.2024

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, n. 22, v. 2, jul./dez. 1997, p.15-46;

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. Fundamentos de metodologia científica 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LOOSE, E.; LIMA, M; CARVALHO, A. Estudo dos enquadramentos sobre mudanças climáticas no jornal brasileiro Gazeta do Povo. In: PINTO COELHO, Z.; ZAGALO, N. (Org.). Comunicação e Cultura. III Jornadas Doutorais, Ciências da Comunicação e Estudos Culturais. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, p.139-156, 2014.

OLIVEIRA NETO, T.; NOGUEIRA, R. J. B. Por uma integração rodoviária da Amazônia. Revista de Geopolítica, v. 7, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2016.

PORTAL TUCUMÃ. Vídeo: ‘Apenas para passear de carro’: Marina Silva dispara falas polêmica.2023. Disponível em: <https://portaltucuma.com.br/video-apenas-para-passear-de-carro-marina-silva-dispara-falas-polemicas-sobre-a-br-319-me14/>. Acesso em 19.10.2024;

RADAR AMAZÔNICO. Enquanto Amazonas fica isolado do Brasil, Marina Silva diz que BR-319 é para “passear de carro”.2023. Disponível em: <https://radaramazonico.com.br/enquanto-amazonas-fica-isolado-do-brasil-marina-silva-diz-que-br-319-e-para-passear-de-carro/>. Acesso em 19.10.2024;

SCHUCK, K.; ZAGO, L. F. Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Âmbitos. Revista Internacional De Comunicação, (52), 124–139. <https://doi.org/10.12795/Ambitos>. 2021.

SCHUDSON, M. The sociology of news.2.ed. New York/London: W. W. Norton & Company, 2011.

TV A CRÍTICA. Marina Silva critica obras da BR-319. 2023.1 vídeo (8 minutos e 11 segundos). Canal do Youtube da TV A Crítica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oh0Ofp82d54> . Acesso em 26/10/24.

TV SENADO. CPI das ONGs ouve ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.2023.1 vídeo (6:13:18). Canal do Youtube da TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MgpwDwWyU3Y>. Acesso em 26/10/24.

UM SÓ PLANETA. Alemanha e EUA alertam Brasil contra uso do Fundo Amazônia para pavimentar estradas.2024. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2024/01/11/alemanha-e-eua-alertam-brasil-contra-uso-do-fundo-amazonia-para-pavimentar-estradas.ghtml>. Acesso em 20.10.2024;

VEIGA-NETO, A. Foucault & Educação. Foucault & a Educação. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WOLF, M. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença. 1985.

# **O processo de iniciação do Novo Ensino Médio Indígena na Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana**

Sabrina Albuquerque

Renan Albuquerque

Sarah Pinheiro Barbosa

## **RESUMO**

O texto aborda com brevidade a formação do Ensino Médio no Brasil e no Amazonas. A narrativa é contextualizada com foco na educação indígena, que enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura, a carência de materiais didáticos e o desrespeito às culturas locais. Nessa seara, ponderamos que políticas recentes, como a implementação do Novo Ensino Médio, trouxeram tanto oportunidades quanto desafios, sobretudo para comunidades originárias. O caso da Aldeia Kassawá, em Nhamundá/AM, exemplifica a precariedade da infraestrutura educacional e a necessidade de maior adaptação cultural. Assim sendo, é proposto olhar crítico para essa singularidade, tendo em vista avaliar em que medida a valorização de ancestralidades e cosmovisões nativas promovem inclusão e equidade.

## **Palavras-chave**

Educação Indígena; Novo Ensino Médio; Cosmovisões; Escola Hixkaryana.

## **Introdução**

A história do Ensino Médio no Amazonas e do Ensino Secundário no Brasil apresenta marcos importantes. Entre esses eventos, destacam-se: a Reforma Educacional Capanema, de 1942, ano em que o Ensino Médio foi oficialmente instituído no Brasil. A reforma trouxe diretrizes à educação secundária, preparando a juventude para o mercado de trabalho ou o ensino superior. No Amazonas, o Instituto de Educação do Amazonas (IEA), na década de 1990, funcionou como centro de excelência profissional com foco na formação técnica e pedagógica. Em 2002, a instituição passou a oferecer exclusivamente o Ensino Médio e, em 2009, tornou-se escola-piloto de Ensino Médio em Tempo Integral, ampliando o tempo de permanência de alunos e integrando métodos pedagógicos.

O Liceu Provincial Amazonense, fundado em 1864, é a instituição mais antiga do Amazonas e uma das dez mais longevas do Brasil. Foi substituído pelo Gymnasio Amazonense, criado pelo Decreto Estadual 34, de 13 de outubro de 1893. Ao longo de mais de um século, consolidou-se como um dos pilares da educação no Estado, contribuindo para a formação de gerações de amazonenses. O Gymnasio Amazonense, em 1925, recebeu o nome de Pedro II, em homenagem ao último imperador do Brasil. No entanto, em 1938, retornou ao nome original de Ginásio Amazonense, atendendo recomendação do Ministério da Educação, que visava padronizar nomenclaturas de escolas públicas. Seis anos mais tarde, em 3 de dezembro de 1975, adotou-se o nome Colégio Amazonense D. Pedro II, utilizado até hoje.

O Ensino Médio era, anteriormente, conhecido como Segundo Grau. A mudança de nomenclatura reflete reformas educacionais que o Brasil vivenciou nas últimas décadas para modernizar e democratizar o acesso à educação. O acesso público e gratuito ao Ensino Médio consolidou-se a partir de 2013 e se tornou dever do Estado assegurar a universalização dessa etapa educacional, ampliando oportunidades a jovens brasileiros. No entanto, o sistema educacional no Amazonas, especialmente no que tange à educação indígena no Ensino Médio, reflete grandes influências culturais, sociais e políticas, incluindo-se controvérsias e atrasos. O Amazonas é região coberta por florestas tropicais e habitada por diversas comunidades indígenas, possuindo cenário educacional único e desafiador.

Historicamente, a educação indígena na região foi negligenciada e a inclusão de povos originários no sistema educacional formal enfrentou obstáculos. A educação nas comunidades indígenas foi, por muito tempo, marcada por abordagem assimilacionista que não respeitava diversidade cultural e necessidades específicas. A Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar tem sido o órgão responsável por elaboração e execução de políticas educacionais para a educação indígena no Ensino Médio, bem como na adaptação das práticas pedagógicas ao longo do tempo. Partindo dessa conjuntura, o texto explora narrativas históricas sobre o Ensino Médio voltado a etnias localizadas em território amazonense, considerando desde os primeiros esforços para incluir a educação indígena como pauta de importância no debate político as recentes reformas de

base, incluindo a implementação do Novo Ensino Médio.

## **Do Segundo Grau ao Novo Ensino Médio: como pensar a educação indígena**

Nos anos 1960 e 1970, a educação indígena no Amazonas estava em seus primórdios. Escolas nas áreas rurais eram escassas e, quando existiam, ofereciam currículo que não considerava cultura, língua e modos de vida de nativos. Políticas educacionais, durante o período, eram centradas na assimilação cultural, com pouco reconhecimento de particularidades. A partir da década de 1980, começaram a surgir movimentos e pressões para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa da educação indígena.

A Constituição Brasileira de 1988 foi um marco importante nesse sentido, garantindo o direito à educação em função do respeito a cosmovisões e línguas. A criação do Ministério da Educação (MEC) e a promulgação de leis específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, também desempenharam papéis cruciais na mudança do cenário educacional. Entendeu-se não ser suficiente lutar pelos direitos à terra. Era dever também assegurar a sobrevivência de territórios que protegessem o meio ambiente por meio de iniciativas sustentáveis e, com isso gerassem fomento a saberes tradicionais.

Após extensas discussões entre os povos indígenas, foi estabelecida a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), elaborada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A ação se desdobra em iniciativas como o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), que visa manter conhecimentos ancestrais mesmo em um mundo em constante mudança. Segundo comunicado da Fundação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, o objetivo é “organizar e fortalecer parcerias para o bem viver” (Foim, 2019). Nesse cenário, pesquisar sobre desafios do Novo Ensino Médio em escolas estaduais indígenas, especialmente na Escola Estadual Hixkaryana, com foco na informação, comunicação e cultura, cremos ser atividade contributiva para debates sobre a temática.

A pesquisa tem como foco avaliar progressos, retrocessos, obstáculos e oportunidades dessa política para garantir direitos de

povos indígenas. Tanto porque a compreensão sobre a educação escolar indígena tem se desenvolvido ao longo de anos, envolvendo complexidades em assembleias de movimentos indigenistas e indígenas voltados à educação. Desde encontros informais até grandes reuniões, o conhecimento sobre a educação indígena está a ser construído e aprofundado ao longo do tempo. Implementação e busca pela eficácia das políticas públicas, conforme expectativas dos povos indígenas, é um grande desafio para os setores governamentais de educação.

Frequentemente, gestores desconhecem ou não dominam legislações específicas para a educação escolar indígena, limitando-se a seguir diretrizes do sistema educacional nacional. Entretanto, são pressupostos direcionadas para escolas não indígenas. Como resultado, muitos sistemas de ensino têm oferecido uma educação que não é pensava a partir de bases nativas. Sobre o tema, Weigel (2000, p. 165) aborda o conceito de “escolas de branco em malocas de índios”, ou escolas não idiossincrásicas, um modelo pedagógico imposto pela Base Nacional Comum Curricular e pelo Novo Ensino Médio que não respeita as diretrizes da Educação Escolar Indígena por falta de familiaridade (Id., *op. cit.*).

A Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc) do Amazonas trabalha para adaptar políticas e práticas de modo a atender necessidades de comunidades. São metas i) o desenvolvimento de currículo bilíngue, ii) a formação de professores indígenas e iii) a criação de escolas diferenciadas. As medidas tendem a promover educação que não apenas respeita, mas também valoriza a riqueza cultural. Muito embora haja avanços, o caminho para uma educação indígena de qualidade no Amazonas ainda se encontra repleto de desafios. Entre os principais, estão falta de infraestrutura, carência de materiais didáticos específicos e necessidade de capacitação contínua para professores.

Ademais, a integração de aspectos culturais e linguísticos no currículo exigem esforço para superar barreiras institucionais. É necessário esforços para enfrentar esses entraves por meio de parcerias com organizações não governamentais e com as próprias comunidades indígenas. Igualmente programas de formação especializada a professores, criação de materiais didáticos adaptados e construção

de escolas próprias a necessidades de comunidades são passos importantes. Além disso, a promoção de ambiente educacional inclusivo e respeitador de tradições e modos de vida indígenas é fundamental para o sucesso das iniciativas.

O Ensino Médio brasileiro foi conhecido por muito tempo como etapa da escolaridade com funções propedêuticas e de conclusão de estudos. Porém, não se restringe a concepções limitadas de significado e mostra-se primordial por muitas razões, principalmente devido ao fato de que é o momento na vida de um estudante em que ele pode aprender a se envolver em uma variedade de assuntos e atividades. Na contemporaneidade, na etapa do Ensino Médio alunos têm oportunidade de experienciar componentes tecnológicos que ajudam a determinar suas preferências profissionais. Adicionalmente, o Ensino Médio prepara estudantes em áreas muito além do currículo da sala de aula, já que esta etapa implica na formação dos estudantes para a pesquisa, escuta, colaboração, liderança, criatividade e inovação, esforço e trabalho consistentes e prolongados em atividades extras, além de debates de temas importantes.

É de extrema relevância destacar que a universalização do Ensino Médio é garantida pela Constituição Federal de 1988, o que iniciou diversos debates sobre como atingir a toda uma camada estudantil, bem como refletir em que medida transformações advindas do processo atendem às reais necessidades do alunado brasileiro. Em suma, a oferta diferenciada para diversos perfis de estudantes busca não somente o atendimento, mas paralelamente, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos inerentes à preparação básica para cidadania e trabalho.

A reforma do ensino médio, com a implementação do Novo Ensino Médio, representou uma transformação significativa no cenário educacional brasileiro e teve implicações importantes para a educação no Amazonas, incluindo a educação indígena. A nova abordagem curricular foi estabelecida pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e trouxe mudanças estruturais com o objetivo de tornar o ensino médio mais flexível e alinhado às necessidades dos estudantes.

No presente, o Novo Ensino Médio parece introduzir uma divisão entre o núcleo comum e os itinerários formativos, permi-

tindo que estudantes escolham áreas de aprofundamento de acordo com interesses e aspirações. A mudança visou aumentar a relevância do currículo e preparar alunos para o mercado de trabalho e para o ensino superior de forma mais efetiva. Somente em 2022, o Novo Ensino Médio começou a ser implementado gradualmente com uma carga horária maior e diferentes possibilidades de formação nas escolas públicas e privadas.

O modelo trouxe organização curricular e ampliação da carga horária, que era de 800 horas e passou para 1000 horas anuais. Para os estudantes indígenas no Amazonas, a implementação do Novo Ensino Médio pode gerar tanto inovações quanto dificuldades. Por um lado, a flexibilidade do currículo permitiu que escolas e comunidades indígenas adaptassem itinerários formativos a realidades e interesses. Por outro lado, a transição para o modelo exigiu ajustes nas práticas pedagógicas e na formação de professores.

A implementação do Novo Ensino Médio no Amazonas, porém, especialmente nas áreas com populações indígenas, não está isenta de desafios. Entre problemas enfrentados, os mais prementes são a necessidade de infraestrutura adequada, a continuidade do suporte pedagógico e a adaptação das práticas educacionais às realidades locais. A capacitação de professores e a criação de recursos educacionais relevantes a alunos indígenas são pontos críticos.

Para o futuro, a subárea de informação e comunicação e museologia é parte interessada no processo de reconstituição educacional, tendo em vista o contínuo investimento em estratégias que garantam inclusão e valorização da cultura indígena no Novo Ensino Médio. Sobretudo porque a pandemia da covid-19 prejudicou gravemente a educação escolar indígena no Amazonas, impactando negativamente tanto aspectos pedagógicos quanto administrativos e sociais. Os sistemas de ensino não conseguiram desenvolver estratégias eficazes e ainda enfrentam dificuldades para reverter os efeitos das interrupções ocorridas em 2020 e 2021. O futuro da educação no Amazonas dependerá da capacidade de continuar a inovar e adaptar as práticas educacionais de forma a atender às necessidades diversificadas dos estudantes.

## O caso da aldeia Kassawá, no extremo leste do Amazonas

A educação em comunidades indígenas no Amazonas, especialmente no Ensino Médio, enfrenta desafios decorrentes de fatores socioeconômicos, logísticos e culturais. A aldeia Kassawá, na zona rural do município de Nhamundá/AM, ilustra a realidade. Localizada a mais de 500 km de Manaus por rotas fluviais e terrestres, a aldeia abriga a Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana.

A partir de dados do Censo Escolar 2023, a infraestrutura da escola reflete limitações típicas de áreas isoladas. Com 18 professores, a escola carece de recursos básicos como biblioteca, laboratórios de ciências e informática, quadra esportiva, água tratada e energia elétrica. Além disso, o acesso à tecnologia é limitado, sem internet ou computadores disponíveis para alunos. As condições comprometem a qualidade do ensino e dificultam a inserção dos estudantes no cenário educacional mais amplo.

O indicador de distorção idade/série revela que no Ensino Médio 12,1% dos alunos apresentam atraso escolar significativo, com maior incidência no 1º ano (25%). Os dados descrevem dificuldades de acesso quanto a barreiras culturais e socioeconômicas que impactam o progresso acadêmico. A escolaridade dos responsáveis pelos alunos, em sua maioria restrita ao Ensino Fundamental, também influencia no desempenho, reforçando a necessidade de estratégias pedagógicas específicas para comunidades indígenas. Além das questões estruturais, é essencial considerar o papel da escola como espaço de valorização e fortalecimento da identidade indígena.

Como vimos salientando desde o início deste *paper*, a educação deve equilibrar a preservação das tradições locais com a preparação para desafios contemporâneos. A integração de conteúdos que respeitem a cultura Hixkaryana e promovam habilidades práticas para a realidade local pode ser solução eficaz. De modo que, ao analisar o caso da “Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana”, de Nhamundá/AM, percebe-se que a educação em comunidades indígenas vai além da sala de aula. Trata-se de instrumento de transformação social, preservação cultural e fortalecimento de identidades locais. Assim sendo, políticas eficazes nesse contexto podem transformar desafios em oportunidades, construindo um futuro mais justo para essa etnia no extremo leste amazonense.

Para referenciar o disposto, exibimos no que segue tela do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (Sigeam), utilizado pela Seduc/AM para o gerenciamento de vagas escolares. Ele mostra informações detalhadas sobre a composição de turmas e disponibilidade de alunos na referida escola para o ano letivo de 2024.

Imagem 1. Tela do Sigeam para o ano letivo de 2024.

PRODIM - PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS (PRODUÇÃO) 09/09/2024

GESC/GERVAGA 0001/0007 Resumo de Vagas 001/001

Ano: 2024 Escola: 7693 - EE POVO IND HEXKARYANA Seq.Mat: 1 PRIMEIRO  
 Qtde Salas: 7 Permanentes: 7 Fora: 0 Ociosas M: 0 V: 0 N: 0 I: 0

Ensino/Projeto	T Fase	TUR	CAPP	CAPP	CAPA	ALUM	DPEN	CAPP	EXC	VAGA	VD
087 ENS. MEDIO INDIGENA	V 3 SERIE	1	35	45	35	12	0	23	0	23	2
091 E.FUND. IND.6-9	V 6 ANO	1	40	45	40	9	0	31	0	31	2
091 E.FUND. IND.6-9	V 7 ANO	1	40	45	40	10	0	30	0	30	2
091 E.FUND. IND.6-9	V 8 ANO	1	40	45	40	7	0	33	0	33	2
091 E.FUND. IND.6-9	V 9 ANO	1	40	45	40	4	0	36	0	36	2
100 EM NEM INDIGENA	V 1 SERIE	1	40	45	40	3	0	37	0	37	2
100 EM NEM INDIGENA	V 2 SERIE	1	40	45	40	8	0	32	0	32	2

Comando ==> - PA2 Encerra  
 PF 1 Ajuda 2 Menu 3 Sistemas 4 Retorna 5 6 Imprime  
 7 -Pagina 8 +Pagina 9 10 Selecao 11 12

Digite aqui para pesquisar 33°C Enlazarado POR 10:25 09/09/2024

Fonte: Registro particular.

A imagem apresenta o Sistema Integrado de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM) que fornece resumo essencial de vagas e matrículas na Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana, refletindo a organização administrativa e pedagógica desta instituição voltada à educação em territórios indígenas. Para compreender plenamente sua relevância, é necessário explorar diferentes elementos da tela em vigor implicados no contexto da educação indígena no Amazonas e no papel desse sistema em apoio às comunidades.

A imagem sublinha um resumo das vagas para o ano de 2024 na Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana, identificada pelo código 7693. A instituição atende alunos indígenas da etnia Hixkaryana, dividindo-se em turmas de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio. Os dados exibem número de salas com sete unidades

permanentes e disponíveis, sem nenhuma ociosa. As turmas estão organizadas de acordo com a fase de ensino, série e turno, abrangendo desde o 6º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio. A imagem, em suma, apresenta informações sobre a estrutura da escola de atendimento dos alunos em suas respectivas turmas: (CAPF - Capacidade Física e CAPP - Capacidade Pedagógica), (ALUM - Quantidade de Alunos), vagas remanescentes (VAGA) e (VD - Vaga para alunos deficientes).

Os dados permitem acompanhar de forma transparente o preenchimento das turmas e a necessidade de expansão ou reorganização do atendimento educacional. A escola Hixkaryana representa uma iniciativa de integração entre educação formal e o respeito às tradições indígenas, tendo o grande desafio de promover aprendizado acadêmico enquanto preserva a identidade cultural da comunidade.

No caso do Ensino Fundamental Indígena, há quatro turmas de Ensino Fundamental e estão alocadas para atender ao 6º, 7º, 8º e 9º anos. Cada turma tem capacidade para 40 alunos e o preenchimento atual está entre 7 e 10 alunos por sala. A disponibilidade de vagas (“VAGA”) reflete a possibilidade de atender novos alunos, porém a baixa densidade demográfica, característica das comunidades indígenas da região Amazônica devido à dificuldade de logística do transporte escolar, impede o acesso de outras localidades do povo Hixkaryana.

Em relação ao Ensino Médio, foi implementado a partir de 2014, com apenas uma turma de 1ª série com atendimento de 48 alunos. Uma década depois, em 2024, a escola apresenta matrículas em todas as séries da etapa do referido ensino. No entanto, uma única turma de 3ª série que ainda está no Ensino Médio convencional, com capacidade para 45 alunos, possui 12 alunos matriculados, deixando 23 vagas disponíveis. Isso indica demanda potencial menor ou desafios específicos na retenção de estudantes neste nível.

O Novo Ensino Médio contempla as turmas de 1º ano e 2º ano, mas ainda sem muitas informações sobre a forma de implementação das novas estruturas pedagógicas em língua indígena. Assim sendo, garantir que o currículo escolar inclua elementos da cultura Hixkaryana é essencial para que alunos se sintam representados e

motivados a concluir sua educação.

Os dados do Sigeam mostram ainda a baixa demanda de alunos no processo de iniciação do Novo Ensino Médio Indígena na Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana e são problemáticos, pois apresentam desafios que refletem tanto questões estruturais quanto socioculturais. Uma dessas questões faz referência ao fato de que muitos jovens indígenas enfrentam barreiras para frequentar a escola, como a necessidade de ajudar em atividades econômicas da comunidade, o que incita deslocamentos longos com observância de falta de infraestrutura adequada. Além disso, a desconfiança em relação a uma educação que, historicamente, pouco valorizou os saberes indígenas pode desmotivar famílias a incentivar a frequência escolar.

Considerando as interveniências dispostas, nosso trabalho vai ponderar e refletir sobre a ausência de currículos que integrem plenamente conhecimentos tradicionais e não tradicionais. Ponto crítico a ser avaliado é a falta de profissionais capacitados e sensíveis às especificidades culturais do povo Hixkaryana, o que pode gerar percepção de que a escola não reflete realidades nativas.

No estudo do problema, teremos como hipótese a proposta de que políticas públicas precisam se fazer valer para o fortalecimento da formação de professores indígenas, melhorando a infraestrutura escolar e promovendo diálogo constante com a comunidade para superar barreiras educacionais. A implementação do Novo Ensino Médio indígena, portanto, pode ter alto potencial para transformar realidades dentro da Amazônia profunda, mas exige ações conjuntas entre governo, comunidade e escola para ampliar a adesão de jovens em processos educacionais e garantir que seja significativa a experiência.

Em suma, cremos que a dinâmica de efetivação do Novo Ensino Médio indígena na Escola Estadual Povo Indígena Hixkaryana tende a representar um marco na valorização de identidades culturais e cosmovisões que respeitem saberes tradicionais e viabilizem a construção de educação inclusiva e contextualizada, atendendo a especificidades do povo Hixkaryana e promovendo a formação cidadã dos jovens.

## Referências

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC-AM), 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e estabelece a reforma do ensino médio.

CENSO ESCOLAR 2023. Dados sobre infraestrutura e distorção idade-série no Brasil.

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). 2019.

WEIGEL, V. Educação indígena: perspectivas e desafios no contexto amazônico. Manaus, 2000.

# **Amor, racismo e ciência: reflexões sobre as vivências femininas negras na Amazônia**

Adriano Barbosa Silva

Ítala Clay de Oliveira Freitas

## **RESUMO**

O objetivo deste capítulo consiste em discorrer a respeito das relações entre amor e racismo que atravessam as trajetórias de mulheres negras na Amazônia, a partir da revisão de produções científicas e culturais. Metodologicamente dispõe-se a uma revisão da literatura, do tipo narrativa, no portal Capes Periódicos, com o intuito exploratório acerca dos materiais que já foram publicados e que orientam para avaliações críticas sobre o progresso das pesquisas na temática abordada. Parte-se do pressuposto de que a ideia e o exercício do amor para pessoas pretas surge como uma alternativa de resistência contra determinadas faces do racismo, por se basear na busca pela valorização de corpos pretos, o que ajuda romper com construções históricas e sociais que operam pela estigmatização dos indivíduos. Espera-se como resultados a visualização de uma lista preliminar de textos científicos que possam auxiliar no desenvolvimento do tema.

**Palavras-chave:** Amor. Racismo. Mulheres Negras. Amazônia.

## **ABSTRACT**

*The objective of this chapter is to discuss the relationships between love and racism that permeate the trajectories of black women in the Amazon, based on a review of scientific and cultural productions. Methodologically, a narrative review of the literature is available on the Capes Periódicos portal, with an exploratory aim regarding the materials that have already been published and that guide critical assessments of the progress of research on the topic covered. It is based on the assumption that the idea and exercise of love for black people emerges as an alternative of resistance against certain faces of racism, as it is based on the search for the valorization of black bodies, which helps to break with historical and social constructions that they operate by stigmatizing individuals. The results are expected to be the visualization of a preliminary list of scientific texts that can assist in the development of the topic.*

**Keywords:** Love. Racism. Black Women. Amazon.

## Introdução

Amazônia. Sua notável extensão territorial de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados abarca nove países da América Latina, cuja imensidão exuberante em fauna e flora fez-se inventar uma imagem fantástica no imaginário de observadores externos que enxergavam e ainda enxergam a floresta amazônica como fonte paradisíaca de recursos naturais inesgotáveis, sem contar com os mistérios desconhecidos que a mata e os rios guardam. Todavia, a Amazônia não se apresenta como um ambiente inóspito e vazio. Na verdade, e pelo contrário, o bioma serve de berço para grupos étnico-raciais diversos, línguas e dialetos múltiplos e culturas variadas que constroem contatos e encontros específicos da territorialidade amazônica.

Para além de demais opressões e violências que não devem ser ignoradas, o processo de colonização brasileira foi capaz de alterar saberes e mentalidades de maneira profunda e, no caso da Amazônia, fez assentar no senso comum oriundo de construções históricas e sociais que o território em questão é ocupado apenas por povos indígenas. Povos estes que, conforme o projeto colonizador citado, foram – e continuam sendo – assassinados e exterminados a fim de subtrair da floresta os seus guardiões mais antigos. Sem negar a presença destes que, inclusive, passam desde a chegada dos invasores europeus por estratégias de exclusão, apagamento e genocídio, a Amazônia apresenta variedade de experiências sociais, culturais e históricas que contam com influências locais (indígenas), estrangeiras e, em especial, africanas e afro-brasileiras.

Durante a ocupação da Amazônia pelos colonizadores a partir do século XVI, houve a demanda por mão-de-obra o que veio a colocar originados em sistemas de escravização e a trazer africanos escravizados por meio do tráfico transatlântico. Em comparação com as cidades litorâneas do Nordeste e do Sudeste brasileiro nos séculos pré-abolição, os números da entrada de negros escravizados na região amazônica não foi tão significativo, mas isso não quer dizer que a presença destes indivíduos pode ser ignorada e silenciada (Sampaio, 2011), afinal, por meio de sua agência e seus mecanismos de resistência, estes contribuíram de forma contundente para a mul-

tipicidade cultural da Amazônia. Como aponta Guimarães (2020, p. 84):

Na Amazônia, nem o negro africano e nem o indígena foram descartados enquanto mão de obra escrava, tendo sido ambos livremente explorados. Todavia, se observa um silenciamento quanto à presença do negro nessa região. A presença do negro na Amazônia é registrada comumente por pesquisadores amazônidas que inquietos com tal ausência passam a se debruçar e perquirir os caminhos trilhados pelos negros africanos e influências exercidas por estes na constituição do que hoje compreendemos ser uma cultura própria da Amazônia, percebendo a sua presença na dança, na culinária, nos sotaques e na religião.

Para visualizar o panorama étnico-racial da Amazônia brasileira na contemporaneidade, verifica-se que 65,2% (17.373.150) das 26.650.798 pessoas residentes se declararam pardas; 22,3% (5.952.829), brancas; 9,9% (2.625.999), pretas; 3,3% (868.419), indígenas e 0,2% (45.801) se declararam amarelas. Portanto, as pessoas negras (pretas e pardas) na Amazônia são uma presença majoritária representando mais de 75% da população.<sup>1</sup> Deste número, as mulheres negras amazônidas constituem mais de 37% (9.961.794) da população.<sup>2</sup>

Considerando a reafirmação da presença negra na Amazônia, em especial de mulheres afro-amazônidas, o objetivo do capítulo consiste em discorrer a respeito das relações entre amor e racismo que atravessam as trajetórias destas mulheres, a partir da revisão de produções científicas. Metodologicamente dispõe-se a uma revisão da literatura, do tipo narrativa, no portal Capes Periódicos, com o intuito exploratório acerca dos materiais que já foram publicados e que orientam para avaliações críticas sobre o progresso das pesquisas na temática abordada. Para tanto, propõe-se uma discussão sobre a ideia e o exercício do amor para pessoas negras como um mecanismo de resistência contra determinadas faces do racismo, por se basear na busca pela valorização de corpos pretos, o que ajuda romper com construções históricas e sociais que operam pela estigmatização dos indivíduos. Em seguida, apresentar-se-ão artigos encon-

1 Dados do Censo Demográfico de Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022.

2 Ibidem.

trados que versam sobre a temática dentro do contexto amazônico. Espera-se como resultado a visualização de uma lista preliminar de textos científicos que possam auxiliar no desenvolvimento do tema.

## Mulheres negras e o amor

O conceito de raça, segundo Guimarães (1999, p. 9-10 *apud* Carneiro, 2023, p. 20), consiste num dado que não corresponde a nenhuma realidade natural, tratando-se, portanto, de ferramenta criada para classificação social baseada na construção de ideias negativas acerca de certos grupos sociais como algo fixo e endodeterminado. Com isso, o racismo expressa maneira específica pela qual se naturalizam diferenças pessoais, sociais e culturais entre grupos, compreendendo diferenciações como naturais quando, na verdade, são construídas. A concepção foi utilizada enquanto pseudociência pela supremacia branca para legitimar os próprios privilégios simbólicos e materiais que servem de instrumentos de dominação, exploração e exclusão contra grupos étnico-raciais subalternizados.

No cerne da sustentação do ideário racista está a capacidade de normalizar a concepção negativa sobre o Outro. No Brasil e em outras partes do globo, o colonialismo caracterizado pela diáspora africana forçada produziu um Eu hegemônico (o branco colonizador, detentor do poder e criador da norma) que se afirma mediante a negação do Outro (o negro oprimido, colonizado, subalternizado e diferente). Dentro da invenção deste paradigma ontológico, os brancos jogaram sobre si a superioridade de todas as virtudes à medida em que relegaram o estigma, a desonra e a inferioridade sobre as populações negras (Carneiro, *op. cit.*, p. 31). Sobre isso, Grada Kilomba (2020, p. 30) complementa:

No mundo conceitual *branco*, o *sujeito negro* é identificado como o *objeto "ruim"*, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável - permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (grifos de autores)

Conforme tal sistema de opressão e sofrimento, as pessoas negras são percebidas através de óticas como a infantilização, a primitivização, a incivilização, a animalização e a erotização que se traduzem em experiências cruéis e cotidianas nas biografias destes indivíduos (*Ibidem*, p. 63-68).

No caso das mulheres negras, elas se tornam alvos de violências interseccionais que aglutinam e potencializam as consequências do sexismo e do racismo sobre seus corpos, seus espíritos e suas mentalidades. Esta conjuntura injusta apresentada se torna mais evidente uma vez que opressões vivenciadas por elas interagem e se entrecruzam, ou seja, de acordo com a interseccionalidade (Crenshaw, 2002)<sup>3</sup>, estas mulheres são atravessadas, a priori, pelo sexismo e pelo racismo, podendo vivenciar opressões advindas de outros recortes e outras dominações de poder.

Dessa forma, fica evidente que gênero e raça não são categorias separáveis e muito menos homogêneas, pois cada pessoa possui seus respectivos marcadores de diferença social que devem ser levados em consideração quando se pretende compreender a complexidade das problemáticas em torno de seu grupo social, ou seja, por exemplo, as experiências de uma mulher branca vão ser profundamente distintas das vivenciadas por uma mulher negra. Estas, por exemplo, desde a abolição do sistema escravagista, permanecem situadas em atividades informais desvalorizadas e na exploração do trabalho doméstico. No lar, chefiam sozinhas suas famílias nas localidades periféricas das cidades. São os rostos do sistema prisional feminino, das vítimas da violência de gênero e das usuárias de políticas de assistência social.

Quando a discussão acima se desloca para o território amazônico, as experiências femininas negras amazônidas possuem a territorialidade como outro recorte interseccional latente que sublinha outros marcadores de diferença social. Para além das desigualdades de gênero e da supremacia racista, as mulheres negras na Amazônia

---

3 Segundo Kimberlé Crenshaw, "... interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento" (Crenshaw, 2002, p.177).

brasileira precisam lidar com a marginalização e o silenciamento sofridos historicamente pela região que continua retratada no imaginário social como um lugar selvagem, atrasado e distante. Sem contar que, ao contrário das visões carregadas de estereótipos, a região amazônica abriga experiências femininas múltiplas que, por sua vez, também vão delimitar trajetórias diversas dentro do mesmo território, logo, a mulher negra amazônida também não é uma categoria única e homogênea como irá se observar mais frente neste capítulo.

Frente ao exposto, nossa inquietação fundamental aqui é a seguinte pergunta: considerando as opressões racistas vivenciadas por mulheres negras amazônidas, como se dão as relações de amor dessas mulheres e como esta problemática está sendo trabalhada cientificamente? Todavia, antes desta, se faz necessário discutir como as pessoas negras experienciam o amor dentro de um sistema racista. Segundo Hooks (2010), a escravidão alterou formas de amar de sujeitos negros afinal como fazer o amor prevalecer quando se testemunha seus filhos serem vendidos e seus companheiros, amigos e familiares serem açoitados? Assim, reprimir seus instintos emocionais torna-se uma chave de sobrevivência social e, com a abolição da escravatura, essa prática se mantém acompanhada de heranças coloniais que condicionaram estes sujeitos negros a replicarem as dinâmicas de poder vistas no engenho dentro de suas trajetórias pessoais modernas.

O racismo e a supremacia branca são capazes de desarticlar as variadas formas de poder na cultura dos seus oprimidos que podem vir a fornecer energia para provocar mudanças. A pensadora feminista Patrícia Collins (2019, p. 360-362) afirma que sistemas de opressão operam de acordo com a corrupção e a distorção dos sentimentos básicos que os seres humanos nutrem uns pelos outros. Portanto, para que os poderes de domínio se perpetuem é imperativo que haja afetos tristes e disfuncionais. Ao semear inferioridade e autossabotagem em homens e mulheres negras, o sistema racista produz oprimidos sem integridade, sem autoestima e sem amor-próprio.

É fundamental que o modo como eles [sujeitos negros] se relacionam seja alterado e direcionado ao modo como deseja a estrutura colonial. Afetos construídos de modo saudável representam um núcleo simbólico de paz para os sujeitos;

sujeitos com paz podem pensar, e sujeitos pensantes que exerçam a conscientização crítica dificilmente aceitarão a desapropriação de seu estado de vida. Por isso, coibir seus relacionamentos é uma maneira profundamente eficaz de condicionar corpos a modelos sociais desejados (Medrado, 2022).

Como amar neste cenário? Aqui, vale dizer que a compreensão do amor não se reduz a relações afetivo-sexuais, mas se amplia para englobar também as formas de amor por/entre amigos, familiares, comunidade e até mesmo o amor interior, traduzidas em práticas de “cuidado, afeto, reconhecimento, respeito, comprometimento e confiança, bem como comunicação aberta e honesta” (Hooks, *op. cit.*, p. 5). E entender o amor para além da construção sentimentalista e romântica, e enxergá-lo como potência transformadora, como ação e como política. Diante do cenário opressor racista que enxerga no outro um inimigo em potencial que deve ser descartado, trabalhar para que o amor prevaleça simboliza um mecanismo potente de resistência contra uma lógica cruel e violenta que opera para que sujeitos negros nutram desprezo por si e por seus pares. Sobre isso, Hooks (2019, p. 57) complementa: “amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras”.

### **Amor e racismo nas vivências femininas negras na Amazônia: revisando produções científicas**

A metodologia consiste na revisão da literatura disposta no portal Capes Periódicos a fim de explorar materiais acadêmicos publicados acerca da temática da relação entre amor e racismo nas vivências de mulheres negras amazônidas. Para tanto, o processo de coleta dos dados começou com a busca de publicações a partir de palavras-chave. A princípio, utilizou-se os termos “amor”, “racismo”, “mulheres negras” e “Amazônia”, um conjunto de vocábulos que aponta para as especificidades da discussão proposta aqui. Contudo, não se obteve resultados. Foi decidido, em seguida, verificar a busca retirando a palavra “amor” e, com isso, o portal apresentou dez itens. E subtraindo os termos “amor” e “racismo”, auferiu-se 44

resultados.<sup>4</sup> Com esta última coleta, e a partir da compreensão do sentido mais amplo do ato de amar, optamos pela leitura e revisão destes artigos a fim de encontrar discussões que falassem sobre o amor ainda que esta não seja a temática principal dos artigos afinal o termo não aparece nos títulos e nem sua utilização no mecanismo de busca surtiu algum efeito. Foi possível localizar tal discussão em sete artigos dispostos.

Publicado pela professora paraense Joana Machado, em 2022, *“As antigas que dizem”*: *mulheres quilombolas educam e se educam em um movimento transgressor ancestral* examina a organização política das mulheres negras do território quilombola do Rio Jambuaçu-Moju, no Pará, e a afirmação do poder feminino nesse contexto. O estudo foca na dimensão educativa, destacando o retorno às formas ancestrais de organização e luta dessas mulheres. O objetivo principal deste trabalho é compreender as estratégias adotadas por elas para estabelecer o poder feminino nas comunidades. A pesquisa investiga os fatores que influenciam a consciência racial e de gênero, além dos processos educativos e saberes construídos, entendidos como pedagogias ancestrais transgressoras.

Neste artigo, a autora traz os depoimentos das mulheres negras quilombolas mencionadas, dentre os quais chama atenção duas passagens. Primeiro, a liderança feminina quilombola Waldirene Castro, da Comunidade do Puacê, informa que as Comadres (uma organização informal de mulheres negras da Região do Rio Moju/PA), são figuras centrais na organização dos partos, na assistência às pessoas doentes e nos cuidados dos cortejos fúnebres dos falecidos. Segundo, a quilombola Guiomar Silva, do Território Quilombola do Jambuaçu, comenta um ocorrido envolvendo os homens do time de futebol masculino da sua comunidade que, ao organizarem uma festa, foram machistas com as mulheres presentes. Em resposta, elas se juntaram e passaram a realizar sua própria celebração que conta com a presença exclusiva de mulheres do território.

Os destaques acima indicam, assim como o artigo citado, que as mulheres negras quilombolas possuem participações ativas nas comunidades amazônicas protagonizando a luta nos territórios pela manutenção dos saberes, a educação, a saúde, a demarcação/titula-

---

4 A coleta de dados e publicações no portal Capes Periódicos no presente capítulo foi realizada entre os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025.

ção das terras, assim como a proteção dos seus territórios. Subvertendo a lógica individualista evidenciada pela dinâmica capitalista neoliberal, o caso das Comadres e das mulheres do Território Quilombola do Jambuaçu fornecem exemplos de solidariedade e do poder da irmandade feminina negra na Amazônia, construindo espaços onde o amor torna-se uma ferramenta política para ajudar o próximo em momentos adversos tanto quanto para dar resposta ao sexismo praticado dentro das comunidades.

Outro exemplo em que se pode observar a solidariedade e a irmandade feminina negra amazônica é no artigo “*Eu Sou Porque Elas São*”: *Resistência e práticas emancipatórias em um coletivo de mulheres negras de Belém do Pará* das pesquisadoras Raissa Nascimento Sousa e Célia Regina Amorim, publicado em 2021, que busca entender as resistências e as práticas emancipadoras do coletivo Pretas Paridas de Amazônia, composto por mulheres negras e autônomas de Belém do Pará, que desenvolvem produtos e serviços ligados às temáticas afroamazônicas. As autoras investigam esse coletivo para destacar que suas formas de organização revelam práticas emancipatórias fundamentadas em ideais de coletividade e solidariedade, como forma de superar as dificuldades estruturais impostas por uma sociedade desigual.

Entre as ações desenvolvidas pelo coletivo e destacadas no estudo, pode-se mencionar que durante o pico da pandemia em 2020, algumas mulheres do coletivo foram infectadas pela covid-19 ou tiveram familiares próximos hospitalizados. Nesse contexto, a dificuldade em garantir os meios de subsistência diários aumentou consideravelmente. Para apoiar essas mulheres, iniciativas como o Festival Exu e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) realizaram a doação de cestas básicas às integrantes que mais precisavam de auxílio financeiro, em especial as mães solo. Outro exemplo de solidariedade ocorreu por meio de uma campanha divulgada no *instagram* pela marca Tinta Preta, um dos empreendimentos do coletivo Pretas Paridas. Em 18 de maio de 2020, a marca anunciou que 50% do valor de cada peça vendida seria destinado à compra de cestas básicas para o coletivo, enquanto a outra metade seria destinada ao suporte financeiro do ateliê, permitindo sua continuidade durante o período de isolamento social.

Outra mobilização do coletivo foi a divulgação de uma rifa solidária, realizada em 1º de novembro de 2021, com o objetivo de arrecadar fundos para a compra de celulares para duas integrantes do grupo que tiveram seus aparelhos furtados ou danificados. A premiação consistiu em cinco produtos doados pelas próprias integrantes do coletivo. Essa ação demonstra que as estratégias de solidariedade e apoio mútuo são contínuas, não se limitando apenas à crise pandêmica que as afetou.

O Pretas Paridas de Amazônia evidencia de maneira explícita que a construção do senso de comunidade entre mulheres negras amazônidas é essencial para superar as condições de opressão social e étnico-racial, além de fornecer um ambiente seguro e saudável para a cura e o autoconhecimento destas mulheres. Segundo Paulo Freire, a liberdade real só é possível em comunhão, junto com o(a) outro(a). Ninguém é capaz de libertar o outro, muito menos de se libertar sozinho. Os oprimidos se libertam em comunhão (*apud* Souza; Amorim. 2021, p. 141). Em diálogo, Hooks diz que o amor é capaz de curar e a cura é um ato de comunhão (2019, p. 195).

Este mesmo senso de comunidade e sua força para combater as violências interseccionais do sexismo e do racismo no contexto amazônico também pode ser observado no coletivo Mulheres que Gingam no Meio do Mundo, movimento social composto por mulheres capoeiristas de diferentes grupos ou associações de capoeira na Amazônia, Estado do Amapá, que luta pela visibilidade e empoderamento nas rodas de capoeira. O coletivo é analisado pelas pesquisadoras Maria Zeneide da Silva e Jeniffer dos Santos Pereira no artigo “*Mulheres que Gingam no Meio do Mundo*”: *capoeiragem feminista em Macapá* publicado em 2022.

O artigo “*As Guardiãs do Saber*”, *Afirmção Identitária e de Resistência: As Mulheres do Samba de Cacete do Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA* da historiadora Daélem Pinheiro aborda as experiências, vivências e o papel das mulheres dentro do samba de cacete, como afirmação identitária e de resistência, enxergando estas mulheres como as guardiãs deste saber ancestral. A pesquisa utiliza-se de entrevistas com mulheres que fazem parte do grupo de samba de cacete Águas Negras, da comunidade quilombola de Igarapé Preto/PA. Aqui, o interesse recai sobre um ponto em comum

presente nas entrevistas apresentadas no estudo: todas as mulheres entrevistadas afirmam que seus primeiros contatos com o samba de cacete se deu por intermédio de suas mães e outros familiares.

Sobre isso, pode-se notar o papel relevante do contato entre mãe e filha para a introdução de novas gerações ao samba de cacete, o que auxilia na memória e na resistência desta manifestação cultural. A maternidade pode ser um espaço de amor, onde saberes e experiências são compartilhados, e também um ambiente em que as mulheres negras encontram formas de se expressar e reconhecer o poder da autodefinição. É um lugar que valoriza a importância de respeitar a si mesmas, busca a autonomia e independência, e fortalece a crença no empoderamento, funcionando como um catalisador para o ativismo social (Collins, *op. cit.*, p. 376-377).

Na pesquisa *A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015)*, publicada em 2019 por Maria de Nazaré da Cruz, a autora, por meio da história oral, analisa a história de vida de três mulheres negras da Amazônia paraense, situadas em lugares considerados como instâncias de poder, ocupados por tempo determinado, com incidência de decisão numa construção hierárquica. Dentre as entrevistadas, o depoimento de Janaina Barbosa Oliveira, 35 anos, mulher negra e lésbica, graduanda em Direito e Secretária Nacional LGBT do Partido dos Trabalhadores (PT), se destaca. Ela diz:

[...] a militância do movimento negro... que me apresenta inclusive o debate étnico-racial do reconhecimento, da autonomia, de se visualizar enquanto mulher negra, da resistência de entender o processo de racismo, e já me consolido também na questão de dizer abertamente para as pessoas quem eu sou, qual é minha orientação, qual é a luta que eu defendo [...]

Com a fala verifica-se que foi a partir do contato com o movimento negro que a Janaina pode reconhecer sua identidade negra e lésbica e afirma-la de maneira positiva longe dos estigmas negativos sobre seu corpo e sua sexualidade. O processo de autoconhecimento e autoafirmação da entrevistada se dá em razão da militância ao lado de seus pares (novamente, a comunidade negra sendo essencial na construção de espaços de afeto e de resistência antirracista), além de

que “a arte e a prática de amar começam com nossa capacidade de nos conhecer e afirmar” (Hooks, *op. cit.*).

Outra produção científica na qual aparecem as questões em torno do corpo, da identidade e da autoestima de mulheres negras amazônidas é o texto *Um manifesto pelo Bem Viver: a Marcha das Mulheres Negras na Amazônia paraense*, de autoria de Thiane de Nazaré Barros, no qual, a partir do Manifesto da Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras 2015, a pesquisadora traz à tona a complexidade epistêmica de uma narrativa que centraliza o pensamento negro amazônida ou afroamazônico e sua legitimidade intelectual.

No manifesto, é destacado que, durante os encontros para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, os depoimentos das mulheres negras afroamazônidas revelaram que, independentemente das diferentes realidades e histórias de vida, o fator emocional é uma questão que afeta a todas. No entanto, o processo de mobilização também trouxe à tona o tema da solidariedade racial, que se mostrou essencial para fortalecer a autoestima e o processo organizativo. O racismo institucional, intensificado pela mídia, contribui para a falta de reconhecimento e enfraquece a autoestima dessas mulheres. Além disso, a importância de preservar a memória da ancestralidade é ressaltada, uma vez que os saberes tradicionais dessas mulheres estão sendo ameaçados pelo modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, com projetos que desvalorizam esse conhecimento. O saber tradicional é muitas vezes visto, sob a ótica eurocêntrica, como sinônimo de atraso, contribuindo para a ideia de que ele representa um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil.

O trecho possui caráter assertivo no combate a sexismo e racismo, que atravessam experiências femininas negras e, em especial, contra os ataques à Amazônia que são prejudiciais para a vida e os saberes tradicionais de afroamazônidas. O movimento antirracista trabalha questões intersseccionais de gênero, raça e territorialidade. Ademais, os encontros organizacionais para a mobilização serviram de um ambiente para o fortalecimento da solidariedade racial, ou seja, o movimento se preocupou com os aspectos emocionais das mulheres negras envolvidas, afinal, diante do contexto adverso e doloroso que a Marcha das Mulheres Negras busca combater, se faz

necessário construir relações de amor e companheirismo comunitário que possibilitem outros modos de viver menos mortificadores, nutrindo laços afetivos entre mulheres negras.

Na dimensão política, [o amor] permite que as feridas abertas – e que precisam ser curadas – pelo racismo deixado pela história colonial, e cotidianamente reforçadas em dinâmicas de poder, possam ser enfrentadas em uma dimensão coletiva, que permita um fortalecimento mútuo na construção de sociedades mais justas e menos opressivas (Silva; Nascimento, 2019, p. 173).

Ainda sobre o fortalecimento do poder feminino negro dentro de comunidades, o artigo *Mulheres Negras: diálogos sobre a trajetória de mulheres negras ligadas ao “Círculo de Leituras Negritadas” de Castanhal com o feminismo/mulherismo*, da antropóloga Luciane Camões (2023), investiga as atividades desenvolvida pelo círculo de leituras, as quais se caracterizam por ações de protagonismo negro, dialogando sobre textos de autoria de intelectuais negras, de modo a visibilizar também os escritos de mulheres negras paraenses, possibilitando que vozes subalternizadas sejam evidenciadas e contribuindo para construir redes, seja pela memória, pela ancestralidade ou pelas suas trajetórias de luta e resistência.

Assim como outros trabalhos citados anteriormente, este se utiliza de entrevistas das quais a fala de Leda chama atenção por sublinhar que o grupo tem sido fundamental para o fortalecimento das mulheres. Os textos selecionados para socialização e os diálogos enriquecedores têm contribuído para o empoderamento das participantes, tanto dentro quanto fora do círculo. Mesmo as mulheres que não são ativas de forma direta têm a oportunidade de conhecer escritoras negras e estreitar seus vínculos com as demais integrantes.

Além de estabelecer um meio de sociabilidade saudável e amorosa, o grupo de leituras analisado no artigo trabalha sobre o letramento racial que constitui uma das pautas do feminismo negro e outras correntes voltadas para o fortalecimento das mulheres negras. E a partir dos encontros e compartilhamentos de experiências, as mulheres negras amazônicas do círculo de leituras em questão exercitam a sabedoria prática utilizada como recurso de sobrevivência dentro de um sistema opressor. Uma compartilha com a(s) outra(s)

e, dessa forma, as trocas interpessoais de saberes e vivências ajudam as integrantes do grupo em suas jornadas de cura, de autoconhecimento e de autodefinição.

## **Considerações finais**

Consultando as ideias de Howard Thurman e Martin Luther King Jr., a teóloga americana Katie G. Cannon (1988) reafirma que o amor é a base para a comunidade e a comunidade é um espaço propício para a mudança social. Ao entender o amor como um sentimento ativo e dinâmico, ele é capaz de gerar o impulso e a força necessária para a justiça social. Essa noção de amor e de comunidade abre o caminho para a formação de uma ética feminina negra distinta (*apud* Collins, *op. cit.*, p. 362). Sendo o amor a chave para a transformação da sociedade, pode-se concordar – mais uma vez – com a feminista bell hooks quando ela diz que o amor é profundamente político e que a revolução mais profunda acontecerá quando a humanidade aceitar essa verdade. Apenas o amor pode fornecer a força para se conseguir avançar no meio do desgosto e da miséria. É o poder transformador do amor a base de toda mudança social significativa (2024, p. 41).

Como vimos na revisão de literatura proposta neste capítulo, a temática específica das relações intrínsecas entre o amor e o racismo nas trajetórias das mulheres negras na Amazônia ainda representa um campo de pesquisa e de conhecimento com poucos frutos. No entanto, quando se observa as vivências femininas afroamazônidas apresentadas nos artigos selecionados, fica explícita a presença essencial do amor na vida destas mulheres. Sendo o amor a base para o fortalecimento da comunidade – palavra que se repetiu muitas vezes neste trabalho –, é inegável o poder transformador das relações de amor para as mulheres negras na Amazônia.

É fato que as trajetórias destas figuras femininas certamente são marcadas pelo sexismo, pelo racismo e pelas dificuldades próprias do território amazônico onde, justamente, a ideia do amor como um mecanismo de resistência antirracista encontra exemplos incontestáveis. Tais opressões são contornadas quando estas mulheres afroamazônidas entram em contato com redes de afeto, companheirismo e solidariedade onde encontram diálogo, respeito

e valorização dentro de espaços diversos desde comunidades rurais quilombolas até círculos urbanos e coletivos de mobilização do movimento negro.

#### Referências

BARROS, T. Um manifesto pelo Bem Viver: a Marcha das Mulheres Negras na Amazônia paraense. Revista da ABPN, v. 14, n. Ed. Especial, Julho 2022, p. 24-45.

CAMÕES, L. Mulheres Negras: diálogos sobre a trajetória de mulheres negras ligadas ao “Círculo de Leituras Negritadas” de Castanhal com o feminismo/mulherismo. Gênero na Amazônia, Belém, n. 24, jul./dez., 2023, p. 85-101.

CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

COLLINS, P. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONRADO, M. O Meu Patrimônio É o Meu Modo de Vida, Que Ainda Não É História: A Amazônia Negra e as Contribuições de Lélia Gonzalez. WSQ: Women's Studies Quarterly, Volume 49, Fall/Winter 2021, pp. 278-296.

CRUZ, M. N A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015). Gênero na Amazônia, Belém, n. 15, jan./jun., 2019, p. 144-161.

GUIMARÃES, J.; CARVALHO, L.; et al. Mulheres Negras, Amazônidas e Marajoaras. Revista UFG, Goiânia. 2021, v.21, p. 2-38.

GUIMARÃES, J. Ser negro no marajó: notas sobre identidade e racismo na amazônia paraense. @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, 2020, p. 80-106.

HOOKS, B. Olhares negros: raça e representação. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução: Ste-

phanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, B. Salvação: pessoas negras e o amor. Tradução: Vinicius da Silva. São Paulo: Elefante, 2024

HOOKS, B. Vivendo de amor. Tradução de Máisa Mendonça. Portal Geledés, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2025.

IBGE. Censo demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MACHADO, J. “As antigas que dizem”: mulheres quilombolas educam e se educam em um movimento transgressor ancestral. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 7, n. 17, p. 125-143, 2022. p. 125-143.

MEDRADO, A. A Psicologia da “PALMITAGEM”: O Racismo, As Relações Interraciais & A Descolonização dos Afetos. Devaneios Filosóficos, 2022. Disponível em: <<https://devaneiosfilosoficos.com/2022/02/06/a-psicologia-da-palmitagem-o-racismo-as-relacoes-interraciais-a-descolonizacao-dos-afetos/>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2025.

PINHEIRO, D. “As Guardiãs do Saber” Afirmação Identitária e de Resistência: As Mulheres do Samba de Cacete do Quilombo do Igarapé-Preto-Baião/PA. Gênero na Amazônia, Belém, n. 24, jul./dez., 2023, p. 19-34.

SAMPAIO, P. (org.). O Fim do Silêncio. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011

SILVA, A. B. Dos limões à limonada: explorando a traição e o amor afrocentrado através do álbum visual Lemonade. Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM, volume 8, 2024, p. 1-30.

SILVA, M. Z.; PEREIRA, J. dos S. “Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”: capoeiragem feminista em Macapá. Gênero na Amazônia, Belém, n. 21, jan./jun., 2022, p. 121-131.

SILVA, V. R.; NASCIMENTO, W. F. Políticas do Amor e Socieda-

des do Amanhã. Voluntas, Santa Maria, v. 10, p. 168-182, set. 2019.

SOUSA, R. L. N.; AMORIM, C. R. “Eu Sou Porque Elas São”: Resistência e práticas emancipatórias em um coletivo de mulheres negras de Belém do Pará. Gênero na Amazônia, Belém, n. 20, jul./dez., 2021, p. 131-143.

TEIXEIRA, M. S.; AMORAS, M. do S. A interseccionalidade como chave analítica para a luta anticolonial das mulheres negras na Amazônia. Revista da ABPN, v. 14, n. Ed. Especial, julho de 2022, p. 46-67.

# Identidade em movimento: o ser amazônico na pós-modernidade

Lucas Matheus Silva dos Santos

Allan Soljenítsin Rodrigues

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo investigar os aspectos que caracterizam o ser amazônico no contexto da pós-modernidade. A pesquisa busca explorar esse conceito com o intuito de compreender as complexas dinâmicas identitárias e culturais que moldam os povos da Amazônia no cenário contemporâneo. Parte-se do entendimento de que o ser amazônico não é uma entidade fixa, mas sim um indivíduo em constante movimento, resultante de trocas simbólicas e materiais entre variados agentes de transformação. Esses agentes incluem influências culturais, sociais, econômicas e políticas, que atravessam tanto as esferas locais quanto globais, abrangendo questões como gênero, identidade, impactos ambientais e interculturalidade. Fundamentada nos estudos culturais, a pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, combinando análise bibliográfica e documental com a investigação de registros históricos e relatos etnográficos. A metodologia também inclui a análise de discursos e práticas sociais que refletem as experiências dos indivíduos amazônicos em suas interações cotidianas e na constituição de uma identidade coletiva. Por meio dessa abordagem, pretende-se entender como o ser amazônico negocia sua identidade em um cenário globalizado, ao mesmo tempo em que ressignifica suas raízes culturais diante das dinâmicas contemporâneas de transformação e resistência.

**Palavras-chave:** identidade cultural; pós-modernidade; Amazônia; estudos culturais.

## ABSTRACT

*The study aims to investigate the aspects that characterize the Amazonian being within the context of postmodernity. The research seeks to explore this concept in order to understand the complex cultural and identity dynamics that shape the peoples of the Amazon in a contemporary scenario. It is based on the understanding that the Amazonian being is not a fixed entity, but rather an individual in constant change, shaped by symbolic and material exchanges among various agents of transformation. These agents include cultural, social, economic, and political influences, which cross both local and global spheres, covering issues such as gender, identity, environmental impacts, and interculturality. Grounded in cultural studies, the research adopts an interdisciplinary approach, combining bibliographic*

*and documentary analysis with the investigation of historical records and ethnographic accounts. The methodology also includes discourse analysis and the study of social practices that reflect the experiences of Amazonian individuals in their daily interactions and the construction of a collective identity. Through this approach, the study seeks to understand how the Amazonian being negotiates its identity in a globalized context while re-signifying its cultural roots in light of contemporary dynamics of transformation and resistance.*

**Keywords:** *cultural identity; postmodernity; Amazon; cultural studies.*

## **Introdução**

No imaginário coletivo das sociedades contemporâneas, a Amazônia assume um caráter mítico. Ela desperta fascínio mundial por sua vastidão territorial, a riqueza dos rios, a diversidade biológica e as lendas que lhe conferem um ar de fábula. De certa forma, simboliza uma gênese primitiva do planeta Terra, o paraíso perdido, o eldorado escondido. Contudo, essa visão distante e romantizada muitas vezes obscurece os dilemas e desafios enfrentados pela região e seus habitantes, encobertos sob o véu de sua exuberância natural.

É nesse emaranhado de percepções e concepções que o sujeito amazônico se constitui, na convergência entre a floresta, os saberes ancestrais, os impactos da colonização e os novos desafios impostos pela pós-modernidade. Esse indivíduo carrega uma identidade que ultrapassa fronteiras geográficas, refletindo uma rede complexa de influências históricas, culturais e sociais. Assim, este estudo propõe-se a investigar as transformações culturais e sociais que permeiam a vivência amazônica no cenário pós-moderno, um contexto caracterizado pela instabilidade das práticas culturais e pela constante reconfiguração dos modos de vida em sociedade.

A globalização pressiona o sujeito amazônico a navegar por influências externas que muitas vezes conflitam com suas raízes locais. Nesse processo, surgem dilemas existenciais que tensionam a preservação de tradições e a absorção de novas formas de existir no mundo. Diante da expansão capitalista e da urbanização desenfreada, o sujeito amazônico vê-se compelido a reavaliar e, em muitos casos, a resistir às forças que ameaçam os vestígios de sua história

e de sua cultura. Em um movimento contínuo de ressignificação, questões de corpo, gênero e identidade tornam-se centrais, representando a luta por visibilidade, reconhecimento e preservação de práticas culturais que remontam aos povos originários da floresta.

No entanto, mais do que um espaço de resistência, a Amazônia representa também um *locus* de criação e de reinvenção cultural. A identidade amazônica contemporânea é um mosaico de elementos híbridos, onde práticas tradicionais se encontram com valores e tecnologias globais, criando novas expressões de pertencimento e autenticidade. Neste estudo, buscou-se compreender como essas identidades se articulam, revelando uma Amazônia que, embora frequentemente vista sob uma perspectiva de exotismo e distanciamento, encontra-se profundamente integrada às questões globais, reafirmando seu valor simbólico e político. Assim, encaramos o sujeito amazônico na pós-modernidade como uma figura marcada pela resiliência e pela necessidade de adaptar-se sem perder de vista as raízes que o conectam ao seu território e à sua história.

### **Formação histórica e cultural da identidade amazônica**

Segundo Castells (2018), identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Isso implica que a identidade resulta de uma série de fatores sociais, históricos, geográficos e biológicos, que o autor denomina “papéis” — como ser trabalhador, mãe, praticante de algum esporte ou membro de uma determinada igreja. Esses papéis perpassam dimensões intrínsecas ao indivíduo, como memória e conhecimento, a partir dos quais uma identidade começa a se formar, gerando novas significações. Esse processo, por sua vez, é marcado por relações de poder, uma vez que a construção da identidade frequentemente reflete dinâmicas de dominação, resistência e subordinação.

Nesse sentido, Hall (2006) define identidade como “celebração móvel”, formada e transformada, historicamente, pelas práticas culturais que nos interpelam de forma contínua. Segundo o autor, no contexto da pós-modernidade, as sociedades se caracterizam pela

“diferença”, isto é, protagonismos sociais diversos que se antagonizam e produzem uma variedade de diferentes identidades, mantendo sua estrutura sempre aberta a novas incursões e descobertas. Esse processo de deslocamento da identidade propicia não apenas sua manutenção, mas também possibilita a criação de novos códigos sociais, o surgimento de outros indivíduos e de novos espaços de convivência, além de articular processos de legitimação por parte desses indivíduos.

Hall (2006) apresenta três concepções distintas sobre identidade, as quais se tornam mais complexas e qualificadas à medida que o sujeito se aprofunda em suas próprias investigações. Essas concepções, de certa forma, possuem um caráter de transformação, o que pluraliza o conceito inicial de identidade. São elas:

- O Sujeito do Iluminismo, baseado na concepção da pessoa como um ser totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, cujo centro consiste num núcleo interior, que nascia e se desenvolvia, porém permanecendo essencialmente o mesmo, ao longo da existência;
- O Sujeito Sociológico, que refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do indivíduo não era autônomo e autossuficiente, mas sim formado a partir das relações sociais, que mediavam seus valores, sentidos e símbolos, constituindo a cultura;
- O Sujeito Pós-moderno, que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, construindo-a histórica e continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Pode ser considerado uma consequência direta da globalização, surgido como um reflexo de um intercâmbio cultural intenso que é resultado de uma conexão nas diferentes realidades nas quais as partes do mundo vivem.

Sob a perspectiva do sujeito pós-moderno, a partir do modelo proposto por Stuart Hall, cuja identidade é marcada pela influência de múltiplas culturas e contextos históricos, a formação social e cultural do sujeito amazônico revela-se especialmente complexa. Sua identidade carrega um hibridismo cultural que, de acordo com

Canclini (2008), é um processo de combinação e articulação de diferentes elementos culturais que resulta em um novo ecossistema cultural.

Esse hibridismo é resultado de uma ampla convergência de diferentes grupos sociais, entre os quais estão os povos indígenas, base ancestral da região amazônica, os colonizadores portugueses, os espanhóis, povos africanos escravizados, além de imigrantes nordestinos, em um contexto mais recente comparado aos demais, que corresponde ao apogeu da borracha na Amazônia. Compreender os povos da Amazônia, a partir de toda a diversidade cultural e social que caracteriza a região, requer, portanto, uma investigação que considere seu desenvolvimento histórico como ponto de partida essencial.

Para Canclini (2008), embora seja um fenômeno muito observado nas sociedades globalizadas contemporâneas, o hibridismo cultural não se trata, necessariamente, de uma mistura harmoniosa, mas sim uma dinâmica que pode ser permeada por tensões e conflitos, resultando em interações culturais desiguais. Ele critica a visão reducionista que opõe tradição e modernidade, argumentando que as sociedades contemporâneas são inerentemente híbridas, pois combinam, de maneira ambígua e contraditória, elementos do passado com novas formas de expressão e consumo cultural.

A conquista da Amazônia pelos portugueses, ao longo dos séculos XVII e XVIII, resultou no transplante e na disseminação dos valores e símbolos culturais europeus entre as sociedades nativas amazônicas, que já possuíam seus próprios valores e símbolos, advindos de uma cultura bastante complexa e diversa. Por isso, esse processo de dominação esteve longe de ser harmônico ou uniforme, uma vez que esse período foi marcado por diversos movimentos de rebelião frente à dominância dos colonizadores, principalmente em relação ao estabelecimento de uma mão de obra escravocrata que os portugueses buscavam implementar para facilitar a formação de núcleos de povoamento (Benchimol, 2009). Embora a resistência das populações nativas tenha se mantido constante, a imposição do domínio português se revelou cada vez mais árdua e prolongada:

A colonização e expansão do império português, na Amazônia, foi uma tarefa dura e penosa que exigiu a mobilização de capitães-generais, sargentos-mores, sertanistas, missionários, colo-

nos e índios ao longo de mais de duzentos anos de presença nas colônias do Grão-Pará, Maranhão e rio Negro. Durante esses dois séculos, a influência portuguesa se fez sentir de forma profunda na vida e na cultura da região (Benchimol, 2009, p. 74).

Batista (2003, p. 160) destaca que o choque cultural entre os colonizadores recém-chegados e os povos indígenas que já habitavam a região teve consequências especialmente graves para as populações nativas. Além da já citada imposição a um sistema escravocrata, esse processo trouxe profundas transformações no cotidiano como um todo, incluindo mudanças nos métodos de trabalho e nos hábitos alimentares, a imposição de novas crenças, passando de um sistema politeísta para monoteísta, a subordinação aos novos senhores, modificações na estrutura familiar, além da introdução de uma língua desconhecida, que tinha por objetivo substituir os dialetos nativos, que eram diversos, unificando-os.

Essas transformações impostas pela coroa portuguesa não apenas modificaram a vida das populações nativas daquela época, mas também influenciaram a forma como a sociedade brasileira se estruturou, tendo efeitos até na contemporaneidade. Aspectos como a miscigenação, a predominância do catolicismo, a desvalorização da cultura indígena em favor de costumes e referenciais europeus, o sincretismo religioso, no qual entidades indígenas como Tupã e Jurupari foram reinterpretadas nas figuras de Deus e do diabo, além de influências na culinária, nas vestimentas e na arquitetura, são legados desse processo.

A conquista territorial pelos colonizadores não representou, necessariamente, uma derrota cultural. Márcio Souza (2019, p. 20) define a resistência como o “instinto do animal livre que defende o seu território, que delimita o seu domicílio e repele as investidas da desinformação e do preconceito”. Assim, as sociedades amazônicas, no que diz respeito à conexão com os saberes indígenas, possuem um forte caráter de preservação, marcado pelo reconhecimento e valorização da cultura como um ato coletivo de existência e afirmação de sua presença ao longo do tempo.

Para Souza (2019) a Amazônia pode ser vista como um subcontinente, formado por regiões que se desenvolveram em estados emergentes, cada um com culturas e histórias particulares. No en-

tanto, esses Estados compartilham entre si uma expressão muito bem definida de identidade amazônica, marcada tanto pelo impacto colonial quanto por um processo contínuo de invisibilização. Essa invisibilização envolve a desvalorização e o apagamento sistemático das contribuições culturais, sociais e históricas da região amazônica e de seus povos, tornando mais difícil o reconhecimento de sua importância em um contexto nacional e global.

Embora as influências externas tenham exercido um papel significativo na formação cultural da Amazônia contemporânea, Lins (2015) destaca a contribuição indígena-cabocla na formação de diversos costumes e hábitos que permanecem até os dias atuais. Na culinária, essa contribuição é especialmente notável no uso de produtos derivados da mandioca, como a farinha d'água, a tapioca e o tucupi, bem como no consumo de frutas silvestres típicas da região, como o tucumã, o açaí, a pupunha e o cupuaçu. Além disso, destaca-se a influência no artesanato, caracterizada pelo uso de materiais como sementes, fibras, argila e madeira na confecção de peças de arte, móveis, utensílios domésticos e bijuterias.

A respeito da contribuição das populações negras para a formação da Amazônia, Benchimol (2009) afirma que esse processo foi profundamente marcado pelo preconceito e pela discriminação social. Embora houvesse um discurso que promovia a ideia de uma democracia racial, livre de preconceitos, na realidade, as populações negras estavam relegadas a funções servis e enfrentavam grandes dificuldades para participar plenamente da vida social urbana. Ainda assim, sua herança cultural manifesta-se em diversos aspectos da sociedade, conforme destacado pelo autor:

[...] na culinária e na preparação de quitutes e quindins, como vatapá, caruru, acarajé, azeite de dendê, etc.; na religião, com a presença do candomblé, orixás, babalorixás, terreiros, pais e mães-de-santo; nas danças, cânticos, festas e ritmos da gafeira, samba, bossa-nova, baião, umbigada, capoeira, maracatu, cateretê, frevo, forró, carimbó, pagode, toada, que explodem nos salões, clubes e danceterias, bem como do alucinante, sensual e erótico ritmo e coreografia da lambada paraense-baiana; no folclore dos bois-bumbás de Parintins, trazidos do Maranhão, do carnaval dos morros cariocas e das escolas de samba de Manaus e Belém; no saber de seus ilustres artistas, cantores, intelectuais, cientistas; e agora, também, no mundo dos negócios e das empresas comerciais e industriais (Benchimol, 2009, p.121).

É relevante destacar que essas contribuições ocorreram em todo o território brasileiro, embora o foco aqui seja a influência no contexto amazônico. A diversidade cultural, influenciada pela presença das populações negras, também se manifestou na língua. Benchamol (2009, p. 145) ressalta que “a língua portuguesa foi sendo africanizada, sobretudo na entonação, modulação de voz, na doçura da pronúncia do português-brasileiro, que abrandou e modificou os seus sons originais”. Com a influência africana, o português brasileiro tornou-se mais suave, eclético e musical, incorporando novas camadas ao linguajar, que já era amplamente influenciado pelas línguas indígenas, que nomearam a maioria dos elementos da fauna e flora locais.

A herança cultural nordestina foi igualmente fundamental na formação da Amazônia, especialmente durante o período que compreendeu o ciclo da borracha, onde os migrantes desempenharam um papel central na configuração social e econômica da região. Precedentes, sobretudo, das áreas do agreste e do sertão dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, os nordestinos chegaram à Amazônia por volta de 1877, motivados tanto pelas secas que assolavam o sertão quanto pelo desejo de prosperidade. Segundo Souza (2019, p. 190), “chegaram em levadas desordenadas, para a seguir se transformar numa rotina perversa, resultando num quadro terrível de exploração humana”. Ainda segundo o autor, nesse período, a Amazônia era quase um deserto demográfico, com suas populações dizimadas por séculos de escravidão, práticas predatórias e pela política repressiva do império no combate à Cabanagem. Esse contexto de exploração e adversidade marcou profundamente a experiência dos migrantes nordestinos na região:

Milhares de lavradores pobres, iludidos por contratadores, trocaram suas terras áridas pelas selvas do alto Purus, Madeira e Acre, vivendo sob o domínio do sistema de aviamento. Além do choque cultural, do isolamento e dos perigos da selva tropical, os nordestinos trabalhavam sob o regime da coerção, típico do sistema do aviamento, que só podia existir com base no débito permanente do seringueiro (Souza, 2019, p. 190).

Com o colapso da borracha, muitos dos sobreviventes desse contingente humano regressaram ao Nordeste, embora um grande

número tenha permanecido na região Amazônica, mesclando-se com as populações tradicionais, enriquecendo a cultura regional, interpretando o grande vale através de seu colorido folclore, da música, da culinária e da literatura de cordel (Souza, 2019). Nesse contexto, ocorreu um processo de intercâmbio cultural, conforme descrito por Benchimol (2009), no qual migrantes passaram por processo de “amazonização”, enquanto a região passou a “cearensizar-se”. Ambos os lados assimilaram elementos culturais do outro, gerando novas significações e tradições.

Loureiro (2015) destaca a contribuição nordestina no cultivo rústico da terra, dedicando-se ao extrativismo e aos conhecimentos acerca do manejo da floresta. Essa presença também reforça a identidade “cabocla”, constituída pelos mestiços descendentes da mistura entre indígenas e brancos, uma definição que abrange o caráter transitório e híbrido das relações sociais na região amazônica.

A presença dessa cultura cabocla, no que concerne às manifestações culturais, desenvolveu-se num campo separado ao do folclore tradicional, que remete às práticas remotas nascidas no contexto do período colonial brasileiro. As manifestações culturais caboclas, por sua vez, se dirigem a um caminho de renovação constante, o que Loureiro (2015) define como “folclore matéria viva” e a “história oral de um povo”. Ainda segundo o autor, a maneira como esse folclore tradicional se desenvolveu demarca uma posição de desvalorização em relação a outros campos de pensamento.

Com os núcleos de influência e implantação da cultura europeia transplantada estiveram instalados no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia – e suas práticas eram mais consoantes ao que se entendia na época como o “atual” e o “moderno”, no sentido do novo ou avançado – o que se praticava nas regiões, ainda que sendo uma prática contemporânea, passou a ser entendido com o “mais antigo”, o “folclórico” e, conseqüentemente, o mais primitivo. [...] A distância no espaço passou a ser entendida como distância no tempo. [...] Estar longe do espaço europeizado significava estar situado num tempo passado, primitivo (Loureiro, 2015, p. 51).

A Amazônia se desenvolveu recoberta por um manto de mistério, distância e intemporalidade, o que a posicionou sob uma visão

primitiva e marginalizada em relação ao que era concebido como cultura enquanto face da identidade de um povo, muitas vezes inferiorizada à condição de uma subcultura. Essa diferenciação, marcada pelo caráter de superioridade atribuído às culturas de origem europeia e norte-americana, propiciou a expansão da cultura cabocla entre as camadas mais pobres da sociedade.

[...] a cultura cabocla tornou-se a expressão das camadas populares das cidades, fundindo-se assim numa só argamassa cultural — a da cultura popular. E nisso reside uma das contradições fundamentais da cultura cabocla: ela é dominante no sentido de pertencer à camada social que abrange a maior parte da população, mas é também marginal, na medida em que é rejeitada ou não reconhecida pelos poderes instituídos e geralmente ignorada pelas políticas públicas (Loureiro, 2015, p. 55).

A identidade do homem amazônico é marcada por um pluralismo, decorrente das trocas simbólicas entre os diversos sujeitos mencionados anteriormente, o que resultou em transformações não apenas culturais e sociais, mas também geográficas, étnicas e ecológicas. Esses processos foram essenciais para moldar a Amazônia contemporânea, com todos os seus desafios e oportunidades. Compreender esses elementos formadores de uma cultura é fundamental para traçar direções futuras nos estudos que envolvem a Amazônia no contexto cultural e social.

## **Desafios e transformações na pós-modernidade**

A pós-modernidade é um conceito que ganhou força a partir das transformações ocorridas na sociedade após a Segunda Guerra Mundial, sendo amplamente discutido em virtude das diversas opiniões antagônicas e das forças políticas a ele associadas. Segundo Giddens (1991), na pós-modernidade, nada pode ser compreendido com uma certeza absoluta, pois os fundamentos preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade, e a história passa a ser considerada destituída de teleologia, ou seja, desprovida de um propósito ou destino predeterminado que a conduza a um ideal. Nessa visão, a história e a cultura deixam de ser vistas sob a ótica do progresso linear, sendo reinterpretadas como um processo aberto

e imprevisível, marcado pela crescente proeminência de preocupações sociais e ambientais.

Esse enfraquecimento das certezas epistemológicas, que são a base do conhecimento e da verdade, acaba por desestabilizar a noção de um futuro previsível e reforça a concepção de uma sociedade em constante transformação, deslocando-se a partir de questões imediatas e fugazes. O pós-modernismo caracteriza-se por “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, que formavam uma metade do conceito baudelairiano de modernidade” (Harvey, 1989, p. 49). Não se trata, porém, de uma superação rígida ou impositiva do modernismo. O pós-modernismo visa, antes, infiltrar-se nas correntes caóticas de mudança já presentes na modernidade, gerando novos significados a partir de espaços onde já exista o desejo por mudança. Ele introduz movimento em estruturas anteriormente estáticas, diversidade em contextos de uniformidade e uma fluidez que contrasta com a rigidez dos sistemas estabelecidos.

Em concordância, Giddens reforça o sentido fugaz da pós-modernidade, enquanto espaço de reavaliação das práticas sociais:

A condição da pós-modernidade é caracterizada por uma evaporação da *grand narrative* — o “enredo” dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível. A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado (Giddens, 1991, p. 9).

É válido destacar que, para Giddens, o desenvolvimento da sociedade moderna não permite afirmar que esta tenha dado lugar a uma “pós-modernidade” propriamente dita. Segundo ele, em vez de um período pós-moderno, trata-se, na verdade, de um momento em que as consequências da modernidade se tornaram tão radicais e universais que surgem descontinuidades nos modos de vida modernos, os quais começam a se desvincular da ordem social cotidiana e a passar por profundas transformações em relação aos períodos precedentes.

A velocidade da mudança no contexto moderno é extrema, especialmente ao se considerar que as civilizações tradicionais já

apresentavam dinamismo considerável em comparação com outros sistemas pré-modernos. Nesse contexto, coexistem elementos de um mundo social pré-moderno, um moderno e traços emergentes de uma pós-modernidade, compondo um fluxo civilizatório dinâmico, marcado por significativas descontinuidades históricas nas esferas social, política e econômica. Esse processo reflete-se, sobretudo, na crescente complexidade das interações sociais, na rapidez das transformações tecnológicas e na acelerada interdependência global, que, por sua vez, geram novas incertezas e vulnerabilidades.

Diante desse contexto de transformações aceleradas e de descontinuidades históricas, emergem questionamentos sobre a identidade cultural de grupos e territórios que vivenciam mudanças profundas sem perder o vínculo com suas raízes. A Amazônia, enquanto espaço de intensos cruzamentos culturais e de resistência histórica, configura-se como um exemplo particular onde essas dinâmicas se descortinam. A questão do ser amazônico no contexto da pós-modernidade envolve explorar como esses povos conciliam suas tradições frente às pressões homogeneizantes da globalização e os desafios contemporâneos, reorganizando continuamente sua identidade sem abrir mão dos laços culturais e ancestrais que os caracterizam.

Em função disto, Loureiro (2015, p. 48), afirma que “no âmbito de uma cultura dissonante dos cânones urbanos, o homem amazônico, o caboclo, busca desvendar os segredos de seu mundo, recorrendo predominantemente aos mitos e à estetização.” Desdobra-se, então, o princípio fundamental do sujeito amazônico: sua relação com a ancestralidade. O autor observa que o registro de determinadas matrizes de pensamento e comportamento está secularmente preservado na memória social dos grupos humanos, dotando-os de durabilidade e persistência ao longo do tempo. A cultura, portanto, constitui-se não apenas por meio de seus elementos formadores, mas também por aqueles que desafiam suas estruturas, garantindo-lhe força e peculiaridade para que seus traços fundamentais se conservem em sociedade.

A conservação da cultura, como resultado das transformações da globalização e contemporaneidade, perpassa dois caminhos, cujas características, embora bastante particulares, estão marcadas por uma articulação mútua: o espaço da cultura urbana, nas cidades

de médio porte e nas capitais, onde as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas, propiciando maior velocidade nas mudanças; e o espaço rural, especialmente o ribeirinho, onde há maior preservação de uma expressão cultural voltada ao tradicional, focada na conservação de valores históricos por meio de uma transmissão predominantemente oral.

Esta última reflete, predominantemente, a relação do homem com a natureza, bem como a construção de uma cultura visual pautada pela relação desse indivíduo com o imaginário. Vale ressaltar que, ainda que constituam espaços distintos, a cultura ribeirinha se estende ao mundo urbano e vice-versa. “Interpenetram-se mutuamente, embora as motivações criadoras de cada qual sejam relativamente distintas” (Loureiro, 2015, p. 77). Essa ambivalência é posta em risco à medida em que as práticas da cultura urbana, mais expostas ao contato externo, sofrem transformações mais intensas, colocando em risco todo esse ecossistema, uma vez que o modelo de desenvolvimento capitalista avança não apenas sobre a vida urbana, mas coloca em risco a preservação da natureza, hostiliza a cultura e a identidade dos povos nativos, desapossa o homem de seu espaço de direito.

Assegurar a dissolução dos problemas e dilemas enfrentados pela Amazônia é uma iniciativa que requer considerar a dimensão continental na qual se constituem as múltiplas questões que envolvem a região, conforme sublinhado por Loureiro:

A ocupação concentradora da terra em curso; a não delimitação das áreas apropriadas ao sistema de produção; as injustiças do modo de expansão da fronteira agrícola, sem atenção a uma agricultura autossustentável; o processo acelerado de desmatamento; a destruição de seringais; o consumo considerável da floresta como carvão vegetal; [...] a falta de garantia às condições de saúde, de resguardo da terra indígena e das áreas de preservação ecológica; [...] o menosprezo e desrespeito pela diversidade, complexidade, fragilidade e superabundância da natureza (Loureiro, 2015, p. 425).

As problemáticas levantadas apontam para um aumento progressivo dos desafios que os indivíduos amazônicos precisam enfrentar, a noção do imaginário que se constitui entre sujeito e lu-

gar se quebra em detrimento das questões que envolvem o “mundo real”, que não é seu, mas está sendo construído para si por diversas influências externas, pelo agravamento das desigualdades, pela exploração do trabalho e pela desvalorização da cultura. O homem, então, passa a habitar um espaço fragmentado, deslocado no espaço-tempo, que é o próprio lugar da pós-modernidade, onde as descontinuidades históricas definidas por Giddens passam a ditar o cotidiano da vida social.

É a produção de significados e práticas que dão seguimento à vida desse sujeito, em um processo onde, ao mesmo tempo em que é transformado pelo ambiente, ele também transforma e constrói o seu espaço cotidiano e demais elementos de sua identidade cultural. Esse contexto de “reflexividade” distancia o sujeito amazônico de uma posição de passividade, assim, ele não é apenas um produto do meio, pelo contrário, participa ativamente da construção de seu mundo social, adaptando-se e reafirmando seu vínculo com a sociedade e com a natureza que o cerca de maneira contínua.

### **Considerações finais**

O ser amazônico na pós-modernidade é um indivíduo moldado a partir de um conjunto complexo de questões sociais, políticas, econômicas e culturais que o atravessam e redefinem sua identidade. Esse processo identitário é, em grande parte, resultado de influências externas que remontam ao período de colonização e se intensificam com a globalização e a mediação cultural. Essas influências refletem-se tanto na absorção inconsciente de referências externas quanto na adoção de elementos culturais globalizados, empregados como estratégia de adaptação e sobrevivência em um mundo interconectado.

Por outro lado, observa-se uma resposta de resistência, na qual a identidade amazônica se reafirma diante dessas influências externas em um esforço contínuo para preservar o conhecimento ancestral e as práticas culturais que são fundamentais para os povos locais. Esses elementos abrangem não apenas aspectos visíveis e materiais, mas também a preservação de práticas linguísticas locais, das histórias e narrativas transmitidas oralmente, dos modos de pre-

paro de alimentos que utilizam de recursos naturais da região, além de formas de convivência que refletem a integração com a floresta e à coletividade.

Nesse contexto, o ser amazônico não se limita a um registro fixo no tempo e espaço. Conforme a definição de Stuart Hall sobre o sujeito pós-moderno, o ser amazônico está em constante movimento, sendo resultado da combinação entre as suas práticas culturais características e as dinâmicas de troca do mundo externo que o interpela. Essa identidade cultural, com seu caráter híbrido, resiste e transcende a mera manifestação, direcionando-se à valorização e afirmação das particularidades que compõem a diversidade étnica e cultural da Amazônia. Esses aspectos sublinham a importância que a região representa para o restante do país e ao mundo, não apenas enquanto bioma, mas também como um espaço cultural que envolve e fortalece todos aqueles que nela habitam.

## **Referências**

BATISTA, Djalma. *Amazônia: Cultura e Sociedade*. Manaus: Valer, 2003.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. 3ª ed. Manaus: Valer, 2009.

CANCLINI, Néstor, García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. 5ª ed. São Paulo: Unesp, 1991.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LINS, Michele Bahia. Amazônia e suas influências culturais. 3º EPPAC - Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe, 6-7 jul. 2015, Manaus. Disponível em: <https://eppac.com.br/wp-content/uploads/2021/07/9-AMAZONIA-E-SUAS-INFLUENCIAS-CULTURAIS-.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica: Uma Poética do Imaginário. 5ª ed. Manaus: Valer, 2015.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia: do Período Pré-colombiano aos Desafios do Século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

# **A noção de verdade em Santo Tomás de Aquino e suas contribuições à filosofia da comunicação**

Paulo Victor Cordeiro  
Renan Albuquerque

## **RESUMO**

O artigo pretendeu tecer reflexões acerca do conceito de verdade em Santo Tomás de Aquino e a problemática da concepção de pós-verdade no presente momento, verificando interconexões no âmbito da comunicação e da informação. O enfoque teórico versou sobre concepções do filósofo do cristianismo em correlação a estudos recentes que avaliam complexidades inerentes à pós-verdade. Como hipótese, acreditamos que ensinamentos valiosos identificados no âmbito do tomismo, sobre a verdade, podem auxiliar na compreensão de desinformação, contrainformação, rumores e boatos, itens que medeiam a prática da pós-verdade.

## **Palavras-chave**

Verdade; pós-verdade; Santo Tomás de Aquino; Comunicação.

## **Questão-problema**

O tema da verdade tem importância crucial para a filosofia da comunicação e para a própria história da filosofia, sendo investigado ao longo da tradição das Ciências Humanas por expoentes de diferentes escolas de pensamento. O interesse se explica pelas duas áreas terem ligação com as raízes das reflexões surgidas na antiguidade clássica grega e que até hoje se inserem no cenário das humanidades em termos gerais. Investigações sobre a verdade, em suma, para os gregos, questionavam sobre a existência de uma verdade singular e imutável (una) ou acerca de verdades diversas e transitórias (mutáveis) (Anísio, 1928).

Inicialmente, Parmênides escreveu que, como o ser era imóvel em sua essência, a verdade também o seria. Heráclito entendia que, como o ser estaria em constante mudança, a verdade mudaria igualmente. Platão ampliou o debate e sublinhou existir tanto um mundo das ideias singular e imutável, uno em sua verdade, quanto um mundo sujeito a mudanças e modificações no âmbito das coisas

e das verdades (Id., *op. cit.*). O tema assim se manteve até tempos mais tarde, quando Aristóteles e, definitivamente, Santo Tomás de Aquino, anunciaram ter solucionado a antinomia entre o uno e o múltiplo.

Essa solução teria se dado a partir da construção de uma “epistemologia realista” que, longe de sustentar a existência de um mundo ideal distinto do mundo físico, em que uma ou mais verdades tenderiam a se contrapor, sugeria a união da ideia com o objeto tanto na realidade como na síntese do intelecto (Id., *op. cit.*) e com isso afirmava que a verdade era um processo ético, pelo qual o intelecto percebia a realidade — e, portanto, não fazia sentido pensar no problema como se ele fosse uma dualidade. A teoria da verdade aristotélico-tomista teve por intenção ser resposta a um dos grandes problemas da história da filosofia e principalmente da filosofia da comunicação.

Considerando o suposto, almejamos fazer reflexão para contribuir com o tema e apreciar suas perspectivas atuais a partir de duas perguntas-chave: i) como Tomás de Aquino entendia a verdade no seio da filosofia da comunicação? e ii) em que medida podemos aplicar na contemporaneidade pressupostos tomistas de que a verdade é um processo ético? As questões norteadoras levantadas têm por meta trazer para o agora problemáticas referentes à ideia de pós-verdade.

## **Fundamentação teórica**

Originada entre pré-socráticos, desenvolvida por Platão e Aristóteles e definida por Tomás de Aquino, a verdade, em sua concepção clássica, é processo pelo qual o pensamento é informado, isto é, recebe dados do mundo exterior. Ou seja, a verdade possui natureza intelectual (Hugon, 1998) e é a conformidade entre pensamento e objeto (Nunes, 2019). Para entender a noção clássica de verdade, no entanto, convém distinguir entre verdade lógica e verdade ontológica.

A verdade lógica é observada na realidade e a verdade ontológica é a apreensão dessa realidade pela mente. Por conseguinte, o termo verdade diz respeito a esse processo de interação. Para Tomás

de Aquino, a verdade se manifesta quando se formula juízo correto a respeito de uma coisa ou comportamento. Assim sendo, fazer juízo correto de alguém ou alguma coisa é interpretar a realidade apreendida em correspondência à verdade lógica.

Santo Tomás inicia discussão sobre a verdade na *Suma teológica* e tenta demonstrar que a verdade ontológica existe em decorrência da verdade lógica (Nunes, 2019). O pensador trabalha para refutar um dos equívocos a respeito da noção clássica de verdade, segundo o qual o intelecto teria uma função puramente especulativa diante do conhecimento. De acordo com a teoria do conhecimento tomista, o intelecto humano se interessa em saber sobre a realidade e se expressa a seu respeito por meio de três operações.

A primeira é a *apreensão*, pela qual o intelecto compreende a essência do objeto por elaboração complexa (Gilson, 2001) e isso serve de material de reflexão ao próximo ato. Após elaborar o que observa, ocorre a associação em sentenças, concretizadas na segunda operação, o *juízo*, o qual consiste propriamente na construção da verdade a partir de uma proposição. A terceira operação é o *raciocínio*, que se importa em associar o juízo sob forma de premissa no intuito de chegar a novas e mais elaboradas conclusões, por meio do silogismo sobre o objeto conhecido. Desse modo, evidencia-se claramente o papel ativo que atribui ao intelecto Santo Tomás de Aquino na constituição de verdades.

Dito de outro modo, as coisas são tomadas como verdadeiras e ordenadas segundo a conformidade com o intelecto. *Apreensão, juízo e raciocínio* se concretizam por duas vias: *per si* ou *per accidens*. Por exemplo, é *per si* que La Pietá está associada a Michelangelo, e só a ele, e assim permanecerá a todas as futuras reproduções dessa magnífica obra de arte; já um copo, em termos gerais, seja de plástico, vidro ou alumínio, assim sempre será, universalmente, pois é definido por sua função comum, a de servir como recipiente para se beber algo. *Per si* é algo particular a alguém, *per accidens* é algo coletivo.

Para o filósofo, a mentira é um defeito e todas as suas causas e propriedades são como um avesso à verdade. A mentira pode ser aplicada a proposições, coisas e pessoas, cabendo também ser distinguida entre falsidade ontológica e falsidade lógica. Uma coisa, por fim, pode ser dita falsa *per se* enquanto defeito da verdade no

intelecto do eu, e *per accidens* enquanto defeito da verdade no intelecto coletivo. Ou seja, a compreensão da noção de verdade ilumina a compreensão da ideia de falsidade.

Dentro dessa conjuntura, interessa salientar que a verdade é anterior à ideia de bem ou mal. De tal modo que o conhecimento humano precede a tendência da vontade em direção a um bem ou a um mal. Logo, a verdade é anterior a interpretações sobre o que se percebe na realidade. No tomismo, determinada opinião que ignore ou falseie a realidade objetiva com intenção de produzir um bem ou um mal particular ou comum é moralmente culpável de omissão ou falsidade em proporcionalidade à gravidade do fato objetivo.

Tomás de Aquino distingue duas maneiras de haver falsidade no intelecto: pelo significado ou pela causalidade (Nunes, 2019). Pelo significado, há falsidade quando o pensamento não se conforma com a coisa, representando controvérsia em si mesmo, porque se afirma ou se nega o contrário do que realmente está posto. Pela causalidade, há falsidade quando o pensamento não se conforma com a coisa em razão de linguagem ambígua, a qual atribui a uma coisa mais de um aspecto, como definir uma xícara como “um copo com asa”. Dessa maneira, temos que expressões controversas e linguagem ambígua levam a opiniões erradas e representam modos de falsidade. E a falsidade, por óbvio, é prejudicial ao conhecimento da verdade.

É a partir desses constituintes teóricos que investigamos nosso objeto e traçamos inferências entre as pesquisas de Santo Tomás de Aquino e os estudos atuais sobre *fake news*.

## **Pressupostos e hipótese**

Assimilando a perspectiva de Santo Tomás de Aquino, trazendo-a para âmbito contemporâneo e tomando a contento estudos de Baggio (2021), que avaliou crenças em ambientes virtuais de redes sociais em estudos recentes, promovemos investigação acerca do que hoje se denomina “pós-verdade” e os significados equivalentes que compõem o conceito.

Em levantamentos de Baggio, o objetivo foi compreender noções de realidade e de verdade, a fim de abordar aspectos da pós-

-verdade em função da representação de fatos potencializados pelas redes. Para o autor, redes sociais tendem a sustentar crenças dogmáticas por meio de estatutos de infalibilidade e autoridade moral, tal qual o método científico, mas com a enorme diferença de que não há diálogo com a realidade ou experimento teórico-metodológico, mas tão somente a saturação de conteúdos (2021).

De nossa parte, a partir dos pressupostos de Baggio, supomos por hipótese que a verdade concebida pelo tomismo no passado e suas associações na atualidade pode ajudar a pensar não apenas a ideia de pós-verdade, mas os termos das constituintes desse conceito e os impactos das *fake news* no agora. Assim acreditamos porque Baggio sustenta que, nas redes sociais, crenças dogmáticas são infalíveis e fixadas com algum grau de desprezo pelo contato com a realidade. Esse desprezo é exatamente o descolamento diante dos fatos.

Por infalíveis, o autor refere-se à qualidade de serem as crenças dogmáticas o princípio de conduta de indivíduos que guiam suas existências por meio da pós-verdade, situando sua conduta em geral a partir de conjuntos de “respostas rápidas e instintivas a determinadas situações” (2021, p. 68). Mas a infalibilidade do dogma, que leva à impossibilidade da dúvida, é problemática, irreal e tende a não resistir a um confronto com a realidade ou a autocrítica.

A proliferação de *fake news* nas redes sociais potencializa a efetividade das crenças dogmáticas porque, diante da dinâmica de veiculação de desinformação, contrainformação, rumores e boatos, altera-se o modo de ver o mundo ao qual elas estão submetidas, variando de qualitativo para quantitativo, por meio do contato com os chamados fatos alternativos, os quais em verdade são factoides (Baggio, 2021). Esses factoides, por certo artificialmente fabricados, se configuram apenas como verdades interessadas (mentiras), cujos fins seriam a fundamentação de crenças dogmáticas com ilusão de contato com o real, mas que são em suma uma manipulação alheia.

Isso nos leva à ideia de transmissão de crenças por contágio, uma aceitação involuntária da crença, cuja capacidade de disseminação é rápida e de proporções imensuráveis. A transmissão por contágio, cujo ápice são os meios virtuais de comunicação (sites de notícias, blogs pessoais, redes sociais ou memes trocados em grupos de conversa), parece ser responsável pelo alto teor de conteúdos

ancorados em crenças dogmáticas. A imediaticidade e a saturação, que lhe caracterizam, produzem, por intermédio das redes, efeitos nefastos.

Cada conteúdo novo publicado nas redes é avaliado com base na crença de seu receptor e sua aceitação ou rejeição é garantida pelos pressupostos de tal crença. Além do problema das inverdades em redes sociais, estudos mostram que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e sentimentalismos que se utilizam de absurdos veiculados não raro por teorias conspiratórias (VOSOUGHI *et al.*, 2018).

A característica fundamental compartilhada por teorias da conspiração seria, sobretudo, o uso de apelos hiper sensíveis. Existe ainda intensa atividade subliminar nas mensagens de que emissor e receptor compartilham de segredo oculto, tal e qual uma “bomba noticiosa”, que ninguém sabe, mas em breve “será revelada”. Segundo Baggio (2021), o que possibilita a pós-verdade ser entendida como tendência para a opinião com base na emoção ou na hiper sensibilidade, ou como um estado de coisas atual no qual a verdade é desprezada, é o fato de ser epistemologicamente ambígua, pois aceita qualquer inferência (devido a concepções distintas do real), e ontologicamente vazia, pois despreza a existência da própria realidade.

Ao negligenciar a verdade, incentiva-se justamente o fortalecimento da pós-verdade. E a intensificação de fenômenos da pós-verdade está no surgimento de redes sociais e na consolidação de discursos antifáticos, cristalizados principalmente dentro de *filter bubbles*, que operam a partir de zonas cinzentas e em espaços de disputa dominial de partidários de doutrinas supremacistas e preconceituosas (Baggio, 2021). O autor também entende por *filter bubbles* ambientes onde se dão fortes dinâmicas de segregação de informações, inicialmente idealizadas com o fito de entregar a consumidores produtos que procuram, mas que se desvirtuaram e passaram a potencializar *fake news*, incitando visões unilaterais e irreais de questões, sobretudo, políticas.

A tendência de negar o que contradiz a crença dos que vivem em bolhas se intensifica na vida digital, pois o protagonismo dos ambientes virtuais é alimentado pela intervenção dos algoritmos, o que torna as redes um ambiente de extremo conforto epistemológico.

co. Desse modo, a realidade é construída artificialmente no próprio discurso compartilhado e, portanto, pode ser confrontada apenas por outro discurso, o da realidade. Mas se não há um ponto em comum para o qual toda a discussão deve convergir, o próprio confronto pouco importa.

O principal fator que garante o sucesso na disseminação de *fake news* é a existência política de grupos extremistas, porque impossibilita o debate racional, tendendo ao viés da hiper sentimentalidade. Dentro do aspecto imediatista e saturado das redes, as verdades não se estabelecem de outro modo a não ser diante da sua utilidade.

## **Resultados esperados**

Espera-se com a pesquisa contribuir para o desenvolvimento da filosofia da comunicação propondo diálogo entre a noção tomista de verdade (e de falsidade, por conseguinte) e os desafios epistemológicos contemporâneos, tais como a pós-verdade e a disseminação de *fake news*. Com efeito, a partir da análise da verdade enquanto processo intelectual e moral em Santo Tomás de Aquino, pretendemos retomar o papel essencial da verdade na comunicação contemporânea, destacando, com base na epistemologia realista tomista, a relevância do juízo correto e da conformidade entre intelecto e realidade como fundamentos indispensáveis para um discurso ético e racional.

Também almejamos aplicar ao estudo de fenômenos comunicacionais e midiáticos a distinção tomista entre falsidade ontológica, entendida como desvio em relação à realidade objetiva, e falsidade lógica, compreendida como erro na formulação do pensamento. Ao identificarmos como *fake news* retardam ou mesmo impedem o estabelecimento de verdades fáticas e ainda concorrem para teorias da conspiração, pretendemos colaborar para o subsídio de estratégias educativas e normativas voltadas ao enfrentamento da desinformação.

Ainda neste sentido, de integração de ética e comunicação no ambiente digital, considerando a precedência da verdade sobre o bem, tencionamos expor a necessidade de uma ética comunicacio-

nal fundamentada na busca pela verdade (baseada em fatos), o que inclui a análise das consequências morais associadas à omissão ou distorção da realidade, na produção e disseminação de conteúdos digitais. Esse resultado específico tenderá a mostrar o quanto o paradoxo da informação é algo real e efetivo na atualidade (Sader et al., 2023; Bairon et al., 2021).

Finalmente, o estudo pretende contribuir para a compreensão dos mecanismos associados às *filter bubbles* e à polarização política, utilizando como base teórica categorias tomistas de verdade *per se* e *per accidens*, as quais podem auxiliar na investigação do papel dos algoritmos na construção de “realidades artificiais” e de igual modo ajudar a promover uma visão mais equilibrada e crítica do debate público.

## Referências

BAGGIO, R. H. Como as redes fixam crenças: uma análise realista da pós-verdade e suas implicações semiótico pragmáticas. 2021. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

BUENO, R. V. Entre crenças e conspirações: jornalismo e pós-verdade em Número Zero, de Umberto Eco. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, Universidade de Caxias do Sul, 2023.

BAIRON, S.; ALBUQUERQUE, R.; GARRIDO, F.; VASQUEZ, R. Coalizão Democrática: As Eleições de 2022 e A Garantia das Instituições. 1. ed. Manaus/AM e Embu das Artes/SP: EDUA e Alexa Cultural, 2021. v. 1. 78 p.

GILSON, E. A filosofia na Idade Média. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUGON, Pe. É. Os princípios da filosofia de Santo Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

NUNES, R. A. da C. A ideia de verdade e a educação. 2ª Ed.

Campinas, SP: CEDET, 2019.

SADER, E.; ALBUQUERQUE, R.; SANTANA, S.; HOGEMANN, E.; PETRY, L. C. Coalizão Democrática Vol. 2: O Bolsonarismo Pós-2022 e A Grande Tarefa de Reconstrução da Democracia. 1. ed. Manaus/AM e Embu das Artes/SP: Edua e Alexa Cultural, 2023. v. 1. 84 p.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*. 359(6380), 1146-1151, 2018. <https://doi.org/10.1126/science.aap9559>.

## Sobre autoras e autores

### Adriano Barbosa Silva



Mestrando em Informação e Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Licenciatura Plena em História (UFAM). Membro do corpo editorial da Revista Manduarisawa - Revista Eletrônica Discente do Curso de História - UFAM.

Email: [adriano.silva@ufam.edu.br](mailto:adriano.silva@ufam.edu.br)

### Alexandre De Souza Costa



Professor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam). Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, 2006). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2011). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ, 2016).

E-mail: [alexandredesouzacosta@gmail.com](mailto:alexandredesouzacosta@gmail.com)

### Allan Soljenítsin Rodrigues



Doutorado e Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo. Jornalista, escritor, líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia, coordenador do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo na e sobre a Amazônia (LABJAM),

coordenador do projeto Portal da Ciência de Popularização do Conhecimento Científico, coordenador do projeto Amazônia de Perfil e professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Ufam. Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, jornalismo, jornalismo científico, comunicação, folkcomunicação, cultura e meio ambiente.

E-mail: allans@ufam.edu.br

### **Ana Maria Costa Azevedo**



Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas

### **Caio Pimenta**



Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (2011), Pós-Graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (2014) e Pós-Graduação em Gestão e Produção Cultural pela Universidade do Estado do Amazonas (2022). Atualmente, é diretor de programas da TV Ufam. Também é fundador do portal de cinema Cine Set e membro da Associação Brasileira de Críticos de Cinema (Abraccine).

E-mail: caiobpimenta@gmail.com

### **Cristiane de Lima Barbosa**



Doutora em Ciências da Informação com especialidade em Jornalismo e Estudos Mediáticos (UFP/Portugal-UFRGS). Pós-doutoranda em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduada em Comunicação Social- Jornalismo (Ufam) e Mestre em Ciências da

Comunicação (Ufam). É professora adjunta do curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Ufam. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (Trokan/Ufam).

E-mail: [crisbarbosa@ufam.edu.br](mailto:crisbarbosa@ufam.edu.br)

### **Danielly Oliveira Inomata**



Mestre e doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam). Também atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora e vice-líder do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/Ufam). Tem oito anos de experiência na docência, seis anos de experiência em gestão de cursos de graduação presencial e a distância. Mais de 15 anos de experiência em pesquisas no contexto amazônico. Tem interesse de pesquisa nas temáticas: Gestão da informação, Gestão do Conhecimento, Fluxos de Informação em ambientes de inovação (Parque Tecnológico, Incubadora e startup); Análise, produção, compartilhamento, métricas e consumo de conhecimentos: Mulheres na Ciência regional, Fenômenos informacionais (desinformação, fake news, pós-verdade) no contexto ambiental.

E-mail: [dinomata@ufam.edu.com.br](mailto:dinomata@ufam.edu.com.br)

### **Glenda Silva Rodrigues**



Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e atualmente cursando o mestrado em Informação e Comunicação na mesma instituição, na Faculdade de Informação e Comunicação (Fic). Além disso, sou membro do Grupo de Pesquisa NuPEArq (Núcleo de Pesquisa, Estudos e

Prática em Arquivologia) da Ufam.  
E-mail: glendarodrigues029@gmail.com

### **Guilhermina de Melo Terra**



Pós-doutora em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Doutora em Museologia, pela mesma Faculdade. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Biblioteconomia pela Ufam. Professora Associada da Ufam, pertencente ao Curso de Biblioteconomia.

Email: guilherminaterra@ufam.edu.br

### **Israel de Jesus Rocha**



Professor do curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da FIC/Ufam. Realizou estágio de pós-doutorado (2023-2024) no Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/PPGS/UFS). É membro do Grupo de Pesquisa em Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/Ufam). Coordena o Laboratório de estudos sobre ambientes, infraestruturas e redes sociotécnicas infocomunicacionais (Lírios). Doutor, mestre e graduado em Ciências Sociais pela UFBA e graduado em Relações Públicas pela UNEB.

E-mail: israelrocha@ufam.edu.br

### **Itala Clay de Oliveira Freitas**



Possui estágio de pós-doutorado em Psicologia (PPGPSI/Ufam) na temática Cultura midiática, Escrita Criativa e Narrativas de si. Doutorado em Comunicação e Semiótica: Signo e Significação nas Mídias (PUC-SP). Mestrado em Comunicação e Semiótica:

Artes (PUC-SP). Docente da Faculdade de Informação e Comunicação (Ufam). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Ufam.

E-mail: italaclay@ufam.edu.br

### **Julhia Moura Alcantara**



Professora de Artes Visuais, especialista em História da Arte e mestranda em Informação e Comunicação pela Ufam. Atua no setor cultural há sete anos como cantora, compositora e artista plástica. Atualmente, desenvolve pesquisas em Arte-Educação.

E-mail: julhialcantara@gmail.com

### **Karlison Reginaldo de Sa Ferreira**



Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (2023). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PP-GIC/FIC/Ufam). Atualmente é Professor Substituto do curso de Arquivologia da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM. Técnico de arquivo na Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama).

E-mail: Karlison.ferreira1992@gmail.com

### **Kelen Suely de Alencar Leão Cunha**



Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Arquivologia pelo Centro Universitário do Norte e em Museologia pela Universidade Federal do Amazonas. É bibliotecária-documentalista da Universidade Federal do Amazonas desde 2012, atuando na Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde do Sistema de Bibliotecas da UFAM.

Email: kelensuely@ufam.edu.br

### **Lucas Matheus Silva dos Santos**



Graduado em Tecnologia em Produção Publicitária pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Atualmente, é mestrando em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), integrando a linha 2 do programa – Comunicação, Informação e Cultura. Atua profissionalmente como publicitário, com foco em direção de arte.

E-mail: [lucasmath.142@gmail.com](mailto:lucasmath.142@gmail.com)

### **Lunna Farias Rocha**



Graduada em Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal do Amazonas e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Ufam. É analista de mídias sociais da TV A Crítica.

E-mail: [lunna.farias@ufam.edu.br](mailto:lunna.farias@ufam.edu.br)

### **Marcos Maurício Costa da Silva**



Mestre em Processos Construtivos e Saneamento Urbano pela UFPA. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam). Pós-graduado em Direito Público. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas. Professor Adjunto do quadro efetivo de docentes da Universidade Federal do Amazonas, lotado do Departamento de Direito Aplicado da Faculdade de Direito. Advogado - OAB/AM n. 4272. Engenheiro Civil – CREA/AM n. 5819-D (RN0404624286).

E-mail: [prof.marcosmauricio@gmail.com](mailto:prof.marcosmauricio@gmail.com)

## **Matheus Diógenes Leão**



Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam) Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

E-mail: mdiogenesleao@gmail.com

## **Paulo Victor Cordeiro**



Professor de Latim no Colégio Santo Afonso e Analista de Software no Instituto de Pesquisas Eldorado, em Manaus/AM. Graduou-se em Engenharia de Petróleo e Gás na Ufam e é mestrando em Informação e Comunicação pelo PPGIC da mesma universidade.

E-mail: paulo.victor.andrade33@gmail.com

## **Phamela Lima Torres**



Mestrado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Especialista em Biblioteca Escolar e graduada em Biblioteconomia ambos pela UFAM. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação (GRUPIC/Ufam) e da

Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares (CBBE). Atua desde 2012 como bibliotecária na Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

Email: phamelalt@gmail.com

## **Rafael Sbeghen Hoff**



Doutor em Ciências da Comunicação e Informação. Mestre em Letras e Cultura Regional e graduado em Comunicação Social - Hab. Jornalismo. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: rafaelhoff@ufam.edu.br

## **Rayanne Azevedo de Souza**



Possui Graduação em Jornalismo pela Faculdade Martha Falcão (2018) e em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (2024). Atualmente é aluna de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam) com bolsa CNPq. Trabalha na esfera das mídias sociais como ambiente informacional, empregando a netnografia como método de pesquisa. É membro do Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/Ufam).

E-mail: [azevedorayanne97@gmail.com](mailto:azevedorayanne97@gmail.com)

## **Renan Albuquerque**



Professor Associado II da Universidade Federal do Amazonas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam, 2013), com estágios de pós-doutorado em Antropologia (PUC-SP, 2017), Psicologia (PUC-SP, 2021), Humanidades (USP, 2022) e Comunicação (USP, 2023). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Del Sol/Mercosul. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/Ufam) e membro do Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Inclusão (PUC-SP). Representante do PPGIC no Conselho Nacional Consultivo da Compós. Em 16 anos de atividades pela Ufam, publicou 85 artigos científicos e 22 livros.

E-mail: [renanalbuquerque@ufam.edu.br](mailto:renanalbuquerque@ufam.edu.br)

## **Renan Dantas de Oliveira**

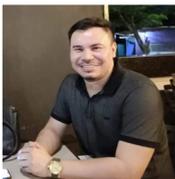


Graduado em Arquivologia (2013) e Especialista em Gestão de Arquivos Empresariais, ambos pela Universidade Federal do Amazonas. Servidor público no cargo de Analista Judiciário (Especialidade Arquivologia) do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) desde 2015. Exerce função de Gerente de Arquivo do Arqui-

vo Central Júlia Mourão de Brito desde 2015.

E-mail: [renan.oliveira@tjam.jus.br](mailto:renan.oliveira@tjam.jus.br)

### **Rodolfo Almeida de Azevedo**



Licenciado em História pela Ufam (2010), bacharel em Arquivologia pela Ufam (2014). Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/Unirio). Professor Auxiliar do Curso de Arquivologia da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam).

E-mail: [rodolfoazevedo@ufam.edu.br](mailto:rodolfoazevedo@ufam.edu.br)

### **Sabrina Albuquerque**



Graduação em Letras Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), com complementação pedagógica em Pedagogia pela Fabras e Letras/Língua Espanhola pela Cetep. É especialista em Educação Especial Inclusiva. Atualmente, é mestranda em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: [binhaheitor@gmail.com](mailto:binhaheitor@gmail.com)

### **Sarah Pinheiro Barbosa**



Graduação em Estatística pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), licenciatura em Física pelo Instituto Federal do Amazonas (Ifam) e complementação pedagógica em Educação Física pela Febrasp. É especialista em Engenharia de Produção e mestra em Matemática, com ênfase em Estatística. Atualmente, é doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas, com foco em Políticas e Financiamento da Educação na Amazônia. Tem experiência nas áreas de Indicadores Educacionais, Machine Learning, Big Data, Probabilidade e Estatística, com

destaque para a aplicação de métodos estatísticos.

E-mail: sarahpinheiro.barbosa@gmail.com



